



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 19^a REUNIÃO

(2^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura)

**10/08/2016
QUARTA-FEIRA
às 11 horas**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: Senador Valdir Raupp**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 10/08/2016.**

19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quarta-feira, às 11 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PDS 19/2016 - Não Terminativo -	SEN. KÁTIA ABREU	9
2	MSF 63/2016 - Não Terminativo -	SEN. EDISON LOBÃO	41
3	MSF 71/2016 - Não Terminativo -	SEN. TASSO JEREISSATI	110

2ª PARTE - SABATINA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 70/2016 - Não Terminativo -	SEN. ARMANDO MONTEIRO	207
2	MSF 73/2016 - Não Terminativo -	SEN. JORGE VIANA	302

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES

Jorge Viana(PT)
Lindbergh Farias(PT)
Gleisi Hoffmann(PT)
Lasier Martins(PDT)
Cristovam Buarque(PPS)
Ana Amélia(PP)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)
RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)
PR (61) 3303-6271	3 VAGO(23)
RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)
DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)
RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)

SUPLENTES

CE (61) 3303-6390 /6391
RR (61) 3303-6315
PE (61) 3303-6285 / 6286
AL (61) 3303-6148 / 6151

Maoria (PMDB)

Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303- 6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6747
Sérgio Petecão(PSD)(18)(17)	AC (61) 3303-6706 a 6713	3 Marta Suplicy(PMDB)(20)	SP (61) 3303-6510
Valdir Raupp(PMDB)(19)	RO (61) 3303- 2252/2253	4 Kátia Abreu(PMDB)(25)	TO (61) 3303-2708
Ricardo Ferraço(PSDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PMDB)	DF (61) 3303- 6640/6645/6646

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)

José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303- 6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303- 4502/4503	3 José Aníbal(PSDB)(26)(27)	SP 3215-5736
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(12)(15)(9)	MG (61) 3303-5717

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)

Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303- 9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Eduardo Lopes(PR)(30)(32)	RJ (61) 3303-5730
Armando Monteiro(PTB)(28)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	2 Magno Malta(PR)(29)	ES (61) 3303- 4161/5867

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
- (19) Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
- (20) Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
- (21) Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

- (22) Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- (23) Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
- (24) Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- (25) Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
- (26) Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
- (27) Em 18.05.2016, o Senador José Anibal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB)
- (28) Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD)
- (29) Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
- (30) Em 19.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- (31) Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
- (32) Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
- (33) Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

Em 10 de agosto de 2016
(quarta-feira)
às 11h

PAUTA
19ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1ª PARTE	Deliberativa
2ª PARTE	Sabatina
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Inclusão do relatório da MSF 71/2016.

1ª PARTE PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, de 2016

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação.

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Edison Lobão

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1) *Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) *Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Observações:

1 - *Em 04/08/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*

2 - *A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.*

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 73, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:**Observações:**

- 1 - *Em 04/08/2016, foi lido o Relatório pelo Senador Fernando Bezerra Coelho e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*
2 - *A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.*

Textos da pauta:[Relatório](#)[Anexos](#)[Avulso da matéria](#)

1^a PARTE - DELIBERATIVA

1

PARECER N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2016 (PDC nº 428, de 2016, na origem), que *aprova o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016.*

RELATORA: Senadora **KÁTIA ABREU**

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 19, de 2016, cuja ementa está acima epigrafada.

A Presidente da República, pela Mensagem nº 235, de 10 de maio de 2016, submeteu ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla, em inglês, ou Convenção), celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016.

Na exposição de motivos, assinada pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Ciência, Tecnologia e Inovação, interina, e do Meio Ambiente, é destacado que *o Acordo de Paris reforça a centralidade da UNFCCC na resposta global à mudança do clima, demonstrando a importância da diplomacia multilateral como forma legítima para encontrar soluções para questões globais – princípio basilar da política externa brasileira.* Chama-se atenção, ainda, para o protagonismo do Estado brasileiro no processo de negociação, de modo que o texto do Acordo incorporou propostas brasileiras, a exemplo do Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (art. 6.4) e as principais linhas de diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (arts. 4.3, 4.4, 9.1 e 9.2).

O Acordo, ao reforçar a implementação da Convenção, tem por objetivo, nos termos de seu art. 2º, fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima, no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços de erradicação da pobreza.

Para tanto, pretende-se: *i*) manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais; *ii*) aumentar a capacidade de adaptação aos impactos negativos da mudança do clima e promover a resiliência à mudança do clima e um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa, sem ameaçar a produção de alimentos; e *iii*) tornar os fluxos financeiros compatíveis com uma trajetória de desenvolvimento pautado pela baixa emissão de gases de efeito estufa e resiliente à mudança do clima.

O texto estabelece, ainda, o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e respectivas capacidades, à vista das distintas circunstâncias nacionais, e o assiná-la como diretriz para a implementação do Acordo (art. 2.2).

Cada Parte do Acordo deverá preparar, comunicar e manter sucessivas contribuições nacionalmente determinadas, as quais representarão uma progressão considerando a contribuição vigente, bem como adotará medidas de mitigação domésticas para que os objetivos fixados nessas contribuições sejam alcançados (arts. 4.2 e 4.3). É previsto, no art. 5º, que *as Partes deverão adotar medidas para conservar e fortalecer, conforme o caso, sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa*, incluindo florestas.

O art. 6º estabelece, entre outras medidas, um mecanismo voluntário e cooperativo para contribuir para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa e apoiar o desenvolvimento sustentável. O funcionamento desse mecanismo se dará sob a autoridade e orientação da Conferência das Partes, a qual designará órgão para supervisioná-lo e um de seus objetivos é o de alcançar uma mitigação geral das emissões globais.

O objetivo global para a adaptação é estabelecido no art. 7º e consiste em aumentar a capacidade de adaptação, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade à mudança do clima, levando-se em conta o desenvolvimento sustentável e a meta de temperatura fixada. O parágrafo 7 enfatiza o dever de fortalecer a cooperação entre as Partes no sentido de reforçar medidas de adaptação, levando em conta o Marco de Adaptação de Cancún. O parágrafo 9 estabelece que cada Parte, conforme o caso, deve empreender

processos de planejamento em adaptação e adotar medidas como desenvolvimento ou fortalecimento de planos, políticas e/ou contribuições pertinentes.

O art. 8º trata das perdas e danos associados aos efeitos negativos da mudança do clima, que deverão ser evitados, minimizados e enfrentados pelas Partes.

O art. 9º dispõe sobre o financiamento das ações de mitigação e adaptação. Ele estipula que as Partes países desenvolvidos devem prover recursos financeiros em auxílio às Partes países em desenvolvimento.

O desenvolvimento e a transferência de tecnologias são considerados importantes para a resiliência à mudança do clima e redução das emissões de gases de efeito estufa, conforme prevê o art. 10.

O Acordo também traz dispositivos sobre capacitação, com especial atenção para as Partes países em desenvolvimento, e mais ainda aos países com menor capacidade, tais como os de menor desenvolvimento relativo e aqueles particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima, como os pequenos Estados insulares em desenvolvimento (art. 11).

O art. 12 dispõe sobre cooperação para que se adotem medidas com o fim de melhorar educação, treinamento, conscientização, participação e acesso público à informação sobre mudança do clima. O art. 13, por sua vez, trata de estrutura de transparência, a fim de se construir confiança mútua e implementação eficaz, também levando em conta as condições diferenciadas das Partes.

O art. 14 prevê avaliação periódica da implementação do Acordo, denominada “avaliação global”, sendo a primeira a ser realizada em 2023 e a cada cinco anos a partir de então.

Deverá ser criado comitê como mecanismo para facilitar a implementação e promover o cumprimento do Acordo (art. 15).

Os arts. 16 a 19 determinam regras sobre o funcionamento administrativo e procedural do Acordo, entre as quais: *i*) a Conferência das Partes, órgão supremo da Convenção, atuará como reunião das Partes do Acordo; *ii*) as Partes da Convenção que não sejam Partes do Acordo terão lugar

nas reuniões de deliberação da Conferência e dos órgãos subsidiários como observadoras; e *iii) a Conferência das Partes fará revisão periódica do Acordo.*

O Acordo estará aberto a assinatura de 22 de abril de 2016 a 21 de abril de 2017. Findo este prazo, estará aberto a adesões (art. 20). A entrada em vigor ocorrerá no trigésimo dia após a data em que pelo menos 55 Partes da Convenção, que contabilizem no total uma parcela estimada em pelo menos 55% do total das emissões globais de gases de efeito estufa, tenham depositado seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão. O Depositário é o Secretário-Geral das Nações Unidas (art. 26). Não é permitida a apresentação de reservas ao Acordo (art. 27).

Os arts. 22 a 25 preveem disposições gerais que determinam a aplicação de dispositivos da Convenção ao Acordo, como os referentes à adoção de emendas e à solução de controvérsias.

A denúncia somente será admitida após três anos de vigência do Acordo para a Parte denunciante e produzirá efeito um ano após seu recebimento ou em data posterior, se assim estipulado (art. 28).

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria veio para esta Casa e foi despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade.

Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Além disso, o art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal, prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. A assinatura e

posterior ratificação do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, veiculado pelo PDS nº 19, de 2016, dá concretude a esse princípio, uma vez que ele é parte relevante do esforço global voltado à obtenção de resposta efetiva para a ameaça à humanidade que é a mudança do clima.

Como detalhado acima, o Acordo não permite reservas a seu texto e sua vigência dependerá da ratificação de pelo menos 55 Partes da Convenção responsáveis por ao menos 55% das emissões de gases de efeito estufa. Desse modo, o Estado brasileiro, ao ratificar esse instrumento internacional, tem garantia de que as demais Partes também terão de se comprometer integralmente com os seus termos e de que somente estará realmente vinculado e poderá ser cobrado no plano internacional após o comprometimento de parte considerável dos maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa. Assim, a nosso sentir, nossa soberania está preservada, sem deixar de reconhecer nosso papel dentro das responsabilidades comuns que constituem o cerne do regime internacional sobre mudança do clima.

A temática do Acordo de Paris reveste-se de extrema relevância. Discutem-se, cada vez com maior adesão de participantes, os efeitos cumulativos e transnacionais dos danos ambientais, em especial a sua responsabilização. outrora restritos às poluições atmosférica, dos mananciais de abastecimento e dos oceanos, os danos transfronteiriços passaram a ser associados às alterações climáticas causadas pelas variações de temperatura provenientes de atividades antrópicas. O aquecimento global causado pelo consumo de combustíveis fósseis, como carvão mineral, petróleo e gás natural, bem como pelo desmatamento, queimadas e pecuária, tornou-se questão central no debate internacional ambiental e relevante na tomada de decisões da agenda legislativa, econômica e de políticas públicas nacionais e internacionais.

Nesse contexto, o 5º Relatório apresentado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla, em inglês), é o documento que acarretou maior apoio da comunidade científica mundial. Hoje, o discurso acerca da inexistência de causas antrópicas para o aquecimento global é minoritário. O Relatório de Síntese do IPCC concluiu que a influência humana no sistema climático é patente, e as emissões antrópicas recentes de gases de efeito estufa são as mais altas da história. O texto revela, ainda, que as variações climáticas recentes geram impactos generalizados nos sistemas humanos e naturais.

Concluem os cientistas que o aquecimento global é inequívoco, e desde a década de 50 não há precedentes parecidos. A atmosfera e o oceano

aqueceram, os volumes de neve e gelo diminuíram e o nível do mar se elevou. As emissões antropogênicas de gases de efeito estufa aumentaram consideravelmente a partir da era pré-industrial, derivadas do crescimento econômico e demográfico.

Assim, os debates e as negociações que ocorreram na 21^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, a COP 21, da qual resultou o Acordo de Paris, aprovado pelos 195 países da Convenção, comprova que a sociedade global se encontra diante de um novo paradigma de sustentabilidade: o paradigma climático, cujo desafio é o de harmonizar a política climática com o desenvolvimento sustentável, em todos os setores.

Portanto, a internalização do Acordo de Paris é uma medida não apenas necessária, mas urgente, e que encontra respaldo em nosso ordenamento jurídico constitucional, especificamente no art. 225, que estatui o direito a todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Além disso, o Acordo define novas regras para o futuro do desenvolvimento sustentável dos países envolvidos e da governança global ambiental, pois seu objetivo é o de limitar o aquecimento global e substituir o Protocolo de Quioto.

O Acordo de Paris envolve, pela primeira vez desde o início das negociações sobre o enfrentamento da alteração climática, todos os países em um esforço conjunto para ações de mitigação e de adaptação contra o aquecimento global. O seu ponto central é a obrigação de que todas as nações participem, ou seja, de que todas as partes que ratificaram a Convenção realizem esforços nesse sentido, fato esse que representa um avanço nas negociações globais e traz responsabilidades a todas as nações, diferentemente do que ocorreu com o Protocolo de Quioto.

Antes mesmo da COP 21, 184 dos 195 países participantes já haviam registrado no Secretariado da UNFCCC as suas contribuições nacionalmente determinadas para limitar as emissões de gases do efeito estufa. Tal instrumento, previsto no seu art. 4º, estabelece as obrigações de cada Parte, suas metas e políticas, para frear o aquecimento global, e podem incluir medidas mitigadoras e de adaptação, sendo um dos mecanismos mais importantes do Acordo.

O objetivo de longo prazo do Acordo, conforme o art. 2º, é o de manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2º C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar esse aumento da

temperatura a 1,5º C em relação aos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e os impactos da mudança do clima.

Certamente, objetiva-se evitar os efeitos climáticos de difícil reversão, como elevação do nível dos mares, predominância de eventos climáticos extremos e impactos negativos sobre a segurança alimentar, conforme apontam os relatórios do IPCC. O Acordo também estabeleceu a revisão de seus dispositivos a cada cinco anos, de modo a monitorar o cumprimento dessa meta de elevação de temperatura e a conferir transparência às ações propostas por cada país, aspecto esse positivo a fim de que haja o acompanhamento das ações e políticas adotadas pelas Partes.

A instituição de um mecanismo de perdas e danos para países mais vulneráveis, referente a impactos que não podem mais ser revertidos, é outro aspecto importante. Sobre financiamento climático, para o sucesso do Acordo, os países desenvolvidos comprometem-se a financiar medidas de combate à mudança do clima e adaptação em países em desenvolvimento.

Assim, o Acordo de Paris constituiu avanço no direito internacional ambiental, pois, além de reiterar o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, estabelece princípios de progressão e da mais alta ambição possível como parâmetros de conduta internacional no combate à mudança do clima.

Quanto à diferenciação nas obrigações a serem assumidas por países desenvolvidos e em desenvolvimento, ressalta-se a obrigatoriedade de países desenvolvidos assumirem metas absolutas de redução de emissões (art. 4.4); a prioridade aos países em desenvolvimento mais vulneráveis nos dispositivos relacionados à adaptação (art. 7º); a reafirmação das obrigações legais de países desenvolvidos em prover financiamento (art. 9.1); o reconhecimento do caráter voluntário do apoio oferecido por países em desenvolvimento (art. 9.2); assim como a liderança dos países desenvolvidos no esforço global de mobilização de financiamento para o clima (art. 9.3).

Importante destacar o protagonismo do Brasil junto às negociações dos termos do Acordo de Paris e quando do registro, junto ao Secretariado da Convenção, de sua contribuição nacionalmente determinada (NDC), que inclui medidas audaciosas de mitigação, adaptação e meios de implementação. Para subsidiar a elaboração da NDC, o Governo brasileiro conduziu amplo processo de consultas à sociedade civil, ao setor privado e à academia. A ambição dessa contribuição fortaleceu a posição negociadora do Brasil em Paris e colocou o País na vanguarda dos esforços de combate à mudança do clima.

O escopo da contribuição nacional está diretamente relacionado com as diretrizes, objetivos e princípios da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). O Brasil foi o único país em desenvolvimento a apresentar uma meta absoluta de mitigação tão ou mais ambiciosa do que as metas de países desenvolvidos, que prevê a redução em 43% das emissões de gases de efeito estufa até o ano de 2030 e, de forma escalonada, a redução de 37% até 2025, com base nas emissões do ano de 2005. Além disso, houve a apresentação de propostas setoriais que, certamente, são imprescindíveis ao desenvolvimento nacional sustentável e ambiciosas se comparadas às metas dos países que iniciaram há mais tempo o processo de industrialização, responsáveis, conjuntamente, por mais de 60% das emissões mundiais.

A proposta nacional, por certo, busca encontrar soluções, e esse é um de seus méritos. Segundo o documento “Informação Adicional sobre a iNDC apenas para fins de esclarecimento”, *o Brasil evidará esforços para uma transição para sistemas de energia baseados em fontes renováveis e descarbonização da economia mundial até o final do século, no contexto do desenvolvimento sustentável e do acesso aos meios financeiros e tecnológicos necessários para essa transição.*

No setor de uso do solo e florestas, apesar do avanço na redução do desmatamento e, consequentemente, na redução das emissões, a meta vai além da redução do desmate ilegal, passando a incorporar a restauração das florestas. Propõe-se reduzir o desmatamento ilegal a zero na Amazônia até 2030, a recuperação de 12 milhões de hectares de florestas e 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, além do aumento em 5 milhões de hectares da área de integração lavoura, pecuária e floresta.

No setor de energia, a NDC objetiva alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na matriz energética em 2030, incluindo: *i*) expansão do uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, na matriz total de energia para uma participação de 28% a 33%, até 2030; *ii*) expandir o uso doméstico de fontes de energia não fóssil, aumentando a parcela de energias renováveis (além da energia hídrica) no fornecimento de energia elétrica para ao menos 23% até 2030, inclusive pelo aumento da participação de eólica, biomassa e solar; e *iii*) alcançar 10% de ganhos de eficiência no setor elétrico até 2030.

O Brasil pretende adotar medidas adicionais que são consistentes com a meta de temperatura de 2°C, em particular: *i*) aumentar a participação de bioenergia sustentável na matriz energética brasileira para aproximadamente

18% até 2030, expandindo o consumo de biocombustíveis, aumentando a oferta de etanol, inclusive por meio do aumento da parcela de biocombustíveis avançados (segunda geração), e aumentando a parcela de biodiesel na mistura do diesel; *ii*) fortalecer, no setor florestal e de mudança do uso da terra, o cumprimento do Código Florestal, em âmbito federal, estadual e municipal; as políticas e medidas com vistas a alcançar, na Amazônia brasileira, o desmatamento ilegal zero até 2030 e a compensação das emissões de gases de efeito de estufa provenientes da supressão legal da vegetação até 2030; e ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas, por meio de sistemas de georreferenciamento e rastreabilidade aplicáveis ao manejo de florestas nativas, com vistas a desestimular práticas ilegais e insustentáveis.

Além disso, o Brasil também pretende: *iii*) reforçar, no setor agrícola, o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) como a principal estratégia para o desenvolvimento sustentável na agricultura; *iv*) promover, no setor industrial, novos padrões de tecnologias limpas e ampliar medidas de eficiência energética e de infraestrutura de baixo carbono; *v*) fomentar, no setor de transportes, medidas de eficiência, melhorias na infraestrutura de transportes e no transporte público em áreas urbanas. O Brasil reconhece, também, a importância do engajamento de governos locais e de seus esforços no combate à mudança do clima.

São metas um tanto ambiciosas, mas que revelam o alto comprometimento da sociedade brasileira em fazer sua parte no que diz respeito à urgente necessidade de redução de emissão de gases de efeito estufa, antes mesmo de se vincular de forma definitiva ao texto do Acordo de Paris.

A relação entre o Acordo de Paris, o engajamento na colaboração internacional para a economia de baixo carbono e os novos rumos do desenvolvimento sustentável corroboram a necessidade de aprovação parlamentar do Acordo de Paris, demonstrando que também o Congresso Nacional brasileiro se sente responsável pelo êxito dessas ações globais.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2016.

10

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

10



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 19, DE 2016

(nº 428/2016, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016.

AUTORIA: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

DOCUMENTOS:

- Projeto Original

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Aprova o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de julho de 2016.

WALDIR MARANHÃO
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Mensagem nº 235

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Ciência, Tecnologia e Inovação, interina, e do Meio Ambiente, o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado, em Nova York, no dia 22 de abril de 2016.

Brasília, 10 de maio de 2016.

631C11B2
631C11B2

EMI nº 00122/2016 MRE MCTI MMA

Brasília, 9 de Maio de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), adotado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado por Vossa Excelência, em Nova York, no dia 22 de abril de 2016.

2. A mudança do clima é amplamente reconhecida como um dos maiores desafios contemporâneos à humanidade. O Acordo de Paris reforça a centralidade da UNFCCC na resposta global à mudança do clima, demonstrando a importância da diplomacia multilateral como forma legítima para encontrar soluções para questões globais – princípio basilar da política externa brasileira.

3. A assinatura do Acordo de Paris marca o encerramento de processo negociador, iniciado na COP-17 (Durban, 2011), no qual o Brasil manteve protagonismo e para cujo êxito contribuiu de maneira inequívoca. Diversas propostas brasileiras estão refletidas no texto do acordo, tais como o Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (artigo 6.4) e as principais linhas de diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (artigos 4.3, 4.4, 9.1 e 9.2).

4. A estrutura do Acordo de Paris pode ser dividida em: objetivo (art. 2); áreas de ação – mitigação (art. 3-6), adaptação e perdas e danos (art. 7-8); meios de implementação – financiamento (art. 9), tecnologia (art. 10), capacitação (art. 11) e educação (art.12); transparência (art.13); cumprimento – avaliação global (art.14), facilitação e conformidade (art. 15); arcabouço institucional (art. 16-19) e; dispositivos gerais (art. 20-29).

5. O Acordo de Paris fundamenta-se sobre normas de conduta, em particular a obrigação de submeter, regularmente, sucessivas "contribuições nacionalmente determinadas" para o combate à mudança do clima. O efeito agregado de tais contribuições, em conjunto com os esforços de adaptação e mobilização de financiamento, tecnologia e capacitação, será objeto, a cada cinco anos, de um processo de avaliação global para medir o progresso coletivo em relação aos objetivos do Acordo. Oferece-se, assim, a perspectiva de um esforço

631C11B2

631C11B2

internacional coordenado para evitar que a temperatura média global aumente a níveis perigosos, no qual os Estados-Parte sinalizam a direção e a intensidade do combate à mudança do clima aos demais atores da sociedade – organizações internacionais, entidades nacionais e subnacionais, sociedade civil e setor privado.

6. O Acordo de Paris constitui inequívoco avanço no direito internacional em matéria de promoção do desenvolvimento sustentável. Além de reiterar o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e respectivas capacidades, o Acordo estabelece também os princípios de progressão e de mais alta ambição possível como parâmetros de conduta internacional no combate à mudança do clima. Ao estabelecer como parte de seu propósito a implementação da Convenção-Quadro enquanto forma de fortalecer a resposta global à mudança do clima, o Acordo logrou respeitar o arcabouço jurídico daquele instrumento, sem, contudo, reiterar a forma explícita de diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento expressa em anexos.

7. A diferenciação nas obrigações a serem assumidas por países desenvolvidos e países em desenvolvimento no Acordo de Paris permeia o acordo, de forma específica no contexto de cada um de seus dispositivos. É expressa principalmente na forma de princípios e orientações de conduta, em linha com o Artigo 4.1 da Convenção-Quadro. Ressaltem-se, nesse aspecto, os dispositivos que preveem: que países desenvolvidos deverão seguir assumindo metas absolutas de redução de emissões (art. 4.4); que as contribuições nacionalmente determinadas deverão refletir as responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e respectivas capacidades das Partes no Acordo (art. 4.3); a prioridade conferida aos países em desenvolvimento mais vulneráveis nos dispositivos relacionados a adaptação (art. 7); a reafirmação das obrigações legais de países desenvolvidos em prover financiamento (art. 9.1); o reconhecimento do caráter voluntário do apoio oferecido por países em desenvolvimento (art. 9.2); assim como a liderança dos países desenvolvidos no esforço global de mobilização de financiamento para o clima (art. 9.3). O Acordo de Paris estabelece, assim, uma nova fase no regime internacional sob a UNFCCC.

8. O Acordo de Paris constitui amplo conjunto de dispositivos obrigatórios e exortativos, com razoável grau de flexibilidade, que devem ser compreendidos em conjunto com outras normas de direito internacional e direito interno. Sobre esse último aspecto, é importante notar que os princípios dispostos na Lei 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, adequam-se de maneira vigorosa ao Acordo de Paris. Cabe ressaltar, ainda, que a própria lei já prevê sua adaptabilidade a novos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro no regime internacional de combate à mudança do clima, conforme expresso em seu Artigo 5º, inciso I. Dessa forma, a ratificação do Acordo ensejará, em momento oportuno, complementação normativa da Política Nacional sobre Mudança do Clima de forma a viabilizar o pleno cumprimento dos novos compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris, particularmente a obrigação de apresentar sucessivas contribuições nacionalmente determinadas e os dispositivos relativos à transparência. Conforme afirmou Vossa Excelência em discurso realizado na abertura da Cerimônia de Assinatura do Acordo, “o caminho que teremos de percorrer agora será ainda mais desafiador: transformar nossas ambiciosas aspirações em resultados concretos”.

631C11B2

631C11B2

9. À luz do exposto, e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 84, inciso VIII, combinado com o Artigo 49, inciso I da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autênticas do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira, Izabella Monica Vieira Teixeira, Emilia Maria Silva Ribeiro Curi

631C11B2

631C11B2

Acordo de Paris

As Partes deste Acordo,

Sendo Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, doravante denominada "Convenção",

De acordo com a Plataforma de Durban para Ação Fortalecida instituída pela decisão 1/CP.17 da Conferência das Partes da Convenção, em sua décima sétima sessão,

Procurando atingir o objetivo da Convenção e guiadas por seus princípios, incluindo o princípio de equidade e responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais,

Reconhecendo a necessidade de uma resposta eficaz e progressiva à ameaça urgente da mudança do clima com base no melhor conhecimento científico disponível,

Reconhecendo, igualmente, as necessidades específicas e as circunstâncias especiais das Partes países em desenvolvimento, em especial aquelas particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima, conforme previsto na Convenção,

Tendo pleno conhecimento das necessidades específicas e das situações especiais dos países de menor desenvolvimento relativo no que diz respeito a financiamento e transferência de tecnologia,

Reconhecendo que Partes poderão ser afetadas não só pela mudança do clima, mas também pelas repercussões das medidas adotadas para enfrentá-la,

Enfatizando a relação intrínseca entre as ações, as respostas e os impactos da mudança do clima e o acesso equitativo ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza,

Reconhecendo a prioridade fundamental de salvaguardar a segurança alimentar e erradicar a fome, bem como as vulnerabilidades particulares dos sistemas de produção de alimentos aos impactos negativos da mudança do clima,

Tendo em conta os imperativos de uma transição justa da força de trabalho e a criação de trabalho decente e empregos de qualidade, de acordo com as prioridades de desenvolvimento nacionalmente definidas,

Reconhecendo que a mudança do clima é uma preocupação comum da humanidade, as Partes deverão, ao adotar medidas para enfrentar a mudança do clima, respeitar, promover e considerar suas respectivas obrigações em matéria de direitos humanos, direito à saúde, direitos dos povos indígenas, comunidades locais, migrantes, crianças, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade e o direito ao desenvolvimento, bem como a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e a equidade intergeracional,

Reconhecendo a importância da conservação e fortalecimento, conforme o caso, de sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa previstos na Convenção,

Observando a importância de assegurar a integridade de todos os ecossistemas, incluindo os oceanos, e a proteção da biodiversidade, reconhecida por algumas culturas como Mãe Terra, e observando a importância para alguns do conceito de "justiça climática", ao adotar medidas para enfrentar a mudança do clima,

Afirmando a importância da educação, do treinamento, da conscientização pública, da participação pública, do acesso público à informação e da cooperação em todos os níveis nas matérias contempladas neste Acordo,

Reconhecendo a importância do engajamento de todos os níveis de governo e diferentes atores, de acordo com as respectivas legislações nacionais das Partes, no combate à mudança do clima,

631C11B2

631C11B2

Reconhecendo, ainda, que a adoção de estilos de vida sustentáveis e padrões sustentáveis de consumo e produção, com as Partes países desenvolvidos tomando a iniciativa, desempenha um papel importante no combate à mudança do clima,

Convieram no seguinte:

Artigo 1º

Para os efeitos deste Acordo, aplicar-se-ão as definições contidas no Artigo 1º da Convenção. Adicionalmente:

- (a) "Convenção" significa a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada em Nova York em 9 de maio de 1992.
- (b) "Conferência das Partes" significa a Conferência das Partes da Convenção.
- (c) "Parte" significa uma Parte deste Acordo.

Artigo 2º

1. Este Acordo, ao reforçar a implementação da Convenção, incluindo seu objetivo, visa fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima, no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços de erradicação da pobreza, incluindo:
 - (a) Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e os impactos da mudança do clima;
 - (b) Aumentar a capacidade de adaptação aos impactos negativos da mudança do clima e promover a resiliência à mudança do clima e um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa, de uma maneira que não ameace a produção de alimentos; e
 - (c) Tornar os fluxos financeiros compatíveis com uma trajetória rumo a um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa e resiliente à mudança do clima.
2. Este Acordo será implementado de modo a refletir equidade e o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais.

Artigo 3º

A título de contribuições nacionalmente determinadas à resposta global à mudança do clima, todas as Partes deverão realizar e comunicar esforços ambiciosos conforme definido nos Artigos 4º, 7º, 9º, 10, 11 e 13, com vistas à consecução do objetivo deste Acordo conforme estabelecido no Artigo 2º. Os esforços de todas as Partes representarão uma progressão ao longo do tempo, reconhecendo a necessidade de apoiar as Partes países em desenvolvimento na implementação efetiva deste Acordo.

Artigo 4º

1. A fim de atingir a meta de longo prazo de temperatura definida no Artigo 2º, as Partes visam a que as emissões globais de gases de efeito de estufa atinjam o ponto máximo o quanto antes, reconhecendo que as Partes países em desenvolvimento levarão mais tempo para alcançá-lo, e a partir de então realizar reduções rápidas das emissões de gases de efeito estufa, de acordo com o melhor conhecimento científico disponível, de modo a alcançar um equilíbrio entre as emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa na segunda metade deste século, com base na equidade, e no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços de erradicação da pobreza.
2. Cada Parte deve preparar, comunicar e manter sucessivas contribuições nacionalmente determinadas que pretende alcançar. As Partes devem adotar medidas de mitigação domésticas, com o fim de alcançar os objetivos daquelas contribuições.
3. A contribuição nacionalmente determinada sucessiva de cada Parte representará uma progressão em

631C11B2

631C11B2

relação à contribuição nacionalmente determinada então vigente e refletirá sua maior ambição possível, tendo em conta suas responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais.

4. As Partes países desenvolvidos deverão continuar a assumir a dianteira, adotando metas de redução de emissões absolutas para o conjunto da economia. As Partes países em desenvolvimento deverão continuar a fortalecer seus esforços de mitigação, e são encorajadas a progressivamente transitar para metas de redução ou de limitação de emissões para o conjunto da economia, à luz das diferentes circunstâncias nacionais.
5. As Partes países em desenvolvimento devem receber apoio para a implementação deste Artigo, nos termos dos Artigos 9º, 10 e 11, reconhecendo que um aumento do apoio prestado às Partes países em desenvolvimento permitirá maior ambição em suas ações.
6. Os países de menor desenvolvimento relativo e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento poderão elaborar e comunicar estratégias, planos e ações para um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa, refletindo suas circunstâncias especiais.
7. Os cobenefícios de mitigação resultantes de ações de adaptação e/ou planos de diversificação econômica implementados pelas Partes podem contribuir para resultados de mitigação sob este Artigo.
8. Ao comunicar suas contribuições nacionalmente determinadas, todas as Partes devem fornecer as informações necessárias para fins de clareza, transparência e compreensão, de acordo com a decisão 1/CP.21 e quaisquer decisões pertinentes da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
9. Cada Parte deve comunicar uma contribuição nacionalmente determinada a cada cinco anos de acordo com a decisão 1/CP.21 e quaisquer decisões pertinentes da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo e tendo em conta os resultados da avaliação global prevista no Artigo 14.
10. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo examinará em sua primeira sessão os cronogramas comuns para contribuições nacionalmente determinadas.
11. Qualquer Parte poderá, a qualquer tempo, ajustar a sua contribuição nacionalmente determinada vigente com vistas a aumentar o seu nível de ambição, de acordo com orientação adotada pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
12. As contribuições nacionalmente determinadas comunicadas pelas Partes serão inscritas em um registro público mantido pelo Secretariado.
13. As Partes devem prestar contas de suas contribuições nacionalmente determinadas. Ao contabilizar as emissões e remoções antrópicas correspondentes às suas contribuições nacionalmente determinadas, as Partes devem promover a integridade ambiental, a transparência, a exatidão, a completude, a comparabilidade e a consistência, e assegurar que não haja dupla contagem, de acordo com orientação adotada pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
14. No contexto das suas contribuições nacionalmente determinadas, ao reconhecer e implementar ações de mitigação no que se refere a emissões e remoções antrópicas, as Partes deverão ter em conta, conforme o caso, métodos e orientações existentes sob a Convenção, à luz das disposições do parágrafo 13 deste Artigo.
15. As Partes deverão considerar, na implementação deste Acordo, as preocupações das Partes cujas economias sejam particularmente afetadas pelos impactos das medidas de resposta, particularmente as Partes países em desenvolvimento.
16. As Partes, incluindo organizações regionais de integração econômica e seus Estados-Membros, que houverem chegado a um acordo para atuar conjuntamente sob o parágrafo 2º deste Artigo devem notificar o secretariado dos termos do referido acordo, incluindo o nível de emissões atribuído a cada Parte no período pertinente, ao comunicarem suas contribuições nacionalmente determinadas. O secretariado, por sua vez, informará as Partes e os signatários da Convenção dos termos de tal acordo.
17. Cada Parte do referido acordo será responsável pelo seu nível de emissões, conforme definido no acordo a que se refere o parágrafo 16 deste Artigo, em conformidade com os parágrafos 13 e 14 deste Artigo e Artigos 13 e 15.
18. Se as Partes que estiverem atuando conjuntamente o fizerem no marco e em conjunto com uma

631C11B2

631C11B2

organização regional de integração econômica que seja Parte deste Acordo, cada Estado membro da referida organização regional de integração econômica, individualmente e em conjunto com a organização regional de integração econômica, deverá ser responsável por seu nível de emissões, conforme definido no acordo comunicado ao abrigo do parágrafo 16 deste Artigo, em conformidade com os parágrafos 13 e 14 deste Artigo e Artigos 13 e 15.

19. Todas as Partes deverão envidar esforços para formular e comunicar estratégias de longo prazo para um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa, levando em consideração o Artigo 2º e tendo em conta as suas responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais.

Artigo 5º

1. As Partes deverão adotar medidas para conservar e fortalecer, conforme o caso, sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa, como referido no Artigo 4º, parágrafo 1º(d) da Convenção, incluindo florestas.
2. As Partes são encorajadas a adotar medidas para implementar e apoiar, inclusive por meio de pagamentos por resultados, o marco existente estipulado em orientações e decisões afins já acordadas sob a Convenção para: abordagens de políticas e incentivos positivos para atividades relacionadas a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, e o papel da conservação, do manejo sustentável de florestas e aumento dos estoques de carbono florestal nos países em desenvolvimento; e abordagens de políticas alternativas, tais como abordagens conjuntas de mitigação e adaptação para o manejo integral e sustentável de florestas, reafirmando ao mesmo tempo a importância de incentivar, conforme o caso, os benefícios não relacionados com carbono associados a tais abordagens.

Artigo 6º

1. As Partes reconhecem que algumas Partes poderão optar por cooperar de maneira voluntária na implementação de suas contribuições nacionalmente determinadas, a fim de permitir maior ambição em suas medidas de mitigação e adaptação e de promover o desenvolvimento sustentável e a integridade ambiental.
2. Ao participar voluntariamente de abordagens cooperativas que impliquem o uso de resultados de mitigação internacionalmente transferidos para fins de cumprimento das contribuições nacionalmente determinadas, as Partes devem promover o desenvolvimento sustentável e assegurar a integridade ambiental e a transparência, inclusive na governança, e aplicar contabilidade robusta para assegurar, *inter alia*, que não haja dupla contagem, em conformidade com orientação adotada pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
3. O uso de resultados de mitigação internacionalmente transferidos para o cumprimento de contribuições nacionalmente determinadas sob este Acordo será voluntário e autorizado pelas Partes participantes.
4. Fica estabelecido um mecanismo para contribuir para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa e apoiar o desenvolvimento sustentável, que funcionará sob a autoridade e orientação da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo, que poderá ser utilizado pelas Partes a título voluntário. O mecanismo será supervisionado por um órgão designado pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo e terá como objetivos:
 - (a) Promover a mitigação de emissões de gases de efeito estufa, fomentando ao mesmo tempo o desenvolvimento sustentável;
 - (b) Incentivar e facilitar a participação na mitigação de emissões de gases de efeito de estufa de entidades públicas e privadas autorizadas por uma Parte;
 - (c) Contribuir para a redução dos níveis de emissões na Parte anfitriã, que se beneficiará das atividades de mitigação pelas quais se atingirão resultados de reduções de emissões que poderão também ser utilizadas por outra Parte para cumprir sua contribuição nacionalmente determinada; e

631C11B2

631C11B2

- (d) Alcançar uma mitigação geral das emissões globais.
5. Reduções de emissões resultantes do mecanismo a que se refere o parágrafo 4º deste Artigo não deverão ser utilizadas para demonstrar o cumprimento da contribuição nacionalmente determinada da Parte anfitriã, se utilizadas por outra Parte para demonstrar o cumprimento de sua contribuição nacionalmente determinada.
 6. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo deve assegurar que uma fração dos fundos advindos de atividades no âmbito do mecanismo a que se refere o parágrafo 4º deste Artigo seja utilizada para custear despesas administrativas, assim como para auxiliar Partes países em desenvolvimento particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima para financiar os custos de adaptação.
 7. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo adotará regras, modalidades e procedimentos para o mecanismo a que se refere o parágrafo 4º deste Artigo em sua primeira sessão.
 8. As Partes reconhecem a importância de dispor de abordagens não relacionados com o mercado que sejam integradas, holísticas e equilibradas e que lhes auxiliem na implementação de suas contribuições nacionalmente determinadas, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, de maneira coordenada e eficaz, inclusive por meio, *inter alia*, de mitigação, adaptação, financiamento, transferência de tecnologia e capacitação, conforme o caso. Essas abordagens devem ter como objetivos:
 - (a) Promover ambição em mitigação e adaptação;
 - (b) Reforçar a participação dos setores público e privado na implementação de contribuições nacionalmente determinadas; e
 - (c) Propiciar oportunidades de coordenação entre instrumentos e arranjos institucionais relevantes.
 9. Fica definido um marco para abordagens de desenvolvimento sustentável não relacionadas com o mercado, a fim de promover as abordagens não relacionadas com o mercado a que refere o parágrafo 8º deste Artigo.

Artigo 7º

1. As Partes estabelecem o objetivo global para a adaptação, que consiste em aumentar a capacidade de adaptação, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade à mudança do clima, com vistas a contribuir para o desenvolvimento sustentável e a assegurar uma resposta de adaptação adequada no contexto da meta de temperatura a que se refere o Artigo 2º.
2. As Partes reconhecem que a adaptação é um desafio global enfrentado por todos, com dimensões locais, subnacionais, nacionais, regionais e internacionais, e um componente fundamental da resposta global de longo prazo, para a qual também contribui, à mudança do clima, com vistas a proteger as populações, os meios de subsistência e os ecossistemas, levando em conta as necessidades urgentes e imediatas daquelas Partes países em desenvolvimento particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima.
3. Os esforços de adaptação das Partes países em desenvolvimento devem ser reconhecidos, em conformidade com as modalidades a serem adotadas pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo em sua primeira sessão.
4. As Partes reconhecem que a atual necessidade de adaptação é considerável e que níveis mais elevados de mitigação podem reduzir a necessidade de esforços adicionais de adaptação, e que maiores necessidades de adaptação poderão envolver maiores custos de adaptação.
5. As Partes reconhecem que as medidas de adaptação deverão seguir uma abordagem liderada pelos países, que responda a questões de gênero, seja participativa e plenamente transparente, levando em consideração grupos, comunidades e ecossistemas vulneráveis, e que as referidas medidas deverão basear-se e ser orientadas pelo melhor conhecimento científico disponível e, conforme o caso, pelos conhecimentos tradicionais, conhecimentos dos povos indígenas e sistemas de conhecimentos locais, com vistas a incorporar a adaptação às políticas e ações socioeconômicas e ambientais relevantes, conforme o caso.
6. As Partes reconhecem a importância do apoio e da cooperação internacional aos esforços de adaptação,

631C11B2

631C11B2

- e a importância de se levar em consideração as necessidades das Partes países em desenvolvimento, especialmente daquelas que são particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima.
7. As Partes deverão fortalecer sua cooperação no sentido de reforçar medidas de adaptação, levando em conta o Marco de Adaptação de Cancún, inclusive para:
 - (a) Compartilhar informações, boas práticas, experiências e lições aprendidas, inclusive no que se refere, conforme o caso, à ciência, ao planejamento, às políticas e à implementação de medidas de adaptação;
 - (b) Fortalecer arranjos institucionais, incluindo aqueles sob a Convenção a serviço deste Acordo, para apoiar a síntese de informações e conhecimentos pertinentes, bem como a prestação de apoio técnico e orientações às Partes;
 - (c) Fortalecer o conhecimento científico sobre o clima, incluindo pesquisas, observação sistemática do sistema climático e sistemas de alerta antecipado, de maneira a informar os serviços climáticos e apoiar o processo decisório;
 - (d) Auxiliar as Partes países em desenvolvimento na identificação de práticas de adaptação eficazes, necessidades de adaptação, prioridades, apoio prestado e recebido para medidas e esforços de adaptação, e desafios e lacunas, de maneira a encorajar boas práticas; e
 - (e) Melhorar a eficácia e a durabilidade das ações de adaptação.
 8. As organizações e agências especializadas das Nações Unidas são encorajadas a apoiar os esforços das Partes para implementar as medidas a que se refere o parágrafo 7º deste Artigo, levando em conta As disposições do parágrafo 5º deste Artigo.
 9. Cada Parte, conforme o caso, deve empreender processos de planejamento em adaptação e adotar medidas como o desenvolvimento ou fortalecimento de planos, políticas e/ou contribuições pertinentes, que podem incluir:
 - (a) A implementação de medidas, iniciativas e/ou esforços de adaptação;
 - (b) O processo para elaborar e implementar planos nacionais de adaptação;
 - (c) A avaliação dos impactos e da vulnerabilidade à mudança do clima, com vistas à formulação de ações prioritárias nacionalmente determinadas, levando em conta as populações, as localidades e os ecossistemas vulneráveis;
 - (d) O monitoramento, a avaliação e a aprendizagem a partir de planos, políticas, programas e medidas de adaptação; e
 - (e) O desenvolvimento da resiliência de sistemas socioeconômicos e ecológicos, incluindo por meio da diversificação econômica e da gestão sustentável de recursos naturais.
 10. Cada Parte deverá, conforme o caso, apresentar e atualizar periodicamente uma comunicação sobre adaptação, que poderá incluir suas prioridades, necessidades de implementação e de apoio, planos e ações, sem que se crie qualquer ônus adicional para as Partes países em desenvolvimento.
 11. A comunicação sobre adaptação a que se refere o parágrafo 10 deste Artigo deve ser, conforme o caso, apresentada e atualizada periodicamente, como um componente ou em conjunto com outras comunicações ou documentos, incluindo um plano nacional de adaptação, uma contribuição nacionalmente determinada conforme prevista no Artigo 4º, parágrafo 2º, e/ou em uma comunicação nacional.
 12. As comunicações sobre adaptação a que se refere o parágrafo 10 deste Artigo devem ser inscritas em um registro público mantido pelo secretariado.
 13. Um apoio internacional contínuo e reforçado deve ser prestado às Partes países em desenvolvimento para a implementação dos parágrafos 7º, 9º, 10 e 11 deste Artigo, em conformidade com As disposições dos Artigos 9º, 10 e 11.
 14. A avaliação global prevista no Artigo 14, deve, *inter alia*:
 - (a) Reconhecer os esforços de adaptação das Partes países em desenvolvimento;
 - (b) Fortalecer a implementação de medidas de adaptação, levando em conta a comunicação sobre

631C11B2

631C11B2

- adaptação a que se refere o parágrafo 10 deste Artigo;
- (c) Avaliar a adequação e eficácia da adaptação e do apoio prestado para adaptação; e
 - (d) Avaliar o progresso geral obtido na consecução do objetivo global de adaptação a que se refere o parágrafo 1º deste Artigo.

Artigo 8º

1. As Partes reconhecem a importância de evitar, minimizar e enfrentar perdas e danos associados aos efeitos negativos da mudança do clima, incluindo eventos climáticos extremos e eventos de evolução lenta, e o papel do desenvolvimento sustentável na redução do risco de perdas e danos.
2. O Mecanismo Internacional de Varsóvia sobre Perdas e Danos associados aos Impacts da Mudança do Clima deve estar sujeito à autoridade e à orientação da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo, e poderá ser aprimorado e fortalecido, conforme determinado pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
3. As Partes deverão reforçar o entendimento, a ação e o apoio, inclusive por meio do Mecanismo Internacional de Varsóvia, conforme o caso, de maneira cooperativa e facilitadora, em relação a perdas e danos associados aos efeitos negativos da mudança do clima.
4. Por conseguinte, a atuação cooperativa e facilitadora para reforçar o entendimento, a ação e o apoio podem incluir as seguintes áreas:
 - (a) Sistemas de alerta antecipado;
 - (b) Preparação para situações de emergência;
 - (c) Eventos de evolução lenta;
 - (d) Eventos que possam envolver perdas e danos irreversíveis e permanentes;
 - (e) Avaliação e gestão abrangente de riscos;
 - (f) Mecanismos de seguro contra riscos, compartilhamento de riscos climáticos e outras soluções relativas a seguro;
 - (g) Perdas não econômicas; e
 - (h) Resiliência de comunidades, meios de subsistência e ecossistemas.
5. O Mecanismo Internacional de Varsóvia deve colaborar com os órgãos e grupos de especialistas existentes no âmbito do Acordo, bem como com organizações e órgãos especializados pertinentes externos ao Acordo.

Artigo 9º

1. As Partes países desenvolvidos devem prover recursos financeiros para auxiliar as Partes países em desenvolvimento tanto em mitigação como em adaptação, dando continuidade às suas obrigações existentes sob a Convenção.
2. Outras Partes são incentivadas a prover ou a continuar provendo esse apoio de maneira voluntária.
3. Como parte de um esforço global, as Partes países desenvolvidos deverão continuar a liderar a mobilização de financiamento climático a partir de uma ampla variedade de fontes, instrumentos e canais, notando o importante papel dos recursos públicos, por meio de uma série de medidas, incluindo o apoio às estratégias lideradas pelos países, e levando em conta as necessidades e prioridades das Partes países em desenvolvimento. Essa mobilização de financiamento climático deverá representar uma progressão para além de esforços anteriores.
4. A provisão de um maior nível de recursos financeiros deverá ter como objetivo alcançar um equilíbrio entre adaptação e mitigação, levando em conta as estratégias lideradas pelos países e as prioridades e necessidades das Partes países em desenvolvimento, em especial aqueles que são particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima e apresentam restrições consideráveis de capacidade, tais como países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, considerando-se a necessidade de recursos públicos e doações para adaptação.
5. As Partes países desenvolvidos devem comunicar a cada dois anos informações quantitativas e qualitativas, de caráter indicativo, relacionadas aos parágrafos 1º e 3º deste Artigo, conforme o caso,

631C11B2

631C11B2

- incluindo, quando disponíveis, níveis projetados de recursos financeiros públicos a serem fornecidos às Partes países em desenvolvimento. Outras Partes que provenham recursos são encorajadas a comunicar essas informações voluntariamente a cada dois anos.
6. A avaliação global prevista no Artigo 14 deverá levar em conta as informações relevantes fornecidas pelas Partes países desenvolvidos e/ou órgãos do Acordo sobre os esforços relacionados com o financiamento climático.
 7. As Partes países desenvolvidos devem fornecer, a cada dois anos, informações transparentes e coerentes sobre o apoio às Partes países em desenvolvimento que tenha sido prestado e mobilizado por meio de intervenções públicas, em conformidade com as modalidades, os procedimentos e as diretrizes a serem aprovadas pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes para este Acordo, em sua primeira sessão, conforme definido no Artigo 13, parágrafo 13. Outras Partes são incentivadas a fazê-lo.
 8. O Mecanismo Financeiro da Convenção, incluindo suas entidades operacionais, deverá atuar como o mecanismo financeiro deste Acordo.
 9. As instituições que servem a este Acordo, incluindo as entidades operacionais do Mecanismo Financeiro da Convenção, deverão buscar acesso eficiente a recursos financeiros por meio de procedimentos de aprovação simplificados e maior apoio preparatório para as Partes países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, no contexto de suas estratégias e planos climáticos nacionais.

Artigo 10

1. As Partes compartilham uma visão de longo prazo sobre a importância de tornar plenamente efetivos o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, a fim de melhorar a resiliência à mudança do clima e reduzir as emissões de gases de efeito estufa.
2. As Partes, observando a importância da tecnologia para a implementação de ações de mitigação e adaptação sob este Acordo e reconhecendo os esforços de aplicação e disseminação de tecnologias existentes, devem fortalecer sua ação cooperativa em matéria de desenvolvimento e transferência de tecnologias.
3. O Mecanismo de Tecnologia estabelecido sob a Convenção deverá servir a este Acordo.
4. Fica estabelecido um programa-quadro de tecnologia para fornecer orientação geral ao Mecanismo de Tecnologia em seu trabalho de promover e facilitar o fortalecimento das ações de desenvolvimento e transferência de tecnologias, a fim de apoiar a execução deste Acordo, em busca da visão de longo prazo a que se refere o parágrafo 1º deste Artigo.
5. É fundamental acelerar, incentivar e possibilitar a inovação para contribuir a uma resposta global eficaz de longo prazo à mudança do clima e para promover o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Esse esforço será apoiado, conforme o caso, entre outros pelo Mecanismo de Tecnologia e, por meios financeiros, pelo Mecanismo Financeiro da Convenção, de modo a promover abordagens colaborativas em pesquisa e desenvolvimento e facilitar às Partes países em desenvolvimento o acesso à tecnologia, em especial nas fases iniciais do ciclo tecnológico.
6. Será prestado apoio, incluindo apoio financeiro, às Partes países em desenvolvimento para a implementação deste Artigo, inclusive para o fortalecimento da ação cooperativa em matéria de desenvolvimento e transferência de tecnologias em diferentes fases do ciclo tecnológico, com vistas a alcançar um equilíbrio entre o apoio destinado à mitigação e à adaptação. A avaliação global prevista no Artigo 14 deve levar em conta as informações disponíveis sobre os esforços relacionados com o apoio ao desenvolvimento e à transferência de tecnologias às Partes países em desenvolvimento.

Artigo 11

1. A capacitação sob este Acordo deverá fortalecer a capacidade e habilidade das Partes países em desenvolvimento, em particular os países com menor capacidade, tais como os países de menor desenvolvimento relativo e aqueles particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima, como, por exemplo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento, a adotarem medidas eficazes em matéria de mudança do clima, incluindo, *inter alia*, para implementar ações de adaptação e

631C11B2

631C11B2

mitigação, e deverá facilitar o desenvolvimento, a disseminação e aplicação de tecnologias, o acesso ao financiamento climático, aspectos pertinentes da educação, treinamento e conscientização pública e a comunicação de informações de maneira transparente, tempestiva e precisa.

2. A capacitação deverá ser determinada pelos países, baseando-se e respondendo às necessidades nacionais, e deverá fomentar a apropriação pelas Partes, em particular pelas Partes países em desenvolvimento, inclusive nos níveis nacional, subnacional e local. A capacitação deverá ser orientada por lições aprendidas, incluindo as atividades de capacitação sob a Convenção, e deverá ser um processo eficaz e iterativo que seja participativo, transversal e que responda a questões de gênero.
3. Todas as Partes deverão cooperar para reforçar a capacidade das Partes países em desenvolvimento para implementar este Acordo. Partes países desenvolvidos devem fortalecer o apoio a ações de capacitação em Partes países em desenvolvimento.
4. Todas as Partes que ampliem a capacidade das Partes países em desenvolvimento de implementar este Acordo, inclusive por meio de abordagens regionais, bilaterais e multilaterais, devem comunicar regularmente essas ações ou medidas de capacitação. As Partes países em desenvolvimento deverão comunicar regularmente o progresso alcançado na execução de planos, políticas, ações ou medidas de capacitação para implementar este Acordo.
5. As atividades de capacitação devem ser fortalecidas por meio de arranjos institucionais adequados para apoiar a implementação deste Acordo, incluindo arranjos institucionais adequados estabelecidos sob a Convenção que servem a este Acordo. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo considerará e adotará uma decisão sobre os arranjos institucionais iniciais para capacitação em sua primeira sessão.

Artigo 12

As Partes devem cooperar na adoção de medidas, conforme o caso, para melhorar a educação, o treinamento, a conscientização pública, a participação pública e o acesso público à informação sobre mudança do clima, reconhecendo a importância dessas medidas no que se refere ao fortalecimento de ações no âmbito deste Acordo.

Artigo 13

1. A fim de construir confiança mútua e promover uma implementação eficaz, fica estabelecida uma estrutura fortalecida de transparéncia para ação e apoio, dotada de flexibilidade para levar em conta as diferentes capacidades das Partes e baseada na experiência coletiva.
2. A estrutura de transparéncia deve fornecer flexibilidade às Partes países em desenvolvimento que assim necessitem, à luz de suas capacidades, na implementação das disposições deste Artigo. As modalidades, os procedimentos e as diretrizes a que se refere o parágrafo 13 deste Artigo deverão refletir essa flexibilidade.
3. A estrutura de transparéncia deve tomar como base e fortalecer os arranjos de transparéncia sob a Convenção, reconhecendo as circunstâncias especiais dos países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, ser implementada de maneira facilitadora, não intrusiva e não punitiva, respeitando a soberania nacional, e evitar impor ônus desnecessário às Partes.
4. Os arranjos de transparéncia sob a Convenção, incluindo comunicações nacionais, relatórios bienais e relatórios de atualização bienais, avaliação e revisão internacionais e consulta e análise internacionais, deverão fazer parte da experiência a ser aproveitada para o desenvolvimento das modalidades, dos procedimentos e das diretrizes previstos no parágrafo 13 deste Artigo.
5. O propósito da estrutura para a transparéncia de ação é propiciar uma compreensão clara da ação contra a mudança do clima à luz do objetivo da Convenção, conforme definido no seu Artigo 2º, incluindo maior clareza e acompanhamento do progresso obtido no alcance das contribuições nacionalmente determinadas individuais das Partes previstos no Artigo 4º, e ações de adaptação das Partes previstos no Artigo 7º, incluindo boas práticas, prioridades, necessidades e lacunas, para subsidiar a avaliação global prevista no Artigo 14.
6. O propósito da estrutura para transparéncia de apoio é propiciar clareza sobre o apoio prestado e o apoio recebido das diferentes Partes no contexto das ações contra a mudança do clima, nos termos dos

631C11B2

631C11B2

Artigos 4º, 7º, 9º, 10 e 11, e, na medida do possível, proporcionar um panorama geral do apoio financeiro agregado prestado, a fim de subsidiar a avaliação global prevista no Artigo 14.

7. Cada Parte deve fornecer periodicamente as seguintes informações:
 - (a) Um relatório do inventário nacional de emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa, preparado com base em metodologias para boas práticas aceitas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima e acordadas pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo; e
 - (b) Informações necessárias para acompanhar o progresso alcançado na implementação e consecução de sua contribuição nacionalmente determinada nos termos do Artigo 4º.
8. Cada Parte deverá também fornecer informações relacionadas aos impactos e à adaptação à mudança do clima, nos termos do Artigo 7º, conforme o caso.
9. As Partes países desenvolvidos devem fornecer, e outras Partes que prestam apoio deverão fornecer, informações sobre o apoio prestado em matéria de financiamento, transferência de tecnologia e capacitação às Partes países em desenvolvimento nos termos dos Artigos 9º, 10 e 11.
10. As Partes países em desenvolvimento deverão fornecer informações sobre o apoio do qual necessitam e que tenham recebido em matéria de financiamento, transferência de tecnologia e capacitação nos termos dos Artigos 9º, 10 e 11.
11. As informações apresentadas por cada Parte nos termos dos parágrafos 7º e 9º deste Artigo devem ser submetidas a um exame técnico de especialistas, em conformidade com a decisão 1/CP.21. Para aquelas Partes países em desenvolvimento que assim necessitem, à luz de suas capacidades, o processo de exame incluirá assistência para identificar as necessidades de capacitação. Além disso, cada Parte deve participar de uma análise facilitadora e multilateral do progresso alcançado nos esforços empreendidos nos termos do Artigo 9º, bem como da implementação e consecução de sua respectiva contribuição nacionalmente determinada.
12. O exame técnico de especialistas nos termos deste parágrafo considerará o apoio prestado pela Parte, conforme pertinente, e a implementação e consecução da sua respectiva contribuição nacionalmente determinada. O exame também identificará, para a Parte relevante, áreas sujeitas a aperfeiçoamento, e verificará a coerência das informações com as modalidades, os procedimentos e as diretrizes definidas nos termos do parágrafo 13 deste Artigo, levando em conta a flexibilidade concedida à Parte nos termos do parágrafo 2º deste Artigo. O exame prestará especial atenção às respectivas capacidades e circunstâncias nacionais das Partes países em desenvolvimento.
13. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo, em sua primeira sessão, adotará modalidades, procedimentos e diretrizes comuns, conforme o caso, para a transparência de ação e apoio, com base na experiência dos arranjos de transparência sob a Convenção e especificando as disposições neste Artigo.
14. Será prestado apoio aos países em desenvolvimento para a implementação deste Artigo.
15. Será também prestado apoio de forma contínua para o fortalecimento das capacidades das Partes países em desenvolvimento em matéria de transparência.

Artigo 14

1. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo fará periodicamente uma avaliação da implementação deste Acordo para determinar o progresso coletivo na consecução do propósito deste Acordo e de seus objetivos de longo prazo (denominada “avaliação global”), a ser conduzida de uma maneira abrangente e facilitadora, examinando a mitigação, a adaptação e os meios de implementação e apoio, e à luz da equidade e do melhor conhecimento científico disponível.
2. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo fará a sua primeira avaliação global em 2023 e a cada cinco a partir de então, a menos que decida de outra forma.
3. O resultado da avaliação global subsidiará as Partes para que atualizem e fortaleçam, de maneira nacionalmente determinada, ações e apoio em conformidade com As disposições pertinentes deste Acordo, bem como para que intensifiquem a cooperação internacional para a ação climática.

Artigo 15

631C11B2

631C11B2

1. Fica estabelecido um mecanismo para facilitar a implementação e promover o cumprimento das disposições deste Acordo.
2. O mecanismo previsto no parágrafo 1º deste Artigo consistirá de um comitê que será composto por especialistas e de caráter facilitador, e funcionará de maneira transparente, não contenciosa e não punitiva. O comitê prestará especial atenção às respectivas capacidades e circunstâncias nacionais das Partes.
3. O comitê funcionará sob as modalidades e os procedimentos adotados na primeira sessão da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo, à qual apresentará informações anualmente.

Artigo 16

1. A Conferência das Partes, órgão supremo da Convenção, deve atuar na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
2. As Partes da Convenção que não sejam Partes deste Acordo poderão participar como observadoras das deliberações de qualquer sessão da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo. Quando a Conferência das Partes atuar como a reunião das Partes deste Acordo, as decisões no âmbito deste Acordo serão tomadas somente pelas Partes deste Acordo.
3. Quando a Conferência das Partes atuar na qualidade de reunião das Partes deste Acordo, qualquer membro da mesa diretora da Conferência das Partes representando uma Parte da Convenção mas, nessa ocasião, não uma Parte deste Acordo, deve ser substituído por um outro membro escolhido entre as Partes deste Acordo e por elas eleito.
4. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo deve manter a implementação deste Acordo sob revisão periódica e tomar, dentro de seu mandato, as decisões necessárias para promover a sua implementação efetiva. Deve executar as funções a ela atribuídas por este Acordo e deve:
 - (a) Estabelecer os órgãos subsidiários considerados necessários à implementação deste Acordo; e
 - (b) Desempenhar as demais funções necessárias à implementação deste Acordo.
5. As regras de procedimento da Conferência das Partes e os procedimentos financeiros aplicados sob a Convenção devem ser aplicados *mutatis mutandis* sob este Acordo, exceto quando decidido de outra forma por consenso pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
6. A primeira sessão da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo deve ser convocada pelo secretariado juntamente com a primeira sessão da Conferência das Partes programada para depois da data de entrada em vigor deste Acordo. As sessões ordinárias subsequentes da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo devem ser realizadas em conjunto com as sessões ordinárias da Conferência das Partes, a menos que decidido de outra forma pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
7. As sessões extraordinárias da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo devem ser realizadas em outras datas quando julgado necessário pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo, ou por solicitação escrita de qualquer Parte, desde que, dentro de seis meses após a solicitação ter sido comunicada às Partes pelo secretariado, receba o apoio de pelo menos um terço das Partes.
8. As Nações Unidas, seus órgãos especializados e a Agência Internacional de Energia Atômica, bem como qualquer Estado membro dessas organizações ou observador junto às mesmas que não seja parte da Convenção, podem se fazer representar como observadores nas sessões da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo. Qualquer outro órgão ou agência, nacional ou internacional, governamental ou não governamental, competente em assuntos de que trata este Acordo e que tenha informado ao secretariado o seu desejo de se fazer representar como observador em uma sessão da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo pode ser admitido nessa qualidade, salvo se pelo menos um terço das Partes presentes objete. A admissão e participação de observadores devem sujeitar-se às regras de procedimento a que se refere do parágrafo 5º deste Artigo.

631C11B2

631C11B2

Artigo 17

1. O secretariado estabelecido pelo Artigo 8.º da Convenção deve desempenhar a função de secretariado deste Acordo.
2. O Artigo 8º, parágrafo 2º da Convenção sobre as funções do secretariado e o artigo 8º, parágrafo 3º da Convenção sobre as providências tomadas para o seu funcionamento devem ser aplicados *mutatis mutandis* a este Acordo. O secretariado deve, além disso, exercer as funções a ele atribuídas sob este Acordo e pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.

Artigo 18

1. O Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico e o Órgão Subsidiário de Implementação estabelecidos nos Artigos 9º e 10 da Convenção devem atuar, respectivamente, como o Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico e o Órgão Subsidiário de Implementação deste Acordo. As disposições da Convenção relacionadas com o funcionamento desses dois órgãos devem ser aplicadas *mutatis mutandis* a este Acordo. As sessões das reuniões do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico e do Órgão Subsidiário de Implementação deste Acordo devem ser realizadas conjuntamente com as reuniões do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico e do Órgão Subsidiário de Implementação da Convenção, respectivamente.
2. As Partes da Convenção que não são Partes deste Acordo podem participar como observadoras das deliberações de qualquer sessão dos órgãos subsidiários. Quando os órgãos subsidiários atuarem como órgãos subsidiários deste Acordo, as decisões sob este Acordo devem ser tomadas somente por aquelas que sejam Partes deste Acordo.
3. Quando os órgãos subsidiários criados pelos Artigos 9º e 10 da Convenção exerçam suas funções com relação a assuntos que dizem respeito a este Acordo, qualquer membro das mesas diretoras desses órgãos subsidiários representando uma Parte da Convenção mas, nessa ocasião, não uma Parte deste Acordo, deve ser substituído por um outro membro escolhido entre as Partes deste Acordo e por elas eleito.

Artigo 19

1. Os órgãos subsidiários ou outros arranjos institucionais estabelecidos pela Convenção ou sob seu âmbito que não são mencionados neste Acordo devem servir a ele mediante decisão da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo deve especificar as funções a serem exercidas por esses órgãos subsidiários ou arranjos.
2. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo poderá fornecer orientação adicional aos órgãos subsidiários e aos arranjos institucionais.

Artigo 20

1. Este Acordo estará aberto a assinatura e sujeito a ratificação, aceitação ou aprovação de Estados e organizações regionais de integração econômica que sejam Partes da Convenção. Estará aberto a assinatura na Sede das Nações Unidas em Nova York de 22 de abril de 2016 a 21 de abril de 2017. Posteriormente, este Acordo estará aberto a adesões a partir do dia seguinte à data em que não mais estiver aberto a assinaturas. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão devem ser depositados junto ao Depositário.
2. Qualquer organização regional de integração econômica que se torne Parte deste Acordo sem que nenhum de seus Estados membros seja Parte, deve sujeitar-se a todas as obrigações previstas neste Acordo. No caso das organizações regionais de integração econômica que tenham um ou mais Estados membros que sejam Partes deste Acordo, a organização e seus Estados membros devem decidir sobre suas respectivas responsabilidades pelo desempenho de suas obrigações previstas neste Acordo. Nesses casos, as organizações e os Estados membros não podem exercer simultaneamente direitos estabelecidos por este Acordo.
3. Em seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, as organizações regionais de

631C11B2

631C11B2

integração econômica devem declarar o âmbito de suas competências no tocante a assuntos regidos por este Acordo. Essas organizações devem também informar ao Depositário qualquer modificação substancial no âmbito de suas competências, o qual, por sua vez, deve transmitir essas informações às Partes.

Artigo 21

1. Este Acordo entra em vigor no trigésimo dia após a data em que pelo menos 55 Partes da Convenção, que contabilizem no total uma parcela estimada em pelo menos 55% do total das emissões globais de gases de efeito estufa, tenham depositado seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.
2. Exclusivamente para o propósito do parágrafo 1º deste Artigo, "total das emissões globais de gases de efeito estufa" significa a quantidade mais atual comunicada anteriormente ou na data de adoção deste Protocolo pelas Partes da Convenção.
3. Para cada Estado ou organização regional de integração econômica que ratifique, aceite, aprove ou adira a este Acordo após terem sido reunidas as condições para entrada em vigor descritas no parágrafo 1º deste Artigo, este Acordo entra em vigor no trigésimo dia após a data de depósito pelo referido Estado ou organização regional de integração econômica de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.
4. Para os fins do parágrafo 1º deste Artigo, qualquer instrumento depositado por uma organização regional de integração econômica não deve ser considerado como adicional aos depósitos por seus Estados membros.

Artigo 22

As disposições do Artigo 15 da Convenção sobre a adoção de emendas à Convenção devem ser aplicadas *mutatis mutandis* a este Acordo.

Artigo 23

1. As disposições do Artigo 16 da Convenção sobre a adoção de anexos e emendas aos anexos da Convenção devem ser aplicadas *mutatis mutandis* a este Acordo.
2. Os Anexos deste Acordo constituem parte integrante do mesmo e, salvo se expressamente disposto de outro modo, qualquer referência a este Acordo constitui ao mesmo tempo uma referência a qualquer de seus anexos. Esses anexos devem conter apenas listas, formulários e qualquer outro material de natureza descritiva que trate de assuntos de caráter científico, técnico, processual ou administrativo.

Artigo 24

As disposições do artigo 14 da Convenção sobre solução de controvérsias devem ser aplicadas *mutatis mutandis* a este Acordo.

Artigo 25

1. Cada Parte tem direito a um voto, à exceção do disposto no parágrafo 2º deste Artigo.
2. As organizações regionais de integração econômica devem exercer, em assuntos de sua competência, seu direito de voto com um número de votos igual ao número de seus Estados membros Partes deste Acordo. Essas organizações não devem exercer seu direito de voto se qualquer de seus Estados membros exercer esse direito e vice-versa.

Artigo 26

O Secretário-Geral das Nações Unidas será o Depositário deste Acordo.

Artigo 27

Nenhuma reserva pode ser feita a este Acordo.

631C11B2

631C11B2

Artigo 28

1. Após três anos da entrada em vigor deste Acordo para uma Parte, essa Parte pode, a qualquer momento, denunciá-lo por meio de notificação por escrito ao Depositário.
2. Essa denúncia tem efeito um ano após a data de recebimento pelo Depositário da notificação de denúncia, ou em data posterior se assim nela for estipulado.
3. Deve ser considerado que qualquer Parte que denuncie a Convenção denuncia também este Acordo.

Artigo 29

O original deste Acordo, cujos textos em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol são igualmente autênticos, deve ser depositado junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

FEITO em Paris, aos doze dias de dezembro de dois mil e quinze.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse fim, firmam este Acordo.

631C11B2

631C11B2

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88

inciso I do artigo 49

1^a PARTE - DELIBERATIVA

2

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 63, de 2016 (Mensagem nº 379, de 7 de julho de 2016, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia.*

RELATOR: Senador **EDISON LOBÃO**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 63, de 2016, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Eduardo Ricardo Gradilone Neto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou, em atenção ao preceito regimental, o currículo do referido diplomata, do qual extraímos as informações que seguem.

Filho de Victório Gradilone Sobrinho e Itália Rossi Gradilone, o indicado nasceu em São Paulo, SP, em 10 de janeiro de 1951.

Formou-se em Comunicação Social, Jornalismo, pela Fundação Armando Álvares Penteado em 1974. Também nesse ano, graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Obteve o título de Mestre em Direito do Estado pela mesma faculdade no ano de 1983, com a dissertação intitulada “O serviço civil brasileiro”.

Em 1998, defendeu a tese “Modelos de relações internacionais e sua contribuição para a formulação da política externa e para o tratamento da informação diplomática no Itamaraty”, aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco – CAE.

Em 1978, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Foi nomeado Terceiro-Secretário, em 1979, e, subsequentemente, promovido a Segundo-Secretário, em 1981, a Primeiro-Secretário, em 1987, Conselheiro, em 1994, Ministro de Segunda Classe, em 1999, e Ministro de Primeira Classe, em 2008.

Dentre os cargos que assumiu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, 1992-94; Assessor Técnico da Subsecretaria-Geral da América do Sul, 2006-07; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, 2007; e Diretor do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, 2007-10.

No exterior, atuou, entre outros, como: Conselheiro na Embaixada em Londres entre 1994-97; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Tóquio entre 1997-2001; Ministro-Conselheiro na Embaixada no Vaticano entre 2001-06; Embaixador em Wellington, desde 2012.

No tocante às relações entre Brasil e Turquia, observamos que, segundo documento informativo anexado pelo Itamaraty, o relacionamento bilateral remete aos impérios do Brasil e Otomano. Com efeito, os respectivos Soberanos assinaram em 1858 Tratado de Amizade e Comércio. No entanto, as relações ganharam maior proximidade com o advento da República em ambos os países. Nesse sentido, verifica-se a abertura de embaixadas no Rio de Janeiro

e em Ancara no ano de 1930. Desde então, o relacionamento manteve-se ininterrupto. Ele, no entanto, adquire maior densidade no século XXI.

Em 2009, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Turquia. Em 2010, vê-se a adoção do “Plano de Ação Bilateral para a Parceria Estratégica”. O Plano representa avanço importante rumo à intensificação da cooperação bilateral. Em 2011, nova visita presidencial. Dessa vez, a presidente Dilma Rousseff assinou em solo turco acordos nos campos educacional e penal. No ano seguinte, o primeiro-ministro Erdogan veio ao Brasil na condição de chefe da delegação turca na Conferência Rio +20.

O relacionamento econômico-comercial acompanhou a aproximação política verificada no romper deste século. Nesse sentido, houve incremento sem precedentes na primeira década do século XXI. A balança tem sido favorável ao Brasil. Exportamos sobretudo minério de ferro, grão de trigo e soja para semeadura, centeio, café, fumo, folhas metálicas, polipropileno, niveladores, ferro fundido e madeira compensada. Nossa pauta de importação está concentrada em autopeças, fios de fibras artificiais, motores a diesel, cimento *portland*, adubos, fósforo, damasco e aveia. Os valores envolvidos em 2015 registram que o Brasil exportou US\$1,33 bilhão e importou US\$566 milhões.

No tocante aos investimentos bilaterais, o estoque de investimentos brasileiros na Turquia, de 2001 a 2014, totalizou US\$ 750 milhões. Já o estoque de investimentos turcos no Brasil é estimado em US\$ 35 milhões. As empresas brasileiras Metal Leve, Votorantim, Cutrale, Burger King, AMBEV-Antártica, Grenede, Arezzo, Condor e WEG respondem pela maioria dos investimentos. Digno de nota é, ainda, a circunstância de a companhia aérea turca (*Turkish Airlines*) manter voos diários entre São Paulo e Istambul. Essa via responde, direta ou indiretamente, pela ampliação do fluxo bilateral de comércio e investimentos.

Registro, por fim, que a comunidade de brasileiros residentes na Turquia é constituída por 550 pessoas. De perfil variado, a maioria, que se encontra sob jurisdição do Consulado-Geral em Istambul, é composta por mulheres casadas com turcos, executivos de multinacionais e trabalhadores temporários (p. ex. jogadores de futebol).

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Relatório de gestão

Embaixador Antonio Luis Espinola Salgado

Embaixada do Brasil em Ancara

República da Turquia

Introdução

Nos três anos decorridos desde que aqui cheguei, a Turquia prosseguiu em seu caminho de crescente afirmação como potência regional e global. A economia continuou a exibir taxas de crescimento consideráveis, sobretudo, em um contexto mundial de baixo crescimento. O progresso científico e tecnológico tem sido notável, e o Governo turco tem-se mostrado um ator cada vez mais atuante nos foros multi ou plurinacionais que buscam respostas aos diferentes desafios enfrentados pela comunidade internacional, como os relacionados à mudança de clima, ao combate à pobreza, ao desarmamento e não proliferação, etc. O modelo político turco, por sua vez, ao unir Islã e democracia, é considerado geralmente uma experiência bem sucedida, apesar de alguns retrocessos.

2. A Turquia é um país com ambições de vulto e que pensa estrategicamente. Nesse sentido, adotou um plano de ação com vistas ao centenário da proclamação da República, a ocorrer em 2023, plano que contém metas cuja realização deveria colocar a Turquia entre as principais economias do mundo.

3. O país tem sérias vulnerabilidades, no entanto, que podem por em risco a consecução desses objetivos, entre as quais: insuficiente coesão nacional - a Turquia apresentando- se cada vez mais polarizada entre seus segmentos seculares e religiosos -; e sua permanente exposição a toda uma série de vicissitudes, decorrentes de estar localizada em meio a um conjunto de regiões das mais instáveis do mundo (Oriente Médio, Balcãs, Mar Negro, Cáucaso).

4. No terreno dos valores, nota-se crescente tensão entre os partidários de uma Turquia voltada para o Ocidente, a democracia e os direitos humanos, e aqueles que buscam o retorno a um modo de vida mais condizente com os preceitos islâmicos. A conciliação, a mais longo prazo, entre esses dois campos dos valores não é impossível, mas constitui um desafio.

5. Há, portanto, muitas incertezas quanto ao futuro da Turquia. Para o Brasil, contudo, a Turquia permanece um país a ser cultivado, não só pelas oportunidades de comércio e investimento que oferece seu vasto mercado e pelo potencial de cooperação em diversos setores, em especial em ciência e tecnologia, mas também pelo benefício que pode derivar do diálogo político regular com um importante país emergente.

Política interna

6. O desdobramento mais relevante na política interna, desde que assumi o Posto, em maio de 2013, é, sem dúvida, a consolidação e o fortalecimento do poder do ex-Primeiro-Ministro e atual Presidente da República, Recep Tayyip Erdogan, tanto no âmbito de seu partido, o AKP (Partido da Justiça e do Desenvolvimento) como no plano nacional.

7. No âmbito partidário, Erdogan, assentado em suas inegáveis popularidade e força eleitoral, confirmou sua liderança e a de sua corrente, paulatinamente reduzindo o espaço e a influência de facções concorrentes. Dentro do AKP, Erdogan pode ser caracterizado, grosso modo, como expoente de uma linha mais conservadora e nacionalista, a qual se contrapõe à orientação mais liberal e pró-ocidental do grupo liderado pelo ex-Presidente Abdullah Gul e pelo ex-Vice-Primeiro-Ministro Bulent Arinç, ambos, juntamente com Erdogan, cofundadores do AKP. Mais recentemente, o Presidente conseguiu reduzir a influência do grupo do ex-Primeiro-Ministro Ahmet Davutoglu, tido como não inteiramente identificado com o projeto, acalentado por Erdogan, de introdução do sistema de governo presidencialista na Turquia. Na convenção extraordinária do Partido realizada em maio deste ano, uma clara maioria de adeptos de Erdogan foi eleita para os órgãos partidários, inclusive para a presidência do partido, antes ocupada por Davutoglu, agora por Binali Yildirim, atual Primeiro-Ministro.

8. Com a máquina do partido sob seu controle, Erdogan fortalece-se no plano nacional e poderá prosseguir mais facilmente com seu projeto de mudança da Constituição com vistas à introdução do sistema presidencialista, tido por ele como mais apto para lidar com os desafios com que se defronta a Turquia. Cabe ter presente que, mesmo sob o atual sistema parlamentarista, o Presidente tem atuado, na prática, como Chefe de Governo, fazendo uso pleno de suas prerrogativas

constitucionais e, mesmo, de acordo com seus críticos, estendendo arbitrariamente seu alcance.

9. Opositores do Presidente denunciam que o poder crescente de Erdogan vem sendo construído em paralelo a um processo de crescente cerceamento da liberdade de expressão e de intimidação do Poder Judiciário. Nessas condições, e tendo em vista que o Presidente dispõe de confortável maioria no Parlamento, temem que eventual mudança no sistema de Governo possa traduzir-se no debilitamento da democracia na Turquia.

10. Além da questão do fortalecimento do poder pessoal de Erdogan e dos riscos que comportaria para a democracia no país, a agenda política interna tem sido dominada pela questão do terrorismo, relacionado seja ao PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão, seja ao Estado Islâmico (EI, ISIS ou Daesh/Daexe).

11. O PKK é considerado organização terrorista pela lei turca, o que não impediu o Governo turco de negociar com suas lideranças uma solução política para a questão curda, o chamado "processo de solução". As negociações, entretanto, foram interrompidas na esteira do atentado de Suruç – que vitimou ativistas curdos e cuja autoria foi atribuída ao EI, mas que teria contado, na visão curda, com no mínimo a negligência das autoridades turcas – e a retomada subsequente das ações armadas pelo PKK.

12. As perspectivas de retomada das negociações acham-se prejudicadas, no plano interno, pelos confrontos violentos no sudeste do país (área de predominância curda) entre as forças de segurança turcas e o PKK, e, no plano externo, pelos desenvolvimentos na Síria, onde o PYD (Partido da União Democrática), agremiação – vinculada, para Ancara, ao PKK – que representa boa parte dos curdos sírios, tem consolidado seu domínio sobre vasto território, o que poderia propiciar o surgimento de um Estado curdo independente, hipótese que atemoriza as lideranças em Ancara. A percepção geral, entretanto, é de que não há solução militar possível para a questão curda e que, cedo ou tarde, as duas partes terão que reencetar o diálogo.

13. Enquanto isso não ocorre, o PKK e outras organizações clandestinas curdas têm cometido atentados não somente no sudeste do país, como também em Istambul, Ancara e outras cidades.

14. A onda de ataques terroristas atribuídos ao ISIS vincula-se, por sua vez, ao envolvimento crescente da Turquia na luta contra aquela organização, ao lado de coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos. Cabe notar que, segundo analistas, durante muito tempo, a Turquia teria evitado um envolvimento mais decidido na luta anti-ISIS, na convicção de que a entidade jihadista constituiria um instrumento eficaz de contenção do avanço curdo no norte da Síria. A partir da autorização do uso da base de Incirlik por forças da coalizão, essa fase de inação teria terminado, o que teria provocado ações de represália contra a Turquia, a cargo das células da organização operantes neste país. Entre outros, o atentado em Ancara, de outubro de 2015, vitimando fatalmente mais de cem pessoas, foi atribuído ao Estado Islâmico.

15. A vitória na luta contra o terrorismo do ISIS depende, em boa medida, da aniquilação dessa organização no Iraque e na Síria. O fim do ISIS, entretanto, não significará o fim do terrorismo de inspiração religiosa, sobretudo salafista, que se alimenta de ressentimentos antigos com relação ao Ocidente e seus aliados e da condição de exclusão socioeconômica de muitos dos potenciais militantes. Esses fatores dificilmente serão superados no futuro próximo.

16. Finalmente, cabe mencionar, no tocante ao quadro político interno, o combate sem trégua do Governo ao movimento Hizmet, fundado pelo antigo aliado do AKP Fethullah Gulen. O Hizmet, que tem ramificações em vários países, inclusive no Brasil, onde investe em educação e atividades culturais, vinha-se desentendendo com o Governo já há algum tempo, mas passou a ser considerado inimigo a partir das denúncias de corrupção formuladas, em dezembro de 2013, contra membros do Governo por promotores ligados ao movimento. Desde então, seus membros têm sido afastados das funções públicas que exercem e até mesmo presos por diferentes alegações, e suas propriedades confiscadas. Política externa

17. A formulação da política externa turca, bem como sua implementação, constituem exercício habitualmente complicado, dada a singular condição geopolítica deste país, cujo território se divide entre a Europa e a Ásia, e tem limites com o Oriente Médio, o Cáucaso, os Bálcãs e, através do Mar Negro, com a Rússia e a Ucrânia, sendo sua atuação diplomática influenciada por desdobramentos nesse entorno.

18. Durante a Guerra Fria, a bipolaridade tornava, de certo modo, mais fácil esse exercício, a Turquia alinhando-se às posições ocidentais, em sua qualidade de membro da OTAN. A aliança com o Ocidente, ademais, estava em conformidade com a orientação ocidentalizante imprimida por Ataturk desde a proclamação da República turca em 1923. Tensões dentro do bloco militar podiam ser contidas mais facilmente, com a importante exceção da crise que levou à ocupação do Norte de Chipre pela Turquia, em 1974.

19. Após a Guerra Fria, o "establishment" secularista turco sentiu-se mais a vontade para explorar novas parcerias fora do âmbito ocidental, que continuou, no entanto, a ser a referência principal da política externa turca.

20. Com a chegada ao poder do islamista AKP, em 2002, a ação diplomática turca passa a assumir um novo caráter, com a intensificação da busca de parcerias não habituais, o cultivo das relações com os países que outrora integravam o Império Otomano, e com o mundo islâmico de modo geral, bem como a busca de uma projeção para a Turquia além do âmbito regional, apoiada no êxito econômico das administrações akapistas, refletido, *inter alia*, na manutenção de altas taxas de crescimento ao longo dos últimos quatorze anos. Nesse contexto, adquiriram importância especial a expansão das empresas turcas não só no entorno regional, mas no plano global, e, também, o aumento da cooperação técnica, educacional e cultural com diversos países.

21. A política externa turca, em sua dimensão regional, ficou conhecida como a de "zero problem with the neighbors", nome que lhe foi dado por seu principal idealizador, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ahmet Davutoglu. Recebeu também o rótulo de "neo-otomanismo" por alguns analistas. Sua dimensão global não recebeu uma denominação especial, mas foi igualmente importante. Nesse período, a Turquia ampliou sua presença no mundo, tornando-se aos poucos um ator global, assim como o Brasil. Em 2010, os dois países assinaram com o Irã a Declaração de Teerã, iniciativa diplomática com vistas a criar condições mais favoráveis para o encaminhamento negociado da questão nuclear iraniana.

22. A política externa particularmente ativa do Governo do AKP tem permitido ao país beneficiar-se de oportunidades econômico-comerciais em diferentes partes do mundo e

participar como interlocutor respeitado em diversos mecanismos decisórios ou de coordenação no plano internacional, como o G-20. No plano regional, entretanto, a política de "zero problems" com os vizinhos começou a ser inviabilizada a partir do começo da "Primavera Árabe", em particular com a evolução da crise síria em direção à guerra civil.

23. O Governo turco, em face da crise na Síria, país com o qual tem uma fronteira de mais de 900 km, assumiu uma postura protagônica desde o início, apostando – no que se revelaria um erro de cálculo – em uma rápida derrubada do Governo de Assad. O então Primeiro-Ministro Erdogan acompanhou a então Secretaria de Estado norte-americana, Hillary Clinton, e muitos líderes ocidentais, na exigência da saída imediata de Assad, confiante em sua suposta falta de sustentação interna. Paralelamente, o Governo turco passou a dar apoio político e ajuda material aos opositores do Presidente sírio, o que viria a provocar o rompimento das relações diplomáticas com Damasco, em 2012.

24. De lá para cá, a complexidade do tabuleiro regional fez valer seu peso. O rompimento com Damasco e o apoio aos rebeldes sunitas, revelando um viés sectário da política externa turca, levaram ao esfriamento das relações com o Irã xiita, aliado da Síria, e, em menor medida, com o Iraque e o Líbano, países que têm significativa população xiita. Ao mesmo tempo, a ajuda prestada à Irmandade Muçulmana na Síria e no Egito irritou a Arábia Saudita e demais países do Golfo, à exceção do Catar. Com Israel as relações se encontravam abaladas desde 2009, em função do incidente com o Mavi Marmara (navio que se dirigia a Gaza com ajuda humanitária e foi interceptado por Israel em ação que resultou na morte de 9 cidadãos turcos). O apoio aos rebeldes anti-Assad indispôs a Turquia com a Rússia, e deu início a um processo de deterioração nas relações bilaterais que culminou com a derrubada do caça russo, em novembro de 2015, e a adoção de medidas retaliatórias por parte de Moscou. A condenação do golpe que derrubou o Governo Morsi, por outro lado, levou ao quase rompimento das relações diplomáticas com o Cairo. Finalmente, a ampliação das áreas controladas pelos curdos no norte da Síria e a assistência prestada pelos EUA ao PYD estão tensionando as relações entre Ancara e Washington. O Governo norte-americano entende que a Turquia dá mais

prioridade à luta contra os curdos do PKK, do qual o PYD seria uma extensão, do que à luta contra o Estado Islâmico.

25. Apesar das consequências negativas de seu protagonismo com relação à Síria e da adoção de um viés sectário em sua política externa, que levou a Turquia até mesmo a apoiar grupos jihadistas na Síria, inclusive, segundo alguns analistas, o próprio Estado Islâmico, o Governo de Ancara persistiu em sua linha até pouco tempo atrás. Os prejuízos econômicos sofridos pelo país decorrentes dessa política, agravados com as sanções russas, aliados ao temor diante da criação eventual de um Estado curdo no norte da Síria e a conveniência de manter os canais abertos com todos os atores relevantes nesse contexto terminariam, porém, por provocar uma revisão, ainda que parcial, da política turca para a região.

26. Atualmente, assiste-se a um processo de normalização das relações com os países dos quais a Turquia estava afastada. O primeiro passo consistiu no acordo com Israel, de 28 de junho último, com vistas ao restabelecimento pleno das relações diplomáticas, uma vez que foram finalmente atendidas as condições impostas pela Turquia, em razão do episódio do Mavi Marmara (pedido de desculpas, compensação às famílias das vítimas, e alívio do bloqueio de Gaza). Devem seguir-se a normalização das relações com a Rússia, após o preenchimento pela Turquia das condições estipuladas pelo governo russo para dar por encerrado o mal-estar causado pela derrubada do caça russo (algum tipo de desculpas pelo Governo turco, a condenação do responsável pela morte do piloto, etc.).

27. No tocante ao resto do mundo, caberia assinalar as tensões crescentes com a União Europeia em torno dos passos a serem dados pela Turquia no processo de adesão ao bloco. Instituições Europeias têm pressionado a Turquia a reverter medidas que, a seu ver, restringiriam a democracia e os direitos humanos. Essas tensões, no entanto, não têm impedido a colaboração entre a UE e a Turquia, parceiro chave na luta contra o Estado Islâmico e na contenção do fluxo de refugiados sírios, objeto de acordo celebrado em março de 2016.

28. A Turquia, por fim, tem estreitado cada vez mais os laços com a China, o Japão, a Coréia do Sul e outros países asiáticos, assim como com a África e a América Latina, esta

visitada pelo Presidente Erdogan novamente em fevereiro deste ano, quando esteve no Chile, Peru e Equador. As relações com o Brasil serão examinadas na seguinte seção. Relações bilaterais

29. As relações Brasil-Turquia, elevadas ao patamar de Parceria Estratégica em 2010, mantêm-se excelentes.

30. No plano político, o diálogo entre altas autoridades brasileiras e turcas tem sido fluido, ainda que não muito regular. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff visitaram a Turquia, em maio de 2009 e outubro de 2011, respectivamente. O então Primeiro Ministro Recep Tayyip Erdogan, atual Presidente da Turquia, esteve no Brasil, em maio de 2010, para a Cúpula da Aliança das Civilizações, e em julho de 2012, quando chefiou a delegação turca à Rio+20. Na ocasião, Erdogan manteve encontro bilateral com a Presidente Dilma Rousseff. Em novembro de 2015, a Presidente Dilma participou da Cúpula do G-20, em Antália, Turquia, quando conversou brevemente com o Presidente turco.

31. Os Ministros de Relações Exteriores brasileiros e seus homólogos turcos, por sua vez, costumam manter encontros à margem de reuniões internacionais, como por ocasião das sessões anuais da Assembleia Geral das Nações Unidas.

32. A circunstância de serem Brasil e Turquia potências emergentes, comprometidas - ainda que nem sempre de forma linear, no caso da Turquia - com a democracia e os direitos humanos, e que enfrentam desafios em grande medida semelhantes, faz com que se registre considerável convergência de posições nos foros multilaterais. Entre outros pontos, ambos países defendem a democratização das instâncias decisórias internacionais, inclusive a reforma das instituições financeiras internacionais, o respeito ao direito internacional e o reforço do multilateralismo. Participam, ainda, de iniciativas voltadas para a promoção da paz e para a prevenção de conflitos, como a Aliança das Civilizações e o Grupo de Amigos da Mediação.

33. O diálogo fluido entre os dois países, não se traduziu, nos três anos desde que aqui cheguei, em uma continuidade das visitas de alto nível. A única visita em nível ministerial foi a do então Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, em agosto de 2013. Essa ausência de visitas vinculou-se, pelo

menos em parte, às contingências do calendário eleitoral nos dois países e ao agravamento da situação econômica no Brasil.

34. Pelos mesmos motivos, não puderam ser plenamente utilizados ou postos em andamento os mecanismos previstos no Plano de Ação da Parceria Estratégica e referentes, entre outras áreas, a agricultura, ciência e tecnologia, comércio exterior e energia. No âmbito político, cabe, no entanto, salientar a realização da 9ª sessão de consultas políticas Brasil-Turquia, no dia 3 de junho corrente. A delegação brasileira foi chefiada pelo Subsecretário de Assuntos Políticos I do Itamaraty, Embaixador Fernando Simas Magalhães, e a turca, pelo Subsecretário de Estado adjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Ahmet Muhtar Gun. A reunião de consultas políticas, entre outros resultados, abriu caminho para a reativação dos mecanismos de cooperação existentes. Foi especialmente ressaltado o interesse de ambas as partes na convocação de reunião da Comissão Conjunta de Cooperação Brasil-Turquia.

35. O bom clima prevalecente no relacionamento Brasil-Turquia tem sido ocasionalmente turvado, na esteira de iniciativas no Congresso Nacional relacionadas ao "genocídio armênio". Em pelo menos três oportunidades, fui convocado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para receber manifestações de desagrado por parte do Governo turco. Mesmo nessas ocasiões, as conversas foram travadas em clima amistoso. Quando da aprovação de moção pelo Senado pela qual aquela Casa legislativa reconhecia o "genocídio armênio", a Turquia decidiu chamar para consultas seu Embaixador em Brasília. Observo, porém, que o Embaixador voltou ao Brasil, ao cabo de duas semanas, diferentemente do que se passou com embaixadores turcos em países europeus que adotaram iniciativas semelhantes, alguns dos quais só regressaram a seus Postos após vários meses de ausência. O pronto retorno do Embaixador turco em Brasília denota, sem dúvida, consideração especial do Governo turco pelo Brasil. Pude, há pouco, confirmar essa consideração especial por ocasião do banquete de iftar (quebra do jejum durante o mês sagrado do Ramadã) oferecido ao corpo diplomático e à comunidade empresarial turca pelo Presidente Erdogan, quando fui dos poucos embaixadores (os outros eram os do Reino Unido, Arábia Saudita, Paquistão, Índia, Irã e Austrália) convidados a sentar-se na mesa do Presidente.

36. No que tange ao comércio bilateral, a desaceleração da economia brasileira juntamente com a desvalorização da lira turca, entre outros fatores, impactaram o valor do intercâmbio total, que ainda assim, manteve-se acima dos dois bilhões de dólares, nos últimos anos. A pauta de exportações brasileiras continua a ressentir-se da prevalência de produtos primários ou pouco elaborados. Essa característica reflete não somente a competitividade das commodities brasileiras, como também o fato de Brasil e Turquia terem pouca complementaridade, produzindo, em boa medida, os mesmos produtos, o que torna mais difícil a exportação de bens industrializados para a Turquia. Outro fator a ser levado em conta nesse contexto é o fato de a Turquia integrar, desde 1995, uma união aduaneira com a União Europeia. Para tentar ampliar as exportações brasileiras e aumentar a participação, nas mesmas, de bens de maior valor agregado, poder-se-ia, além das medidas adotadas internamente para a diminuição do "custo Brasil", entre outros passos, estimular a retomada das missões de entidades empresariais, como a FIESP, à Turquia, inclusive com vistas à identificação de oportunidades de formação de "joint ventures". Poder-se-ia considerar igualmente a atualização do estudo da APEX realizado em 2013 ("Turquia: Perfil e Oportunidades Comerciais").

37. Quanto aos investimentos, note-se a manutenção do interesse da Votorantim, da Metalfrio e da Cutrale em manter-se no mercado turco. A Votorantim está em processo de ampliar sua presença na Turquia, onde já conta com 17 plantas de cimento. O clima para investimentos melhorou com a entrada em vigor, em 2014, do Acordo para se evitar a Bitributação. Já o projeto de Acordo para a Promocão e Facilitação dos Investimentos, apresentado, este ano, à parte turca, não encontrou receptividade das autoridades locais, que consideraram-no desequilibrado em favor do Governo.

38. Nesses últimos três anos, procurei, em meus contatos com entidades governamentais e empresariais, sublinhar o potencial de negócios com o Brasil, destacando as oportunidades oferecidas pelo programa de obras de infraestrutura, inclusive pelo regime de concessões. Creio haver interesse forte das empresas de construção civil turcas - internacionalmente bem reputadas - em projetos de construção, ampliação ou recuperação de portos, aeroportos, estradas, ferrovias, etc. no País. A introdução de condições mais atraentes no regime de concessões, processo já em

andamento, poderá transformar esse interesse potencial dos construtores turcos em operações concretas.

39. No campo da ciência, tecnologia e inovação, as severas restrições orçamentárias vigentes no Brasil impactaram fortemente a implementação das ações previstas no Plano de Ação da Parceria Estratégica. O mesmo aconteceu com relação à cooperação em educação. Assinalo, no entanto, ser grande o potencial de cooperação entre os dois países nessas áreas. Além do Tubitak (Conselho de Pesquisa Científica e Tecnológica da Turquia), detectei o interesse de importantes universidades e instituições acadêmicas públicas e privadas – como a Middle East Technical University (METU), a Universidade de Ancara, a Universidade Sabancı, a Universidade Koç e a Universidade Bahçeşehir em desenvolver laços com suas congêneres brasileiras.

40. Outro tema que merece atenção é a criação de um leitorado brasileiro na Universidade de Ancara, para a qual poder-se-ia contar com o apoio do Governo turco, uma vez que este país foi admitido na CPLP, com status de observador. Conversas preliminares sobre o assunto foram mantidas com diplomatas turcos.

41. A cooperação na área de defesa registrou importantes avanços a partir da visita, em agosto de 2013, do então Ministro da Defesa, Celso Amorim. Na ocasião, foram inauguradas as instalações da Adidância de Defesa junto a esta Embaixada, e acordada a criação de cinco grupos de trabalho (Comando e Controle; Defesa Cibernética; Naval; Aeronáutico; Espacial). Esses grupos chegaram a reunir-se algumas vezes, mas já há algum tempo não o fazem, em parte devido às restrições orçamentárias vigentes.

42. A Embaixada tem prestado toda assistência à pequena comunidade brasileira – 50 pessoas aproximadamente – sob sua jurisdição e tem acompanhado de perto a situação dos presos brasileiros, também em pequeno número, na mesma. A maior parte dos brasileiros na Turquia vive na jurisdição do Consulado-Geral em Istambul. 43. Poucos dias após ter assumido minhas funções em Ancara, em maio de 2013, ocorreu o acidente de balão na Capadócia no qual morreram três cidadãs brasileiras. Desloquei-me, com parte de minha equipe, à região onde procuramos dar o melhor apoio possível aos

feridos, espalhados em diferentes hospitais e cidades, e aos familiares das vítimas. A Embaixada, em coordenação com as autoridades turcas, também providenciou a documentação necessária à repatriação dos corpos das vítimas fatais do acidente. Cumpre destacar o valioso apoio prestado na ocasião pelo Cônsul Honorário em Nevsehir, Omer Tosun.

44. Por fim, cabe mencionar que o setor consular da Embaixada tem sido muito procurado por cidadãos sírios desejosos de obter visto de entrada para o Brasil.

45. Em face do exposto, diria, para concluir essa introdução, que as relações bilaterais acham-se bem encaminhadas e abrigam um potencial considerável de desenvolvimento no futuro. A adequada disponibilidade de recursos materiais e humanos pela Embaixada em Ancara será crucial para a realização desse potencial. Economia e Comércio

46. O PIB da Turquia, após mais de dez anos de crescimento significativo - em apenas um ano, desde 2010, abaixo de 4% - alcançou o patamar de US\$ 800 bilhões. Muito desse crescimento é creditado à corrente de comércio, que beira os US\$ 400 bilhões. Tendo em conta esse quadro, é natural que, na primeira década do Século XXI, as relações econômico-comerciais Brasil-Turquia tenham registrado evolução sem precedentes, refletindo também, possivelmente, a intensificação das relações políticas entre ambos os países. Esse crescimento é ainda mais representativo ao se considerar os efeitos da crise financeira global, iniciada no segundo semestre de 2008, e da crise nos países da zona do euro, com os quais a Turquia mantém estreita relação. Entre 2000 e 2012, a corrente de comércio turco-brasileira passou de US\$ 343 milhões para a cifra recorde US\$ 2,7 bilhões. A partir de 2012, contudo, o sistema ALICEWEB do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), tem registrado leves, porém constantes quedas do comércio bilateral, nos anos de 2013 (US\$ 2,3 bilhões), 2014 (US\$ 2,1 bilhões) e 2015 (US\$ 1,92 bilhão).

47. Em 2015, a Turquia importou US\$ 1,33 bilhão do Brasil, contra US\$ 1,3 bilhão, em 2014. As exportações turcas para o Brasil, por sua vez, alcançaram o valor de US\$ 566 milhões, contra US\$ 882 milhões, em 2014. De janeiro a maio de 2016, o Brasil exportou para a Turquia US\$ 655,8 milhões e importou US\$ 147,7 milhões. A recuperação parcial dos números, em

favor do Brasil, é creditada em parte à desvalorização do real, em especial no ano passado, frente ao dólar norte-americano, o que tornou as importações do Brasil mais baratas para o empresariado turco. Apesar de ter havido também desvalorização da moeda turca frente à divisa norte-americana, a diferença da cotação tradicional entre o real a lira turca - entre 5% e 10% em favor da lira - aumentou para cerca de 20% a favor da moeda turca.

48. Como nos anos anteriores, os principais produtos exportados pelo Brasil para a Turquia são, por ordem de grandeza: minério de ferro, grãos de trigo e soja para semeadura, centeio, café, fumo, folhas metálicas, polipropileno, niveladores, ferro fundido e madeira compensada. Por seu turno, as exportações turcas para o Brasil se concentram em autopeças, fios de fibras artificiais, motores a diesel, cimento *portland*, adubos, fósforo, damasco, cominho e aveia.

49. Em 2011, a Turquia abriu seu mercado para importação de gado bovino vivo para engorda. Missão da ABIEC esteve no país e iniciou negociações a respeito em agosto daquele mesmo ano. O correspondente certificado sanitário foi aprovado por ambas as partes em novembro de 2012. Recentemente, foi liberada a importação pela Turquia de gado vivo procedente do Brasil para engorda. Outros certificados, em especial, para carcaças com osso, continuam ainda a ser negociados. A importação de carne bovina de países fora da União Europeia ainda é proibida e ainda não é permitida na Turquia a importação de cortes de carne de qualquer procedência.

50. O frango importado pela Turquia destina-se à reexportação para países do Oriente Médio e da África, uma vez que carne de ave importada não pode ser vendida no mercado turco. Oficialmente, as autoridades turcas se utilizam de argumentos fitossanitários para justificar a proibição, mas o objetivo dessa medida é proteger a indústria beneficiadora local, que supre as necessidades do país, porém carece de desenvolvimento tecnológico. A BRF S/A, que, desde abril de 2015, mantém escritório em Istambul, tem tentado entrar neste mercado. Diretor da empresa se reuniu com o Chefe do Posto, no início de dezembro passado.

51. As negociações de ALC entre o Mercosul e a Turquia estão, no momento, paralisadas. A primeira e única rodada

ocorreu em 2008, tendo a parte turca demonstrado falta de flexibilidade em áreas prioritárias para o Mercosul, como agricultura, regras de origem e salvaguardas. A postura se manteve inalterada em contatos posteriores, até 2013, quando a Turquia comunicou seu interesse em retomar as negociações. O Mercosul respondeu positivamente, manifestando concordância com a realização de uma reunião exploratória no segundo semestre daquele ano. Não houve, desde então qualquer resposta da Turquia. Ancara mantém acordos similares com cerca de 18 países, inclusive, desde 2011, com o Chile. A economia deste país se encontra, desde 31/12/1995, em união aduaneira com a União Europeia. Acordo de Cooperação e Facilitação de investimentos

52. Brasil e Turquia não têm em vigor acordo bilateral para proteção de investimentos - que a Turquia mantém com 75 blocos e países, inclusive com a Argentina, desde 01/05/1995. Minuta de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, elaborada pela parte brasileira, foi apresentada, dois meses atrás, ao Governo turco para análise. Embora ainda não tenha sido transmitida reação oficial, o Governo turco sinalizou suas reservas com relação ao texto proposto, a seu ver demasiadamente inclinado em favor dos interesses dos Governos. Investimentos recíprocos

53. Mesmo na ausência do referido acordo bilateral para proteção de investimentos, os investimentos recíprocos têm se ampliado, muito pela entrada em vigor do acordo turco-brasileiro para evitar a dupla tributação, promulgado em novembro de 2013 e retroativo a janeiro daquele ano. Pelo lado brasileiro, a empresa Metal Frio está presente com unidade de produção de refrigeradores comerciais na região de Manisa; a Votorantim é controladora de 18 unidades produtoras de cimento (uma delas na região de Ancara); e a Cutrale participa de "joint venture" em unidade de beneficiamento de cítricos na região de Antália. A Votorantim encontra-se em processo de ampliação de seus investimentos na Turquia, com a construção de planta prevista para ser inaugurada em 2017, no valor de US\$ 35 milhões. Outras 11 empresas brasileiras (AMBEV-Antártica, Nitroquímica, Elekeiroz, Alpargatas, Boaonda, Pampili, Plug in, Grendene, Arezzo, Schutz, Condor e WEG) são representadas diretamente por contrapartes turcas.

54. Registre-se a forte presença na Turquia da rede Burger King, dirigida mundialmente pelo brasileiro Alexandre Behring

e pertencente ao fundo de investimentos 3G, por seu turno controlado pelos também brasileiros Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcelo Hermann Telles. Neste país (e também na Geórgia, na Macedônia e em algumas cidades da China), o Burger King opera em parceria com a empresa turca Torunlar Gida. De acordo com as autoridades financeiras turcas, de 2001 a 2014, o estoque de investimentos brasileiros na Turquia, totalizou 750 milhões de dólares.

55. Pelo lado turco, o estoque de investimento direto no Brasil é estimado em cerca de 35 milhões de dólares. A Sabanci Holding, segundo maior conglomerado empresarial do país, mantém unidade de produção no estado da Bahia, denominada Kordsa (antiga Companhia Bahiana de Fibras-COBIFI), enquanto a Aktas Holding adquiriu, há alguns anos, a tradicional fabricante de molas e sistemas de suspensão automotiva Airtech, no estado de São Paulo. Outras cinco companhias turcas, dentre as quais três "tradings", estão presentes no Brasil. As demais operam nos setores de segurança e de confecções (têxteis). A Turkish Airlines também está no mercado brasileiro, com vôos diários entre São Paulo e Istambul. A conexão direta entre os dois países tem oferecido importante impulso para a ampliação do fluxo bilateral de comércio e investimentos. Em 2014 (últimos dados disponíveis), cerca de 83 mil brasileiros visitaram a Turquia. Por outro lado, menos de 10 mil turcos visitaram o Brasil naquele ano. Relações Brasil/Turquia - União Europeia

56. Tendo em conta a Turquia estar ligada à União Europeia por União Aduaneira há mais de 20 anos, este país sempre se promove como potencial ponto de entrada para empresas de fora do bloco europeu - inclusive do Brasil - para aquele mercado. No entanto a estratégia vem, nos últimos tempos, sendo objeto de revisões, em decorrência das negociações de dois tratados que poderão vir a afetar as relações econômico- comerciais entre a Turquia e a UE: o Acordo para o Comércio de Serviços (TISA) e a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimentos (TTIP) - capitaneada pelos Estados Unidos.

57. O TISA, que pretende regulamentar o comércio internacional de serviços, vem sendo negociado pelos Estados Unidos, pela União Europeia e por outros países com setor de serviços altamente desenvolvido, entre eles Turquia, México, Canadá, Austrália, Paquistão, Taiwan e Israel. Da América Latina, além do já citado México, participam, Colômbia, Costa

Rica, Paraguai, Peru e Uruguai. Diversas organizações não governamentais têm criticado o caráter sigiloso das negociações. Pedidos de divulgação do andamento das conversações, que ocorrem exclusivamente em Genebra, teriam sido ignorados pelas partes até a divulgação pela "Wikileaks", no início de 2014, do primeiro "draft" do acordo. Somente então a UE teria começado a divulgação parcimoniosa de informações sobre o andamento das negociações do acordo que, oficialmente, visaria a liberalização e a regulamentação do comércio mundial de serviços. No entanto, para diversos analistas deste país o atual estágio das negociações apontaria para a intenção dos Estados Unidos e da União Europeia de dificultar o acesso ao mercado de serviços (como provedores) a países emergentes, como os BRICS. A Turquia, apesar de fazer parte do "núcleo duro" do TISA, estaria sendo apontada como "elo fraco" pelas equipes negociadoras da UE e dos EUA.

58. A Parceria Transatlântica de Comércio e Investimentos (TTIP) - e, conforme o caso, sua congênere "Parceria Trans-Pacífica (TPP)" - estaria sendo criticada por não contemplar a de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Existem alegações de que estaria sendo aberta porta para, sob a fachada de liberalização econômico-comercial, constituir-se bloco econômico fortemente excludente a seus não-participantes, em sua maior parte países pouco inclinados a aceitar a liderança norte-americana ou europeia. Ademais, especula-se que o acordo possa vir a fortalecer as posições de empresas privadas oriundas dos países mais ricos, que teriam livre acesso aos mercados de países menos desenvolvidos, sem sofrer a concorrência local, em decorrência de provisões que restringiriam seriamente a possibilidade de ingerência dos governos nos mercados, inclusive para ações de apoio às empresas locais. No caso do TTIP, o mercado turco seria excluído, por não ser este país membro pleno da UE, o que poderia prejudicar seriamente a estratégia de "porta de entrada para Europa" ora praticada pela Turquia e aproveitada por diversas empresas brasileiras. Trabalho do SECOM

59. Julgo que seria de todo útil manter e mesmo intensificar as iniciativas de ampliação das exportações dos produtos brasileiros para este mercado. Sublinhe-se a importância do apoio e incentivo ao estabelecimento de "joint ventures" turco-brasileiras, que podem vir a facilitar a integração dos

dois mercados e impulsionar a corrente de comércio. Saliente-se ainda, em consonância com o entendimento da APEX e do DPR, a necessidade da vinda de missões empresariais à Turquia, no âmbito de entidades federais e estaduais de promoção do comércio, bem como de câmaras de comércio, de associações de classe e mesmo de empresas individuais, com o intuito de tornar visíveis os produtos e empresas brasileiras ao potencial importador turco e, em consequência, incrementar o intercâmbio bilateral.

60. Além dos segmentos trabalhados pela APEX, que enviou missão a este país em novembro de 2012, o SECOM-Ancara recebeu nos últimos anos consultas de entidades de classe e de algumas empresas individualmente, que demonstraram interesse no estabelecimento de parcerias com contrapartes brasileiras, principalmente na área de energias renováveis, biocombustíveis, agronegócio, alimentos, mineração e construção civil. Nesse último setor, empreiteiras turcas, fortes no Oriente Médio, norte da África e Ásia Central têm levado a cabo projetos conjuntos com congêneres brasileiros, como a construção e reforma do aeroporto de Trípoli e a construção de terminal no aeroporto do Cairo.

61. Continua a merecer reflexão a atipicidade do quadro do comércio exterior bilateral. Enquanto praticamente o conjunto dos produtos exportados por empresas brasileiras para a Turquia se compõe de produtos primários ou de reduzida agregação de valor, a pauta das exportações turcas para o Brasil é quase que exclusivamente composta por produtos industrializados. Há que se fazer esforço para que, sem que o Brasil ceda os espaços ora ocupados por produtos primários e commodities, se incremente a participação dos produtos brasileiros em fatia mais significativa do mercado turco no setor de produtos industrializados e de maior valor agregado.

62. Um dos setores de alta tecnologia com boas possibilidades de atuação na Turquia é a indústria aeronáutica. Já houve interesse por aeronaves da EMBRAER pela empresa aérea de bandeira da Turquia, Turkish Airlines. A aquisição por "leasing" de cinco aeronaves E190 da Embraer (com opção de compra adicional de três unidades) pela companhia regional turca "Borajet", em julho de 2014, poderá representar o início de uma entrada do setor aeronáutico brasileiro no promissor mercado turco. O SECOM tem tentado fazer uso da

parceria Embraer-Borajet para promover o produto aeronáutico brasileiro neste país.

63. Cabe acrescentar que a Subsecretaria de Indústrias de Defesa (SSM) do Ministério da Defesa turco, encarregada da gestão do programa de defesa turco e da coordenação das demandas das forças armadas, lançou edital para aquisição de seis aviões de carga. A licitação oferece interessante oportunidade comercial para o KC 390 da Embraer.

64. Por seu turno, empresas turcas fabricantes de peças para aeronaves demonstraram interesse na participação brasileira em projeto de construção de avião cargueiro. A Turkish Aerospace Industries (TAI) é fornecedora tradicional de equipamentos e partes de alta tecnologia e alta precisão a projetos militares e civis da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. A TAI, ademais, está a desenvolver o avião de treinamento básico "Hürkus", e os projetos do "Caça Supersônico Turco" e do "Helicóptero de Ataque Turco". A empresa continua em busca de parceiros internacionais. Cooperação internacional também tem sido buscada pelas estatais HAVELSAN (softwares de defesa) e ROKETSAN (foguetes) ASELSAN (fabricante de eletrônicos militares). Esta última anunciou ter entregado ao exército uruguai, no início de 2015, diversas unidades de "Sistema Móvel de Vigilância de Fronteiras (UBOMS)".

65. A indústria de defesa, aliás, representa uma das áreas mais promissoras do intercâmbio bilateral. A mais recente de uma série de missões de representantes da indústria de defesa do Brasil e da Turquia, no âmbito de Grupos de Trabalho (GTs) bilaterais ora em funcionamento, foi realizada em novembro de 2014. A eventual assinatura de um acordo bilateral de cooperação em defesa, ora sendo negociado pelos Ministérios da Defesa dos dois países, deverá dar impulso adicional a essa parceria.

66. Pelo lado turco, existe Adido Comercial junto à Embaixada turca, que trabalha, desde o início de 2012, em São Paulo. O Ministério da Economia não descartou os planos de designação de mais um Adido, a ser sediado no Rio de Janeiro, assim que se instale o pretendido Consulado-Geral da Turquia naquela cidade.

67. O interesse turco pelo Brasil tem crescido nos últimos anos. Mesmo frente à desaceleração econômica, o Brasil tem

sido destacado por meios empresariais, governamentais e jornalísticos. A visita da Presidente da República a Ancara, em outubro de 2011, e outras visitas de alto nível nos anos seguintes, em especial do então Ministro da Defesa, do então Ministro de Estado das Relações Exteriores, e do então Comandante da Força Aérea, além de diversas delegações militares e de órgãos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) serviram para estreitar ainda mais os vínculos políticos e diplomáticos, bem como para estimular o interesse nas oportunidades comerciais e de investimento que se abrem nos dois países.

68. Apesar do interesse inicial demonstrado pelo empresariado turco, é palpável o desconhecimento na Turquia da realidade sócio-econômica do Brasil, em especial nas cidades fora do eixo Istambul-Izmir, as duas principais cidades turcas (Izmir se encontra na jurisdição do Consulado- Geral de Istambul). Tal desconhecimento constitui uma barreira para tornar as oportunidades de comércio e investimentos que o Brasil oferece mais acessíveis ao empresário médio turco.

69. A fim de reduzir essa falta de familiaridade, e, ao mesmo tempo, explorar o interesse que o Brasil provoca na Turquia, o SECOM tem tentado dinamizar sua participação, muito importante, em feiras e mostras a nível internacional, nacional ou regional em centros econômicos relevantes da Turquia, como Gaziantep, Adana, Mersin, Antália, Nevsehir e Eskisehir, todos na jurisdição do SECOM desta Embaixada e que contam com Consulados Honorários do Brasil, chefiados por proeminentes empresários de projeção regional e nacional. Cabe destacar que, desde 2014, em decorrência das severas restrições orçamentárias vigentes, o SECOM-Ancara não logrou se fazer representar em nenhuma feira comercial em sua jurisdição, embora tenha participado de palestras e outros tipos de evento.

70. O SECOM tem tentado organizar seminários econômico-comerciais sobre o Brasil e suas potencialidades, em centros industriais como Kayseri, Trabzon, Ancara, Samsun e, em especial, Gaziantep e Adana, cidades com forte parque industrial e com interesse em negócios com o Brasil. Contatos de alto nível (Governador da Província, Prefeito) são incluídos nas iniciativas.

71 Além da participação - no período de 2013 a 2016 - em 33 feiras, palestras e eventos (por 25 vezes com participação chefiada diretamente por mim), o SECOM tem atuado nas seguintes atividades:

- a) esforços para aprimorar o sistema de resposta a consultas de exportadores brasileiros e importadores turcos, além de oferecer atenção personalizada a empresários que desejam investir no Brasil;
- b) gestões junto aos órgãos de política comercial turcos, e participação em eventuais negociações de certificados sanitários para importações de carne bovina com osso e de cortes de carne bovina;
- c) atuação em sintonia com entidades brasileiras junto às instituições locais em processos de antidumping como os dois surgidos em 2012 (Tubos de aço e Peças Fundidas e Válvulas) e encerrados com decisões favoráveis ao Brasil, assim como o processo referente a salvaguardas sobre Papel, iniciado em agosto de 2014 e ainda em andamento;
- d) apoio à participação brasileira em feiras e rodadas de negócios em diversas cidades do país, em parceria com outros órgãos brasileiros e com entidades de classe e associações empresariais turcas e brasileiras representativas do setores mais ativos ultimamente nas relações comerciais bilaterais Turquia-Brasil, como os de carnes, alimentos e calçados. Levando em consideração o fato de a Turquia representar porta de entrada importante para os mercados da Europa, da Ásia Central e do Oriente Médio, poderia ser organizado evento com participação da ABIA (Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação), ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias de Carne) e ABICALÇADOS (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados) de promoção de produtos brasileiros.

72. A fim de promover os objetivos mencionados, o SECOM tem trabalhado na divulgação das ferramentas disponíveis para importadores e exportadores. São processadas frequentemente inclusões diretas nos portais de promoção comercial de informações úteis tais como estudos de mercado e políticas setoriais turcas que possam ser consultadas por importadores, exportadores e investidores dos dois países.

73. O SECOM tem tentado manter e aprofundar a cooperação com entidades empresariais turcas parceiras da Embaixada,

inclusive em encontros de alto nível, como nas visitas Presidenciais de 2009 (Presidente Luiz Inácio Lula da Silva) e de 2011 (Presidente Dilma Rousseff). As associações empresariais turcas têm sido importantes aliadas do SECOM em ações de inteligência comercial, na divulgação de empresas e produtos brasileiros, bem como de oportunidades comerciais e de investimentos no Brasil junto ao empresariado turco. Uma delas, o DEIK (Conselho de Relações Econômicas Externas), organiza frequentemente painéis, seminários e reuniões sobre a economia e oportunidades comerciais no Brasil, em diversas partes da Turquia.

74. O SECOM trabalhou, nos últimos anos, no apoio à divulgação da Copa do Mundo de Futebol (FIFA 2014) e dos Jogos Olímpicos de 2016.

75. O SECOM-Ancara tem contado, desde antes de minha chegada ao Posto em 2013, com duas funcionárias locais, e tem sido coordenado - desde 2011 - pelo Oficial de Chancelaria Marcio Eduardo Gayoso, que tem 18 anos de experiência em assuntos do DPR. O referido funcionário está com remoção publicada para a SERE e não há substituto em vista. Sua saída impactará fortemente o setor.

76. No período de 2013 a 2016, o SECOM atendeu 612 consultas telefônicas, por meio eletrônico ou presenciais. Enviou às divisões pertinentes do DPR 157 informações sobre concorrências públicas, 06 sobre projetos de obras públicas e 251 informações sobre produtos. Foram identificadas e divulgadas 230 oportunidades de investimentos e inseridos ou validados cadastros de mais de 1.100 empresas turcas na antiga BGN e no atual portal de promoção comercial. Foram atendidas, ademais, 612 solicitações de 453 empresas. O SECOM ainda elaborou 290 estudos e boletins, procedeu a atualização do Guia "Como Exportar - Turquia", e participou, em conjunto com o SECOM-Istambul, da publicação da revista "Brazil Tourism", editada pelo SECOM-Londres, em língua turca.

77. Por fim, julgo importante salientar a participação da Embaixada na Reunião de Cúpula do G20, realizada nos dias 15 e 16 de novembro passado, em Antália. participei do referido evento, acompanhado por diplomata lotado neste Posto e por funcionária local, lotada no SECOM. Diplomatas desta Embaixada e o Coordenador do SECOM participaram, ao longo do

ano de 2015, de diversas reuniões preparatórias para aquela cimeira.

Assuntos consulares

78. A comunidade brasileira na Turquia é atendida pelo Setor Consular da Embaixada em Ancara - responsável por 63 das 81 províncias da Turquia - e pelo Consulado-Geral em Istambul, responsável pelas restantes 18 províncias.

77. Atualmente, há cerca de 550 brasileiros residentes na Turquia. Destes, mais de 400 se encontram na jurisdição de CG Istambul. A maior parte é composta de mulheres casadas com turcos, seguida de executivos de multinacionais (e suas famílias) e de trabalhadores temporários, em especial nos setores esportivo e de entretenimento (jogadores de futebol e voleibol, dançarinas e capoeiristas). Há poucos imigrantes ilegais, porém número significativo de pessoas que ultrapassam o prazo de vistos de trabalho e são obrigados a deixar a Turquia e/ou pagar multa.

78. Mais de 10% da comunidade é composta de detentos. O número de brasileiros presos na Turquia cresceu exponencialmente, de zero para 56, desde a abertura do voo direto na rota Istambul - São Paulo, pela Turkish Airlines, no final de 2010. O serviço foi inaugurado com voos três vezes por semana e, desde 2012, tem frequência diária. Desses 56 presos, 53 se encontram na jurisdição do Consulado-Geral em Istambul e três na do Setor Consular desta Embaixada. Todos são acusados de tráfico internacional de entorpecentes e todos foram presos no aeroporto internacional Atatürk, em Istambul. Em sua grande maioria, os presos se utilizaram do voo diário São Paulo - Istambul. Aquela repartição consular disponibiliza gratuitamente (para os presos) os serviços do advogado Ali Kemal Atçeken. Segundo representante daquele Consulado-Geral, a maior parte dos presos brasileiros aguarda com certa ansiedade a sanção presidencial do Acordo Bilateral de Transferência de Presos, que poderá vir a permitir o cumprimento de suas penas no Brasil.

79. O Setor Consular da Embaixada em Ancara - chefiado por Oficial de Chancelaria, e que conta com apenas uma funcionária local - tem tido atuação primordial no atendimento aos refugiados da crise síria - quase três milhões em território turco. O posto é um dos cinco ainda autorizados a emitir vistos baseados nas Resoluções

Normativas números 17 e 20 do CONARE. No início da crise, em 2011, o Setor Consular participou, por instrução da SERE, da repatriação - para o Brasil - de cidadão sírio-brasileiro, que havia abandonado o exército de Bashar Al-Assad e se refugiado na Turquia. Tanto o Chefe quanto a funcionária do Setor têm estreito contato com os representantes do ACNUR nesta Capital, já tendo participado de cursos e palestras ministrados por aquela agência.

80. Atendimento também tem sido prestado aos diversos jornalistas, inclusive de órgãos principais da mídia, que operam em território turco - ou utilizam a Turquia como ponto de passagem - para cobrir a crise na vizinha Síria. Número razoável de estudantes universitários e de pessoas classificadas vagamente como "trabalhadores humanitários" também procuram esta Embaixada a fim de tentar acesso à Síria e, mais comumente, a campos de refugiados instalados neste país. No entanto, o Governo turco - que controla diretamente os campos - tem se mostrado refratário ao acesso de estrangeiros. Mesmo missões humanitárias de instituições "bona fide", como a "Fraternidade - Federação Humanitária Internacional" tiveram acesso negado pela "AFAD - Prime Ministry Disaster & Emergency Management Authority" aos campos. Por outro lado, instituições parceiras do ACNUR, como a ONG turca ASAM - que recebeu a "Fraternidade" -, conseguem fazer chegar ajuda humanitária não governamental aos refugiados neste país, e mesmo assim, somente a aqueles que se encontram fora dos campos controlados pelo Governo turco.

81. O acesso às zonas fronteiriças com a Síria também está cada vez mais restringido. Em 2014, o fotojornalista brasileiro Gabriel Chaim foi preso ao cruzar ilegalmente a fronteira turco-síria e internado em prisão de segurança máxima, administrada pela Diretoria-Geral de Segurança. A intervenção do Setor Consular foi primordial para a libertação do referido jornalista, que está banido da Turquia por tempo indeterminado.

82. Dançarinos e afins compõem outro grupo de profissionais brasileiros cada vez mais presente na Turquia. A cada verão no hemisfério norte aumenta o número de homens e mulheres brasileiros contratados por empresários turcos para trabalhar em "resorts", em especial na costa do Mediterrâneo, como dançarinos, capoeiristas e músicos. As reclamações são muitas e incluem o não pagamento dos salários acordados, horários

de trabalho exacerbados, cárcere privado, humilhações, constrangimentos sexuais, incitação à prostituição e outros tipos de coação grave. Por várias vezes, foi registrada a necessidade de intervenção do Setor Consular e, nos casos mais graves, os cidadãos brasileiros envolvidos foram repatriados com a ajuda do Itamaraty.

83. Mesmo com o recente agravamento da situação econômica no Brasil e política na Turquia, o número de turistas brasileiros que visitam este país anualmente se mantém entre os 80 mil e 100 mil. Embora a maior parte deles viaje pelas províncias sob a jurisdição consular do CG Istambul, número significativo visita a Capadócia e demais regiões na jurisdição do Setor Consular desta Embaixada. Casos de furtos, roubos e acidentes, embora não frequentes, são registrados. Em 2013, acidente de balão na Capadócia matou quatro cidadãos brasileiros e feriu gravemente outros, entre eles um OC lotado em BRASEMB Baku. O episódio, fartamente documentado por telegramas, contou com significativa ação do Setor Consular e dos demais funcionários da Embaixada. Mesmo a minha presença foi necessária na Capadócia para prestar apoio às vítimas. Em outra ocasião, cidadão brasileiro, a turismo na Turquia, sofreu infarto no sul da Turquia. Por não saber se expressar em inglês, turco ou qualquer outra língua que não o português, foi necessário o deslocamento do Chefe do Setor e de uma funcionária local para atendimento e acompanhamento de cirurgia cardíaca à qual foi submetido.

84. Cresce também o número de mulheres brasileiras atraídas a esta região por "relacionamentos por internet". Embora haja casos de relacionamento com turcos, em sua maior parte, procuram o Setor Consular brasileiras atraídas para o Iraque ou Síria. Algumas comparecem com seus "noivos". Todas são avisadas sobre a situação de segurança naqueles países. Nenhuma, até o momento, desistiu de seu intento de ir para o Iraque ou para a Síria. Nenhuma jamais retornou ao Setor.

85. Também há casos de brasileiras que se casam com turcos. Os relacionamentos se iniciam, normalmente, pela internet. Embora haja casos de casamentos turco-brasileiros de longa duração e bem sucedidos, muitas mulheres brasileiras - em especial as que se encontram no interior do país - procuram o Setor Consular para reclamar de abusos verbais e físicos. Eventuais filhos são, por muitas vezes, dados pelo próprio cônjuge turco para serem criados pela mãe ou por parentes.

Diversas brasileiras vivem sob ameaça de expulsão (de casa e do país, de forma legal ou não) por parte dos cônjuges turcos, muitos em conluio com autoridades locais.

86. Por último, julgo pertinente registrar o aumento de casos de tentativa de fraude de documentos brasileiros, em especial por cidadãos sírios. Muitos comparecem ao Setor Consular munidos de documentos brasileiros - carteiras de identidade, CPFs e até mesmo títulos de eleitor - aparentemente legítimos e solicitam novos passaportes para eles mesmos ou registros de nascimento para seus filhos (e, posteriormente, passaportes). Os documentos apresentados, muitas vezes, foram emitidos nas repartições de direito. No entanto, os documentos originários - normalmente certidões de nascimento brasileiras - foram obtidos de forma fraudulenta em cartórios do registro civil no Brasil. Embora de difícil detecção, casos desse tipo de fraude têm sido frequentemente descobertos pelo Chefe do Setor Consular e enviados para a SERE, que, na maioria dos casos, identifica a fraude.

Candidaturas

87. Nos últimos anos, a fluidez do diálogo bilateral tem-se traduzido em apoios recíprocos numa série de candidaturas, como a seguir discriminadas: -apoios da Turquia: candidatura do Embaixador José Augusto Lindgren Alves ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (2013); candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo para Diretor-Geral da OMC (2013); candidatura do Brasil (reeleição) para assento na Categoria "b" do Conselho da IMO (2013); candidatura do Brasil (reeleição) para assento no Conselho da OACI (2013); candidatura do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos, mandato 2017/19 (2014); candidatura do Brasil a uma das Vice-Presidências do Codex Alimentarius (2014); e candidatura do Professor José Graziano (reeleição) para Diretor-Geral da FAO (2015). -Apoios do Brasil: candidaturas turcas ao Comitê do Patrimônio Mundial e ao Comitê Subsidiário da Convenção de 1970 sobre Tráfico Ilícito de Bens Culturais (2013) da UNESCO; candidatura da Turquia (reeleição) para assento na Categoria "c" do Conselho da IMO; candidatura da Turquia a assento na Comissão de Navegação Aérea da OACI (2013); e candidatura da Professora Feride Akar para o Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, mandato 2015/18 (2014).

88. Exemplo recente do diálogo assíduo e franco entre o Brasil e a Turquia tem sido as tratativas, neste ano de 2016, em torno do apoio da Turquia à candidatura da Senhora Jacqueline Pitanguy, ao Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, em troca do apoio brasileiro à candidatura da Professora Dra. Sevil Atasoy para o Conselho de Controle Internacional de Narcóticos. 89. Há perspectiva, igualmente, de troca de apoio entre as candidaturas do Brasil para o Conselho da OACI e da Turquia para órgão internacional ainda a ser identificado pela parte turca.

ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Embaixador



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 63, DE 2016

(nº 379/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 379

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia.

Os méritos do Senhor Eduardo Ricardo Gradilone Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de julho de 2016.

EM nº 00174/2016 MRE

Brasília, 20 de Junho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 434 - C. Civil.

Em 7 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO

CPF.: 811.870.848-91

ID.: 7535 MRE

1951 Filho de Victório Gradilone Sobrinho e Itália Rossi Gradilone, nasce em 10 de janeiro em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

- 1974 Comunicação Social, Jornalismo, pela Fundação Armando Álvares Penteado/SP
 1974 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
 1978 CPCC - IRBr
 1982 CAD - IRBr
 1983 Mestrado em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com a tese "O Serviço Civil Brasileiro".
 1998 CAE - IRBr, Modelos de relações internacionais e sua contribuição para a formulação da política externa e para o tratamento da informação diplomática no Itamaraty

Cargos:

- 1979 Terceiro-Secretário
 1981 Segundo-Secretário
 1987 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1994 Conselheiro, por merecimento
 1999 Ministro de Segunda Classe
 2008 Ministro de Primeira Classe

Funções:

- 1979-83 Divisão do Pessoal, Serviço de Classificação de Cargos e Salários, Chefe
 1983-87 Embaixada em Washington, Segundo-Secretário
 1987-89 Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro-Secretário
 1989-91 Embaixada em Paramaribo, Primeiro-Secretário, Conselheiro, comissionado e Encarregado de Negócios
 1991-92 Departamento das Américas, Coordenador-Executivo, substituto
 1992-94 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, Assessor
 1994-97 Embaixada em Londres, Conselheiro
 1997-01 Embaixada em Tóquio, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
 2001-06 Embaixada no Vaticano, Ministro-Conselheiro
 2006-07 Subsecretaria-Geral da América do Sul, Assessor Técnico
 2007 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Chefe de Gabinete
 2007-10 Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, Diretor
 2010-12 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Subsecretário-Geral
 2012- Embaixada em Wellington, Embaixador
 2012- Embaixada junto a Tuvalu, Embaixador cumulativo
 2013- Embaixada junto ao Estado Independente da Samoa, Embaixador cumulativo
 2013- Embaixada junto à República de Kiribati, Embaixador cumulativo
 2015- Embaixada junto ao Reino de Tonga, Embaixador cumulativo

Publicações:

- 1977 Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão de Empresas, in Revista do III Encontro de Advogados do Sistema Telebrás, DCU-654, Brasília, DF
 2008 Uma política governamental para as comunidades brasileiras no exterior, in I Conferência sobre as

- | | |
|------|---|
| | Comunidades Brasileiras no Exterior - Brasileiros no Mundo, FUNAG, Brasília, 2009 |
| 2009 | A Parceria MRE-MPS em apoio aos brasileiros no exterior, in Atuação Governamental e Políticas Internacionais de Previdência Social, Coleção Previdência Social, vol. 32, 1a. edição 2009 |
| 2011 | A importância política dos assuntos consulares e migratórios e o papel fundamental das Chancelarias para o seu adequado encaminhamento. FUNAG, IX Curso para Diplomatas Sul-Americanos. Textos Acadêmicos, 2011 |

Condecorações:

- | | |
|------|---|
| 1979 | Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, IRBr |
| 1984 | Medalha Santos Dumont, Brasil |
| 1994 | Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial |
| 2004 | Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador |
| 2006 | Condecoração Pro Merito Melitensi da Ordem Soberana e Militar de Malta, Malta, Grande Oficial |
| 2006 | Ordem Pontifícia de São Gregorio Magno, Vaticano, Comendador |
| 2009 | Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz |
| 2010 | Ordem do Mérito Anhanguera, grau Grande Oficial, Governo de Goiás |
| 2012 | Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial |

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa II

TURQUIA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A TURQUIA	
NOME OFICIAL	República da Turquia
CAPITAL	Ankara
ÁREA	783.562 km ²
POPULAÇÃO	75,837 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Turco
RELIGIÕES	Islamismo (99,8% da população)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO	Recep Tayyip Erdogan, Presidente
CHEFE DE GOVERNO	Ahmet Davutoğlu, Primeiro-Ministro
CHANCELER	Mevlüt Çavuşoğlu
PIB NOMINAL (2015, FMI)	US\$ 722,2 bilhões
PIB PPP (2015, FMI)	US\$ 1,57 trilhão
PIB "PER CAPITA" NOMINAL	US\$ 9,290

(2015, FMI)	
PIB “PER CAPITA” PPP (2015, FMI)	US\$ 20,276
VARIAÇÃO DO PIB	3,04% (est. 2015), 2,9% (2014), 4,2% (2013), 2,1% (2012); 8,8% (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) – (2014)	0,761 (72º posição)
EXPECTATIVA DE VIDA	75,3 anos (PNUD)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	94,9% (PNUD)
TAXA DE DESEMPREGO	9,7%
UNIDADE MONETÁRIA	lira turca
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Hüseyin Diriöz
COMUNIDADE BRASILEIRA (est)	550 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ f.o.b)									
BRASIL – TURQUIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	902.8	1.153	1.009	1.690	2.377	2.171	2.102	2.190	1.902
Exportações	693.3	816.	609.7	1.033	1.459	1.207	957.4	1.308.3	1.335
Importações	209.5	337.4	399.4	656.2	917.2	964.1	1.144.9	882.3	566.7
Saldo	483.8	478.6	210.3	377.7	542.5	243.0	-187.5	426.0	768.7

Informação elaborada em 10 de março de 2016, por Danilo Vilela Bandeira.
Revisada por Mauricio da Costa Carvalho Bernardes.

PERFIS BIOGRÁFICOS

RECEP TAYYIP ERDOĞAN Presidente



RECEP TAYYIP ERDOĞAN nasceu em Istambul a 26 de fevereiro de 1954. Graduou-se em Economia pela Universidade de Marmara. Eleger-se Prefeito de Istambul em 1994. Em 1997, foi preso e condenado a dez meses de prisão por pronunciamento tido como atentatório ao princípio do laicismo. Em 2001, esteve entre os fundadores do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP). Foi Primeiro-Ministro da Turquia entre março de 2003 e agosto de 2014, quando se elegeu Presidente da República.

AHMET DAVUTOĞLU
Primeiro-Ministro



AHMET DAVUTOĞLU nasceu em 26 de fevereiro de 1959. Graduado em Ciência Política e Economia, construiu carreira acadêmica em Relações Internacionais. Após a vitória do AKP nas eleições de 2002, foi nomeado Assessor-Chefe do Primeiro-Ministro para Assuntos Internacionais, cargo que ocupou até 2009, quando foi conduzido ao posto de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Com a eleição de Erdoğan como Presidente, em agosto de 2014, foi designado como Primeiro-Ministro, cargo anteriormente ocupado por Erdoğan.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais Brasil-Turquia remetem ao relacionamento entre o Império do Brasil e o Império Otomano, que já em 1858 assinaram Tratado de Amizade e Comércio.

Em 1908, para atender à demanda gerada pelo grande fluxo de cidadãos otomanos que chegavam ao Brasil, o Império Otomano abriu Consulados-Gerais em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Em 1930, as Repúblicas do Brasil e da Turquia abriram Embaixadas mútuas, no Rio de Janeiro e em Ancara, inaugurando canais de diálogo mantidos de forma ininterrupta até os dias de hoje. Ao longo do século XX, o relacionamento bilateral manteve-se cordial, ainda que distante. Merecem nota as duas visitas ao Brasil de Suleyman Demirel: em 1992, para participar da Conferência Rio-92, na qualidade de Primeiro-Ministro, e em 1995, como Presidente da República, em caráter bilateral.

O relacionamento bilateral tem tido significativo aprofundamento no século XXI. Em 2006, a operação de evacuação de brasileiros no contexto da guerra do Líbano contou com importante apoio da Turquia, o que contribuiu para aproximar os dois países. Em 2009, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Turquia. Nessa visita, negociou-se o que viria a ser a Declaração de Teerã – documento firmado entre os dois países e o Irã em 2010 como contribuição para a construção de confiança para a resolução do dossiê nuclear iraniano.

Em 2010, a adoção do "Plano de Ação Bilateral para a Parceria Estratégica" constituiu importante passo para a intensificação da cooperação bilateral por meio de dois mecanismos: i) a Comissão de Cooperação Conjunta de Alto Nível (CAN), em nível de Ministro das Relações Exteriores; e ii) o Mecanismo Bilateral de Consultas Político-Diplomáticas, em nível de Secretário-Geral e de Subsecretários dos Ministérios das Relações Exteriores. O Plano de Ação identifica as seguintes principais áreas para o desenvolvimento das relações Brasil e Turquia: i) diálogo político e cooperação em foros multilaterais; ii) comércio e investimentos; iii) energia; iv) biodiversidade; v) meio ambiente e desenvolvimento sustentável; vi) defesa; vii) combate ao terrorismo e ao crime organizado; viii) ciência, inovação e alta tecnologia; e ix) intercâmbio cultural e educacional.

A presidente Dilma Rousseff visitou a Turquia em 2011, quando foram assinados acordos referentes à cooperação na área educacional e ao auxílio mútuo

em matéria penal. O primeiro-ministro Erdogan retornou ao Brasil em 2012, quando chefiou a delegação turca na Conferência Rio+20.

Assuntos consulares

Atualmente, há cerca de 550 brasileiros residentes na Turquia. Destes, mais de 400 se encontram na jurisdição do Consulado-Geral em Istambul. A maior parte é composta de mulheres casadas com turcos, seguida de executivos de multinacionais (e suas famílias) e de trabalhadores temporários, em especial nos setores esportivo e de entretenimento (jogadores de futebol e voleibol, dançarinas e capoeiristas). Há poucos imigrantes ilegais, porém número significativo de pessoas que ultrapassam o prazo de vistos de trabalho e são obrigados a deixar a Turquia e/ou pagar multa.

O Brasil dispõe de cônsules honorários em Adana, Ananya, Antalya, Bursa, Eskisehir, Gaziantep, Izmir, Mersin e Nevsehir.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais concedidos à Turquia.

POLÍTICA INTERNA

A Turquia vem sendo governada, desde 2002, pelo Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP). O predomínio do AKP pode ser atribuído, entre outros fatores: ao êxito da política econômica do Governo (ortodoxa, mas acompanhada de políticas sociais inclusivas), que se reflete em elevadas taxas de crescimento do PIB (quase 5% em média, desde 2002); a políticas públicas efetivas, que permitiram a redução da pobreza e melhoria sensível nos setores da saúde, da educação, da habitação e do transporte público; à restauração gradual das prerrogativas da religião; e, não menos importante, ao carisma do líder do partido, Recep Tayyip Erdogan, ex-primeiro-ministro e atual presidente da República.

Até o ano passado, o AKP havia vencido todas as eleições nacionais e locais na Turquia, bem como a eleição presidencial de 2014 (a primeira desse gênero, possibilitada por reforma da Constituição). Entretanto, nas eleições parlamentares

de 7 de junho de 2015, o AKP, ainda que se mantendo como o partido mais forte, perdeu, pela primeira vez, a maioria no Parlamento, ao obter 40,87% dos votos, registrando queda de quase 9% com relação à eleição anterior.

O apoio ao AKP sofreu também as consequências da cisão entre o AKP e o movimento religioso Hizmet, fundado pelo clérigo Fethullah Gülen, antigo aliado, auto-exilado nos EUA.

Enquanto o AKP perdia a maioria na Grande Assembléia Nacional, o partido pró-curdo HDP (Partido Democrático do Povo) conseguiu, com 13,2% dos votos, superar a barreira dos 10% estabelecida por lei e fazer-se, pela primeira vez, representar no Parlamento. A perda de votos do AKP foi relacionada à boa performance do HDP, cujo dirigente Selahattin Demirtaş soube atrair, com seu discurso liberal, também eleitores fora de sua base de apoio tradicional, composta por integrantes da etnia curda. Votaram no HDP, em junho de 2015, entre outros, muitas mulheres, membros de minorias religiosas, étnicas e sexuais.

Em seguida a essas eleições, o AKP iniciou conversações com os demais partidos políticos com vistas a formar um Governo de coalizão. Fracassadas as tentativas e descartada a hipótese de formação de um governo de minoria, o Presidente da República convocou novas eleições para 1º de novembro de 2015. Desta vez, o AKP conseguiu recuperar a maioria na Assembléia, ao obter 49,5% dos votos, o que significa 317 cadeiras num universo de 550 deputados. O HDP alcançou apenas 10,8%, suficientes porém para continuar no Parlamento.

Os resultados de novembro de 2015 foram atribuídos ao êxito da campanha do AKP centrada na necessidade de estabilização do país diante da ameaça terrorista, tanto do Estado Islâmico (ISIS) como por parte do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão). O PKK rompera a trégua de dois anos, em julho de 2015, e retomara a luta armada, em seguida ao atentado de Suruç - que vitimou curdos em sua maioria e cuja autoria foi atribuída ao ISIS, tendo o Governo turco sido acusado de negligência ou cumplicidade por políticos curdos. Nesse contexto, o HDP foi associado pelo AKP ao PKK, organização considerada terrorista pela lei turca, o que redundou em significativa perda de votos para esse partido.

Atualmente, a cena política turca é dominada por dois temas principais: a reforma constitucional impulsionada pelo Governo, sobretudo pelo Presidente Erdogan, com vistas a introduzir o sistema presidencialista na Turquia; e o encaminhamento da questão curda, após a suspensão do chamado "processo de solução", em meados de 2015.

Com relação ao primeiro tema, a intenção do Governo, especialmente do Presidente Erdogan, é a introdução de um sistema presidencialista, que deslocaria a chefia do Governo, atualmente nas mãos do Primeiro-Ministro, para o Presidente

da República. A necessária reforma da Constituição demandaria uma maioria de 2/3 (367 votos) a favor no Parlamento. A emenda também poderia ser submetida a referendo, decisão nesse sentido necessitando apenas de uma maioria de 3/5 ou 330 votos.

Quanto à questão curda, as perspectivas de retomada das negociações acham-se prejudicadas, no plano interno, pelos confrontos violentos no sudeste do país (área de predominância curda) entre as forças de segurança turcas e o PKK, e, no plano externo, pelos desenvolvimentos na Síria, onde o PYD (Partido da União Democrática), agremiação – vinculada, para a Turquia, ao PKK – que representa boa parte dos curdos sírios, tem consolidado seu domínio sobre vasto território, o que poderia propiciar o surgimento de um Estado curdo independente, hipótese que atemoriza as lideranças turcas. A percepção geral, entretanto, é de que não há solução militar possível para a questão curda e que, cedo ou tarde, as duas partes terão que reencetar o diálogo.

Tradicionalmente, as elites turcas – independentemente de sua filiação partidária – são pouco propensas a discutir o tema. Mesmo o AKP, que avançou mais do que qualquer outro partido na tentativa de uma solução política para a questão curda, ao abrir negociações com o PKK – "o chamado processo de solução" –, parece, agora, em face da retomada da luta armada pelo PKK, ter adotado postura mais intransigente.

Poder Legislativo

O Poder Legislativo na Turquia é unicameral, constituído pela Assembleia Nacional – composta por 550 deputados eleitos para mandatos de quatro anos, por meio de sistema proporcional de lista fechada.

POLÍTICA EXTERNA

A partir da ascensão do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) ao poder na Turquia, em 2002, a política externa turca passou a dar maior atenção às relações com seu entorno médio-oriental, até então desprezado em favor dos laços com os Estados Unidos e a União Européia. O então Primeiro-Ministro e atual Presidente da República, Recep Tayyip Erdogan, passou a dedicar maior esforço para elevar os laços com países como o Irã, o Iraque e (até 2011) a Síria, buscando restaurar, ao menos em parte e sob outros paradigmas, a influência que a Turquia

exerceu no Oriente Médio durante séculos sob a bandeira do extinto Império Otomano.

A estratégia, batizada pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros e atual Primeiro-Ministro, Ahmet Davutoğlu, como a política de "zero problemas com os vizinhos", ajudou a elevar o perfil internacional da Turquia como uma potência regional de ambições globais. Aliada a um desenvolvimento econômico sem precedentes, a Turquia gradualmente passou a ser vista por seus vizinhos como um importante parceiro econômico e, pelas potências ocidentais, como uma experiência bem-sucedida de conciliação entre Islã e democracia, podendo servir de modelo para o mundo islâmico, e como um possível mediador de conflitos. A moderação e a pluralidade da sociedade turca contrastariam com o ativismo de vizinhos islâmicos como a Arábia Saudita sunita e o Irã xiita.

A política de "zero problemas", todavia, acabou superada pelos acontecimentos da chamada "primavera árabe", como se convencionou chamar a sequência de manifestações populares que atingiu vários países do Oriente Médio e do Norte da África a partir de 2011. Segundo analistas, a Turquia teria, desde então, abandonado seu papel de mediadora de conflitos para apoiar determinados partidos e grupos em países como o Egito, a Líbia e a Síria, na tentativa, mais uma vez, de ampliar sua influência na região em meio à instabilidade social que se anunciava. Uma das consequências dessa tentativa foi o forte apoio dado pela Turquia à presidência do egípcio Muhammad Mursi, candidato apoiado pela Irmandade Muçulmana, e o antagonismo que dedicou ao general Abdel al-Sisi, sucessor de Mursi após a derrubada deste pelas Forças Armadas egípcias em 2013. Hoje, os condutores da política externa turca buscariam, em grande parte, gerir os efeitos deletérios provocados pela "primavera árabe", com destaque para a guerra civil que teve início em março de 2011 na vizinha Síria.

Atualmente, o maior desafio da política externa turca é lidar com as consequências do conflito sírio. Além das pressões sociais e financeiras às quais se encontra submetida por abrigar grande número de refugiados – cerca de 2,75 milhões de sírios, segundo a ONU –, a Turquia tem sofrido os efeitos de sua política ativista contra o Presidente sírio, Bachar al-Assad. Segundo especialistas, o apoio que a Turquia teria conferido a algumas milícias anti-Assad desde o início do conflito – e que se teria traduzido, para alguns, na facilitação do trânsito de guerrilheiros pela fronteira turco-síria – teria levado ao estabelecimento de células "jihadistas" em centros urbanos como Istambul, Ankara (capital turca) e Gaziantep. Tal apoio tácito da Turquia às milícias anti-Assad se reduziu nos últimos anos, e Ankara passou a integrar a coalizão liderada pelos EUA contra o grupo radical "Estado Islâmico". Por outro lado, a ocorrência de quatro recentes atentados a

bomba em território turco – em Suruç (julho/2015), Ankara (outubro/2015 e março/2016) e Istambul (janeiro/2016) –, atribuídos ao ISIL e a outros guerrilheiros sírios, indica que a Turquia não está conseguindo evitar o transbordamento do conflito no país vizinho.

Maior parceiro militar da Turquia, os Estados Unidos cultivam relações especiais com Ankara, em particular na área da defesa e da cooperação militar, seja no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – da qual a Turquia é membro desde 1952 – seja no plano bilateral. As relações entre os dois aliados sofreram estremecimento graças à diferença de prioridades em relação à Síria. O grupo sírio-curdo Partido da União Democrática (PYD), por exemplo, é considerado pelos EUA como uma das facções mais ativas contra o ISIS, enquanto a Turquia o vê como uma ameaça à sua integridade territorial.

Em 2005, a União Europeia abriu formalmente negociações com vistas à entrada da Turquia no bloco. Desde então, o processo de adesão tem sofrido percalços, como, por exemplo, o veto de Chipre à abertura de alguns capítulos da negociação. Apesar disso, é importante ressaltar que a União Europeia é o maior parceiro comercial e de investimentos da Turquia, e a influência do bloco europeu, ao qual está ligada por inúmeros acordos, continua a ser fundamental para a compreensão da política externa turca.

Atualmente, a maior questão nas relações entre Ankara e o bloco se refere aos refugiados sírios, que normalmente transitam pelo território turco na tentativa de chegar ao continente europeu. Preocupada com o aumento exponencial da entrada de refugiados em 2015, a cúpula da União Europeia tem negociado com o governo turco para que este regule a passagem dos candidatos a asilo nos países europeus, oferecendo, em troca, imprimir maior impulso ao processo de adesão turca ao bloco. A Turquia e a União Europeia acordaram um Plano de Ação Conjunta nesse sentido em novembro de 2015 e, em março de 2016, acertaram as linhas básicas do Plano, que incluiria o retorno de alguns dos refugiados sírios atualmente na União Europeia para a Turquia. Para alguns, a medida iria de encontro às normas de direitos humanos e do direito humanitário internacional.

Com relação à Rússia, até novembro de 2015, o governo do partido AKP mantinha estreitas relações políticas com aquele país – os Presidentes Recep Tayyip Erdogan e Vladimir Putin sempre demonstraram afinidade pessoal mútua. Ademais, a Rússia é o maior fornecedor de hidrocarbonetos para a Turquia e importante parceiro comercial, como demonstra o grande intercâmbio bilateral e o expressivo aporte de investimentos e turistas russos na Turquia. A relação, porém, vinha se deteriorando gradualmente com o recrudescimento do conflito sírio, em relação ao qual a Turquia mantém posição diametralmente contrária à Rússia:

enquanto aquela é frontalmente anti-Assad, esta, juntamente com o Irã, é o maior apoiador do Presidente sírio. A crise na Ucrânia e a ocupação da Criméia pela Rússia também contribuíram para afastar os dois países.

Em novembro de 2015, a derrubada de um avião russo pela artilharia turca, sob a alegação de que o piloto teria invadido o espaço aéreo da Turquia, foi o estopim que levou ao "congelamento" das relações bilaterais. Desde então, o governo russo decretou diversas medidas econômicas em represália à Turquia, chegando a cassar a licença de empresas turcas para operar na Rússia e dificultar o acesso de bens turcos ao mercado russo. Ademais, projetos estratégicos conduzidos pelos dois países, como a construção da primeira usina nuclear turca e do gasoduto que levaria o gás russo para a Europa via Turquia ("Turkish Stream") foram paralisados.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Embora ainda não esteja disponível a totalidade dos dados oficiais, as autoridades econômicas turcas atestam melhoria do desempenho da economia em 2015. A estimativa é de que o PIB possa ter alcançado US\$ 831 bilhões. Segundo o Banco Mundial, esse valor representa 4,2% a mais do que em 2014, ano em que a economia cresceu 2,9%. O resultado é considerado bom, uma vez que o crescimento da economia global alcançou apenas 2,4% e que as economias emergentes têm apresentado desempenho abaixo das expectativas.

Segundo o Instituto de Estatísticas da Turquia (TUKSTAT/TUIK), no terceiro trimestre de 2015, a economia turca cresceu 4% em relação ao mesmo período de 2014. Espera-se desempenho semelhante no quarto trimestre, atribuído principalmente ao consumo interno. A composição do PIB pela ótica da demanda é a seguinte: i) consumo (71%); ii) comércio exterior (exportações, 26,6%, e importações, -32,4%); iii) investimentos (19,4%); e iv) governo (15,4%). Em termos de valor adicionado, o setor de serviços responde por 63,8% do PIB, a indústria por 27,3%; e a agricultura por 8,9%.

Em dezembro de 2015, a taxa de inflação registrada pelo Banco Central da Turquia alcançou 0,21%. Em todo o ano de 2015, a inflação chegou a 8,81%. Trata-se de valor próximo dos 8,17% registrado em 2014, mas, em ambos os anos, longe da meta governamental de 5%. Atualmente, a estimativa é de aceleração da inflação por causa do aumento dos preços dos alimentos. Em janeiro passado, a inflação atingiu 1,82%, elevando total em doze meses a 9,58%. A previsão oficial para a inflação em 2016 é de 7,5%.

O Banco Central turco tem combatido a alta de preços com medidas como modificações no compulsório bancário (11,5% em liras turcas e 13% em dólares norte-americanos), e alterações na taxa de recompra semanal (agora de 7,50%); e na diferença das pontas da taxa de empréstimos "overnight", atualmente em 7,25% (tomada de empréstimos) e 10,75% (concessão de empréstimos). Ao contrário das expectativas do mercado, essa banda de taxas foi mantida em dezembro, mas se apostou na elevação dos juros ao longo de 2016.

A alta da taxa de inflação estaria ligada a três principais fatores: i) necessidade de gasto de divisas na aquisição pela Turquia de insumos energéticos, matérias-primas e tecnologia, a fim de possibilitar a manutenção do forte crescimento econômico, e ii) influxo de capitais de curto e curíssimo prazo – "hot money" – que teria mantido, em boa parte, o crédito disponível ao consumidor, e iii) volatilidade do câmbio, que apresentou tendência de queda em relação às principais divisas. Se, no início de 2015, um dólar norte-americano era cotado a 2,33 liras turcas, no final de dezembro do ano passado, a taxa de câmbio já havia alcançado 3,01 liras por dólar. Embora tenha havido leve recuperação desde então – o dólar chegou a valer 2,90 liras em janeiro – o recente atentado em Ankara, capital turca, e a crescente deterioração da situação de segurança no país contribuíram para nova desvalorização da moeda turca, cotada a 2,94 por dólar no dia 24/02.

Além de problemas de segurança interna, decorrentes em grande parte do envolvimento direto da Turquia na guerra na Síria – o que tem impactado o orçamento –, a volatilidade da lira turca estaria ligada a outros dois fatores: i) receio dos principais investidores internacionais e dos operadores do mercado de câmbio de atuarem nos mercados emergentes; e, ii) a recuperação econômica dos Estados Unidos e a consequente implementação de política de elevação de taxa de juros praticada pelo Federal Reserve System (FED) norte-americano.

Em 2014 – último ano disponível – o orçamento do Governo turco foi de US\$ 190,4 bilhões. Os gastos, no entanto, chegaram a US\$ 207,9 bilhões. O déficit orçamentário naquele ano ficou em 2,1% do PIB.

A dívida interna do Governo turco é calculada em cerca de US\$ 227 bilhões (33,93% do PIB). A dívida externa da Turquia é de, aproximadamente, US\$ 407 bilhões (48,9% do PIB), sendo US\$ 277 bilhões do setor privado e US\$ 130 bilhões do setor público.

Mesmo a queda do valor da lira não foi capaz de melhorar o desempenho das exportações, um dos principais setores da economia turca. Em 2015, as exportações – US\$ 143,9 bilhões – decresceram 8,7% em relação a 2014 – US\$ 157,6 bilhões. Por outro lado, as importações caíram 14,4% – de US\$ 242,1 bilhões para US\$

207,3 bilhões, o que trouxe certo alívio aos pagamentos externos – 25,2% de redução ao tradicional déficit da balança comercial. No total, em 2015, a corrente de comércio da Turquia recuou 12,1% – de US\$ 399,7 bilhões em 2014 para US\$ 351,1 bilhões.

A redução das importações contribuiu para a diminuição do déficit na conta de transações correntes. Se esse indicador, em anos anteriores, representou mais de 10% do PIB; em 2015, não passou de 5,7%. Esse desempenho cronicamente deficitário continua a ser, em grande medida, atribuído ao elevado nível das importações de energia e de insumos energéticos, em especial hidrocarbonetos (a produção turca de petróleo é de cerca de sete mil barris de petróleo diários). Com o barril do petróleo cotado a US\$ 38 – o nível mais baixo dos últimos 12 anos – a estimativa é de que esse componente das transações correntes não encareça significativamente em 2016.

O investimento externo direto apresentou significativa queda: US\$ 12,6 bilhões em 2015 (em 2014 foram mais de US\$ 15 bilhões). A situação estaria ligada à redução da confiança nas instituições turcas em decorrência de políticas consideradas autoritárias pelos agentes econômicos, além dos motivos elencados acima (dependência do petróleo, do influxo de capitais de curto prazo e tendência de queda da lira turca em relação ao dólar).

Segundo o TURKSTAT, em 2015, a taxa de desemprego alcançou 10,3%, acima da "barreira psicológica" de 10%. Embora o resultado seja considerado ruim para um país que conseguiu manter sua taxa de desemprego abaixo dos 10% por quase dois anos, vários analistas comemoraram o resultado. Isto porque a insegurança política tem causado perdas de postos de trabalho, principalmente no setor de turismo, responsável por cerca de 10% dos empregos no país (podendo chegar a 15% nos meses de verão).

COMÉRCIO BILATERAL

Na primeira década do século XXI, as relações econômico-comerciais Brasil-Turquia registraram evolução sem precedentes, refletindo, possivelmente, a intensificação das relações políticas entre ambos os países. Esse crescimento é ainda mais representativo ao se considerar os efeitos da crise financeira global, iniciada no segundo semestre de 2008, e da crise nos países da zona do euro, com os quais a Turquia mantém estreita relação. Entre 2000 e 2012, a corrente de comércio passou de US\$ 343 milhões para a cifra recorde US\$ 2,7 bilhões. A partir de 2012, contudo, o sistema ALICEWEB do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), tem registrado leves, porém constantes

quedas do comércio bilateral, nos anos de 2013 (US\$ 2,3 bilhões), 2014 (US\$ 2,1 bilhões) e 2015 (US\$ 1,92 bilhão).

Em 2015, a Turquia importou USD 1,33 bilhão do Brasil, contra USD 1,3 bilhão, em 2014. As exportações turcas para o Brasil, por sua vez, alcançaram o valor de USD 566 milhões, contra USD 882 milhões, em 2014. Como nos anos anteriores, os principais produtos exportados pelo Brasil para a Turquia são, por ordem de grandeza: minério de ferro, grãos de trigo e soja para semeadura, centeio, café, fumo, folhas metálicas, polipropileno, niveladores, ferro fundido e madeira compensada. Por seu turno, as exportações turcas para o Brasil se concentram em autopeças, fios de fibras artificiais, motores a diesel, cimento portland, adubos, fósforo, damasco, cuminho e aveia.

Em 2011, a Turquia abriu seu mercado para importação de gado bovino vivo para engorda. Missão da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) esteve no país e iniciou negociações a respeito em agosto daquele mesmo ano. O correspondente certificado sanitário foi aprovado por ambas as partes em novembro de 2012. Recentemente, foi liberada a importação pela Turquia de gado vivo procedente do Brasil para engorda. Outros certificados, em especial, para carcaças com osso, continuam ainda a ser negociados. A importação de carne bovina de países fora da União Europeia ainda é proibida e ainda não é permitida na Turquia a importação de cortes de carne de qualquer procedência.

O frango importado pela Turquia destina-se à reexportação para países do Oriente Médio e da África, uma vez que carne de ave importada não pode ser vendida no mercado turco. Oficialmente, as autoridades turcas se utilizam de argumentos fitossanitários para justificar a proibição.

INVESTIMENTOS BILATERAIS

Embora Brasil e Turquia não tenham em vigor acordo bilateral para proteção de investimentos – que a Turquia mantém com 75 blocos e países, inclusive com a Argentina, desde 1995 – os investimentos recíprocos têm se ampliado, muito pela entrada em vigor do acordo turco-brasileiro para evitar a dupla tributação, promulgado em novembro de 2013, que constitui peça de valor para a remoção de obstáculos à ampliação dos investimentos recíprocos. Pelo lado brasileiro, a empresa Metal Frio está presente com unidade de produção de refrigeradores comerciais na região de Manisa; a Votorantim é controladora de 18 unidades produtoras de cimento (uma delas na região de Ankara); e a Cutrale participa de "joint venture" em unidade de beneficiamento de cítricos na região de Antalya (Antália). A Votorantim encontra-se em processo de ampliação de seus

investimentos na Turquia, com a construção de planta prevista para ser inaugurada em 2017, no valor de US\$ 35 milhões. Outras 11 empresas brasileiras (AMBEV-Antártica, Nitroquímica, Elekeiroz, Alpargatas, Boaonda, Pampili, Plug in, Grendene, Arezzo, Schutz, Condor e WEG) são representadas diretamente por contrapartes turcas.

Registre-se a forte presença na Turquia da rede Burger King, dirigida mundialmente pelo brasileiro Alexandre Behring e pertencente ao fundo de investimentos 3G, por seu turno controlado pelos também brasileiros Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcelo Hermann Telles. Neste país (e também na Geórgia, na Macedônia e em algumas cidades da China), o Burger King opera em parceria com a empresa turca Torunlar Gida. De acordo com as autoridades financeiras turcas, de 2001 a 2014, o estoque de investimentos brasileiros na Turquia, totalizou 750 milhões de dólares.

Pelo lado turco, o estoque de investimento direto no Brasil é estimado em cerca de 35 milhões de dólares. A Sabanci Holding, segundo maior conglomerado empresarial do país, mantém unidade de produção no estado da Bahia, denominada Kordsa (antiga Companhia Bahiana de Fibras - COBAFI), enquanto a Aktas Holding adquiriu, há alguns anos, a tradicional fabricante de molas e sistemas de suspensão automotiva Airtech, no estado de São Paulo. Outras cinco companhias turcas, dentre as quais três "tradings", estão presentes no Brasil. As demais operam nos setores de segurança e de confecções (têxteis). A Turkish Airlines também está no mercado brasileiro, com voos diários entre São Paulo e Istambul. A conexão direta entre os dois países tem oferecido importante impulso para a ampliação do fluxo bilateral de comércio e investimentos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA
1919-23 – Revoltas culminam com o fim do Império Otomano. Fundação da República da Turquia; Kemal Atatürk assume o cargo de Presidente.
1928 – O secularismo é oficializado.
1945 – Neutra durante a maior parte da II Guerra, a Turquia declara guerra à Alemanha e ao Japão, mas não entra em combate. Torna-se membro da ONU.
1950 – Primeiras eleições democráticas. Vence o Partido Democrático.
1952 – Com o abandono da política de neutralidade, Turquia ingressa na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
1960 – Golpe militar derruba o governo do Partido Democrático.
1965 – Süleyman Demirel é escolhido Primeiro-Ministro, cargo ao qual será

reconduzido 6 vezes.
1971 – Onda de violência política; Demirel é forçado pelo Exército a renunciar.
1974 – Turquia invade o norte de Chipre, após golpe militar apoiado pela Grécia.
1978 – EUA suspendem embargo comercial imposto após a invasão de Chipre.
1983 – Vitória de Turgut Özal nas eleições. Volta da democracia após três anos.
1984 – A Turquia reconhece a República Turca do Norte de Chipre.
1990 – A Turquia permite que EUA usem bases no país para atacar o Iraque.
1992 – 20 mil soldados turcos entram no norte do Iraque, de maioria curda.
1993 – Tansu Çiller se torna a primeira mulher a ocupar a Chefia de Governo; Demirel assume a Presidência.
1995 – Ofensiva militar de 35 mil soldados turcos é lançada contra os curdos do norte do Iraque; A Turquia adere à união alfandegária da União Europeia.
2002 – Ahmet Necdet Sezer assume a Presidência no lugar de Suleyman Demirel; as mulheres são equiparadas aos homens do ponto de vista legal; aprovadas novas leis na área de direitos humanos, na tentativa da Turquia de ser aceita como membro da União Europeia.
2005 - O Conselho da União Europeia aprovou a abertura das negociações com a Turquia.
2007 – O Chanceler Abdullah Gül é eleito Presidente pelo Parlamento turco.
2008 – A Turquia é eleita como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU; incursão de tropas turcas no Iraque, em busca de rebeldes separatistas turcos.
2010 – Início dos debates para alterações constitucionais; a Armênia suspende a ratificação dos acordos de paz com a Turquia.
2011 – Eleição do Primeiro-Ministro Tayyip Erdoğan; ritmo lento das negociações sobre a adesão turca na União Européia.
2014 – Erdoğan é eleito Presidente, após mudança constitucional que permite eleição direta para o cargo; Ahmet Davutoğlu, ex-Chanceler, assume a Chefia de Governo
2015 – Nas eleições legislativas de junho, o AKP não obtém a maioria dos assentos; novas eleições são convocadas para novembro e resultam em maioria parlamentar para o AKP

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1858 – Assinatura do Tratado de Amizade e Comércio entre o Império do Brasil e o Império Otomano.
--

1908 – Criação de Consulados-Gerais no Rio de Janeiro e em São Paulo.
1927 – Tratado de Amizade e Comércio entre o Brasil e a República da Turquia.
1930 – Instalação de embaixadas no Rio de Janeiro e em Ankara.
1931 – Abertura de Consulado-Geral em Istambul.
1962 – Fechamento do Consulado-Geral em Istambul.
1984 – Reabertura do Consulado-Geral em Istambul.
1985 – Fechamento do Consulado-Geral em Istambul.
1992 – O primeiro-ministro Süleyman Demirel participa da Rio-1992.
1995 – Visita ao Brasil do presidente Süleyman Demirel.
1998 – Visita ao Brasil do chanceler Ismail Cem. Visita à Turquia do Ministro do Exército, General Zenildo Lucena.
2002 – Visita ao Brasil do comandante da Aeronáutica da Turquia.
2003 – Visita ao Brasil do ministro da Defesa Nacional, Vecdi Gönül.
2004 – Visita à Turquia do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim; visita ao Brasil do ministro da Economia Nacional, Kemal Unakitan; visita à Turquia do ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e do ministro da Defesa, José Viegas; realização da I Reunião de Cooperação Econômica, Comercial e Industrial (Brasília).
2006 – Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Chanceler Abdullah Gül; visita ao Brasil do ministro da Indústria e Comércio, Ali Çoskun; Petrobras vence licitação para a prospecção de petróleo e gás em dois blocos "offshore" no Mar Negro.
2009 – Visita do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim a Istambul, para participar do II Fórum da Aliança de Civilizações; Visita à Turquia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
2010 – Reabertura do Consulado-Geral do Brasil em Istambul
2010 – Visita à Turquia do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (janeiro); visita ao Brasil do chanceler Ahmet Davutoğlu (abril);
2011 – Visita à Turquia do Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota (setembro); visita da presidente Dilma Rousseff à Turquia (outubro).
2012 – Visita do Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota a Istambul (fevereiro), visita do primeiro-ministro Erdoğan ao Rio de Janeiro (junho).
2014 – Visita a Ankara do Ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo para a posse do presidente Erdoğan
2015 – Visita a Brasília do Ministro das Relações Exteriores da Turquia, Mevlut Çavusoglu, para a posse da presidente Dilma Rousseff

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia	07/10/2011		TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL
Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia	07/10/2011	16/07/2015	EM PROMULGAÇÃO
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	16/12/2010	09/10/2012	18/11/2013
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre o Trabalho Remunerado de Dependentes de Membros de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares	21/10/2010	28/10/2015	EM PROMULGAÇÃO
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia Sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira	27/05/2010		EM PROMULGAÇÃO
Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa	14/08/2003	23/10/2007	25/03/2008
Acordo sobre Isenção de Visto para Titulares de Passaportes Comuns.	20/08/2001	01/07/2004	01/07/2004
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Especiais.	10/04/1995	09/07/1995	14/08/1995
Acordo sobre Cooperação no	10/04/1995	12/11/1996	18/12/1996

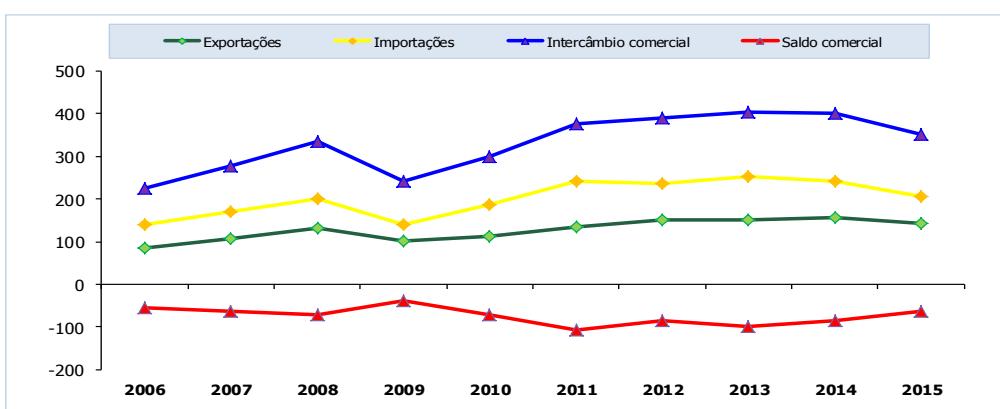
Setor de Turismo.			
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional.	10/04/1995	13/04/1996	20/03/1997
Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial.	10/04/1995	19/03/1997	13/03/1998
Acordo sobre Transportes Aéreos.	21/09/1950	07/03/1952	03/04/1952
Acordo Comercial.	02/07/1933	02/07/1933	28/10/1933
Tratado de Amizade.	08/09/1927	15/09/1928	29/09/1928
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.	05/02/1858	18/05/1858	18/05/1858

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior da Turquia
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	86	16,4%	140	19,5%	225	18,3%	-54
2007	107	25,4%	170	21,8%	277	23,2%	-63
2008	132	23,1%	202	18,8%	334	20,4%	-70
2009	102	-22,6%	141	-30,2%	243	-27,2%	-39
2010	114	11,6%	186	31,7%	300	23,3%	-72
2011	135	18,4%	241	29,8%	376	25,5%	-106
2012	153	13,1%	237	-1,8%	389	3,5%	-84
2013	152	-0,5%	252	6,4%	403	3,7%	-100
2014	158	3,9%	242	-3,7%	400	-0,9%	-85
2015	144	-8,7%	207	-14,5%	351	-12,2%	-63
Var. % 2006-2015	68,3%	--	48,5%	--	56,0%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

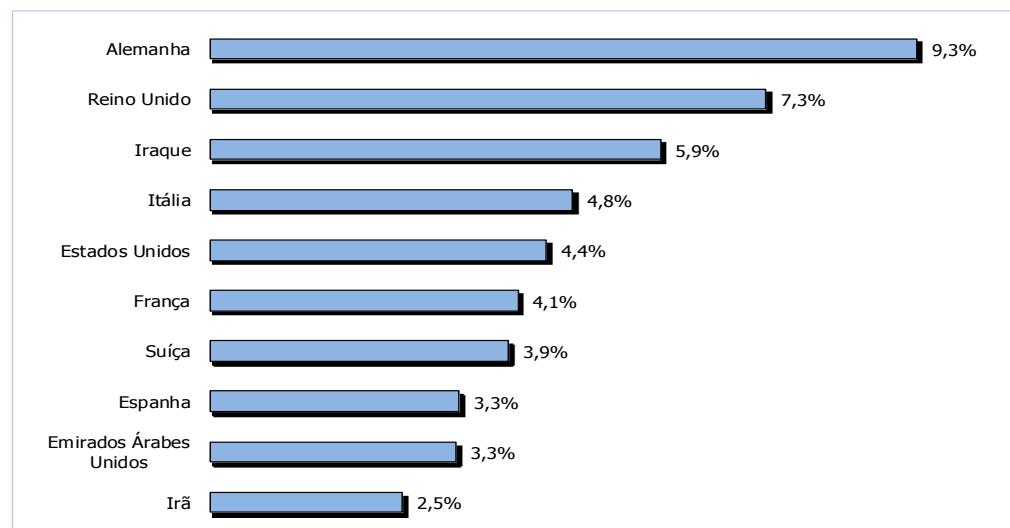


Direção das exportações da Turquia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Alemanha	13,43	9,3%
Reino Unido	10,57	7,3%
Iraque	8,56	5,9%
Itália	6,89	4,8%
Estados Unidos	6,40	4,4%
França	5,85	4,1%
Suíça	5,68	3,9%
Espanha	4,75	3,3%
Emirados Árabes Unidos	4,68	3,3%
Irã	3,67	2,5%
...		
Brasil (53ª posição)	0,46	0,3%
Subtotal	70,92	49,3%
Outros países	73,01	50,7%
Total	143,94	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais destinos das exportações

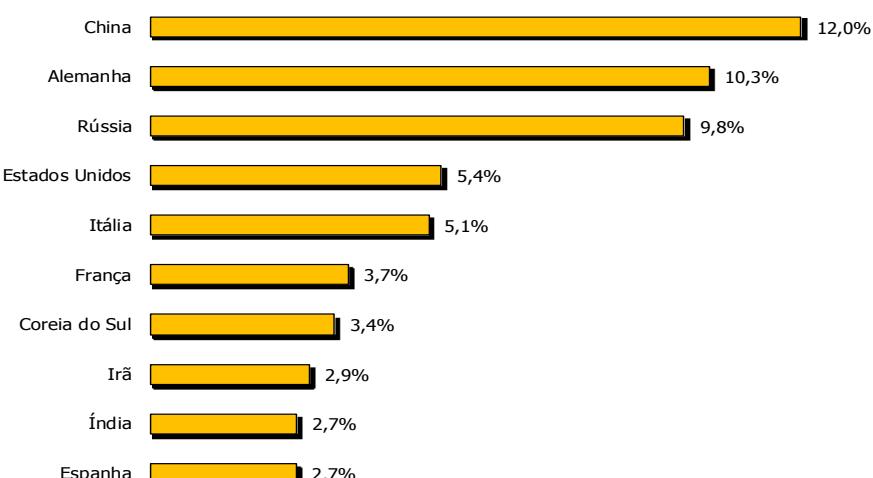


Origem das importações da Turquia
US\$ bilhões

Países	2015	Part.% no total
China	24,87	12,0%
Alemanha	21,35	10,3%
Rússia	20,40	9,8%
Estados Unidos	11,13	5,4%
Itália	10,64	5,1%
França	7,58	3,7%
Coreia do Sul	7,06	3,4%
Irã	6,10	2,9%
Índia	5,61	2,7%
Espanha	5,59	2,7%
...		
Brasil (25ª posição)	1,79	0,9%
Subtotal	122,12	58,9%
Outros países	85,08	41,1%
Total	207,20	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais origens das importações

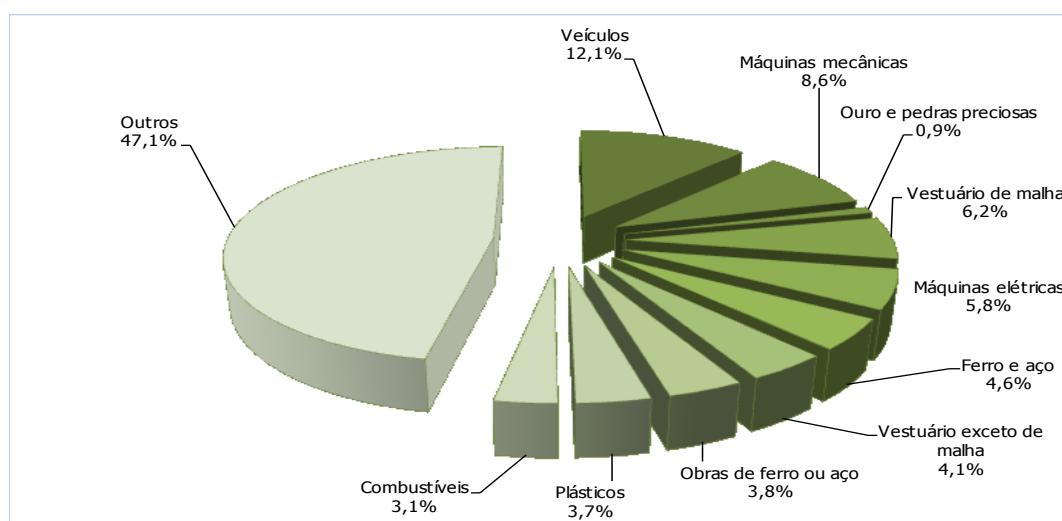


Composição das exportações da Turquia
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Veículos	17,47	12,1%
Máquinas mecânicas	12,34	8,6%
Ouro e pedras preciosas	1,26	0,9%
Vestuário de malha	8,94	6,2%
Máquinas elétricas	8,29	5,8%
Ferro e aço	6,56	4,6%
Vestuário exceto de malha	5,92	4,1%
Obras de ferro ou aço	5,47	3,8%
Plásticos	5,37	3,7%
Combustíveis	4,52	3,1%
Subtotal	76,14	52,9%
Outros	67,79	47,1%
Total	143,94	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

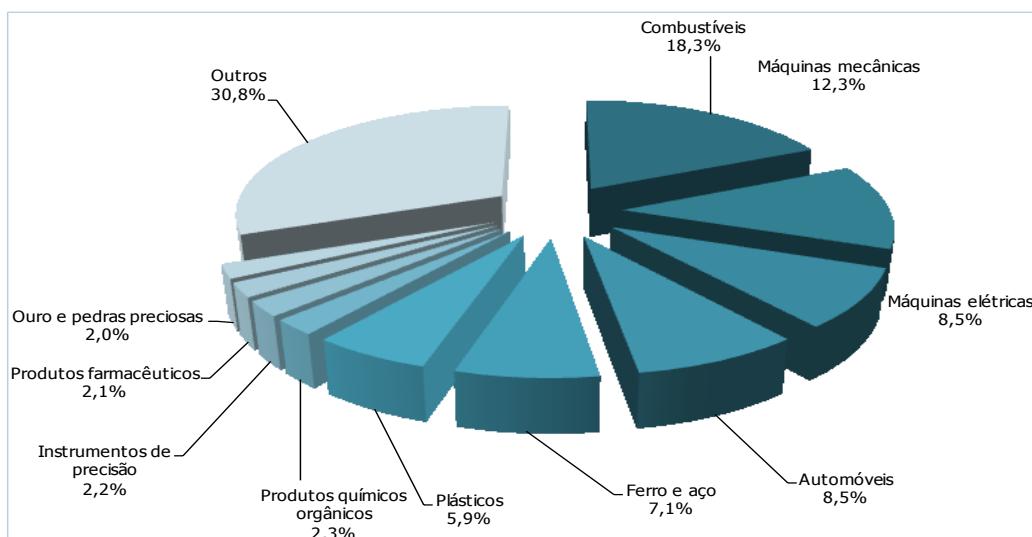


Composição das importações da Turquia
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	37,84	18,3%
Máquinas mecânicas	25,55	12,3%
Máquinas elétricas	17,64	8,5%
Automóveis	17,54	8,5%
Ferro e aço	14,78	7,1%
Plásticos	12,27	5,9%
Produtos químicos orgânicos	4,72	2,3%
Instrumentos de precisão	4,62	2,2%
Produtos farmacêuticos	4,30	2,1%
Ouro e pedras preciosas	4,18	2,0%
Subtotal	143,44	69,2%
Outros	63,77	30,8%
Total	207,20	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

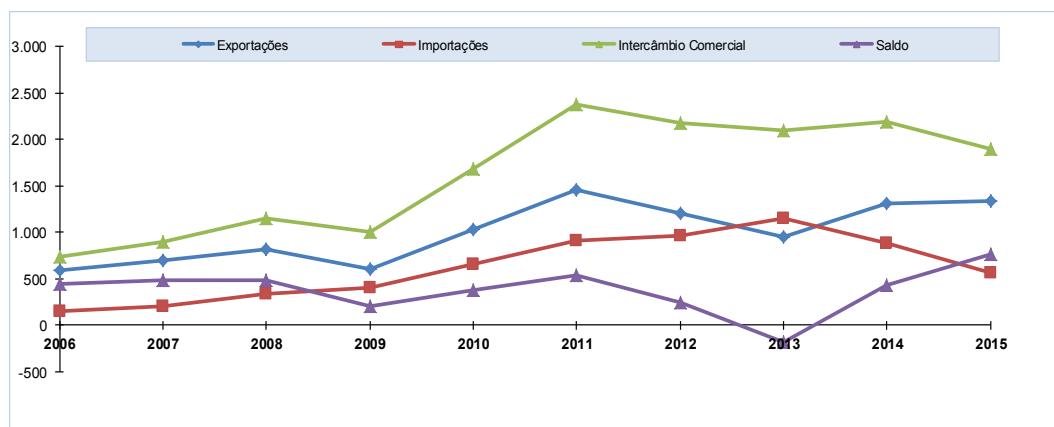
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Turquia
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	590	5,5%	0,43%	146	34,5%	0,16%	736	10,2%	0,32%	445
2007	693	17,5%	0,43%	210	43,9%	0,17%	903	22,7%	0,32%	484
2008	816	17,7%	0,41%	337	61,1%	0,20%	1.154	27,8%	0,35%	479
2009	610	-25,3%	0,40%	399	18,4%	0,31%	1.009	-12,5%	0,36%	210
2010	1.034	69,6%	0,51%	656	64,3%	0,36%	1.690	67,5%	0,44%	378
2011	1.460	41,2%	0,57%	917	39,8%	0,41%	2.377	40,6%	0,49%	543
2012	1.207	-17,3%	0,50%	964	5,1%	0,43%	2.171	-8,7%	0,47%	243
2013	957	-20,7%	0,40%	1.145	18,8%	0,48%	2.102	-3,2%	0,44%	-188
2014	1.308	36,7%	0,58%	882	-22,9%	0,39%	2.191	4,2%	0,48%	426
2015	1.336	2,1%	0,70%	567	-35,8%	0,33%	1.902	-13,2%	0,52%	769
2016 (janeiro)	138	40,4%	1,23%	27	-57,9%	0,27%	166	1,2%	0,77%	111
Var. % 2006-2015	126,3%	--		289,3%	--		158,5%	--		n.c.

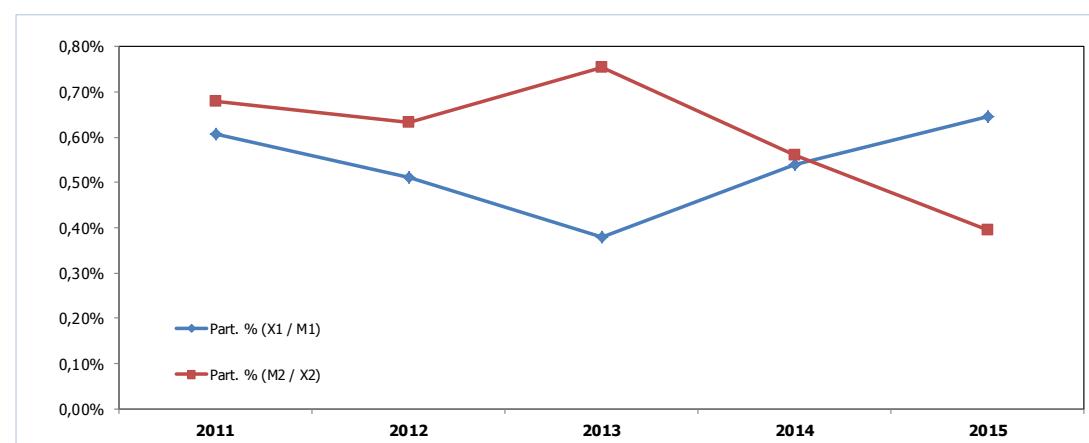
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.
 (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



Part. % do Brasil no comércio da Turquia
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para a Turquia (X1)	1.460	1.207	957	1.308	1.336	-8,5%
Importações totais da Turquia (M1)	240.839	236.544	251.661	242.224	207.203	-14,0%
Part. % (X1 / M1)	0,61%	0,51%	0,38%	0,54%	0,64%	6,3%
Importações do Brasil originárias da Turquia (M2)	917	964	1.145	882	567	-38,2%
Exportações totais da Turquia (X2)	134.915	152.537	151.803	157.715	143.935	6,7%
Part. % (M2 / X2)	0,68%	0,63%	0,75%	0,56%	0,39%	-42,1%

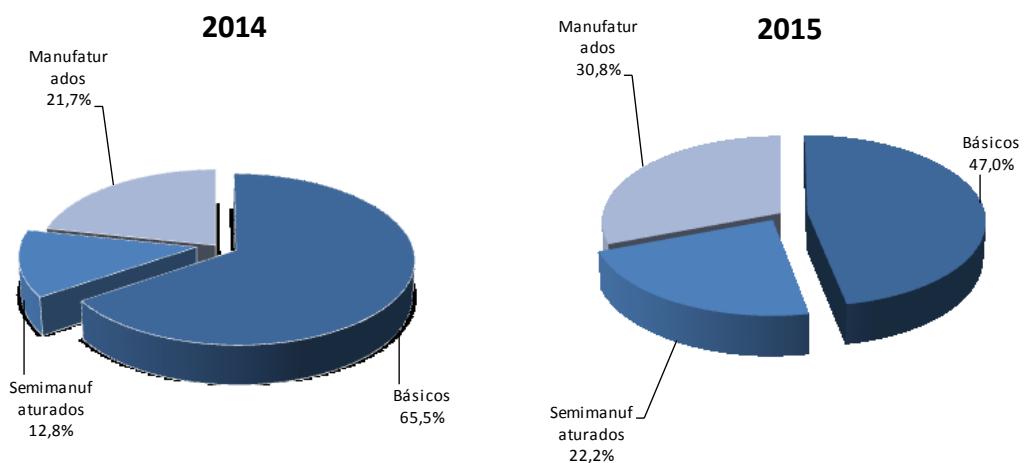
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Turquia e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



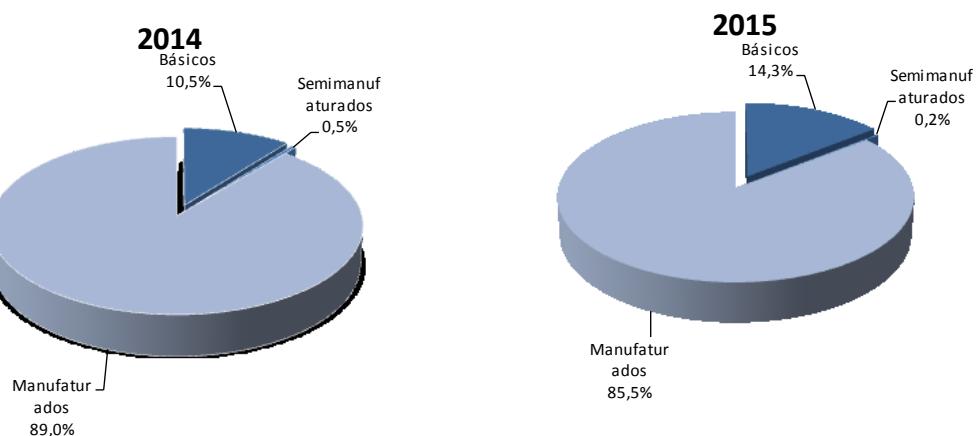
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.

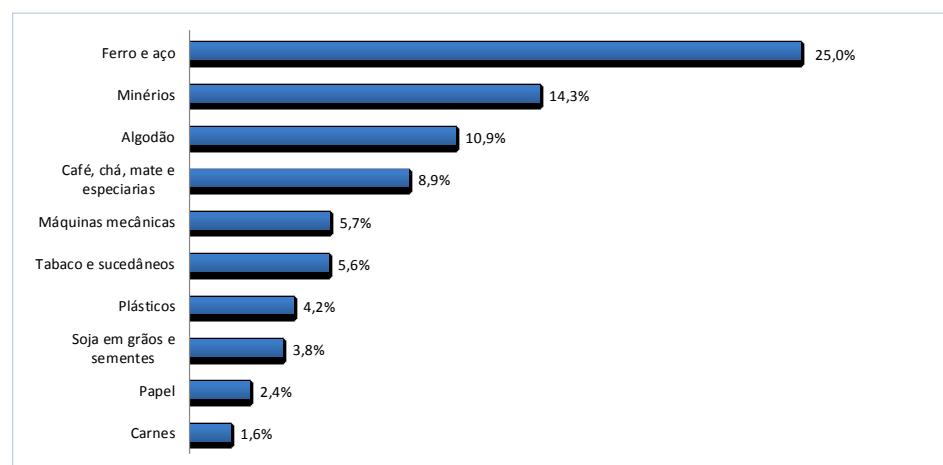
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Turquia
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Ferro e aço	45,0	4,7%	165,2	12,6%	333,7	25,0%
Minérios	273,6	28,6%	273,2	20,9%	190,7	14,3%
Algodão	45,1	4,7%	82,0	6,3%	145,1	10,9%
Café, chá, mate e especiarias	82,9	8,7%	93,6	7,2%	119,0	8,9%
Máquinas mecânicas	70,8	7,4%	55,3	4,2%	76,0	5,7%
Tabaco e sucedâneos	63,5	6,6%	64,0	4,9%	75,1	5,6%
Plásticos	23,2	2,4%	22,1	1,7%	56,2	4,2%
Soja em grãos e sementes	68,0	7,1%	234,9	18,0%	50,3	3,8%
Papel	7,9	0,8%	11,0	0,8%	32,6	2,4%
Carnes	18,1	1,9%	27,7	2,1%	21,9	1,6%
Subtotal	698,0	72,9%	1.029,0	78,6%	1.100,5	82,4%
Outros produtos	259,4	27,1%	279,3	21,4%	235,1	17,6%
Total	957,4	100,0%	1.308,4	100,0%	1.335,6	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

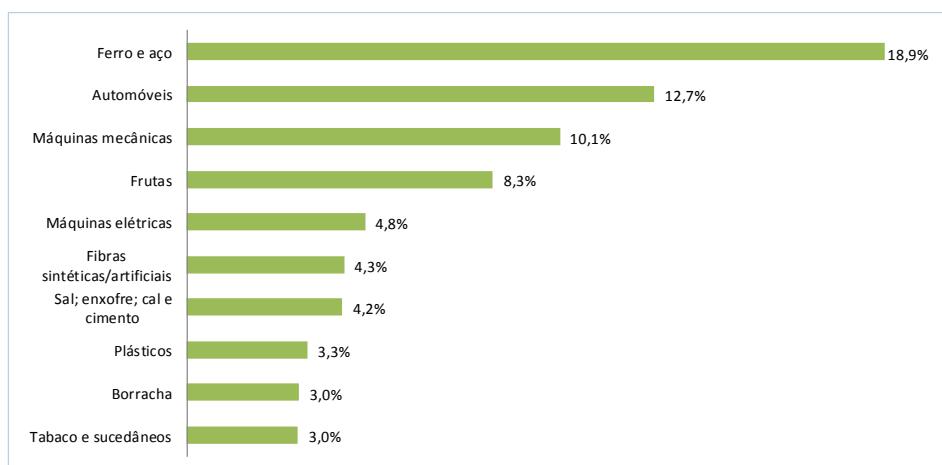


Composição das importações brasileiras originárias da Turquia
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Ferro e aço	194,8	17,0%	213,8	24,2%	107,1	18,9%
Automóveis	184,3	16,1%	128,9	14,6%	71,7	12,7%
Máquinas mecânicas	78,4	6,8%	79,7	9,0%	57,2	10,1%
Frutas	37,8	3,3%	52,8	6,0%	47,0	8,3%
Máquinas elétricas	50,1	4,4%	38,7	4,4%	27,3	4,8%
Fibras sintéticas/artificiais	80,0	7,0%	57,9	6,6%	24,1	4,3%
Sal; enxofre; cal e cimento	35,6	3,1%	40,7	4,6%	23,9	4,2%
Plásticos	17,1	1,5%	20,1	2,3%	18,5	3,3%
Borracha	19,6	1,7%	36,2	4,1%	17,2	3,0%
Tabaco e sucedâneos	20,8	1,8%	19,6	2,2%	17,1	3,0%
Subtotal	718,5	62,8%	688,3	78,0%	410,9	72,5%
Outros produtos	426,5	37,2%	194,1	22,0%	155,9	27,5%
Total	1.144,9	100,0%	882,3	100,0%	566,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2015 (janeiro)	Part. % no total	2016 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Ferro e aço	19,59	19,9%	60,33	43,7%	Ferro e aço
Algodão	7,11	7,2%	22,60	16,4%	Algodão
Minérios	22,39	22,8%	12,96	9,4%	Minérios
Café, chá, mate, especiarias	7,14	7,3%	9,06	6,6%	Café, chá, mate, especiarias
Máquinas mecânicas	10,97	11,1%	6,66	4,8%	Máquinas mecânicas
Farelo de soja	0,03	0,0%	5,46	4,0%	Farelo de soja
Tabaco e sucedâneos	5,52	5,6%	4,00	2,9%	Tabaco e sucedâneos
Bebidas	0,00	0,0%	2,98	2,2%	Bebidas
Plásticos	3,64	3,7%	2,96	2,1%	Plásticos
Papel	2,42	2,5%	1,59	1,2%	Papel
Subtotal	78,81	80,1%	128,60	93,1%	
Outros produtos	19,55	19,9%	9,46	6,9%	
Total	98,36	100,0%	138,06	100,0%	
Grupos de Produtos	2015 (janeiro)	Part. % no total	2016 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Frutas	3,67	5,6%	4,10	14,9%	Frutas
Máquinas mecânicas	5,22	8,0%	3,30	12,0%	Máquinas mecânicas
Automóveis	6,26	9,6%	3,22	11,7%	Automóveis
Máquinas elétricas	2,35	3,6%	1,85	6,7%	Máquinas elétricas
Vestuário exceto de malha	1,12	1,7%	1,73	6,3%	Vestuário exceto de malha
Fibras sintéticas/artificiais	2,87	4,4%	1,37	5,0%	Fibras sintéticas/artificiais
Plásticos	2,30	3,5%	1,08	3,9%	Plásticos
Borracha	2,47	3,8%	1,06	3,9%	Borracha
Prods químicos inorgânicos	0,85	1,3%	1,05	3,8%	Prods químicos inorgânicos
Vestuário de malha	0,88	1,4%	1,03	3,8%	Vestuário de malha
Subtotal	27,99	42,9%	19,79	72,0%	
Outros produtos	37,28	57,1%	7,69	28,0%	
Total	65,27	100,0%	27,48	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

1^a PARTE - DELIBERATIVA

3



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 71, de 2016 (Mensagem nº 394, de 12 de julho de 2016, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

RELATOR: Senador TASSO JEREISSATI

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52 item IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL é filho de Pedro Augusto do Amaral e Maria Aparecida Silva do Amaral e nasceu em São Paulo/SP, em 1º de junho de 1944.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

É graduado em Direito e Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e em Ciência Política pela Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne). Pós - graduou-se, com Estudos Superiores Especializados e Doutorado, também em Ciência Política pela mesma universidade francesa. Depois de concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, ingressou na carreira diplomática, em 1971, como Terceiro-Secretário.

Ascendeu a Conselheiro em 1982; a Ministro de Segunda Classe, em 1988; e a Ministro de Primeira Classe, em 1994. Todas as promoções por merecimento. Está aposentado da carreira efetiva desde 2007.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática e na Administração Federal destacam-se as de Assessor na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, de 1980 a 1984; Conselheiro na Embaixada em Washington, entre 1984 e 1988; Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, de 1988 a 1990; Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra, de 1990 a 1991; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington, de 1991 a 1993; Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, em 1994; Chefe de Gabinete do Ministério da Fazenda, de 1994 a 1995; Ministro Chefe e Porta-Voz da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, de 1995 a 1999; Embaixador em Londres, de 1999 a 2001; Ministro de Estado do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, de 2001 a 2003; e Embaixador em Paris, de 2003 a 2005.

Desempenhou ainda importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações.

O Embaixador Sérgio Amaral, ao longo de sua carreira, recebeu as seguintes condecorações: Ordem do Mérito Forças Armadas, do Brasil, no grau de Grande Oficial; Grã-Cruz da Ordem do Infante Dom Henrique, de Portugal; Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, do Brasil; Grande Cordão da Ordem do Tesouro Sagrado, do Japão; Grã-Cruz da Ordem da República da Itália; Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil, no grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Naval, do Brasil, no grau de Grande Oficial; Grã-Cruz da Ordem do Mérito da República Portuguesa; *Knight Commander of the British Empire*; *Légion d'Honneur*, da França, no grau de Grande Oficial; Grã-Cruz da Ordem do Mérito



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Judiciário, do Brasil/DF; Grã Cruz do Mérito Científico, do Brasil; e Grã-Cruz da Ordem Azteca, do México.

Por fim, registre-se que estão publicados de sua lavra, entre outras, as obras: “O Problema da Dívida da América Latina – A Visão de um Grande País Devedor”, in *Congressional Research Service*, Biblioteca do Congresso, Washington; “A Crise da Dívida do Ponto de Vista de um País Devedor”, in *Journal of International Law and Politics*, Universidade de Nova York, volume 17, primavera de 1985; “A Dívida Externa: Da Crise de Liquidez à Crise do Crescimento”, in *Case Western Reserve Journal of International Law*, in *Canada-United States Law Journal*; “Comércio e Desenvolvimento”, in *World Economic Forum*, Nova York/Estados Unidos da América (EUA).

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre os Estados Unidos da América, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

Atualmente, a relação bilateral beneficia-se muito das semelhanças existentes entre os dois países. Brasil e Estados Unidos são as duas maiores economias e populações das Américas. Países de dimensões continentais, com amplos recursos naturais, são democracias multiétnicas e multiculturais.

Consubstanciada em mais de trinta mecanismos bilaterais, a relação Brasil-EUA abrange praticamente todos os itens das agendas bilateral, regional e internacional. Temas como educação, ciência, tecnologia e inovação, investimento, infraestrutura e direitos humanos – prioritários na política interna dos dois países – ocupam espaço importante na cooperação bilateral.

O relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos ganhou forte impulso com as visitas de Barack Obama ao Brasil (março de 2011) e da presidente Dilma Rousseff aos EUA (abril de 2012). A segunda visita da presidente Dilma Rousseff aos EUA, em 30 de junho de 2015, consolidou a parceria Brasil-EUA, reativando diálogos bilaterais e inaugurando novas iniciativas.

A visita presidencial aos EUA em junho de 2015 aprofundou a cooperação em defesa, meio ambiente, energia, ciência, tecnologia e inovação,



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

educação, comércio e investimentos, direitos humanos e fluxo de pessoas; serviu para divulgar as oportunidades de investimento em infraestrutura no Brasil junto a empresários e investidores norte-americanos; reafirmou o compromisso do Brasil e dos EUA de se coordenarem quanto a temas centrais das agendas regional e global – como atestam as Declarações Conjuntas sobre Mudança do Clima e sobre Governança da Internet; ensejou a assinatura do Acordo Bilateral de Previdência Social, do Memorando de Entendimento sobre Educação Profissional e Tecnológica, do Memorando de Intenções sobre Normas Técnicas e Avaliação de Conformidade, da Declaração Conjunta sobre Compartilhamento de Exame de Patentes entre Escritórios, bem como de outros instrumentos na área ambiental e em ciência, tecnologia e inovação; e impulsionou a retomada de negociações para concluir o programa Entrada Global (facilitação do ingresso de viajantes frequentes) e dos entendimentos relativos à isenção futura de vistos.

A visita presidencial ensejou, também, o anúncio da conclusão dos procedimentos para entrada em vigência do Acordo sobre Cooperação em Defesa, promulgado em 18 de dezembro de 2015, e do Acordo sobre Proteção de Informações Militares Sigilosas (GSOMIA).

Destacam-se também, na agenda Brasil-EUA de 2016, os entendimentos para avançar no combate à epidemia do vírus Zika; a cooperação para garantir a segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro; as negociações em torno da criação do Grupo de Trabalho sobre o Setor de Infraestrutura; e o impulso a iniciativas de fomento à inovação e competitividade, reunindo os setores empresarial, governamental e acadêmico.

A comunidade brasileira residente nos Estados Unidos é estimada, segundo dados do Relatório Consular de 2014 (RCN 2014) das Repartições Consulares brasileiras naquele país, em cerca de 1.315.000 (um milhão e trezentos e quinze mil) pessoas. Cerca de 35% a 40% dos brasileiros que residem no exterior estão nos Estados Unidos. Acredita-se que esse número esteja subestimado, em razão da extensão do país, da circularidade migratória e do espraiamento dos brasileiros pelo território norte-americano.

O perfil da comunidade é o mais diverso possível, incluindo brasileiros indocumentados que exercem empregos menos qualificados, passando por brasileiros documentados, estudantes, trabalhadores no setor de serviços, profissionais liberais, cientistas e pesquisadores de renome, e



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

investidores internacionais. Parte dos emigrantes brasileiros já está estabelecida há algumas décadas (desde 1980), mas, continuamente, há circulação de novos emigrantes.

Do ponto de vista comercial, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), apesar do incremento de 70,2% no intercâmbio comercial entre Brasil e EUA no período de 2009 a 2013, a balança comercial passou a exibir tendência de déficit para o Brasil. De 2012 a 2013, o déficit brasileiro aumentou 100,6%, passando de -US\$ 5,66 bilhões para -US\$ 11,36 bilhões. No período 2014-2015, o déficit com os EUA reduziu-se sensivelmente, passando de -US\$ 7,99 bilhões para -US\$ 2,39 bilhões. O resultado ocorreu em meio à queda generalizada da corrente de comércio Brasil-EUA (da ordem de - 8,06%), que passou, no período, de US\$ 62,04 bilhões para US\$ 50,55 bilhões.

Embora os EUA tenham sido superados pela China como o maior importador do Brasil, ao contrário do que ocorre com o parceiro asiático, o perfil das exportações brasileiras para os EUA é majoritariamente composto por produtos manufaturados e semimanufaturados, o que indica alto perfil de valor agregado.

Sobre investimentos, de acordo com o Banco Central, os EUA continuam a ser o país com maior estoque de investimentos no Brasil, no valor de aproximadamente US\$ 136,6 bilhões, no final de 2013. O estoque de investimentos brasileiros nos EUA, em 2013, manteve tendência de crescimento, alcançando valor de US\$ 21,1 bilhões (em 2012, era de 18,4 bilhões). Com relação ao fluxo de investimentos, ingressaram US\$ 9 bilhões no Brasil, originários dos EUA, em 2013, enquanto empresas brasileiras investiram US\$ 2,7 bilhões na economia norte-americana no mesmo ano.

Finalmente, embora não seja a praxe de relatórios desta natureza, não poderia deixar de dar meu testemunho pessoal a respeito do indicado, não apenas destacadíssimo diplomata, mas principalmente virtuoso homem público. Seja como Ministro de Estado, seja como chefe das mais elevadas missões diplomáticas, o embaixador Sérgio Amaral é um profundo conhecedor dos meandros das relações internacionais, notadamente as implicações políticas e comerciais em um mundo cada vez mais globalizado e interdependente. Após ter cumprido com imenso louvor suas funções como dignitário brasileiro nos mais



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

altos postos diplomáticos, inclusive em Londres e Paris, chegará a Washington em um momento especialíssimo da conjuntura internacional, de renovação e repactuação de alianças estratégicas. Sua largueza intelectual, sua experiência e temperança no trato das mais sensíveis questões ao longo de toda sua vida pública, certamente o credenciam como condutor das relações do Brasil com a maior potência mundial, com a altivez e a autoridade que lhe reconhece todo o mundo diplomático, sempre honrando o Brasil e a tradição da casa de Rio Branco por onde passou.

Este é, portanto, o nosso Relatório, acreditando que os nobres pares já dispõem das informações necessárias à sua apreciação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Relatório de gestão

Luiz Alberto Figueiredo Machado

Embaixada do Brasil em Washington,

Estados Unidos da América

1. INTRODUÇÃO: UMA RELAÇÃO MADURA

2. Assumi a Embaixada do Brasil em Washington no dia 7 de maio de 2015, em um momento particularmente auspicioso das relações bilaterais, em meio aos preparativos da visita da Presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos, que teve lugar em 29 e 30 de junho daquele ano e foi integrada por expressiva delegação ministerial (nove ministros) e importante segmento empresarial. Inicialmente prevista para ocorrer em 2013, a visita fora adiada de comum acordo entre os dois governos, em função das revelações da imprensa sobre monitoramento de altas autoridades por parte de agências de inteligência dos Estados Unidos. A reforma dos programas de vigilância dessas agências, ao lado das garantias oferecidas pelo próprio presidente Obama de que países amigos e aliados não seriam mais alvo desse tipo de monitoramento, permitiram superar o episódio e retomar a trajetória ascendente do relacionamento bilateral. A visita presidencial representou marco no fortalecimento da relação que, com o conjunto de compromissos assumidos, alcançou grau inédito de maturidade e institucionalização. No plano econômico, os Estados Unidos mantêm-se como o nosso primeiro sócio em matéria de investimentos externos e segundo maior parceiro comercial, ao passo que o Brasil segue na posição de um dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos na região e, cada vez mais, também assume o papel de investidor, com a presença crescente de empresas brasileiras no mercado norte-americano.

3. Durante o período de pouco mais de um ano em que

estive à frente do posto, pude testemunhar o interesse firme e constante no aprofundamento das relações Brasil-Estados Unidos nas mais diversas áreas, seja por parte dos governos, dos corpos de estado, dos agentes privados ou dos setores organizados das respectivas sociedades. Os documentos resultantes da visita presidencial - em cuja negociação me empenhei pessoalmente - incluem, entre outros instrumentos, um comunicado conjunto presidencial sobre ampla gama de temas, e outro específico, sobre mudança do clima, que refletem em grande medida esses interesses e fornecem ambicioso mapa do caminho para seguir aprofundando a relação bilateral em áreas como diálogo político-diplomático; comércio e investimentos; defesa e segurança; ciência, tecnologia e inovação; energia e meio ambiente; direitos humanos e temas sociais; questões migratórias; cooperação educacional e técnica. Em conjunto, os mecanismos de consulta regular entronizados nos comunicados presidenciais de 2011 e 2014 representam o maior nível de institucionalização jamais alcançado na relação entre Brasil e Estados Unidos: conta-se, hoje, com uma densa rede de acordos e mecanismos bilaterais de diálogo e cooperação, sendo quatro diálogos estratégicos em nível ministerial, que se reportam diretamente aos presidentes (político-diplomático; defesa; energia; e finanças e economia), e mais de trinta outros grupos ou comissões bilaterais de consulta e coordenação, em uma gama variada de áreas, além de foro de altos executivos Brasil-Estados Unidos.

4. No plano político-diplomático, o tempo que me tocou em Washington foi caracterizado por um nível excelente de diálogo e de entendimento, que pode ser sintetizado nas menções públicas do Presidente Obama ao papel do Brasil como "potência global" e "major global player", o que se refletiu, de maneira muito concreta, nos progressos alcançados em matéria de facilitação do comércio e convergência regulatória; na remoção do principal obstáculo para a abertura do mercado norte-americano para a carne 'in natura' brasileira; no diálogo de alto nível em energia e em ciência e tecnologia; na coordenação de posições para as negociações sobre mudança do clima e para a atuação nos foros multilaterais de direitos

humanos; na estreita cooperação mantida na área de segurança, com vistas aos jogos olímpicos; ou ainda na disposição de retomar, em novo patamar, o diálogo e a cooperação no setor de defesa, entre outras iniciativas descritas a seguir. Não menos importante, a atitude adotada pelo governo norte-americano, com relação ao processo político interno no Brasil, foi pautada, a todo o momento, por estrito respeito às decisões emanadas das instituições brasileiras nos marcos constitucionais.

5. Este relatório, ao tratar de diversos temas da agenda bilateral ou da política externa dos EUA, demonstra a maturidade alcançada nessa relação, essencial por todos os pontos de vista, e confirma o interesse em seu fortalecimento contínuo como um caminho sem volta, não obstante eventuais divergências pontuais que possam ocorrer e que têm sido encaradas com naturalidade de parte a parte. O relatório, no presente formato, foi concebido não como inventário exaustivo dos diversos assuntos que foram objeto de tratamento e atenção por parte da Embaixada em Washington no período, mas como guia geral, do qual sobressaem os aspectos de maior interesse e relevância, bem como as linhas mestras que imprimi para a atuação da Embaixada. O amplo leque de temas aqui tratados busca dar uma ideia clara da variedade e complexidade das relações com os Estados Unidos e da natureza especial do trabalho diplomático em Washington, não apenas na promoção dos interesses brasileiros nas gestões e negociações com a contraparte norte-americana e no diálogo com os diversos e influentes atores governamentais e não governamentais presentes nesta capital, mas também na observação e análise dos distintos aspectos da política interna e externa da principal potência mundial, tendo presente sua atuação decisiva nos principais tabuleiros das relações internacionais e suas implicações para a segurança nacional e o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

POLÍTICA INTERNA

6. Durante minha gestão, a Embaixada efetuou, como corresponde, acompanhamento e análise da vida política dos Estados Unidos, levando em consideração a diversidade de agentes e as características locais, com especial atenção para desenvolvimentos que possam ter implicações para a relação bilateral e os interesses brasileiros. Em contexto de crescente polarização entre os partidos Democrata e Republicano, marcado, entre outros fenômenos, pela ascensão de grupos conservadores principistas (como o "Tea Party") no seio do Partido Republicano e pela correspondente reação do Partido Democrata, e pela dificuldade de promoção de soluções de conciliação no Congresso, o que impôs dificuldades ao governo do presidente Obama e levou-o a atuar nos limites das prerrogativas do executivo, de maneira a consolidar avanços em matéria de política externa (normalização das relações com Cuba, cujo fim do embargo necessita de ação do Congresso), saúde ("Obamacare") e direitos civis (intervenções do Executivo em casos de abuso policial e apoio à união homoafetiva). Por outro lado, o governo não logrou avançar em temas caros ao presidente, como nas áreas de imigração (as medidas executivas de 2014, que legalizariam cinco milhões de imigrantes, foram travadas judicialmente); controle de armas; e direitos sociais e trabalhistas (licença-maternidade paga, aumentos do salário mínimo, entre outros).

7. Mereceu atenção detida, nesse período, o processo das primárias partidárias norte-americanas, com vistas às eleições presidenciais de novembro de 2016. O posto registrou e analisou os posicionamentos dos principais pré-candidatos, com base nos debates, declarações públicas e entrevistas, bem como registrou a evolução dos desempenhos e prognósticos individuais, por meio do cotejamento de pesquisas eleitorais, da análise do debate público norte-americano e da troca de informações com formadores de opinião nesta capital. Consideradas "pouco usuais", por suas características únicas nesta edição, as primárias para as eleições de 2016 contaram com grande número de pré-candidatos em seu começo: dezessete do lado republicano e cinco do lado democrata. Se, entre os

democratas, a disputa concentrou-se rapidamente nas figuras de Hillary Clinton e Bernie Sanders, entre os republicanos o número de pré-candidatos continuou alto durante certo período, mas sempre sob a liderança de Donald Trump, que logrou consolidar-se, no início de maio, como único candidato restante. As convenções partidárias, previstas para julho de 2016, deverão validar as candidaturas de Donald Trump e Hillary Clinton, ambos já com o número necessário de delegados, com vistas às eleições de novembro deste ano.

POLÍTICA EXTERNA

8. Dada a multiplicidade de processos internacionais nos quais os Estados Unidos se fazem presentes de maneira determinante, alguns dos quais com implicações para o próprio funcionamento do sistema internacional, inclusive em sua dimensão regional, ademais da extensa agenda bilateral mantida com terceiros países de todos os quadrantes, o acompanhamento e análise da política externa norte-americana é tarefa complexa, que exige da Embaixada capacidade de processamento e análise de volume considerável de informações qualificadas. Contatos com diversas áreas de governo, interlocução regular com o corpo diplomático local e com atores privados e do mundo acadêmico, além de acompanhamento e diálogo com o influente circuito de 'think tanks' (centros de estudo ou pensamento) sediados nesta capital, são instrumentos do trabalho diário da Embaixada.

9. No período em que estive à frente do posto, acompanhei as posições e as políticas do governo norte-americano com relação aos países da América Latina e busquei manter contato frequente com meus pares latino-americanos e caribenhos, individualmente ou por meio do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC). Mantive interlocução com os 'think tanks' locais que seguem a região, tais como o "Council of the Americas", o "Inter-American Dialogue", o "Atlantic Council", e o "Wilson

Center" - nos quais tive ocasião de fazer apresentações sobre temas brasileiros - e fiz acompanhamento das movimentações de pessoas em cargos-chave da administração norte-americana responsáveis por América Latina, em Washington e nos principais postos norte-americanos na região, entre os quais ressalto o processo de nomeação da secretária assistente para hemisfério ocidental, Roberta Jacobson, para o cargo de embaixadora no México, havendo sido substituída interinamente no Departamento de Estado por Mari Carmen Aponte, que visitou o Brasil em 2 e 3 de junho de 2016.

10. Minha gestão à frente da Embaixada coincidiu com momento particularmente promissor para as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Após o anúncio do processo de normalização das relações com Cuba, tornado público em 17 de dezembro de 2014, a realização da Cúpula das Américas no Panamá (10 e 11 de abril de 2015), na qual os presidentes Barack Obama e Raúl Castro encontraram-se formalmente pela primeira vez, marcou mudança na abordagem adotada pelo governo Obama para a região. O processo de normalização das relações entre Washington e Havana foi seguido de perto pelo posto, que manteve diálogo frequente com autoridades norte-americanas responsáveis, com diplomatas da seção de interesses de Cuba nesta capital - que voltou a atuar plenamente como Embaixada em 20 de julho de 2015 - e com os meios especializados. Marco do processo de normalização foi a visita do presidente Barack Obama a Cuba (20-22 de março de 2016), que buscou consolidar tendência à irreversibilidade do processo de reaproximação. Pude testemunhar e relatar, ao longo do período, as alterações na opinião pública norte-americana com relação a Cuba, a formação de grupos de "lobby" em favor da normalização e o crescente interesse dos grupos empresariais norte-americanos em investir e fazer negócios com aquele país.

11. Outros processos importantes na relação dos Estados

Unidos com a região foram observados, acompanhados e analisados, em particular no que se refere às relações com Colômbia, Argentina e Venezuela. A visita do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, a Washington (3-5 de fevereiro de 2016) serviu para o anúncio do compromisso dos Estados Unidos com o desenvolvimento do país no período pós-conflito, por meio da substituição do "Plano Colômbia" pelo "Paz Colômbia", que prevê ajuda e cooperação econômica norte-americana da ordem de US\$ 450 milhões. O posto acompanhou, ainda, o lançamento de iniciativa plurilateral capitaneada pelos Estados Unidos, com vistas à desminagem do vizinho andino. No que se refere à Argentina, com cuja representação diplomática o posto manteve estreito diálogo, a eleição do presidente Mauricio Macri, em dezembro de 2014, marcou superação de quadro de esgarçamento, o que foi coroado pela visita do presidente Obama à Argentina (23-24 de março de 2016), que abriu novo capítulo nas relações com Buenos Aires. As relações com a Venezuela, por sua vez, viram-se marcadas pela promulgação, em março de 2015, pouco antes de minha chegada ao posto, de sanções a altas autoridades do governo venezuelano, com fortes implicações diplomáticas decorrentes de linguagem que classificava a Venezuela como "ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos". Nos meses seguintes, o governo norte-americano diminuiu o tom e apostou em diálogo calibrado. Em março de 2016, em contexto de acirramento do quadro interno venezuelano, Washington renovou as sanções, o que ocasionou a retirada do encarregado de negócios da Venezuela e novo congelamento das relações.

12. A Europa permaneceu um dos focos principais do interesse norte-americano, tanto do ponto de vista econômico quanto geopolítico. Acompanhei com atenção as negociações com vistas à conclusão da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, em inglês), especialmente mediante interlocução direta com Michael Froman, o USTR. Esse acordo potencialmente complementa os tradicionais laços na área de defesa e constituiria novo e relevante esteio à parceria

transatlântica, de importância central para a política externa norte-americana desde a Segunda Guerra Mundial. O combate ao terrorismo também foi, no período, elemento central da agenda de cooperação entre os Estados Unidos e a Europa. Os atentados em Paris e em Bruxelas, cujas repercussões foram acompanhadas e analisadas pelo posto, demonstraram a vulnerabilidade do espaço europeu à atuação terrorista e ao fluxo de refugiados do Oriente Médio, acendendo sinal de alerta na "parceria transatlântica". Acompanhei, ademais, as discussões neste país e as correspondentes manifestações de apoio do presidente Obama à importância de uma Europa unida, em que manifestou o interesse explícito do governo norte-americano de que o Reino Unido permanecesse na União Europeia. O resultado do referendo (pelo "Brexit"), em 23/6, tem sido acompanhado detidamente pela Embaixada, tendo em vista suas implicações para as relações transatlânticas, em particular econômicas e comerciais, os rearranjos geopolíticos decorrentes, os aspectos de segurança no âmbito da OTAN ou, ainda, suas eventuais consequências para a economia global e para o desempenho da economia norte-americana, que comento mais abaixo.

13. Mais além da agenda econômico-comercial, mereceram especial atenção do posto, durante esse período, as relações entre Washington e Moscou. A crise ucraniana e a crescente tensão com a Rússia vêm revigorando antigos temores sobre a segurança coletiva europeia, alimentando, nos meios de análise de Washington, a percepção de uma potencial "nova guerra fria", com repercussões sobre o futuro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cuja próxima reunião de cúpula ocorre em Varsóvia, em 8 e 9 de julho. As relações com a Rússia, nesse cenário, atravessam possivelmente o seu pior momento desde a Guerra Fria, a ponto de o estamento de segurança nacional norte-americano elencar o país como um dos cinco principais desafios estratégicos dos Estados Unidos nos próximos anos (juntamente com China, Coréia do Norte, Irã e o combate ao terrorismo). Não obstante, prevalece entre Washington e Moscou a visão comum de que se deve resguardar um grau de coordenação em temas mais amplos da agenda internacional, como desarmamento

nuclear, conflitos regionais, terrorismo, migração, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e energética, ameaças cibernéticas, desenvolvimento do Ártico ou exploração espacial. A coordenação para o acordo P5+1/Irã sobre o programa nuclear iraniano, bem como para a cessação de hostilidades no conflito da Síria, foram exemplos da importância de resguardar uma margem de cooperação entre Washington e Moscou.

14. O Oriente Médio continuou a merecer atenção prioritária da política externa norte-americana. Para além da cobertura das numerosas viagens de alto nível de autoridades médio-orientais a Washington (incluindo a primeira visita aos Estados Unidos do rei Salman, da Arábia Saudita, em sua atual função), e sem descurar do acompanhamento das relações norte-americanas com países como Israel, Líbano, Egito e Arábia Saudita, entre outros, a Embaixada procurou manter acompanhamento sistemático do papel desempenhado pelos Estados Unidos nos principais e mais sensíveis dossiês daquela região, com implicações mais amplas para as relações internacionais e de interesse para a atuação externa do Brasil: o conflito sírio e, de forma imbricada, o combate ao autodenominado "Estado Islâmico - EI"; o processo de paz israelo-palestino; e o dossiê nuclear iraniano.

15. No que diz respeito à situação na Síria, busquei, mediante contatos com representantes do Departamento de Estado, com diplomatas de países da região e com os círculos locais de reflexão estratégica, analisar a posição dos Estados Unidos e avaliar seus impactos sobre o desenrolar do conflito, de maneira a subsidiar Brasília e também nossa rede de postos mais diretamente implicada, em particular a Embaixada do Brasil em Damasco. No período, o principal objetivo de Washington naquele país passou a ser a destruição do EI e a resolução do conflito, tornando-se menos contundente o clamor pela deposição de Bashar al-Assad, que fundamentara o envolvimento norte-americano nos primeiros anos da guerra. O envolvimento russo no teatro de operações teve novas e complexas implicações para a política externa norte-americana, que tem liderado, com Moscou, o processo

de tratativas intra-sírias, apostando em uma pacificação e transição política no país. Embora tais esforços pareçam insuficientes para dar fim, no curto prazo, ao conflito sírio, é certo que os Estados Unidos, em conjunto com a Rússia, terão papel central em qualquer desfecho na Síria, em processo que seguirá exigindo acompanhamento detido do posto.

16. Meu tempo à frente da Embaixada coincidiu, ademais, com reveses no esforço diplomático norte-americano de reanimar o processo de paz entre israelenses e palestinos, após o fracasso de esforço liderado pelo Secretário de Estado, John Kerry, em 2014. Ao longo do período recente, pareceu haver diminuído a margem de manobra de Washington para buscar avanços, em meio a certa erosão no relacionamento com o governo israelense, tema sobre o qual deixei diversos registros. O posto relatou, ainda, o engajamento dos Estados Unidos com a chamada "iniciativa francesa" para retomar o processo de paz. Deu-se também seguimento à interlocução tradicional da Embaixada com alguns dos principais grupos de representação de interesses israelenses em Washington, por meio de contatos frequentes com suas lideranças, havendo-se organizado duas recepções na Embaixada por ocasião do Fórum Global do 'American Jewish Committee' (AJC), a que estiveram presentes expoentes da comunidade judaica no Brasil e no mundo.

17. A Embaixada empenhou-se, ao longo do período, em acompanhar proximamente as negociações do acordo sobre o programa nuclear iraniano entre União Europeia, Alemanha, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia (UE/P5+1) e Irã, finalmente concluído em 14 de julho de 2015, bem como seu complexo processo de aprovação pelo congresso norte-americano. Para tanto, o posto manteve estreito diálogo com as áreas responsáveis pelo assunto tanto no Departamento de Estado quanto no Departamento do Tesouro, com as representações diplomáticas de diversos países envolvidos e com os círculos de análise

estratégica sediados nesta capital. O acordo ("Joint Comprehensive Plan of Action" - JCPOA) representa um dos principais legados da política externa do governo Obama. A suspensão das sanções relacionadas ao programa nuclear iraniano por parte dos Estados Unidos e da União Europeia, por ocasião da entrada em vigor do JCPOA, em 16 de janeiro de 2016, desencadeou movimentação de diversos países, entre os quais o Brasil, interessados em explorar o mercado interno iraniano. Nesse contexto, a Embaixada realizou gestões para obter esclarecimentos do governo estadunidense a respeito da modificação do regime de sanções em relação ao Irã, e, por instrução da Secretaria de Estado, intermediou a organização de videoconferência, em 7/6/16, com funcionários dos Departamentos de Estado e do Tesouro, inclusive do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC, da sigla em inglês), com o objetivo de elucidar dúvidas do setor bancário brasileiro no tocante ao reestabelecimento de relações bancárias e financeiras com o Irã. Em seguimento à videoconferência, está em curso a organização de missão técnica norte-americana ao Brasil em setembro próximo.

18. De todo modo, ainda que permaneça algum grau de antagonismo frente a Teerã (sempre estimulado por pressões políticas internas e externas), o presidente Obama, nessa fase final de seu mandato, deixou claro que esse deixou de ser a lógica primordial da atuação dos Estados Unidos na região, posição agora ocupada pelo combate ao terrorismo. A erradicação do autodenominado "Estado Islâmico - EI", em particular, assumiu papel cada vez mais relevante na estratégia de defesa norte-americana e lugar cada vez mais central na pauta bilateral dos Estados Unidos com diversos países médio-orientais e com os demais países membros da OTAN, muitos dos quais integram a coalizão militar liderada por Washington contra aquele grupo terrorista. A retomada de territórios antes controlados pelo EI, em especial no Iraque (incluindo centros urbanos importantes como Ramadi e, mais recentemente, Fallujah), tem permitido progressos graduais no esforço para combater o terrorismo. Uma das

grandes apostas do mandatário norte-americano no "front" externo, nos poucos meses que lhe restam na Casa Branca, é de que a campanha militar obtenha novos êxitos de relevo, com destaque para a reconquista de Raqqa, na Síria, e Mosul, no Iraque.

19. A Ásia permaneceu um dos focos principais da política externa norte-americana, no bojo da política de "pivô" ou "rebalanceamento" para a Ásia-Pacífico, concebida pelo presidente Obama. As relações com a China mereceram particular atenção do posto, em virtude da densidade e complexidade da relação, caracterizada por um misto de cooperação e competição. A Embaixada acompanhou detidamente os resultados da visita de estado do presidente Xi Jinping aos Estados Unidos, em 25 de setembro de 2015, bem como as negociações da Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês), componente econômico estratégico para os interesses norte-americanos no contexto da política de reequilíbrio e maior acordo de livre comércio do qual os Estados Unidos jamais participaram. O engajamento dos Estados Unidos com o multilateralismo regional asiático, em particular as relações com a 'Asia Pacific Economic Cooperation' (APEC), a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e seus vários mecanismos institucionais ganhou, no período, particular dinamismo. O posto dedicou atenção ao acompanhamento e análise dos resultados da primeira reunião de cúpula Estados Unidos-ASEAN em território norte-americano (Sunnylands, Califórnia, 15 e 16 de fevereiro de 2016), bem como o lançamento da "nova parceria estratégica" Estados Unidos-ASEAN e seus desdobramentos. Também foram objeto de acompanhamento e análise do posto, no período, a normalização das relações com o Vietnã e a abertura estadunidense para Myanmar.

20. Minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Washington coincidiu, ainda, com o acirramento das tensões na península coreana, razão pela qual mereceram especial acompanhamento o impacto dos anúncios da Coreia do Norte da realização de testes nucleares e relatos de

lançamento de satélite com tecnologia de mísseis balísticos, nos primeiros meses de 2016, episódios que tiveram desdobramentos no âmbito das Nações Unidas, em particular a aprovação da resolução 2270 do Conselho de Segurança, cujas negociações foram lideradas pelos Estados Unidos e China, que estabeleceu as mais duras sanções impostas por aquele órgão à RPDC. Ainda na vertente securitária da política de "rebalanceamento", a Embaixada tem acompanhado as tensões no Mar do Sul da China, o reforço, atualização e aprofundamento das alianças tradicionais dos EUA com Japão e Coréia do Sul e a renovada relação de defesa com as Filipinas, que constituem os pilares dos interesses norte-americanos na garantia da segurança, da liberdade de navegação e de sobrevoo na área.

21. No que diz respeito à África, buscou-se acompanhar o engajamento dos Estados Unidos principalmente com os países da África Subsaariana e avaliar os principais aspectos da política externa norte-americana para a África no último ano de mandato do presidente Obama. Ao longo do período, mantive contato estreito com meus homólogos dos países de língua oficial portuguesa da África com representação diplomática na capital estadunidense e, de forma mais ampla, com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Nesse sentido, procurei promover e estimular uma maior coordenação e intercâmbio, nos assuntos de interesse comum, entre as embaixadas em Washington dos estados membros da CPLP, tendo em vista a assunção pelo Brasil, em meados deste ano, da presidência de turno da Comunidade. Para tanto, instituí em Washington um "grupo de embaixadores da CPLP", com o apoio entusiástico de meus colegas lusófonos, com vistas à promoção conjunta de nossa identidade cultural e de interesses compartilhados pelos países de língua portuguesa neste país, no momento em que o Brasil assume, a partir da metade do ano corrente, a presidência 'pro tempore' da CPLP.

RELAÇÕES COM O CONGRESSO

22. Como tem sido prática, porção significativa do trabalho da Embaixada foi dedicada, no período, ao relacionamento com o Congresso norte-americano, sabidamente um eixo fundamental de qualquer atuação diplomática consequente em Washington. Nesse sentido, além de dar apoio às missões de parlamentares brasileiros a esta capital, empenhei-me em manter e fortalecer a rede de relacionamentos do posto com lideranças do poder legislativo norte-americano, contribuindo para o adensamento do relacionamento bilateral e promovendo a melhor compreensão do lado norte-americano sobre a complexa realidade brasileira e as oportunidades de cooperação com o Brasil. Na tarefa de trabalhar as relações com o Congresso, foi instrumental o relacionamento com os parlamentares integrantes do 'Brazil Caucus', grupamento presente na Câmara que congrega cerca de trinta representantes com interesse no Brasil, seja pela presença significativa de imigrantes brasileiros em seus distritos, seja por razões econômico-comerciais. Colaboradores meus estiveram sempre em contato constante com assessores (ou "staffers") de diversos parlamentares, além de fazer acompanhamento cotidiano da pauta da Câmara e do Senado, de maneira a identificar o tratamento de matérias de interesse direto ou indireto para o Brasil.

23. No tratamento da relação com o Congresso, dei continuidade aos eventos ou programas tradicionais realizados com a presença de parlamentares e "staffers". Um dos principais eventos dessa agenda é a recepção 'Brazil on the Hill', organizada anualmente na residência da Embaixada. Em sua edição de 16 de setembro de 2015, o evento foi realizado em parceria com a 'Brazil Industries Coalition' (BIC) e contou com o apoio da APEX-Brasil, do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da churrascaria Fogo de Chão, oferecendo coquetel e jantar a

183 pessoas, entre parlamentares norte-americanos, diplomatas, empresários, "staffers", havendo contado com a presença de importante delegação de parlamentares brasileiros, liderada pela senadora Ana Amélia (PP-RS) e integrada pelos deputados federais Eduardo Barbosa (PSDB-MG), Sibá Machado (PT-AC), Geraldo Resende (PMDB-MS), Alexandre Serfiotis (PSD-RJ) e Nelson Marquezelli (PTB-SP).

24. Eventos de importância singular para o avanço dos interesses brasileiros junto ao legislativo norte-americano são as viagens de parlamentares e 'staffers' ao Brasil promovidas ao amparo do "Mutual Educational and Cultural Exchange Act" (MECEA), que muito contribuem para o melhor entendimento da realidade nacional e para a formação de simpatias benéficas ao Brasil junto aos legisladores norte-americanos. Realizado com periodicidade anual, em parceria com a APEX-Brasil, o MECEA não pôde, infelizmente, ter lugar no ano de 2015, em virtude de exiguidade de recursos. Não obstante, considero esse programa fundamental para criar um terreno mais propício aos interesses nacionais no Congresso estadunidense. Seria importante, portanto, que o programa fosse retomado no prazo mais breve possível.

25. A Embaixada também trabalhouativamente na viabilização de diversas missões de parlamentares brasileiros, individualmente ou em grupo, aos Estados Unidos. Ressalto, por especialmente relevante, o apoio prestado no agendamento e execução de missão do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, senador Aloysio Nunes Ferreira a esta capital (17-20 de abril 2016), cuja agenda incluiu reunião com o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, senador Bob Corker (R-Tennessee), e com o líder da minoria naquela Comissão, senador Ben Cardin (D-Maryland); reunião com o subsecretário de assuntos políticos do Departamento de Estado, embaixador Thomas Shannon; e encontro com correspondentes brasileiros de imprensa em Washington, entre outros compromissos.

26. Na dimensão da diplomacia federativa, vertente indispensável e tradicional do trabalho da Embaixada, tendo em vista o alto grau de autonomia e a diversidade de interesses dos governos estaduais, realizei duas visitas de trabalho ao estado da Califórnia e a Nova York, com foco na agenda de comércio e investimentos, em particular em setores de alta tecnologia. Por razões de ordem estritamente orçamentária, não foi possível manter o planejamento de viagens do chefe do posto e tampouco enviar funcionários diplomáticos em missões a outros estados da União, conforme tem sido a prática do posto, o que, entendo, será retomado uma vez normalizada a situação orçamentária.

DEFESA E SEGURANÇA

27. No período em que estive à frente do posto, a área de defesa confirmou-se como uma das mais promissoras para a relação bilateral, tanto na vertente da cooperação militar-militar e do diálogo político-militar, quanto na da associação entre os setores industriais, a começar pelo potencial identificado de cooperação em matéria de pesquisa e desenvolvimento industrial. A visita de trabalho a Washington do então Ministro de Estado da Defesa, Jacques Wagner, às vésperas da visita presidencial, em junho de 2015, foi marcada pela entrada em vigor, naqueles dias, do Acordo de Cooperação em Defesa e do Acordo Geral sobre a Segurança de Informações Militares. A aprovação de ambos os instrumentos, em ação coordenada entre executivo e legislativo brasileiros, foi corretamente percebida em Washington como sinal de disposição do Brasil de elevar o diálogo e a cooperação em defesa a um novo patamar. A visita do Ministro de Estado da Defesa a esta capital foi acompanhada, ademais, de delegação empresarial brasileira do setor, que manteve reunião de trabalho com seus pares norte-americanos, da qual resultou entrega de carta às autoridades de ambos os governos, em que se indica, entre outros, a expectativa

de institucionalizar um diálogo industrial de defesa entre os dois países e explorar possibilidades de desenvolver projetos produtivos conjuntos no setor. O diálogo industrial de defesa poderia também servir de foro para explorar e estruturar iniciativas de cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação na área de defesa, aproximando os atores do chamado "complexo militar-industrial-acadêmico" de ambos os países, em benefício de futuros projetos industriais e do esforço nacional em matéria de desenvolvimento tecnológico e industrial em áreas estratégicas, com sabida irradiação para o conjunto da atividade da indústria nacional.

28. A par desses desdobramentos, os presidentes, em seu comunicado conjunto, determinaram que fossem retomados o Diálogo de Cooperação em Defesa (DCD), inaugurado em 2012 e de nível ministerial, e o Diálogo Político-Militar, que ocorre entre os ministérios das Relações Exteriores e da Defesa de ambos os países e que se encontrava suspenso desde 2013. Após sucessivos reagendamentos, por razões internas de lado a lado, há expectativa de que as reuniões de ambos os mecanismos possam ocorrer ainda em 2016.

29. Além disso, manteve-se, ao longo de todo o período, intensa agenda bilateral de cooperação militar-militar, acompanhada pelas adidâncias das Forças Armadas na Embaixada em Washington, sempre em estreita coordenação interna no posto. Foi extensa a lista de altas autoridades militares brasileiras que realizaram missões a Washington e aos Estados Unidos no período, entre os quais ressalto a do comandante da Marinha, almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira; do comandante do Exército, general Eduardo Dias da Costa Villas-Bôas; e do comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Luiz. Ao lado das agendas específicas de cooperação, treinamento e aparelhamento de cada Força, bem como dos exercícios militares regulares conjuntos, foram numerosas as missões relacionadas à cooperação em matéria de inteligência e segurança, com vistas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro. De todos os oficiais-generais em visita a Washington, os quais invariavelmente recebi na

Embaixada, colhi a percepção de uma ampla disposição das autoridades militares estadunidenses de manter diálogo franco e cooperação aprofundada com o Brasil.

30. Na agenda de cooperação em segurança propriamente dita, cujo acompanhamento conta com o concurso da adidânciada Polícia Federal na Embaixada, ressalto o compromisso dos presidentes, plasmado no comunicado conjunto de 2015, no sentido de explorar iniciativas bilaterais ou trilaterais de combate aos ilícitos transnacionais, inclusive por meio da valorização do grupo de trabalho sobre segurança e crimes transnacionais, criado em outubro de 2012. Aguarda-se, ainda, convocação de nova reunião do referido GT, que envolve, do lado brasileiro, os distintos órgãos e agências de governo responsáveis pela política de segurança pública e combate a ilícitos internacionais.

DESARMAMENTO E NÃO PROLIFERAÇÃO

31. Durante minha gestão, a Embaixada deu continuidade ao acompanhamento das posições e iniciativas dos Estados Unidos em matéria de desarmamento e não proliferação, por meio de contatos regulares com as autoridades estadunidenses responsáveis pelo assunto e pelo acompanhamento sistemático das discussões sobre o tema promovidas por 'think tanks' e círculos de reflexão estratégica locais. No plano bilateral, o posto trabalhou na preparação e produção de subsídios para a realização da 4^a reunião do Diálogo Brasil-Estados Unidos sobre Desarmamento e Não Proliferação, que teve lugar em Brasília em 13 de agosto de 2015. O mecanismo tem permitido o intercâmbio de opiniões de modo abrangente e estruturado sobre o tema, promovendo a melhor compreensão das posições nacionais.

32. Como parte dos preparativos para a IX Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (Nova York, 27/4-22/5/2015), o posto manteve

interlocução com o secretário adjunto para segurança internacional e não proliferação, Thomas Countryman, com base em diálogo franco sobre as posições e expectativas dos Estados Unidos para a Conferência, com o intuito de subsidiar a participação brasileira. O posto atuou, ademais, na preparação e apoio à participação da delegação brasileira à 4ª Cúpula de Segurança Física Nuclear (IV CSFN), realizada nesta capital em 31 de março e 1º. de abril de 2016. A delegação brasileira foi encabeçada pelo então ministro de estado das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira. A IV CSFN contou com a presença de 35 chefes de estado ou de governo e encerrou processo lançado em 2010 e capitaneado pessoalmente pelo presidente Obama.

33. No período em questão, não houve avanços em relação à ratificação do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT) pelo Senado americano e às negociações para um tratado sobre material físsil nuclear ("Fissile Material Cut-off Treaty"). Ambos os temas foram compromissos de Obama em seu discurso sobre desarmamento e não proliferação, proferido em Praga, em 5 de abril de 2009. Em 27 de maio de 2016, Barack Obama tornou-se o primeiro presidente dos Estados Unidos a visitar Hiroshima, ocasião na qual reforçou, em seu discurso, a ideia de um mundo livre de armas nucleares, sem lançar, no entanto, novas iniciativas em matéria de desarmamento.

34. Em relação ao Irã, como mencionado anteriormente, os Estados Unidos mudaram o foco de sua abordagem de sanções para incentivos econômicos e a perspectiva de reinserção financeira do país na economia global. A aprovação do "Plano Abrangente de Ação Conjunta", em 14 de julho de 2015, e sua entrada em vigor, em 16 de janeiro de 2016 ("dia da implementação"), gerou, por um lado, intensa movimentação de países buscando se posicionarem em relação ao mercado iraniano, e, por outro, incerteza com relação ao novo regime de sanções, com a atitude de cautela por parte de agentes econômicos. Ao final de meu período em Washington, o executivo dos Estados Unidos realizou gestos no sentido de garantir que não imporia entraves a países que desejem fazer negócios

com o Irã. Se o acordo nuclear com o Irã foi a grande aposta do governo Obama na área de não proliferação, o avanço do programa nuclear norte-coreano, inclusive com a realização de novos testes nucleares, evidenciou os limites da estratégia dos Estados Unidos conhecida como "paciência estratégica" e as dificuldades do governo americano na contenção do programa nuclear e missilístico da Coreia do Norte, como referido mais acima.

DIREITOS HUMANOS, TEMAS SOCIAIS E COOPERAÇÃO JURÍDICA E CONSULAR

35. Durante minha gestão, a Embaixada acompanhou atentamente a evolução dos assuntos ligados aos direitos humanos e aos temas sociais nos Estados Unidos, bem como suas repercussões domésticas e internacionais. Esse exercício incluiu frequente contato com representantes do governo norte-americano e da sociedade civil, dedicando especial atenção à forma como o Brasil é retratado nas declarações de autoridades e especialistas, além dos relatórios por eles publicados. Os temas acompanhados incluíram o tráfico internacional de pessoas, a violência policial, o trabalho infantil e forçado, as liberdades de expressão, religião e na Internet, o sequestro internacional de menores, os direitos de populações LGBT, as populações deslocadas (migrantes e refugiados), entre outros. Em linhas gerais, o Brasil continua a ser observado com olhar muito favorável, havendo, contudo, menções esporádicas a problemas pontuais que são reconhecidos e combatidos pelo próprio governo brasileiro.

36. A Embaixada dedicou particular atenção a relatórios elaborados pelos EUA em que o Brasil é citado. O Departamento de Trabalho dos EUA, em seus relatórios, continua a citar o Brasil como um país onde persiste a prática de trabalho forçado e infantil. A consequência mais concreta dessa observação é a inclusão de setores produtivos brasileiros na "Lista de Bens Produzidos por Meio de Trabalho Forçado e Infantil", não obstante reiteradas gestões bilaterais minhas e de meu antecessor, bem como do setor privado brasileiro. Embora não haja

qualquer tipo de sanção decorrente da inclusão nessa lista, a inclusão do Brasil arranha a imagem de setores produtivos brasileiros. Por essa razão, é recomendável continuar manter um diálogo fluido e fornecer informações de qualidade para garantir que os relatórios reflitam de maneira adequada as ações empreendidas pelo governo brasileiro para eliminar o problema.

37. Ainda assim, de maneira geral, a agenda de direitos humanos tem servido como meio de aproximação entre as duas grandes democracias da região. Talvez o fruto recente mais concreto dessa confluência de visões tenha sido a constituição, no contexto da última visita presidencial bilateral aos EUA, do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos Globais. Desde 2015, o grupo reuniu-se em duas ocasiões, e tem se mostrado instrumento valioso para a adoção, nos foros multilaterais, de abordagens e estratégias que, quando não são comuns, são ao menos transparentes, constituindo-se em excelente medida para o entendimento mútuo e alcance dos respectivos objetivos.

38. Dediquei também especial atenção à abordagem dos EUA sobre a evolução da epidemia do vírus zika no continente americano. Esse trabalho envolveu tanto o acompanhamento do tratamento do tema pelas agências especializadas norte-americanas ('Centers for Disease Control and Prevention' - CDC, 'National Institutes of Health' - NIH, 'Food and Drug Administration' - FDA), com cujos diretores tive ocasião de interagir, bem como o recebimento e resposta a consultas encaminhadas e a divulgação das medidas adotadas pelo Brasil para combater a doença. Procurei, nesses termos, apontar o decisivo papel que o Brasil tem desempenhado na produção de conhecimento sobre o vírus e também na luta contra a doença, buscando, ao mesmo tempo, desfazer percepções equivocadas sobre o país. Os esclarecimentos envolveram a produção de artigos em periódicos de grande circulação, palestras a representantes da indústria do turismo, entrevistas em meios televisivos, contato com parlamentares e intermediação da participação de especialistas brasileiros em eventos locais. Nesse

contexto, e à medida que se aproximam as datas de início dos jogos olímpicos e paralímpicos, avalio que, no curto prazo, devem ser intensificados os esforços para informar o real estado do surto da doença no continente, no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro, desconstruindo argumentos que sugiram qualquer tipo de medida desconectada de justificativas científicas. No médio e longo prazos, será essencial continuar a apoiar e a divulgar a interação das instituições científicas dos dois países.

39. Durante minha gestão, a Embaixada apoiou, ademais, o seguimento dos passos necessários à implementação do acordo de previdência social, em negociação desde 2009 e finalmente assinado na última visita presidencial, em 2015. A reunião de implementação do acordo deverá ocorrer, em princípio, na sede da "Social Security Administration" nos próximos meses. Quando passar a vigorar, o acordo permitirá aos brasileiros em situação migratória regular que contribuam para o sistema de segurança social norte-americano a utilização das contribuições feitas à previdência brasileira para antecipar a solicitação de sua aposentadoria, bem como garantirá o mesmo direito a cidadãos norte-americanos em situação análoga. Outro compromisso advindo da última visita presidencial foi a adoção de medidas para ingresso do Brasil no programa "Global Entry", cuja expectativa de concretização havia sido estimada para o fim do primeiro semestre de 2016. O programa, que não isenta da necessidade de visto, permitirá ingresso desburocratizado nos aeroportos norte-americanos para os indivíduos previamente cadastrados. Foram identificados, contudo, entraves de ordem técnica para a integração dos sistemas da Polícia e da Receita Federal com suas contrapartes norte-americanas. Considerando-se o esperado impacto positivo que a consecução desse objetivo poderá ter para viajantes frequentes, sobretudo no meio empresarial, avalio como fundamental a renovação de esforços para superar as dificuldades existentes.

40. A Embaixada seguiu conferindo, ainda, atenção às responsabilidades do posto no encaminhamento de assuntos relacionados à cooperação jurídica e consular que têm

interface direta com o Departamento de Estado, o Departamento de Justiça e, em menor medida, o Departamento de Segurança Interna. Ao longo do último ano, foram realizadas mais de duzentas gestões de natureza jurídica, em especial aquelas relacionadas com cartas rogatórias, pedidos de transferências de presos e pedidos de extradição. O posto apoiou e organizou, ainda, diversas visitas de representantes das mais altas cortes brasileiras a esta capital, entre os quais destaco o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Francisco Falcão, e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro José Antonio Dias Toffoli.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

41. Durante o tempo em que estive à frente do posto, pude testemunhar o crescente papel da cooperação educacional como vetor positivo e de alta visibilidade na agenda bilateral. Contribuiu para tanto a participação protagônica dos Estados Unidos como principal destino de bolsistas brasileiros do programa Ciência sem Fronteiras (CsF): das 92 880 bolsas implementadas no mundo, 27 821 o foram nos EUA, das quais mais de 6500 apenas em minha gestão. A intensa mobilidade proporcionada pelo CsF pôs o Brasil em destaque no meio acadêmico local, o que pode ser aferido, a título de exemplo, pela intensidade da interlocução da Embaixada com o setor: no período de pouco mais de um ano, foram cerca de 55 as visitas recebidas pela Embaixada de delegações universitárias (alunos, professores ou administradores) ou realizadas pelo posto a universidades norte-americanas, - ou seja, em média uma por semana - além de dezenas de palestras temáticas proferidas pelo setor educacional da Embaixada, entre outras atividades.

42. A implementação de programa de tal magnitude demandou, por outro lado, atento e permanente acompanhamento do posto no apoio aos bolsistas, na

facilitação de contatos e na promoção da interlocução entre as agências implementadoras no Brasil e nos EUA (notadamente a CAPES e o Instituto de Educação Internacional-IIE) e mantendo constante fluxo de informação com as universidades participantes. Busquei, assim, ajudar a garantir a fluida execução do programa em todos os seus aspectos, inclusive os financeiro-orçamentários, de modo a assegurar a tranquilidade dos milhares de bolsistas brasileiros presentes neste país.

43. A intensificação da agenda de cooperação educacional materializou-se, ademais, na assinatura de memorando de entendimento sobre educação técnico-profissionalizante, por ocasião da visita presidencial de junho de 2015. O 'MoU' pavimenta o caminho para uma relação bilateral ainda mais vigorosa na área educacional e - tendo em vista os impactos objetivos da educação técnico-profissionalizante - alinhada com os melhores interesses econômicos do Brasil e com os anseios da sociedade brasileira.

PROMOÇÃO CULTURAL

44. Em contexto de severas restrições orçamentárias, que afetaram a capacidade do posto de promover atividades culturais, a Embaixada intensificou a busca de parcerias com produtores locais e instituições públicas e privadas interessadas em apoiar ou associar-se a iniciativas de difusão da cultura brasileira, em suas mais diversas manifestações, de maneira a racionalizar recursos e manter presença e visibilidade do Brasil na cena cultural e artística desta capital.

45. No que considero o exemplo mais ilustrativo de parceria desse tipo, em maio de 2016 a residência oficial recebeu mais de cinco mil visitantes por ocasião do 'Around the World /Passport DC', evento anual em que dezenas de embaixadas nesta capital abrem suas portas ao público externo. Neste ano, graças a patrocínios diversos, a Embaixada foi capaz de propiciar programação cultural diversificada, além de exibir inédita exposição

de tochas históricas dos jogos olímpicos, o que fez do Brasil o ponto alto dessa programação já tradicional da capital norte-americana. Outro exemplo bem-sucedido de parceria negociada pela Embaixada, sem ônus, foi a participação do Brasil, como país tema, da gala anual benéfica da principal rede hospitalar de reabilitação Medstar, em evento para mais de 600 convidados, a que esteve presente o presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, ocasião em que foi premiado atleta paralímpico brasileiro.

46. Sempre com base em parcerias e associações com entidades locais, a Embaixada foi capaz de apoiar programação musical regular, nos mais variados gêneros, da qual destaco a apresentação, em setembro de 2015, do grupo musical *Reco do Bandolim e Choro Livre*, e o recital, em junho de 2016, do pianista clássico brasileiro *Ronaldo Rolim*. A Embaixada renovou, no período, a cooperação com a Biblioteca do Congresso, onde realizou-se, em abril de 2016, o evento '*Clarice Lispector: a conversation with Benjamin Moser*', em que o biógrafo e tradutor da escritora brasileira para o inglês apresentou e discutiu sua obra. No que toca à promoção do audiovisual brasileiro, a Embaixada organizou, em parceria com a Universidade Johns Hopkins, em Baltimore, mostra de cinema brasileiro, em que foram exibidos filmes nacionais vinculados à temática dos direitos humanos.

47. Além disso, a Embaixada divulgou, prestigiou e emprestou apoio institucional, entre outras, às seguintes iniciativas: exposições da artista plástica *Denise Milan*; exposição sobre a obra da arquiteta italo-brasileira *Lina Bo Bardi*; festival anual *Afro-Bahia*, que celebrou a música, a arte e a culinária da Bahia; peça teatral sobre a vida de *Carmen Miranda*, exibida em teatro da capital; painel acadêmico sobre capoeira; lançamento e discussão de livros de autores brasileiros e norte-americanos sobre o Brasil; palestra do arquiteto brasileiro *Arthur Casas*; prêmio concedido à violinista brasileira *Deborah Wanderley dos Santos* pela '*Young Orchestra of Americas*'; apresentações de músicos brasileiros em casas de espetáculos locais, como *Joyce Moreno, Ana Carolina, Rose*

Moraes, Cyro Baptista; divulgação de filmes brasileiros em apresentação na cidade, como 'Que Horas Ela Volta?', 'Rio I Love You?' e 'Pelé', bem como dos longa metragens exibidos na edição de 2015 do Festival de Cinema Latino-Americano.

DIPLOMACIA

PÚBLICA

48. Durante minha gestão, foram ampliadas as ações de diplomacia pública, com o objetivo de divulgar as iniciativas relativas ao Brasil e as atividades da Embaixada, bem como modernizar a interação com o público norte-americano. Buscou-se, nesse contexto, diversificar o uso de mídias sociais e fortalecer o relacionamento com a comunidade dos chamados 'think tanks' (centros de estudo ou pensamento) sediados em Washington e com a grande imprensa norte-americana. Além das funções de ponto focal para a mídia norte-americana e para os correspondentes brasileiros, bem como de assessoria de imprensa e contato para entrevistas concedidas a meios locais, a Embaixada auxiliou na preparação e no acompanhamento da cobertura de imprensa a visitas de altas autoridades brasileiras a Washington. No período, mantiveram contato com a imprensa, em entrevistas individuais ou coletivas organizadas na Embaixada, os ministros da Fazenda (em três ocasiões); do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Ciência, Tecnologia e Inovação; de Minas e Energia; da Defesa; e das Relações Exteriores.

49. Em minha gestão, procurei aproximar-me da imprensa norte-americana e manter interlocução fluida do posto com os principais meios de comunicação estadunidenses. Em setembro de 2015, fiz publicar no 'Huffington Post', um dos maiores e mais influentes portais de notícias dos Estados Unidos, artigo de minha autoria sobre as relações Brasil-Estados Unidos. Ao longo do período, concedi entrevistas, entre outros, para o jornal 'Washington Diplomat' e para os canais de televisão WUSA (programa 'This is America and the World') e PBS, bem como para rede local de televisão DC Cable, com foco nos jogos olímpicos e paralímpicos.

50. A importância crescente das mídias sociais levou a Embaixada a aperfeiçoar o uso de seus perfis institucionais no Facebook, Youtube, Twitter, Periscope e Instagram. Determinei que todas as mensagens recebidas por meio das mídias sociais do posto fossem respondidas, tanto quanto possível, imediatamente. As contas da Embaixada em Washington no Facebook e no Twitter contam, hoje, com cerca de doze mil e de três mil seguidores respectivamente, o que representou aumento de 50% de público nas duas mídias sociais desde o início de minha gestão. Com periodicidade mensal, a 'Newsletter' eletrônica 'Brazil in USA', produzida e distribuída pelo posto, somou-se ao objetivo de divulgar o Brasil e as ações da Embaixada, e vem sendo enviada a cerca de 1600 destinatários, com repercussão crescentemente positiva. Com base nessa experiência, instruí a que fosse criada, em 2016, mala direta eletrônica específica - 'The Brazilian Cultural Insider' - dedicada à divulgação de atividades culturais, artísticas e acadêmicas relacionadas ao Brasil na região de Washington e arredores, iniciativa que tem gerado resultados notáveis.

51. Com base no diagnóstico de que o Brasil tem presença ainda pouco condizente, no cenário local de 'think tanks', com sua importância econômica e política - até por não ser encarado como um "problema" para a política externa norte-americana - determinei que a Embaixada renovasse os esforços no sentido de aumentar nossa capacidade de influência e interlocução com esses centros de pensamento. Em 2014, ainda durante a gestão de meu antecessor, foi lançada a Iniciativa Brasil no 'Center for Strategic and International Studies' (CSIS), projeto piloto apoiado pela APEX-Brasil, com duração inicial de dois anos e que, desde então, vem promovendo encontros e publicando estudos sobre o país. Fui, desde o primeiro dia, um incentivador desse tipo de iniciativa, havendo participado de eventos nesse e em outros 'think tanks'. A APEX-Brasil estuda atualmente a renovação da cooperação com o CSIS, o que seria altamente recomendável diante dos resultados positivos alcançados nos últimos dois anos, ao projetar uma imagem mais sofisticada da

realidade brasileira e das inúmeras oportunidades de cooperação com o país. No mesmo espírito da cooperação com o CSIS, a Embaixada estimulou e prestigiou a presença de brasileiros e estudiosos de Brasil em outros centros de pensamento importantes, como 'Wilson Center', 'Atlantic Council', 'Brookings' e 'Interamerican Dialogue'.

52. No contexto do fortalecimento dos vínculos com 'think tanks' e comunidade acadêmica, foram também organizados, na Embaixada, eventos sobre Brasil com ampla participação de acadêmicos brasileiros e norte-americanos de várias universidades da região, diretores encarregados de América Latina e Brasil de importantes 'think tanks', executivos de consultorias privadas e associações empresariais, funcionários do Banco Mundial, brasilianistas e especialistas, jornalistas brasileiros e estrangeiros, autoridades brasileiras de passagem por Washington, entre outras personalidades, o que se tem provado de grande utilidade para estimular um debate mais aprofundado sobre a contribuição do Brasil para diversos temas de interesse não apenas dos EUA, mas de uma audiência global. A título de sugestão, seria importante considerar a manutenção e ampliação do apoio da APEX-Brasil a iniciativas como a parceria com o CSIS, se possível replicando o modelo de parceria com outros centros de estudo e pensamento de grande influência nesta capital, como forma de contribuir para a divulgação e compreensão da realidade política e econômica brasileira, bem como das oportunidades de parceria e negócios com o país, junto a formadores de opinião e importantes tomadores de decisão presentes nesta capital.

TEMAS

ECONÔMICOS

53. O período em que estive à frente do posto foi marcado por contexto econômico de baixa persistente no valor do petróleo e demais commodities, de valorização do dólar norte-americano e de fraco desempenho de parceiros tradicionais dos Estados Unidos. Relatei o debate econômico e financeiro nos EUA, marcado, principalmente, pela inflexão da política monetária expansiva, adotada

desde o pós-crise de 2008.

54. A taxa básica de juros da economia norte-americana ("Fed funds rate"), que não sofria elevações desde 2006 e era mantida entre zero e 0,25% ao ano desde dezembro de 2008, sofreu, em dezembro de 2015, sua primeira elevação, para o patamar entre 0,25% e 0,5% ao ano. Sinalizado como iminente desde outubro de 2014, o início da chamada "normalização monetária" foi sendo sucessivamente adiado, em função de incertezas no cenário externo, de desempenho positivo da economia norte-americana - porém aquém das expectativas -, e de inflação preocupantemente abaixo da meta, a despeito de baixos índices de desemprego. O cenário de avanços constantes, porém modestos, na economia também reduziu o ritmo inicialmente esperado para outros aumentos nos juros básicos. Ademais, o resultado do referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit") e a consequente incerteza do mercado financeiro mundial causaram aumento nas expectativas de agentes econômicos no sentido de que o "Federal Reserve" manterá o mesmo patamar da taxa básica de juros até dezembro de 2016, protelando ainda mais sua eventual elevação.

55. O Produto Interno Bruto (PIB) não deixou de crescer, mas desacelerou seu ritmo de crescimento, que passou dos 3,9%, registrados no segundo trimestre de 2015, para 2% no terceiro trimestre de 2015, 1,4% no quarto trimestre de 2015 e 0,8% no primeiro trimestre de 2016. O índice de desemprego, que, em maio de 2015 estava em 5,5%, caiu quase que constantemente, até chegar a 4,7% em maio de 2016. A inflação registrou 1,02% no acumulado de 12 meses até maio de 2016, distante ainda da meta de 2%.

56. No que se refere à situação das contas públicas, o déficit de 439 bilhões de dólares registrado no ano fiscal encerrado em 30 de setembro de 2015 foi o menor desde 2007, tanto em seu valor nominal quanto no que representa em relação ao PIB (2,5%). Incrementos de cerca de 8% na arrecadação e de 5% nas despesas possibilitaram redução de 9% no déficit na comparação com o ano fiscal

finalizado em 30/09/2014. Já a dívida pública norte-americana finalizou o ano de 2015 em 18,9 trilhões de dólares, o que equivale a cerca de 105% do PIB. Nesse contexto, a Embaixada acompanhou e informou sobre o impasse entre o executivo e o legislativo norte-americanos relacionado ao limite para endividamento público ('debt ceiling') e os embates para aprovação do orçamento 2015/2016, que quase resultaram em nova interrupção das atividades do governo federal ('shutdown').

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS

57. Washington sedia importantes organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os governadores pelo Brasil nessas instituições financeiras são o ministro da Fazenda (Banco Mundial e FMI) e o ministro de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (BID). Como embaixador em Washington, tive a oportunidade de acompanhar as atividades das diretorias executivas pelo Brasil e apoiar a promoção de interesses brasileiros naqueles organismos. A Embaixada também prestou apoio técnico e logístico a visitas de autoridades da área econômica a Washington, em nível técnico e ministerial, para encontros bilaterais com contrapartes norte-americanas ou reuniões no FMI, no Banco Mundial ou BID. Entre as autoridades brasileiras da área econômica que receberam apoio da Embaixada, cumpre destacar o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o então presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e o então secretário executivo do Ministério do Planejamento, Dyogo de Oliveira.

Fundo Monetário Internacional

58. A Embaixada acompanhou de perto os assuntos relevantes para o Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), a exemplo da 14^a Reforma Geral de Quotas e

Governança do FMI, a qual, apesar de aprovada em 2010, tinha sua implementação pendente de ratificação pelos Estados Unidos, detentor de poder de voto na instituição. Em processo de mais de cinco anos, cujo desfecho foi prontamente reportado e relatado a Brasília, a aprovação da 14ª Reforma foi ratificada pelo Congresso dos Estados Unidos, em dezembro de 2015. Sua entrada em vigor elevou o poder de voto do Brasil no FMI de 1,7% para 2,32%, colocando o país entre os dez maiores quotistas do Fundo. Teve início, na sequência, a negociação da 15ª Reforma de Quotas, ainda em fase embrionária, mas prevista para ser finalizada até as Reuniões Anuais de 2017.

59. Em contatos com o então diretor-executivo pelo Brasil, Paulo Nogueira Batista, substituído por Otaviano Canuto em julho de 2015, segui as negociações para renovação do acordo de 'constituency' do Brasil no FMI, que compreende outros dez países (Cabo Verde, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Suriname, Timor-Leste e Trinidad e Tobago). O novo acordo deverá ser assinado nos próximos meses, visto que o atual, em vigor desde 2004, expirará em novembro próximo.

60. Na esteira do reatamento das relações entre os EUA e Cuba, comentado mais acima, acompanhou-se ainda o debate que se seguiu a respeito da possível normalização das relações da ilha caribenha com o FMI, primeiro passo para eventual reengajamento daquele país com as principais instituições financeiras internacionais. Reportei, ainda, importantes discussões e decisões do FMI, que colaboraram para subsidiar a atuação de Embaixadores brasileiros em países como a Grécia, que está em fase de negociação de suas dívidas com os principais credores internacionais, notadamente os países europeus.

Banco Mundial

61. Meu contato com o Banco Mundial foi constante e frutífero durante todo esse período, em particular com o escritório da Diretoria-Executiva brasileira, chefiada

por Antônio Henrique Silveira, até 30 de junho último. O Brasil encontra-se entre os três maiores clientes do Banco Mundial, o que implica contínuo esforço de desenho e aprovação de novos projetos, voltados especialmente para estados e municípios. Não por outra razão, durante esse período, foram frequentes as visitas de autoridades federais, estaduais e municipais à sede do Banco Mundial, as quais contaram com apoio técnico e logístico da Embaixada.

62. O Banco Mundial vem passando por profundas reformas de governança e de estrutura administrativa, e a Embaixada procurou acompanhar seus desdobramentos, fornecendo as informações relevantes a Brasília. Após a ambiciosa reforma de 2010, mediante a qual o poder de voto do Brasil passou de 2,07% para 2,23%, e o dos países em desenvolvimento aumentou de 42,7% para 47,2%, está em curso novo processo de realinhamento das ações do Banco Mundial, por meio do qual o Brasil poderá elevar ainda mais sua influência na instituição. Outros debates importantes do Banco Mundial no período foram: a reforma, ainda em andamento, das salvaguardas sociais e ambientais aplicadas a projetos do Banco; o futuro da Associação para o Desenvolvimento Internacional, braço do Banco Mundial voltado para os países pobres e que conta com contribuição brasileira; e o apoio da instituição à crise dos refugiados no Oriente Médio e Europa.

Banco Interamericano de Desenvolvimento

63. A Embaixada deu continuidade, também, à interlocução com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em 2015, acompanhei a segunda reeleição do colombiano Luis Alberto Moreno, candidato único, que contou com apoio brasileiro, para seu terceiro mandato à frente do Grupo BID. Também mantive contato fluido com a Diretoria-Executiva pelo Brasil no BID, chefiada por Ricardo Carneiro, até 30 de junho último, quando foi substituído pelo ex-diretor pelo Brasil no Banco Mundial, Antonio Henrique Silveira.

64. Atualmente, o Brasil representa 10,75% dos votos no banco, é o principal tomador de recursos e o segundo maior acionista, junto com Argentina, ficando atrás somente dos Estados Unidos, que contam com pouco mais de 30% dos votos no banco. A exposição nominal do BID é estimada em US\$ 140 bilhões, sendo que o Brasil responde por 22% do total; o México, por 18%; a Argentina, por 16%; e a Colômbia, por 9%. Como o conjunto de programas para o país está direcionado a estados e municípios, a Embaixada intermediou visitas de autoridades federais e, principalmente, estaduais e municipais ao Banco ao longo de minha gestão, a despeito da forte redução na contratação de novos empréstimos a partir de 2015, por conta do ajuste fiscal.

65. Acompanhou-se, ainda, a implementação das decisões da Assembleia Anual de 2015, para a reestruturação das janelas de operação com o setor privado, que permitiu o aumento do capital do Banco, com aporte de "capital fresco" à Corporação Interamericana de Investimentos (CII) do BID, para a criação, a partir de 2017, da Nova Corporação ("NewCo"). Na "NewCo", os EUA diluirão seu poder acionário para operações sem garantia soberana, do atual patamar de 22,78% para algo em torno de 15% (ainda suficientes para mantê-los como o principal acionista). Também acompanhei as decisões da Assembleia Anual de 2016, nas Bahamas, que debateu, entre outros temas, a consolidação de meta mais ambiciosa para o financiamento de projetos relacionados a mudanças climáticas e a operacionalização dos compromissos financeiros do Banco com o Haiti.

PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

66. A Embaixada dedicou especial atenção ao fortalecimento da relação comercial entre Brasil e Estados Unidos, a fim de ampliar as exportações brasileiras, promover investimentos norte-americanos no Brasil e atender às consultas de empresas e associações

empresariais interessadas em incrementar o intercâmbio entre os dois países. Além de participar dos principais mecanismos de diálogo comercial e empresarial, a Embaixada promoveu encontros para atrair investimentos e divulgar a imagem e os produtos do Brasil nos EUA.

67. Segundo os dados do MDIC, o fluxo de comércio entre o Brasil e os EUA em 2015 alcançou 55,5 bilhões de dólares (US\$), com déficit de US\$ 2,4 bilhões para o Brasil. Trata-se de declínio em relação ao déficit brasileiro de US\$ 8,3 bilhões registrado em 2014, quando a corrente bilateral de comércio alcançou US\$ 61,7 bilhões. Nos primeiros cinco meses de 2016, a corrente de comércio alcançou US\$ 17,8 bilhões, com déficit de US\$ 569 milhões para o Brasil, que representou diminuição importante em relação ao déficit de US\$ 2,1 bilhões registrado no período de janeiro a maio de 2015.

68. No tocante a investimentos, em 2015 foram registrados, pelos dados do Banco Central do Brasil, fluxo de investimento externo direto da ordem de US\$ 9,9 bilhões dos EUA para o Brasil, e de US\$1,9 bilhão do Brasil para os EUA. Nos primeiros cinco meses de 2016, o fluxo dos EUA para o Brasil foi de US\$ 5,6 bilhões, 56,5% acima dos US\$ 3,6 bilhões registrados em igual período do ano anterior. No sentido inverso, o fluxo do Brasil para os EUA, nos primeiros cinco meses de 2016, foi de US\$ 543 milhões, 21,3% menor do que o verificado em igual período do ano anterior, quando alcançou US\$ 690 milhões. Os estoques de IED norte-americano no Brasil e brasileiro nos EUA fecharam o ano de 2014 (últimos dados divulgados) em US\$111,7 bilhões e US\$ 11,8 bilhões, respectivamente.

69. Empenhado em ampliar o fluxo de investimentos entre Brasil e EUA, dediquei especial atenção à promoção e manutenção de parcerias com entidades empresariais locais como a 'Brazil Industries Coalition' (BIC), a 'US Chamber of Commerce' e a Câmara de Comércio Brasil-EUA de Nova York na realização de seminários de divulgação das oportunidades comerciais e de investimentos no Brasil. Periodicamente, proferi palestras sobre a economia brasileira a grupos de investidores, empresários e

formadores de opinião norte-americanos. Promovi contatos de funcionários da Embaixada e do governo brasileiro com interlocutores locais no governo norte-americano, na academia e em institutos especializados para o acompanhamento de temas de interesse mútuo. Por ocasião da 3ª. Conferência de Investimentos SelectUSA, organizada pelo governo dos EUA, em Washington, em junho último, recebi delegação empresarial brasileira, acompanhada pela embaixadora dos EUA no Brasil, Liliana Ayalde. Na ocasião, foi realizado, nas dependências da Embaixada, seminário sobre o processo de internacionalização de empresas brasileiras.

70. Conferi particular atenção à necessidade de apoiar empresas transnacionais brasileiras nos EUA, tendo mantido diálogo constante com os grupos presentes nos EUA como a Embraer, entre outros, e prestado assistência a empresas brasileiras de pequeno e médio portes, sobretudo no que se refere à identificação de oportunidades de comércio e de investimento. Nesse sentido promovi a atualização do "Guia Como Exportar - Estados Unidos da América", cuja edição anterior datava de 2012.

71. Mantive, ademais, diversas reuniões com empresários e associações empresariais norte-americanas baseadas na região de Washington DC, Maryland e Virgínia. Essas reuniões e missões representaram importantes oportunidades de promoção comercial, ao viabilizar encontros também com funcionários dos governos estaduais e municipais norte-americanos, bem como com empresários e associações empresariais e comerciais desses locais. Participei, ainda, de eventos empresariais fora da capital, em missões comerciais a estados norte-americanos, como Califórnia e Nova York. Recebi, com frequência, executivos e representantes de empresas brasileiras e norte-americanas, os quais me informaram sobre o andamento de suas atividades no Brasil e nos EUA e consultaram-me sobre aspectos referentes aos seus setores de atuação.

72. Avalio como importante atribuição da Embaixada o atendimento a consultas de empresários brasileiros e norte-americanos interessados em explorar oportunidades de comércio e investimento bilateral. Em 2015 e nos primeiros cinco meses de 2016, o setor de promoção comercial e de investimentos da Embaixada atendeu a mais de 1000 consultas de importadores norte-americanos e exportadores brasileiros. Atendeu, igualmente, 235 solicitações de investidores e outras empresas em busca de informações sobre como investir no Brasil.

73. Por ocasião da visita presidencial aos EUA, em junho de 2015, a Embaixada organizou, em parceria com o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU), evento empresarial que reuniu altos representantes do governo norte-americano, como a Secretaria de Comércio dos EUA, e contou com a presença de mais de 200 executivos dos dois países, interessados em fortalecer os laços comerciais e de investimentos bilaterais. Foi realizado, ainda, 'road-show' para a divulgação de oportunidades de investimento no setor de infraestrutura oferecidas pelo Programa de Investimento em Logística (PIL), com a presença de centenas de potenciais investidores, selecionados pela Embaixada e pelos consulados brasileiros nos EUA. Outro destaque foi a reunião da mandatária brasileira com os executivos brasileiros integrantes do 'CEO Forum' Brasil-EUA, que retomara seus encontros com a realização, no mesmo mês, da IX edição do Fórum, em Brasília.

74. A Embaixada acompanhou o estabelecimento de um grupo de trabalho bilateral (GTB), a fim de aprofundar a parceria em infraestrutura entre os dois países. No âmbito desse GTB, a Embaixada participou das negociações (02/2016), da assinatura (03/2016) e da primeira reunião técnica (04/2016) do "Memorando de Cooperação sobre o Desenvolvimento do Setor de Infraestrutura". Esse

exercício propiciará a coordenação e a exploração de sinergias entre i) a Parceria em Transportes Brasil-Estados Unidos, ii) a Parceria em Aviação Brasil-Estados Unidos e iii) o Diálogo Estratégico em Energia Brasil-Estados Unidos, mecanismos pré-existentes, que continuarão a operar de forma independente, mas que se beneficiarão da visão ampliada da cooperação bilateral e do compartilhamento de melhores práticas, conferidos pelo Memorando.

75. Ao longo do último ano, o posto acompanhou e prestou apoio logístico a visitas do então ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Armando Monteiro, e do secretário de comércio exterior do MDIC, Daniel Godinho. Importantes medidas de convergência e coerência regulatória e de facilitação de comércio foram definidas e implementadas nessas visitas. São exemplos dessas iniciativas a assinatura de acordo de conformidade no setor de cerâmica, que deverá ser seguido de entendimentos similares nos setores têxtil, calçadista e de equipamentos elétricos, e de interoperabilidade dos portais de comércio exterior ('single window').

POLÍTICA COMERCIAL

76. Desde o início de minha gestão, a Embaixada deu prosseguimento às gestões junto ao Congresso dos Estados Unidos, com vistas à renovação do Sistema Geral de Preferências, do qual o Brasil havia sido o terceiro maior beneficiário (US\$ 2,33 bilhões em exportações brasileiras beneficiadas) antes sua expiração, em julho de 2013. Juntamente com as demais embaixadas que compõem a Aliança para o SGP (A-SGP: grupo de representações diplomáticas em Washington, de países beneficiados pelo SGP), a Embaixada do Brasil procurou ressaltar aos congressistas a importância do programa de isenção tarifária para os exportadores brasileiros, bem como para as empresas dos Estados Unidos, muitas das quais dependiam dos produtos brasileiros e vinham diminuindo sua capacidade produtiva em razão dos impostos de

importação antes eliminados pelo SGP, mas novamente vigentes a partir da expiração do programa em agosto de 2013.

77. Ademais, a Embaixada procurou ressaltar, junto aos membros do Congresso, que, diante da perda dos benefícios tarifários concedidos pelo programa, a China vinha substituindo muitas das exportações dos países do SGP, contrariando o argumento de críticos do programa, no sentido de que o fim do SGP proporcionaria ganhos de produção e de mercados a empresas norte-americanas. Esse argumento teve importância particular, dado o engajamento da administração Barack Obama e do Congresso, no sentido de contrapor-se ao avanço da influência chinesa na região da Ásia-Pacífico (um dos principais motivos, inclusive, para a negociação da Parceria Transpacífica - TPP). Finalmente, em junho de 2015, o Congresso aprovou projeto de lei amplo, sobre vários temas referentes à política comercial dos Estados Unidos, inclusive a 'Trade Promotion Authority' (TPA), que incluiu a renovação do SGP.

78. A partir início do processo de revisão anual de 2015 do SGP, iniciada em agosto daquele ano, a Embaixada prestou apoio a petição-árias norte-americanas que buscavam manter os benefícios tarifários concedidos a produtos brasileiros importados por suas empresas. Segundo resultado da revisão, publicado em 1º de julho de 2016, os produtos brasileiros ameaçados de serem graduados ou removidos do programa mantiveram-se como elegíveis aos benefícios tarifários do SGP.

79. Também acompanhei atentamente as negociações entre a Casa Branca e o Congresso dos Estados Unidos a respeito da tramitação do projeto de lei que renovaria a 'Trade Promotion Authority (TPA)'. A aprovação da lei de renovação da TPA, que autoriza o presidente dos EUA a firmar acordos de livre comércio, que deverão, após assinados, ser votados pelo Congresso sem possibilidade de emendas, vinha sendo aguardada pelos países negociadores da Parceria Transpacífica, pois não poderiam avançar nas tratativas sobre temas sensíveis sem antes

terem a certeza de que o que fosse acordado não seria modificado pelos congressistas norte-americanos. Após finalmente aprovada pelo Congresso, a renovação da TPA foi assinada pelo presidente Barack Obama, em 29 de junho de 2015, e, conforme previsto, as negociações da TPP logo foram concluídas, em 5 de outubro daquele ano, e o acordo assinado em 4 de fevereiro de 2016.

80. A partir da publicação do texto do acordo, em 5 de novembro de 2015, instruí os setores econômico e comercial e de ciência e tecnologia da Embaixada a analisar a TPP e avaliar possíveis impactos sobre as relações econômicas e comerciais bilaterais, entre Brasil e Estados Unidos, cujos resultados foram enviados a Brasília. Resta saber em que medida o acordo poderá afetar o comércio externo brasileiro em decorrência da eliminação de barreiras não tarifárias, bem como se as concessões feitas pelos EUA aos países da TPP poderão afetar eventuais futuras negociações comerciais do Brasil com os Estados Unidos, a exemplo das quotas tarifárias norte-americanas.

81. Além da TPP, a Embaixada seguiu acompanhando com atenção a evolução das negociações, ainda em curso, do acordo de Parceria Transatlântica para Comércio e Investimentos (TTIP), entre os EUA e a União Europeia, lançadas em julho de 2013. Pude observar que, por meio da TTIP (assim como na TPP), os EUA buscam defender seus interesses econômicos por meio de acordo com configuração OMC-plus no que se refere a mecanismo de solução de controvérsias investidor-estado (ISDS), proteção a direitos de propriedade intelectual, compras governamentais, bem como de normas e procedimentos regulatórios, leis trabalhistas, comércio eletrônico e proteção ambiental. As negociações avançaram lentamente durante o último ano, principalmente por restrições dos Estados Unidos sobre compras governamentais em nível subfederal e serviços financeiros e por dificuldades da União Europeia em relação a coerência regulatória e mecanismo de solução de controvérsias investidor-estado. Além disso, a incerteza gerada pelo resultado do referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia

poderá ser elemento de desaceleração das negociações, não só por razões de reorganização interna do bloco europeu, mas também pelo fato de que os EUA poderão perder contraparte negociadora com a qual o país apresentava maior alinhamento de posições.

82. A Embaixada acompanhou, ainda, a intensa disputa no Congresso pela renovação do mandato de funcionamento do banco de crédito de exportações e importações dos Estados Unidos, o "Ex-Im Bank". Apesar da forte oposição de parlamentares do Partido Republicano ao banco, que consideram representar gastos públicos desnecessários, o mandato do "Ex-Im Bank" foi finalmente renovado, em dezembro de 2015, por período de quatro anos.

DEFESA COMERCIAL E ACESSO AO MERCADO DOS EUA

83. Conforme estudo realizado pela Embaixada ("Relatório de barreiras, nos Estados Unidos, à exportação de produtos brasileiros", edição de 2016), as exportações brasileiras seguem sendo prejudicadas por barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos a produtos como: açúcar, algodão, camarão, carne bovina 'in natura', carne de frango, etanol, milho, soja, tabaco, frutas e hortaliças, sucos de fruta, lácteos, produtos siderúrgicos e produtos têxteis, entre outros. Ademais, as exportações brasileiras são igualmente afetadas, nos EUA, por medidas de caráter horizontal, como subsídios à produção agrícola, subsídios à exportação, barreiras técnicas em agricultura, medidas antidumping e antissubsídios, exigências de conteúdo nacional e restrições relacionadas a propriedade intelectual, produtos de defesa e investimentos estrangeiros.

84. À frente do posto, realizei gestões pela remoção de barreiras a produtos brasileiros, com destaque para a publicação, no contexto da visita presidencial de junho de 2015, da lei ("Final Rule") que finalmente determinou a abertura mercado norte-americano de carne bovina "in

natura" (resfriada e congelada) para exportadores brasileiros, depois de cumpridas exigências de equivalência sanitária. Tratou-se do mais importante passo em processo de negociação que se estendia desde 1999. Nos meses recentes, a Embaixada também encabeçou força tarefa que preveniu a aprovação de emendas parlamentares à lei orçamentária que exigiriam, do produto brasileiro, novas avaliações de risco - o que poderia levar a novo atraso no processo de abertura do mercado norte-americano. O início da comercialização da carne bovina depende, agora, somente de processo mútuo de certificação, a ser concluído em breve. Para além dos ganhos diretos de acesso ao mercado norte-americano, a comercialização poderá propiciar a abertura a mercados de terceiros países, que seguem os parâmetros sanitários e fitossanitários estadunidenses.

85. Minha gestão coincidiu com momento em que, diante da valorização cambial do dólar norte-americano e da sobre capacidade produtiva chinesa, principalmente de produtos siderúrgicos, várias empresas norte-americanas, por temerem incremento desmesurado do ingresso de determinadas importações, solicitaram ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos (DoC) o início de investigações antidumping e antissubsídios. O Brasil, apesar de não contar com volume de produção e exportação equivalentes aos chineses, acabou sendo objeto das investigações, juntamente com os principais exportadores mundiais de produtos siderúrgicos.

86. Desde o início de minha gestão, os produtos brasileiros incluídos em investigações antidumping e antissubsídios dos Estados Unidos foram laminados de aço a quente, laminados de aço a frio e laminados de aço-carbono ou aço-liga, cujas principais empresas brasileiras exportadoras foram a Companhia Siderúrgica Nacional, a Usiminas e a Gerdau Açominas. Ademais, o DoC concluiu, nesse período, investigação antidumping, iniciada em período anterior à minha chegada ao posto, sobre exportações brasileiras de papel não revestido,

produzido pela empresa Suzano Papel e Celulose.

87. Nas investigações sobre exportações do setor siderúrgico brasileiro, a Embaixada realizou gestões junto ao DoC e à USITC com vistas a reverter o início de processos ou reduzir o escopo das investigações tanto no que se refere aos programas governamentais suspeitos de fornecerem subsídios quanto no que se refere às empresas suspeitas de praticarem dumping. Ademais, em reuniões com autoridades norte-americanas, manifestei sempre a importância que o governo brasileiro atribui ao tema, bem como a relevância do mercado dos EUA para o Brasil. Nos casos dos laminados de aço a quente e dos laminados de aço a frio, foi possível eliminar dos processos parte dos programas governamentais que seriam investigados. No caso dos laminados de aço-carbono ou aço-liga, foi possível retirar o Brasil da lista de países a serem investigados no processo antissubsídios, tendo-se prosseguido apenas à investigação antidumping.

88. Também durante minha gestão, foram retomadas as reuniões da Comissão Brasil-Estados Unidos de Relações Econômicas e Comerciais (ATEC), cuja última reunião havia acontecido em setembro de 2013, em Brasília. A elaboração da agenda, sobre a qual discuti diretamente com o USTR, Michael Froman, refletiu o interesse de ambos os governos, expressado durante a visita presidencial de junho de 2015, no sentido de "elevar o nível de ambição do relacionamento econômico bilateral". Por essa razão, o encontro da ATEC, realizado em Washington, em março último, contou com reunião em nível ministerial, tendo participado os Ministros de Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e do Representante de Comércio dos Estados Unidos. A reunião foi precedida de encontro técnico, quando foram discutidos, entre outros temas, as respectivas agendas comerciais dos EUA e do Brasil, cooperação no âmbito da OMC e atuais desafios na área econômica, a exemplo da sobreoferta global de aço.

TEMAS FINANCEIROS E TRIBUTÁRIOS

89. A Embaixada acompanhou as discussões do Diálogo Econômico e Financeiro Brasil-Estados Unidos, realizado nesta capital, em dezembro de 2015, entre o então Ministro de Estado da Fazenda, Joaquim Levy, e o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Jacob Lew. O encontro reforçou o adensamento dos contatos entre funcionários do Ministério da Fazenda e do Departamento do Tesouro dos EUA, assim como proporcionou a troca de opiniões sobre a situação da economia internacional, temas relativos à política financeira internacional e às instituições e foros correlatos. Na área tributária, gestões feitas pela Embaixada garantiram o importante voto dos Estados Unidos em favor do Subsecretário da Receita Federal, Ernani Checucci, eleito em junho de 2015 para o cargo de diretor de fortalecimento de capacidades da Organização Mundial de Aduanas (OMA). Em agosto do mesmo ano, entrou em vigor o "Acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA ('Foreign Account Tax Compliance Act')", importante instrumento bilateral, que se soma aos esforços do governo brasileiro para combater a evasão fiscal, em linha com o projeto 'Base Erosion and Profit Shift' (BEPS), desenvolvido na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

90. A Embaixada recebeu, em junho de 2015, representantes de grandes empresas norte-americanas pertencentes ao grupo 'Business Roundtable', para discutir aspectos do BEPS em relação aos investimentos dessas empresas no Brasil. Em outubro, participei de reunião com a Secretária de Comércio dos Estados Unidos, Penny Pritzker, durante o qual, entre outros assuntos, foi proposta a criação de um grupo de trabalho intergovernamental destinado a avaliar os aspectos de nossos sistemas tributários que constituem empecilhos ao comércio bilateral, em particular com vistas a considerar

eventual assinatura de Acordo para Evitar a Dupla Tributação (ADT), que facilitaria os investimentos de empresas transnacionais de ambos os países.

91. Determinei, ademais, que Embaixada fizesse acompanhamento detido das políticas de sanções econômico-financeiras dos EUA a terceiros países, com ênfase nas medidas aplicadas pelo 'Office of Foreign Assets Control' (OFAC), órgão do Departamento do Tesouro responsável pela implementação das sanções econômico-financeiras dos EUA a países como Coreia do Norte, Sudão e Rússia. A Embaixada também acompanhou as importantes alterações realizadas nos regimes de sanções norte-americanas a países como Cuba e Irã, buscando esclarecer eventuais dúvidas de entidades financeiras e do governo brasileiro. Foram realizadas, ainda, gestões junto ao Tesouro norte-americano em prol de dilação dos prazos exigidos pelo G-20 Financeiro para a aprovação de legislação brasileira que tipificasse o crime de financiamento ao terrorismo.

TURISMO E MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

92. Durante todo o período, a Embaixada intensificou as atividades de divulgação das potencialidades turísticas do Brasil, tendo presente a condição do país como sede de megaeventos esportivos. Em 2015, foi amplamente divulgada a realização, em Palmas, da primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. O posto promoveu a realização de série de eventos, em parceria com o 'Smithsonian Institute' e com o 'think-tank' 'Council of the Americas', para o marco de um ano para abertura dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Também foi organizado, em outubro de 2015, na residência da Embaixada, evento em colaboração com a rede de televisão NBC, detentora dos direitos de transmissão dos Jogos.

93. Em 2016, guiado pelo imperativo da austeridade orçamentária, busquei o estabelecimento de parcerias com diversos atores da iniciativa privada (NBC4, NBC/Comcast, Coca-Cola, Nike, LATAM Airways, Panasonic, MedStar NHR,

Texas de Brazil), com vistas a divulgar os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Como mencionado mais acima, o Brasil como sede dos jogos paralímpicos foi o tema da prestigiosa gala anual da rede hospitalar MedStar NHR. Também celebrei o marco dos 100 dias para a abertura dos jogos olímpicos, com a inauguração, na residência, de exposição inédita de tochas dos jogos de verão, desde a primeira, dos Jogos de Berlim (1936), que reintroduziu a tradição das tochas ao olimpismo contemporâneo, à que está sendo utilizada para os Jogos do Rio de Janeiro. A coleção, adquirida ao longo do ano pela Coca-Cola, por sugestão do posto, também pode ser apreciadas por mais de cinco mil pessoas, durante a edição 2016 do "Passport DC", em que abri as portas da Residência para o público em geral. Proferi palestras sobre a preparação do Brasil para a realização dos Jogos e publiquei artigos sobre as medidas do governo brasileiro para combater a propagação do vírus zika. Por fim, a Embaixada negociei parceria com a rede de televisão NBC/Comcast, para a realização, nas dependências do renomado 'Newseum', de recepção, para cerca de 800 pessoas, por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, em 5 de agosto próximo.

ENERGIA

94. Na área de energia, destaco, no período em que chefiei a Embaixada, a retomada do Diálogo Estratégico de Energia e o estreitamento da interlocução com a Agência de Proteção Ambiental (EPA) em torno do programa 'Renewable Fuel Standard' (RFS).

III Diálogo Estratégico em Energia

95. O diálogo estratégico Brasil-EUA de energia (DEE) foi retomado, conforme instrução do comunicado conjunto da última visita presidencial, com a organização de sua

terceira edição, em Washington, em 13 de novembro de 2015. O diálogo foi precedido de reunião de coordenação, realizada em 20 de outubro, entre o então ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, e o secretário de Energia, Ernest Moniz. O III DEE caracterizou-se pelo alto nível técnico das discussões e pela objetividade dos resultados alcançados.

96. Entre os resultados, destacam-se: i) compromisso de relatar aos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos, ainda em 2016, as iniciativas desenvolvidas no âmbito do diálogo de energia no período; ii) desenvolvimento de plano de trabalho em energia solar; iii) ampliação da exitosa cooperação em eficiência energética em edificações para o estudo da eficiência energética no setor industrial, por meio da criação de força-tarefa com foco em financiamento; iv) formalização da cooperação científica e tecnológica com os laboratórios nacionais norte americanos; v) renovação do trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho em biocombustíveis, com especial atenção à troca de informações sobre produção e consumo de biocombustíveis no Brasil e nos Estados Unidos; vi) recuperação das iniciativas de cooperação com terceiros países, como convite aos Estados Unidos para integrarem os trabalhos de elaboração de Atlas Global da Bioenergia; vii) inclusão dos temas "hidrocarbonetos não-convencionais" e "captura e armazenamento de carbono" (CCS) no âmbito de grupo de trabalho sobre combustíveis fósseis; viii) organização de missão de especialistas em energia nuclear da Eletrobras e da Eletronuclear ao Laboratório Nacional de Idaho; e ix) troca de experiências e informações sobre o nexo água-energia.

97. Do trabalho desenvolvido ao longo desse período, meus contatos com o Secretário de Energia Ernest Moniz me deixam convencido de que o lado norte-americano nutre claro interesse em estreitar as relações bilaterais nessa área. Os Estados Unidos reconhecem o Brasil como importante ator, em função: a) da capacidade tecnológica do país em matéria de energias renováveis; b) da dimensão

do mercado brasileiro e as perspectivas de aumento da demanda por energias renováveis, como resultado das nossas políticas públicas de estímulo à expansão da participação dessas energias na matriz energética nacional; c) da capacidade de liderança brasileira em foros internacionais de mudança do clima e energia, como país emergente cuja matriz energética está entre as mais limpas do mundo, com base tecnológica e capaz de compartilhar experiências exitosas nessas duas áreas.

"Renewable Fuel Standard" (RFS)

98. A Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos conduz anualmente o processo de revisão do programa de estímulo à adoção de combustíveis renováveis, denominado "renewable fuel standard" (RFS). O RFS estabelece mandatos anuais de utilização de biocombustíveis (convencionais e avançados) na matriz energética dos Estados Unidos, com cronograma de aumento gradual até 2022. Desde então, o RFS vem sendo revisado anualmente, sempre com a possibilidade de correção, para mais ou para menos, do volume de biocombustíveis mandatado para o ano subsequente. Em 2010, a EPA incluiu o etanol de cana-de-açúcar na categoria de biocombustíveis avançados, à qual também pertencem o biodiesel, o etanol celulósico, o etanol de sorgo e outros tipos de biocombustíveis ainda em estágio experimental. O etanol de milho norte-americano continua a ser considerado biocombustível convencional.

99. A Embaixada buscou intensificar o diálogo com a Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos, com vistas a inteirar-se em mais profundidade do processo em curso de reavaliação das regras do RFS, bem como a manter presente nesse debate os interesses exportadores da indústria brasileira de etanol, que propugna pela priorização do uso de biocombustíveis avançados. Mais concretamente, foram efetuadas repetidas gestões em favor do aumento dos volumes obrigatórios de biocombustíveis a serem misturados à gasolina em 2016 e 2017. Buscou-se,

ademas, atualizar a EPA com informações sobre a projetada expansão da capacidade de oferta de etanol pelo Brasil, em decorrência dos investimentos anunciados pelo setor. Por fim, chamou-se atenção para o início da produção industrial de etanol celulósico no Brasil e as perspectivas de expansão da capacidade produtiva desse biocombustível.

100. A EPA manifestou interesse em realizar visita às plantas industriais brasileiras de etanol celulósico em 2016. À luz do progresso da indústria de etanol 2G no Brasil, o EPA poderia fazer refletir a expectativa de crescimento da produção desta categoria de biocombustível em futuros "mandatos" de mistura de biocombustíveis, no âmbito do "Renewable Fuel Standard". Mais recentemente, em 18 de maio passado, a EPA divulgou proposta dos volumes obrigatórios de biocombustíveis a serem misturados à gasolina no mandato de 2017. A Embaixada está acompanhando o processo de consulta pública da proposta, marcado por movimentos de pressões e contrapressões de diversos setores, favoráveis e contrários aos números divulgados e, até mesmo, por questionamentos em torno da própria existência do programa RFS. Neste contexto, além da intensificação do diálogo com a EPA, a Embaixada vem mantendo em bases regulares reuniões de coordenação com o escritório da UNICA em Washington, com vistas atualizar argumentos e estratégias de promoção dos interesses dos produtores e exportadores brasileiros.

MEIO AMBIENTE E ESPAÇO

101. A temática ambiental continuou a ocupar papel importante na agenda do governo Barack Obama, que trabalhou por deixar legado na área ambiental ao lançar políticas como o Plano Energia Limpa ("Clean Power Plan") e determinar o engajamento dos Estados Unidos nas negociações do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima. A resistência de diversos atores, entre eles a liderança do Partido Republicano, ao Plano Energia Limpa, cuja

implementação encontra-se suspensa por ordem judicial, é ilustrativa da falta de consenso interno em relação à gravidade do problema da mudança do clima e do papel que cabe aos Estados Unidos em seu enfrentamento. A despeito dos obstáculos domésticos, o senso de prioridade atribuído por Obama ao tema da mudança do clima, inédito em comparação com administrações anteriores, abriu espaço para maior colaboração entre Brasil e Estados Unidos nessa área.

102. A cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos em mudança do clima foi um dos destaques da visita presidencial a Washington em junho de 2015, que resultou na adoção da Declaração Conjunta específica sobre o assunto - em cuja negociação me empenhei pessoalmente - e na criação de grupo de trabalho com o objetivo de ampliar a cooperação bilateral em questões relacionadas ao uso da terra, energia limpa e adaptação, bem como diálogos políticos sobre a questão climática em nível nacional e internacional. O Grupo de Trabalho de Alto Nível sobre Mudança do Clima reuniu-se pela primeira vez em outubro de 2015, em Brasília, e a segunda reunião deve ocorrer no segundo semestre de 2016, nos Estados Unidos. Esse processo de aproximação contribuiu para a consolidação de clima cooperativo entre os negociadores brasileiros e estadunidenses durante a 21^a Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que resultou na adoção do Acordo de Paris em dezembro de 2015.

103. Também por ocasião da última visita da presidencial a Washington, adotou-se Programa de Trabalho entre o Ministério do Meio Ambiente e a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) e Declaração de Intenções entre o Ministério do Meio Ambiente e o Serviço Florestal dos Estados Unidos sobre Cooperação no Combate a Incêndios Florestais. Em julho de 2015, foi celebrado Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Águas (ANA), o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o Serviço Geológico dos Estados Unidos.

104. Além de incluir o tema do meio ambiente em meus contatos com autoridades locais, empenhei-me em desfazer percepções equivocadas sobre a realidade ambiental brasileira por meio da organização de eventos, participação em palestras, interação com organizações não governamentais e concessão de entrevistas. Sendo Washington sede de escritórios de organizações ambientais, 'think tanks' e meios de comunicação de alcance global, a cidade é local privilegiado para a divulgação dos resultados bem sucedidos das políticas ambientais brasileiras. Em diferentes ocasiões, procurei enfatizar o êxito da política brasileira de combate ao desmatamento e os ambiciosos compromissos adotados pelo Brasil no âmbito das negociações do Acordo de Paris. Destaco, entre as atividades promovidas, a organização de evento em comemoração do Dia da Amazônia, em 11 de setembro de 2015, e do evento "Clima e Biodiversidade - Conquistas e Desafios", em 19 de outubro de 2015, que contou com a participação da Secretaria de Biodiversidades e Florestas, Ana Cristina Barros, e o Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Carlos Klink; bem como palestras que proferi com foco na questão do meio ambiente, tais como as promovidas pelas organizações "Diplomacy Matters", em 15 de outubro de 2015; "World Affairs Council", em 4 de novembro de 2015, "The New Republic", em 16 de dezembro de 2015 e "George Washington University", em 19 de abril de 2016.

105. A Embaixada deu continuidade ao trabalho de acompanhamento das reuniões semestrais do Conselho do Fundo para o Meio Ambiente Global (Global Environment Facility - GEF), entidade sediada em Washington que atua como mecanismo financeiro de convenções internacionais sobre o meio ambiente e é fonte importante de recursos externos para programas ambientais brasileiros. Destaca-se, no último ano, a aprovação de recursos para a terceira fase do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e o programa regional também sobre a Amazônia

envolvendo Brasil, Colômbia e Peru.

106. A cooperação em nível técnico entre Brasil e Estados Unidos na área espacial desenvolve-se de maneira correta, embora haja grande potencial a ser explorado. No contexto da visita da presidencial a Washington, em junho de 2015, foram firmados dois instrumentos entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a NASA, um para permitir a participação de estudantes brasileiros em programas de estágio na NASA (programa GLOBE), e outro para promover a cooperação na área de física solar espacial (heliofísica) e a pesquisa sobre clima espacial. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Agência Nacional para Oceanos e Atmosfera dos Estados Unidos (NOAA), por sua vez, firmaram instrumento para permitir a participação do Brasil no programa de satélites COSMIC-2. Permanece em aberto a questão da efetivação de um Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre os dois países, tema que considero fundamental para o desenvolvimento pleno da cooperação espacial Brasil-Estados Unidos, em benefício do programa espacial brasileiro e do desenvolvimento da indústria de alta tecnologia no país.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

107. Os temas de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) estiveram no centro dos esforços da Embaixada para imprimir novo impulso à agenda de cooperação bilateral. Em 2015, coube ao posto trabalhar na preparação e no seguimento da IV comissão conjunta Brasil-Estados Unidos em C,T&I (Washington, 28 e 29 de maio de 2015), foro em que são definidas as áreas e os programas prioritários da cooperação. O nível de representação de ambas as delegações evidenciou a importância dos temas de C,T&I para as relações bilaterais. Do lado brasileiro, a delegação foi chefiada pelo então ministro da C,T&I, Aldo Rebelo. Do lado norte-americano, pelo diretor do escritório para políticas de ciência e tecnologia da Casa Branca (OSTP), Antony Holdren, a mais alta autoridade do

governo americano no setor. Vale recordar que a comissão mista Brasil-Estados Unidos é um dos poucos foros bilaterais chefiados pelo próprio diretor do OSTP. Os outros países com os quais o governo norte-americano mantém foro de C,T&I com chefia de delegação neste nível são China, Índia, Rússia, Coréia e Japão.

108. Entre os temas discutidos na comissão mista, destacaram-se os relativos a gerenciamento e resposta a desastres; pesquisa sobre ecossistemas e gerenciamento de recursos naturais; sistemas de energia limpa e eficiente; física de alta energia e fontes de luz sincrotron; e saúde pública (incluindo biomedicina e biotecnologia). A comista e seus eventos paralelos foram particularmente exitosos não somente por terem dado seguimento a iniciativas anteriores como também por terem lançado novas áreas de cooperação, conforme refletido na declaração conjunta emanada da visita presidencial de julho de 2015. Na ocasião foram firmados seis instrumentos negociados no âmbito da comissão conjunta: a) declaração de intenções entre o MCTI e departamento de energia sobre colaboração em ciência e tecnologia da radiação sincrotron e física de neutrinos; b) acordo entre o INPE/MCTI e a administração nacional oceânica e atmosférica dos Estados Unidos (NOAA) para o programa da constelação do sistema de observação para meteorologia, ionosfera e clima (COSMIC-2); c) acordo entre a AEB (Agencia Espacial Brasileira) e a NASA (Agencia Espacial Americana) para pesquisa em heliofísica; d) acordo entre a AEB e a NASA para adesão do Brasil ao programa GLOBE – programa de aprendizagem e observações globais em benefício do meio ambiente; e) acordo entre o CNPEM, o LNLS e o Laboratório Nacional de Argonne para desenvolver mecanismos e processos para aprofundar a colaboração relacionada a pesquisa e desenvolvimento com fontes de luz sincrotron; f) memorando de entendimento entre a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e o Conselho de Competitividade (CoC) no campo da inovação e competitividade, para estabelecer uma cooperação que contribua para a melhoria das políticas públicas brasileiras e norte-americanas na área.

109. Busquei sempre promover e intensificar iniciativas com vistas a aprofundar integração da diáspora científica brasileira às atividades de promoção da inovação do governo brasileiro. Destacam-se: a) a realização de encontro de cientistas e profissionais brasileiros do 'Brazilian Expert Network' (BEN) com representantes do IPEA; b) realização do 'I encontro Ciência sem Fronteiras-Brazilian Expert Network'; c) organização de 'BEN Talk' com a participação de representantes do 'US-Brazil Business Council' para debater o novo marco legal de C,T&I (Lei 13.243). Em consonância com os esforços de integrar C,T&I à diplomacia pública, o evento foi transmitido ao vivo por meio de mídias sociais e a gravação divulgada posteriormente.

110. Além da interface dos temas de C,T&I com a academia e o governo, a Embaixada tem procurado apoiar a participação do setor privado em debates e iniciativas em matéria de inovação. A título de exemplo, o posto: a) auxiliou na organização do fórum de inovação, organizado pelo Conselho Empresarial Brasil-EUA na Câmara de Comércio dos EUA (27/5/2015); b) acompanhou o projeto-piloto 'immersion in innovation ecosystems', organizado pelo Conselho de Competitividade (18 a 26 de abril de 2016) exclusivamente para 21 brasileiros, entre os quais representantes do setor privado, acadêmico e governamental.

111. A Embaixada organizou também missões de estudo e prospecção de cooperação. A título de exemplo: a) montou programa de visita da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e CEBRAP, para estudo pormenorizado, 'in loco', da 'National Network for Manufacturing Innovation' (NNMI), iniciativa do governo Obama com o objetivo de promover em diversos setores industriais, o desenvolvimento de produtos e processos inovadores; b) organizou visitas de delegações brasileiras da área de C,T&I aos EUA, entre outras, da Agência de Inovação Brasileira (FINEP), do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

112. A dificuldade apresentada pela estrutura pulverizada do sistema de C,T&I norte-americano tem sido contornada por um contínuo diálogo com as grandes instituições governamentais, como o escritório para política de ciência e tecnologia da Casa Branca (OSTP), a Fundação Nacional de Ciência (NSF), o Departamento de Energia (DoE), o Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia NIST) e os Institutos Nacionais de Saúde (NIH); com o setor privado, como a "Biotechnology Industry Organization" (BIO), o Conselho de Competitividade (CoC); com instituições vinculadas à pesquisa e desenvolvimento, como a Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS) e a Universidade Georgetown; e organizações não governamentais, como a "Public Knowledge". Com base nesses contatos, a Embaixada buscou fortalecer mecanismos já consolidados, apoiar o estabelecimento de novas iniciativas, facilitar contatos e parcerias entre entidades dos dois países, divulgar políticas brasileiras na área de C,T&I e prospectar novas possibilidades de cooperação identificadas a partir do acompanhamento de políticas de C,T&I nos Estados Unidos.

113. Não posso deixar de registrar meu agradecimento e reconhecimento à equipe de diplomatas e funcionários da Embaixada, cuja excelência profissional, espírito público e sentido de equipe foram fundamentais para que eu tenha podido fazer frente à multiplicidade das tarefas e desafios inerentes à função de embaixador do Brasil em Washington.

LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Embaixador



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 71, DE 2016

(nº 394/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 394

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Os méritos do Senhor Sérgio Silva do Amaral que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de julho de 2016.

EM nº 00202/2016 MRE

Brasília, 8 de Julho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **SÉRGIO SILVA DO AMARAL**, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **SÉRGIO SILVA DO AMARAL** para inclusão em++.....

Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 450 - C. Civil.

Em 12 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE, APOSENTADO, SÉRGIO SILVA DO AMARAL

CPF.: 110.152.927-04

ID.: 4207 MRE

1944 Filho de Pedro Augusto do Amaral e Maria Aparecida Silva do Amaral, nasce em 1º de junho, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

Direito e Ciências Sociais, USP
 CPCD - IRBR
 Graduação, Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne), Certificado de Ciências Políticas
 Pós-graduação, Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne), Diploma de Estudos Superiores Especializados (DESS) em Ciências Políticas
 Doutor em Ciências Políticas, Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne)

Cargos:

1971 Terceiro-Secretário
 1975 Segundo-Secretário
 1979 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1982 Conselheiro, por merecimento
 1988 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 1994 Ministro de Primeira Classe, por merecimento
 2007 Ministro de Primeira Classe, aposentado

Funções:

1971-72 Divisão de Cooperação Intelectual, assistente
 1972-74 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assistente
 1974-77 Embaixada em Paris, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1977-1980 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
 1980-84 Presidência da República, Secretaria de Planejamento, assessor
 1984-88 Embaixada em Washington, Conselheiro
 1988-1990 Ministério da Fazenda, Secretário de Assuntos Internacionais
 1990-91 Delegação Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro
 1991-93 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro
 1994 Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Secretário Executivo
 1994-95 Ministério da Fazenda, Chefe de Gabinete
 1995-99 Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministro Chefe e Porta-Voz
 1999-2001 Embaixada em Londres, Embaixador
 2001-03 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Ministro de Estado
 2003-05 Embaixada em Paris, Embaixador

Condecorações:

Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Grande Oficial
 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz
 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
 Ordem do Tesouro Sagrado, Japão, Grande Cordão
 Ordem da República da Italia, Grã-Cruz
 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
 Ordem do Mérito da República Portuguesa, Grã-Cruz
 Knight Commander of the British Empire

Légion d'Honneur, France, Grande Oficial
Ordem do Mérito Judiciário, Brasil/DF, Grã-Cruz
Mérito Científico, Brasil, Grã Cruz
Ordem Azteca, México, Grã-Cruz

Publicações:

O Problema da Dívida da América Latina - A Visão de um Grande País Devedor, in Congressional Research Service, Library of Congress, Washington;
A Crise da Dívida do Ponto de Vista de um País Devedor, in Journal of International Law and Politics, Universidade de Nova York, volume 17, primavera de 1985;
A Dívida Externa: Da Crise de Liquidez à Crise do Crescimento, in Case Western Reserve Journal of Internacional Law, Canada-United States Law Journal;
Comércio e Desenvolvimento, in World Economic Forum, Nova York/EUA.

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESTADOS UNIDOS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Maio de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE OS EUA

NOME OFICIAL:	Estados Unidos da América
----------------------	---------------------------

CAPITAL:	Washington, DC
ÁREA:	9.631.418 km ²
POPULAÇÃO (2014/julho):	318,8 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Não tem.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestantes (52%), católicos (24%), mórmons (2%), judeus (2%), muçulmanos (1%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral. A Câmara de Representantes e o Senado
CHEFE DE ESTADO:	Barack Hussein Obama II (desde 20/1/2009)
CHANCELER:	John Forbes Kerry (desde 1º/2/2013)
PIB NOMINAL (FMI, est 2015):	US\$ 18,28 trilhões
PIB PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (FMI, est 2015):	US\$ 18,28 trilhões
PIB PER CAPITA (FMI, est 2015):	US\$ 57,04 mil
PIB PPP PER CAPITA (FMI, est 2015):	US\$ 57,04 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	2,6% (2015); 2,4% (2014); 2,21% (2013); 2,32% (2012); 1,8% (2011); 2,4% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014, PNUD):	0,915 (8 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2014, PNUD):	79,1 anos (PNUD, relatório de 2014)
ALFABETIZAÇÃO:	99% (CIA World Fact Book, 2014)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	5% (dezembro de 2015 - US Bureau of Labor Statistics)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar dos EUA (USD ou US\$)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Liliana Ayalde; concedido <i>agrément</i> a Peter McKinley em 25 de maio de 2016
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 1.315.000 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (em US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

Brasil → EUA	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	22.416	27.114	26.297	35.206	43.788	35.633	59.774	60.671	50.551
Exportações	10.675	14.208	16.728	22.539	25.065	15.601	25.804	24.653	24.079
Importações	11.741	12.905	9.569	12.666	18.723	20.032	33.970	36.018	26.471
Saldo	-1.065	1.303	7.158	9.873	6.341	-4.430	-8.165	-11.365	-2.391

Informação elaborada em 24/05/2016 por Cláudia de Angelo Barbosa. Revisada por Cláudia de Angelo Barbosa, em 24/05/2015.

APRESENTAÇÃO

Em termos de organização política, os Estados Unidos são uma república federal de sistema presidencialista.

Geograficamente, o país está situado na América do Norte, é banhado pelo Atlântico, no leste, e pelo Pacífico, no oeste, e faz fronteira, ao norte, com o Canadá e, ao sul, com o México.

A federação norte-americana é composta por 50 estados e um distrito federal (Washington DC). O Alasca – que faz divisa ao leste com o Canadá, e, ao oeste, com a [Rússia](#), através do [estreito de Bering – e o Havaí – arquipélago](#) no Pacífico Central – são dois dos 50 estados que compõem os EUA. O país conta, ainda, com territórios "incorporados", muitos dos quais dispõem de administração própria, como é o caso de Guam (Pacífico), Ilhas Virgens Americanas (Caribe), Marinas Setentrionais (Pacífico), Porto Rico (Caribe), e Samoa Americana (Pacífico), entre outros.

Com 9.631.418 km² de território e uma população de 318 milhões de habitantes, o país é o [quarto](#) maior em área total (incluindo terras descontínuas, como o Alasca e Havaí), o quinto maior em área contígua e o terceiro mais populoso do mundo.

A história da formação dos Estados Unidos da América resulta da revolta de [treze colônias](#) do [Império Britânico](#) localizadas ao longo da [costa atlântica](#). Em 4 de julho de 1776, os estados rebeldes emitiram a Declaração de Independência e derrotaram a Grã-Bretanha na Guerra Revolucionária Americana. Em 17 de setembro de 1787, seus representantes, reunidos na Convenção da Filadélfia, aprovaram a atual Constituição dos Estados Unidos. Em 1788, com a ratificação da Constituição, os estados tornaram-se parte de uma única república com um governo central. Outro documento fundamental do país é a [Carta dos Direitos, ou Declaração dos Direitos dos Cidadãos dos Estados Unidos](#), composta pelas dez primeiras emendas constitucionais, as quais garantem direitos civis e liberdades fundamentais, ratificada, por sua vez, em 1791.

A expansão territorial dos Estados Unidos pela América do Norte deu-se ao longo do século XIX, resultando na anexação de novos estados. Nesse período, diferenças políticas entre o [sul do país – de perfil predominantemente agrário –](#) e o [norte – mais industrializado](#) – em torno dos direitos dos estados e da escravidão provocaram a [Guerra de Secessão](#), que durou de 1861 a 1865.

Com a vitória do norte, o país escapou da possibilidade de divisão e a abolição da escravidão em toda a nação tornou-se viável, colaborando, também, para que, já em fins do século XIX, sua economia assumisse a maior escala do mundo e o país lograsse expandir-se em direção ao Pacífico, na chamada "corrida para o oeste".

Nos últimos anos do século XIX e início do XX, a [Guerra Hispano-Americana](#) e a [Primeira Guerra Mundial](#) deixaram clara a condição do país como

potência militar. Encerrada a Segunda Guerra Mundial, o país tornou-se o primeiro a possuir armas nucleares e, terminado o período da Guerra Fria, a dissolução da antiga União Soviética deixou os EUA na posição de única superpotência mundial.

Com um PIB nominal estimado, em 2015, pelo FMI, em US\$ 18,28 trilhões, a economia norte-americana beneficia-se de abundância de recursos naturais e infraestrutura bem desenvolvida. Não obstante ser considerado uma economia pós-industrial, o país continua a ser um dos maiores produtores de bens manufaturados do mundo. Em termos de poderio militar, destaca-se o fato de que 39% dos gastos mundiais do setor dizem respeito aos Estados Unidos, país que exerce, também, forte liderança política e cultural no mundo todo.

PERFIL BIOGRÁFICO

Barack Hussein Obama II
Presidente dos Estados Unidos



Nasceu em 4 de agosto de 1961, em Honolulu (Havaí). Filho de economista queniano e de antropóloga norte-americana. Viveu com a mãe e o padrasto na periferia de Jacarta, Indonésia, e no Havaí, com os avós maternos. Casado com Michelle LaVaughn Robinson Obama, nascida em 1964, tem duas filhas: Malia Ann (1998) e Natasha (2001).

Após dois anos no "Occidental College", em Los Angeles, cursou Ciência Política pela Universidade Columbia, de Nova York, onde se formou em 1983. Em 1985, mudou-se para Chicago, onde trabalhou como ativista comunitário. Em 1988, ingressou na Faculdade de Direito de Harvard e chegou ao cargo de

editor da “Harvard Law Review”, sendo o primeiro afrodescendente a ocupá-lo. Formou-se em 1991.

Em 1992, lecionou Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de Chicago. Ingressou no Partido Democrata, tendo sido eleito, em 1996, “Senador Estadual”, representando o 13º distrito de Chicago. Em 2004, elegeu-se Senador Federal por Illinois. Tornou-se célebre, naquele ano, pelo discurso na Convenção Democrata que escolheu John Kerry como candidato a presidente.

Em 2007, lançou-se candidato à presidência. Venceu Hillary Clinton nas primárias do Partido Democrata. Derrotou o adversário republicano John McCain nas presidenciais de 2008, tomando posse em janeiro de 2009. No mesmo ano, recebeu o Prêmio Nobel da Paz, “por suas ações por um mundo sem armas nucleares”, segundo o comitê do Prêmio. Cumpriu a promessa de campanha de retirar as tropas norte-americanas do Iraque (em dezembro de 2011) e de acelerar a retirada das tropas do Afeganistão. Em contrapartida, não logrou avanços significativos para o fechamento da prisão de Guantánamo. Na área econômica, teve como grande desafio administrar o país que havia sido o epicentro da crise financeira de 2008.

Reeleito em novembro de 2012, Obama governa um país cuja economia mostra sinais de gradual recuperação da crise de 2008. Enfrenta, contudo, cenário de polarização política, acentuado com as eleições de novembro de 2014, que concederam ao Partido Republicano a maioria nas duas Casas do Congresso. Na esfera internacional, Obama enfrenta, entre outros desafios, o ressurgimento de movimentos fundamentalistas islâmicos no Iraque e Síria; a questão ucraniana e seu impacto na relação com a Rússia; o impasse no processo de paz entre Israel e Palestina; e as dificuldades encontradas no relacionamento com a Venezuela. Obama deixará, como legado, a normalização das relações com Cuba, o fechamento de um acordo em torno do dossiê nuclear iraniano, o entendimento com a China em mudança do clima, a assinatura do Acordo da Parceria Transpacífica (TPP) e o impulso dado às negociações da Parceria Transatlântica em Comércio e Investimentos (TIP), com a expectativa da Casa Branca de finalizar o acordo ainda durante o mandato de Barack Obama.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1824, os Estados Unidos reconheceram a independência do Brasil; ao ser recebido pelo presidente dos EUA como representante diplomático do Brasil, José Silvestre Rebello foi o primeiro diplomata a apresentar credenciais em nome do governo brasileiro após a independência do Brasil.

Em 1825, os EUA inauguraram sua missão diplomática no Brasil. Em 1905, o Brasil e os EUA elevaram o *status* de ambas as missões a embaixadas e Joaquim Nabuco foi o primeiro embaixador do Brasil nos EUA.

Ao longo do século XX, a cooperação entre Brasil e EUA intensificou-se. Em 22 de agosto de 1942, após ataques alemães a navios brasileiros, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, aderindo à coalizão dos Aliados, liderada pelos norte-americanos. Em 30 de abril de 1948, Brasil e EUA uniram esforços com mais 19 países das Américas para fundar a Organização dos Estados Americanos, sediada em Washington, DC.

Atualmente, a relação bilateral beneficia-se muito das semelhanças existentes entre os dois países. Brasil e Estados Unidos são as duas maiores economias e populações das Américas. Países de dimensões continentais, com amplos recursos naturais, são democracias multiétnicas e multiculturais.

Consubstanciada em mais de trinta mecanismos bilaterais, a relação Brasil-EUA abrange praticamente todos os itens das agendas bilateral, regional e internacional. Temas como educação, ciência, tecnologia e inovação, investimento, infraestrutura e direitos humanos – prioritários na política interna dos dois países – ocupam espaço importante na cooperação bilateral.

O relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos ganhou forte impulso com as visitas de Barack Obama ao Brasil (março de 2011) e da presidente Dilma Rousseff aos EUA (abril de 2012). A segunda visita da presidente Dilma Rousseff aos EUA, em 30 de junho de 2015, consolidou a parceria Brasil-EUA, reativando diálogos bilaterais e inaugurando novas iniciativas.

A visita presidencial aos EUA em junho de 2015 aprofundou a cooperação em defesa, meio ambiente, energia, ciência, tecnologia e inovação, educação, comércio e investimentos, direitos humanos e fluxo de pessoas; serviu para divulgar as oportunidades de investimento em infraestrutura no Brasil junto a empresários e investidores norte-americanos; reafirmou o compromisso do Brasil e dos EUA de se coordenarem quanto a temas centrais das agendas regional e global – como atestam as Declarações Conjuntas sobre Mudança do Clima e sobre Governança da Internet; ensejou a assinatura do Acordo Bilateral de Previdência

Social, do Memorando de Entendimento sobre Educação Profissional e Tecnológica, do Memorando de Intenções sobre Normas Técnicas e Avaliação de Conformidade, da Declaração Conjunta sobre Compartilhamento de Exame de Patentes entre Escritórios, bem como de outros instrumentos na área ambiental e em ciência, tecnologia e inovação; e impulsionou a retomada de negociações para concluir o programa Entrada Global (facilitação do ingresso de viajantes frequentes) e dos entendimentos relativos à isenção futura de vistos.

A visita presidencial ensejou, também, o anúncio da conclusão dos procedimentos para entrada em vigência do Acordo sobre Cooperação em Defesa, promulgado em 18/12/2015, e do Acordo sobre Proteção de Informações Militares Sigilosas (GSOMIA).

Reuniões Bilaterais em 2016:

Como desdobramentos da visita, foram programadas, para 2016, várias reuniões bilaterais.

Em 29-30/3, ocorreu, em Washington, a III Reunião da Comissão Brasil-EUA de Relações Econômicas e Comerciais (III ATEC), reunindo, em seu segmento ministerial, os titulares do MRE e do MDIC e ensejando a assinatura de Memorando de Entendimento que criou o Grupo de Trabalho (GT) para o Desenvolvimento do Setor de Infraestrutura. O GT sobre Infraestrutura visa a divulgar oportunidades de investimentos em projetos de infraestrutura e esclarecer questões sobre marcos regulatórios que regem os setores de transporte e energia. A Primeira Reunião Técnica sobre o Plano de Trabalho relativo ao GT de Infraestrutura ocorreu em 08 de abril de 2016, em Washington.

Também em abril, realizaram-se o II Seminário Brasil-EUA sobre Segurança Cibernética e Privacidade da Internet (Florida, 07-08/04) e a II Reunião do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos Globais (Washington, 08/04). Aguarda-se a realização das reuniões do Comitê Consultivo Agrícola Brasil-EUA (Washington); do IX Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (IX GTBD Brasil-EUA) e da XI Reunião do Diálogo Político-Militar; do V Diálogo de Parceria Global, entre o Ministro de Relações Exteriores e o Secretário de Estado; e do II Diálogo de Cooperação em Defesa, presidido pelos Ministros de Defesa.

Em junho, estão previstos a II Reunião do GT sobre Mudança do Clima e o XIV Diálogo MDIC-Departamento de Comércio (DoC). Também em 2016, deverá ser convocado o X Fórum de Altos Executivos Brasil-EUA (X CEO Forum Brasil-EUA), que reúne, em seu segmento governamental, os titulares do MDIC e da Casa Civil.

Destacam-se também, na agenda Brasil-EUA de 2016, os entendimentos para avançar no combate à epidemia do vírus zika; a cooperação para garantir a segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro; as negociações em torno da criação do Grupo de Trabalho sobre o Setor de Infraestrutura; e o impulso a iniciativas de fomento à inovação e competitividade, reunindo os setores empresarial, governamental e acadêmico.

Assuntos Consulares

A rede consular brasileira conta com dez Consulados-Gerais nos Estados Unidos, nas seguintes cidades: Atlanta; Boston; Chicago; Hartford; Houston; Los Angeles; Miami; Nova York; São Francisco; e Washington, D.C. Conta também com Consulados Honorários em quinze cidades estadunidenses (Cincinnati, Norfolk, Birmingham, Charleston, Memphis, Jackson, New Orleans, Phoenix, Honolulu, Salt Lake City, San Diego, Las Vegas, Filadélfia, Hamilton, e Seattle).

A comunidade brasileira residente nos Estados Unidos é estimada, segundo dados do Relatório Consular de 2014 (RCN 2014) das Repartições Consulares brasileiras naquele país, em cerca de 1.315.000 (um milhão e trezentos e quinze mil) pessoas. Cerca de 35% a 40% dos brasileiros que residem no exterior estão nos Estados Unidos. Acredita-se que esse número esteja subestimado, em razão da extensão do país, da circularidade migratória e do espraiamento dos brasileiros pelo território norte-americano.

O perfil da comunidade é o mais diverso possível, incluindo brasileiros indocumentados que exercem empregos menos qualificados, passando por brasileiros documentados, estudantes, trabalhadores no setor de serviços, profissionais liberais, cientistas e pesquisadores de renome, e investidores internacionais. Parte dos emigrantes brasileiros já está estabelecida há algumas décadas (desde 1980), mas, continuamente, há circulação de novos emigrantes.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessão de crédito oficial do Brasil aos Estados Unidos, como tomadores soberanos.

POLÍTICA INTERNA

O sistema parlamentar norte-americano é bicameral, composto pela Câmara dos Representantes, com 435 membros, eleitos para mandatos de 2 anos, e pelo Senado, com 100 integrantes (2 por Estado), cujos mandatos são de 6 anos.

Desde a reeleição do presidente Obama, a forte polarização partidária no Congresso já vinha dificultando a aprovação dos projetos de lei do Executivo. O Partido Republicano detinha a maioria na Câmara de Representantes, enquanto os Democratas dominavam o Senado.

Em novembro de 2014, as eleições de "meio de mandato" ("midterm elections") reduziram, ainda mais, a base de sustentação parlamentar do governo Obama. O Partido Republicano conquistou maioria no Senado (54 republicanos, contra 46 democratas), posição que não ocupava desde 2007; ampliou seu domínio na Câmara de Representantes (244 republicanos, contra 188 democratas); e angariou o maior número de governadores estaduais em 100 anos (24 republicanos, contra 10 democratas). Trata-se do domínio republicano na legislatura que se iniciou em 6 de janeiro de 2015 (114º Congresso) e que exige do governo Obama grandes esforços para consolidar sua herança.

Em novembro de 2016, ocorrerão as eleições presidenciais nos EUA. Segundo projeções eleitorais, a disputa deverá ocorrer entre a candidata do Partido

Democrata, Hillary Clinton – ex- Primeira Dama, ex-senadora por Nova York e ex-Secretária de Estado no primeiro mandato de Obama – e o magnata Donald Trump, do Partido Republicano. A cerimônia de posse do novo presidente dos Estados Unidos está marcada para 20 de janeiro de 2017.

POLÍTICA EXTERNA

Como principal potência política, militar e econômica do mundo, os Estados Unidos são membros dos principais organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), Organização dos Estados Americanos (OEA), Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para o Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), entre outros.

Os EUA são membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, maior contribuinte de vários organismos internacionais, inclusive da ONU, e respondem por grande parte das quotas e do poder de decisão do FMI e do Banco Mundial.

O presidente Barack Obama, em seus dois mandatos (2009-2012 e 2013-2016), colocou em marcha diversos processos. A normalização das relações com Cuba, as negociações em torno do dossiê nuclear iraniano, o entendimento com a China sobre mudança do clima e, no campo comercial, a assinatura do Acordo da Parceria Transpacífica (TTP) e o impulso às negociações da Parceria Transatlântica em Comércio e Investimentos (TTIP) – que a Casa Branca espera concluir ainda em 2016 – são exemplos dessas iniciativas.

No âmbito político-militar, o presidente Obama buscou diferenciar-se de seu antecessor, o republicano George W. Bush, ao defender maior seletividade no uso da força, acompanhada de esforços diplomáticos no sentido do multilateralismo.

Um dos eixos da política externa de Obama é o "reequilíbrio para a Ásia-Pacífico", tendo como referência as maiores perspectivas econômicas e comerciais da região, bem como riscos à segurança internacional, a exemplo da tensão na Península Coreana e dos distintos conflitos de soberania em curso no Mar da China.

Apesar da prioridade concedida à Ásia-Pacífico, o Oriente Médio continua a absorver, na prática, boa parte dos recursos da diplomacia norte-americana. Embora a negociação sobre o dossiê nuclear iraniano figure como importante legado de Obama, o impasse nas negociações entre Israel e Palestina, as crises na Síria, Iraque e Líbia e a ascensão do autoproclamado "Estado Islâmico"

(EI) são alguns dos pontos criticados, sobretudo pela oposição republicana, na política externa de Obama.

Também a Europa é foco do interesse norte-americano, com a negociação em curso da "Parceria Transatlântica em Comércio e Investimento" (TTIP, em inglês).

A Rússia, objeto de sanções norte-americanas por sua atuação na crise ucraniana, voltou a ocupar papel relevante na agenda diplomática dos EUA devido a sua influência no processo de paz na Síria.

Com relação à África, a Casa Branca tem procurado, desde a realização de Cúpula EUA-África (outubro de 2014), consolidar a posição do continente como plataforma para a promoção de interesses norte-americanos na área de segurança e combate ao terrorismo.

Nas Américas, desde o lançamento do processo de normalização das relações com Cuba, intensificaram-se as visitas mútuas em nível ministerial. Em vista dos avanços na relação, Barack Obama visitou Havana em 21 e 22 de março de 2016, em gesto histórico – primeira visita de um presidente norte-americano desde 1928.

Na sequência, em 23 e 24 de março de 2016, o presidente Obama foi à Argentina. O gesto foi interpretado, pela imprensa norte-americana, como tentativa de maior aproximação com aquele país, após a eleição do presidente Maurício Macri.

Permanecem, contudo, dificuldades nas relações entre os EUA e a Venezuela. A aprovação, pelo governo Obama, em 2014-2015, de medidas que sancionam representantes do governo Maduro contribuiu para escalar a retórica entre Caracas e Washington.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

I – Economia

Em momento de baixa persistente no valor do petróleo e demais *commodities*, a economia norte-americana oscila entre o otimismo provocado por baixos índices de desemprego (5% em março e há oito meses oscilando entre 5,1% e 4,9%) e o razoável desempenho do consumo doméstico (crescimento de 3,1% em 2015, embora declinando para 2,4% no último trimestre de 2015 e 1,9% no primeiro de 2016), contraposto à desconfiança decorrente de crescimento modesto do PIB (0,5% registrado no primeiro trimestre de 2016), de inflação significativamente abaixo da meta de 2% (0,3% no primeiro trimestre de 2016 e 0,82% no acumulado dos últimos 12 meses) e de cenário externo de baixo crescimento em parceiros importantes.

O governo dos Estados Unidos e o Banco Central norte-americano, o "Federal Reserve" (Fed), seguem projetando que o aquecimento no mercado de trabalho implicará aumentos de salário, da renda disponível, do consumo e, por

fim, da inflação. Com efeito, houve incremento salarial real de 2,9% no primeiro trimestre de 2016, mas a poupança tem aumentado mais rapidamente que o consumo, sendo este último responsável por 2/3 do PIB e principal vetor para o esperado aumento da inflação.

Essa mesma oscilação de humores já retardara em mais de um ano o aumento da taxa básica de juros da economia norte-americana (“Fed funds rate”), do patamar de zero a 0,25% ao ano para o patamar atual, de 0,25% a 0,50% ao ano. Sinalizada como iminente a partir de outubro de 2014, a decisão, que, esperava-se, marcaria a plena recuperação da economia dos Estados Unidos dos efeitos da crise iniciada em 2008 e, consequentemente, o início da “normalização” da política monetária deste país, foi finalmente implementada apenas em dezembro último.

Apesar da clara sinalização conferida pelo Fed ao mercado, a decisão, unânime, foi criticada por economistas de renome, como o ex-presidente do Federal Reserve, Larry Summers, e por altos representantes de entidades multilaterais, como o presidente do Banco Mundial, Jim Yong Kim, e a Diretora-Gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde. Argumentam que, após sucessivos adiamentos da alta de juros, que geravam incertezas e volatilidade no mercado, o Fed, após inúmeras indicações de aumento, acabou compelido a fazê-lo, com base em incrementos sucessivos, porém modestos, de relevantes indicadores econômicos locais.

Diante dos efeitos anti-inflacionários da elevação dos juros, de sua contribuição à valorização do dólar norte-americano e à deterioração das contas externas estadunidenses (o comércio exterior teria subtraído 0,34 pontos percentuais do PIB do primeiro trimestre), a “guerra preventiva à inflação” poderia, em alguma medida, dificultar a própria recuperação econômica que todos almejavam.

Nesse contexto, nas reuniões de janeiro, março e abril do corrente, o Fed, a despeito de seguir sinalizando possível alta da taxa básica de juros da economia norte-americana, preferiu mantê-la inalterada. Em 28/04/2016, um dia após o encerramento da última reunião, foi divulgado, em primeira estimativa, que o PIB norte-americano do primeiro trimestre teria crescido apenas 0,5% (a quarta queda consecutiva do indicador, que caiu para o seu menor patamar em dois anos).

O encontro previsto para ocorrer em junho próximo será realizado à luz da primeira revisão, a ser divulgada em 27/05, do desempenho do PIB para o primeiro trimestre de 2016. Os dados de desemprego e de inflação dos meses de abril e de maio de 2016 também serão conhecidos antes do encontro e poderão ser utilizados para justificar a manutenção da taxa em seu patamar atual ou sua elevação, caso seja verificado maior dinamismo na economia estadunidense.

II – Comércio exterior bilateral

Segundo dados do MDIC, apesar do incremento de 70,2% no intercâmbio comercial entre Brasil e EUA no período de 2009 a 2013, a balança comercial passou a exibir tendência de déficit para o Brasil. De 2012 a 2013, o déficit brasileiro aumentou 100,6%, passando de -US\$ 5,66 bilhões para -US\$ 11,36 bilhões.

No período 2014-2015, o déficit com os EUA reduziu-se sensivelmente, passando de -US\$ 7,99 bilhões para -US\$ 2,39 bilhões. O resultado ocorreu em meio à queda generalizada da corrente de comércio Brasil-EUA (da ordem de -8,06%), que passou, no período, de US\$ 62,04 bilhões para US\$ 50,55 bilhões. A redução no fluxo comercial deveu-se tanto à queda das exportações brasileiras para os EUA (-8,9%) – que passou de US\$ 27,02 bilhões em 2014 para US\$ 24,07 bilhões em 2015 – quanto ao declínio das importações (-7,56%) no mesmo período – de US\$ 35,01 bilhões para US\$ 26,47 bilhões.

Ainda de acordo com o MDIC, em abril de 2016, a corrente de comércio foi de US\$ 3,46 bilhões, com exportação de US\$ 1,64 bilhão e importação de US\$ 1,82 bilhão – déficit de US\$ 182 milhões.

Embora os EUA tenham sido superados pela China como o maior importador do Brasil, ao contrário do que ocorre com o parceiro asiático, o perfil das exportações brasileiras para os EUA é majoritariamente composto por produtos manufaturados e semimanufaturados, o que indica alto perfil de valor agregado.

III – Investimentos bilaterais

De acordo com o BACEN, os EUA continuam a ser o país com maior estoque de investimentos no Brasil, no valor de aproximadamente US\$ 136,6 bilhões, no final de 2013. O estoque de investimentos brasileiros nos EUA, em 2013, manteve tendência de crescimento, alcançando valor de US\$ 21,1 bilhões (em 2012, era de 18,4 bilhões). Com relação ao fluxo de investimentos, ingressaram US\$ 9 bilhões no Brasil, originários dos EUA, em 2013, enquanto empresas brasileiras investiram US\$ 2,7 bilhões na economia norte-americana no mesmo ano.

A participação dos investimentos norte-americanos diretos no total de investimentos recebidos pelo Brasil, segundo dados do BACEN, foi de 11,8%, em 2010; 12,8 %, em 2011; 20,3%, em 2012; e 18,3%, em 2013. Entre janeiro e agosto de 2014, segundo estatísticas do BACEN, o Brasil recebeu investimento de aproximadamente US\$ 4,9 bilhões dos EUA e, por sua vez, investiu US\$ 1,93 bilhão naquele país – o que indica uma razão de investimento de US\$ 2,5 investidos pelos EUA no Brasil por cada US\$ 1 investido pelo Brasil nos EUA.

Historicamente dominados pelos investimentos norte-americanos no Brasil, os fluxos bilaterais de investimentos estão tendendo para o equilíbrio por

causa do aumento dos investimentos brasileiros naquele país. Em 2000, para cada dólar investido nos EUA por empresas brasileiras, cerca de 47 dólares eram investidos no Brasil por empresas norte-americanas; em 2015, essa razão caiu para 3 dólares de empresas norte-americanas para cada dólar investido por empresas brasileiras (US\$ 6.647/US\$ 1.943).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1898	Início da Guerra Hispano-Americana (aquisição de Porto Rico, Cuba e Filipinas).
1914	Início da Primeira Guerra Mundial; os Estados Unidos entram no conflito só em 1917.
1929	Quebra da Bolsa de Nova York; Grande Depressão; “New Deal” de Roosevelt em 1932.
1941	Ataque japonês a Pearl Harbour; bombas atômicas sobre o Japão em 1945.
1944	Conferência de Bretton Woods cria FMI e Banco Mundial; o dólar passa a ser reserva internacional.
1945	Ata de San Francisco; criação da Organização das Nações Unidas.
1947	Assinatura do GATT, Acordo Geral de Tarifas e Comércio (futura OMC).
1947	Plano Marshall apoia a reconstrução europeia.
1949	Criação da OTAN; início da Guerra Fria com a URSS.
1950	Envolvimento norte-americano na Guerra da Coreia (até 1953).
1954	Início do movimento de direitos civis.
1961	Corte das relações diplomáticas com Cuba; tentativa de invasão da Baía dos Porcos.
1963	Assassinato do presidente John Kennedy em Dallas.
1964	Envolvimento militar no Vietnã após ataque a navio americano no Golfo de Tonkin.
1968	Martin Luther King Jr. e Robert F. Kennedy são assassinados; Partido Democrata racha na Convenção em Chicago e Richard Nixon é eleito presidente.
1971	EUA suspendem convertibilidade do dólar em ouro; crise monetária mundial.
1972	Nixon visita a China; EUA e URSS assinam acordo para limitação de armas.
1973	Embargo da OPEP causa choque do petróleo e crise na economia norte-americana.
1974	Nixon renuncia após escândalo Watergate.
1975	EUA se retiram do Vietnã após intensa campanha de mobilização social.
1978	Carter promove Acordo de Camp David (Sadat e Begin); fim do conflito Egito-Israel.
1979	Estabelecimento de relações diplomáticas com a China continental.
1981	Governos Reagan. Invasão de Granada (1983) e escândalo “Irã-Contras” (1986).
1987	Gorbachev e Reagan assinam tratado de redução de arsenal nuclear; declínio da URSS.

1990	Liderança norte-americana na Guerra do Golfo, após invasão do Kuwait pelo Iraque.
1992	Presidentes Bush e Gorbachev encontram-se em Camp David; fim da Guerra Fria.
1993	Assinatura do NAFTA (acordo de livre comércio e regras com México e Canadá).
2001	Ataques ao World Trade Center e ao Pentágono deixam quase 3000 mortos.
2002	Início das guerras contra o Iraque e o Afeganistão.
2008	Barack Obama é o primeiro afro-americano a eleger-se presidente da República.
2011	Osama Bin Laden é morto por um grupo de agentes especiais da marinha americana (Seals), no Paquistão.
2012	Reeleição do presidente Barack Obama, vencendo o candidato republicano Mitt Romney.
2014	Em novembro, os Republicanos obtêm, nas <i>midterm elections</i>, a maioria da Câmara e do Senado.
2014	O presidente Barack Obama anuncia normalização das relações entre EUA e Cuba, após cinco décadas.
2015 (julho)	EUA e Cuba abrem oficialmente embaixadas em Havana e Washington.
2016 (março)	Barack Obama realiza visita oficial a Havana (a primeira de um presidente norte-americano desde 1928).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Histórica

1824	Os EUA reconhecem a Independência do Brasil (primeira nação a fazê-lo). Estabelecimento das relações diplomáticas. Abertura da Legação do Brasil em Washington.
1825	Abertura da Legação dos EUA no Brasil.
1905	Elevação do <i>status</i> de ambas as Legações a Embaixadas. Joaquim Nabuco é o primeiro embaixador do Brasil em Washington.

Recente

2007 (março)	Visita do presidente George W. Bush a São Paulo. Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis.
2007 (março)	Visita do presidente Lula a Camp David.
2007	Resolução da Câmara dos Representantes reconhece a “calorosa

(setembro)	amizade” e a crescente “relação estratégica” entre os Estados Unidos e o Brasil.
2008 (setembro)	Primeira reunião do novo “Brazil Caucus”, agrupamento informal que reúne cerca de 30 parlamentares com interesse pelo Brasil e pelas relações bilaterais.
2011 (março)	Visita do presidente Barack Obama ao Brasil. Assinatura de 10 Acordos Bilaterais.
2012 (9-10 de abril)	Visita oficial da presidente da República, Dilma Rousseff, aos Estados Unidos.
2013 (31 de maio)	Visita do vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ao Brasil. Encontros com o vice-presidente da República, Michel Temer, e com a presidente da República, Dilma Rousseff, com agenda que teve foco em assuntos econômicos e de energia.
2014 (julho)	O vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, veio ao Brasil por ocasião da Copa do Mundo, para assistir, em Natal, a jogo da seleção norte-americana, e encontrar-se, em Brasília, em 17/06, com a presidente Dilma Rousseff e com o vice-presidente Michel Temer.
2015 (janeiro)	Visita do vice-presidente Joe Biden ao Brasil, por ocasião da cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff.
2015 (junho)	Visita da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos.

ATOS BILATERAIS

Atos em vigor [mais recentes-1990]

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U)
Acordo de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate a Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes	12/04/1995	28/04/1997	03/06/1997
Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	01/03/1996	09/07/1997	26/08/1997
Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal	14/10/1997	21/02/2001	03/05/2001
Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear.	14/10/1997	15/09/1999	14/10/1999
Acordo Relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência.	26/10/1999	N/D	N/D

Acordo para o Fornecimento de Material de Defesa Norte-americano	02/06/2000	N/D	N/D
Acordo, por troca de Notas, para a Cooperação no Âmbito do Sistema Landsat-7, nos Termos do Memorando de Entendimento de 26/12/2000.	27/12/2001	N/D	N/D
Acordo Relativo à Assistência Mútua entre as suas Administrações Aduaneiras	20/06/2002	N/D	N/D
Acordo, por troca de Notas, para a Cooperação no Âmbito do Sistema Landsat-7 e seu anexo III, nos termos do Memorando de Entendimento de 26/12/2002.	29/12/2003	N/D	N/D
Acordo para a Promoção da Segurança da Aviação	22/03/2004	27/02/2006	05/04/2006
Acordo para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos	20/03/2007	19/03/2013	16/05/2013
Acordo sobre Propriedades de Imóveis Diplomáticos e Consulares	01/06/2007	18/01/2008	18/01/2008
Acordo para Programas Educacionais e de Intercâmbio Cultural	27/05/2008	17/11/2009	13/05/2010
Acordo, por troca de Notas, sobre a alteração do prazo de validade dos vistos e os emolumentos consulares incidentes sobre os mesmos vistos	14/11/2008	28/05/2010	02/06/2010
Acordo de Comércio e Cooperação Econômica	19/03/2011	N/D	26/09/2011
Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa	12/04/2010	18/12/2015	21/12/2015
Acordo para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA	23/09/2014	N/D	25/08/2015
Acordo relativo a Medidas de Segurança para a Proteção de Informações Militares Sigilosas (GSOMIA)	21/11/2010 Emenda em 09/6/2015	21/3/2016	22/3/2016

Atos em tramitação

Título	Data de celebração	Tramitação
Acordo sobre Transporte Marítimo	30/09/2005	MRE

Acordo sobre Transportes Aéreos	19/03/2011	Casa Civil
Acordo Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	19/03/2011	Câmara dos Deputados
Acordo de Previdência Social	30/06/2015	Câmara dos Deputados

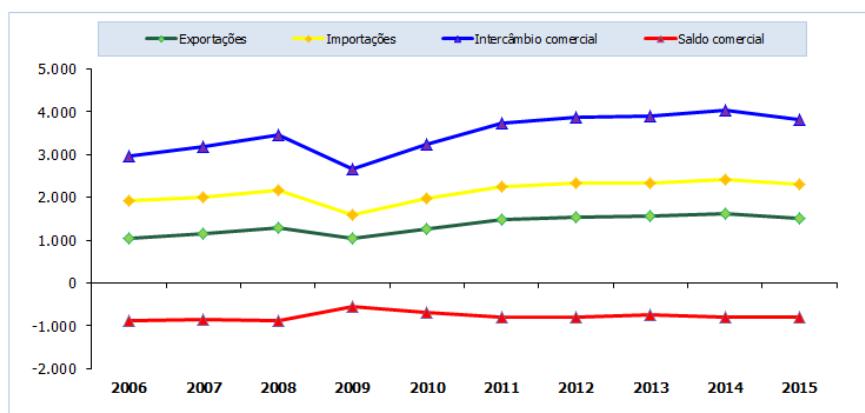
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior dos Estados Unidos

US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2006	1.037	14,7%	1.919	10,8%	2.956	12,1%	-882
2007	1.163	12,1%	2.017	5,1%	3.180	7,6%	-855
2008	1.300	11,8%	2.165	7,3%	3.465	9,0%	-865
2009	1.057	-18,7%	1.602	-26,0%	2.659	-23,3%	-545
2010	1.278	21,0%	1.968	22,9%	3.246	22,1%	-690
2011	1.482	15,9%	2.264	15,0%	3.745	15,4%	-782
2012	1.545	4,3%	2.335	3,1%	3.880	3,6%	-790
2013	1.578	2,1%	2.327	-0,3%	3.904	0,6%	-749
2014	1.620	2,7%	2.411	3,6%	4.031	3,2%	-791
2015	1.504	-7,2%	2.307	-4,3%	3.811	-5,5%	-803
Var. % 2006-2015	45,0%	--	20,2%	--	28,9%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

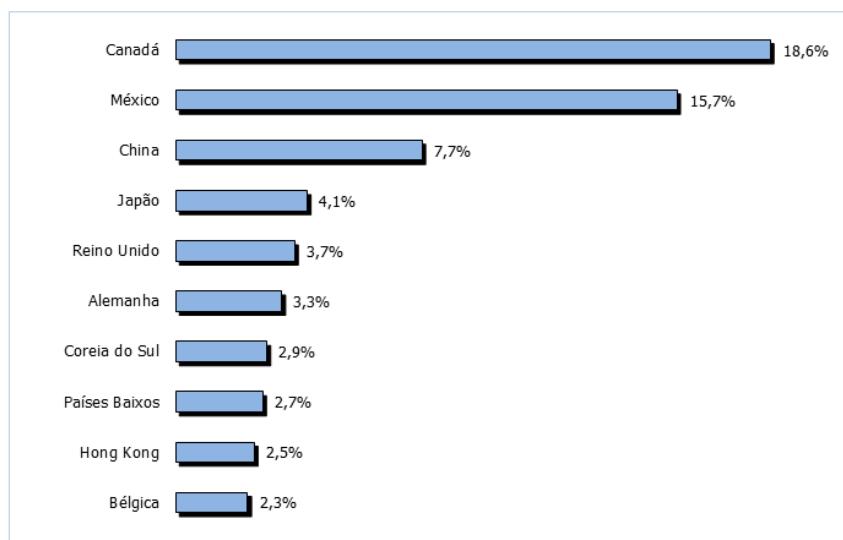


Direção das exportações dos Estados Unidos
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Canadá	280	18,6%
México	236	15,7%
China	116	7,7%
Japão	62	4,1%
Reino Unido	56	3,7%
Alemanha	50	3,3%
Coreia do Sul	43	2,9%
Países Baixos	41	2,7%
Hong Kong	37	2,5%
Bélgica	34	2,3%
...		
Brasil (11ª posição)	32	2,1%
Subtotal	987	65,6%
Outros países	517	34,4%
Total	1.504	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais destinos das exportações

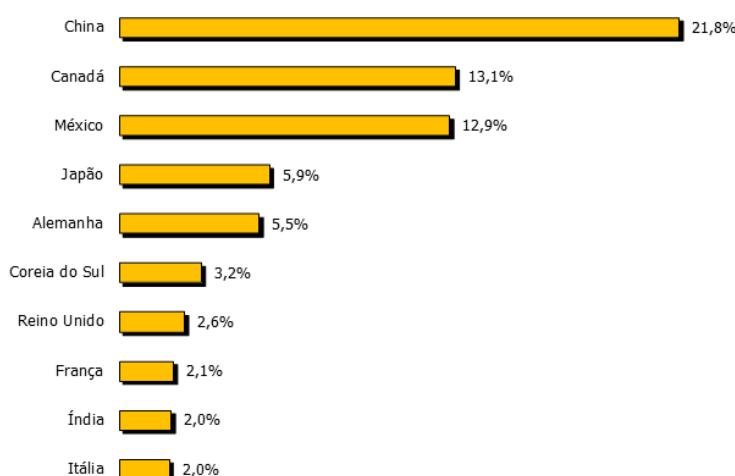


Origem das importações dos Estados Unidos
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
China	503	21,8%
Canadá	302	13,1%
México	297	12,9%
Japão	135	5,9%
Alemanha	126	5,5%
Coreia do Sul	74	3,2%
Reino Unido	59	2,6%
França	49	2,1%
Índia	47	2,0%
Itália	45	2,0%
...		
Brasil (17ª posição)	28	1,2%
Subtotal	1.665	72,2%
Outros países	642	27,8%
Total	2.307	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais origens das importações

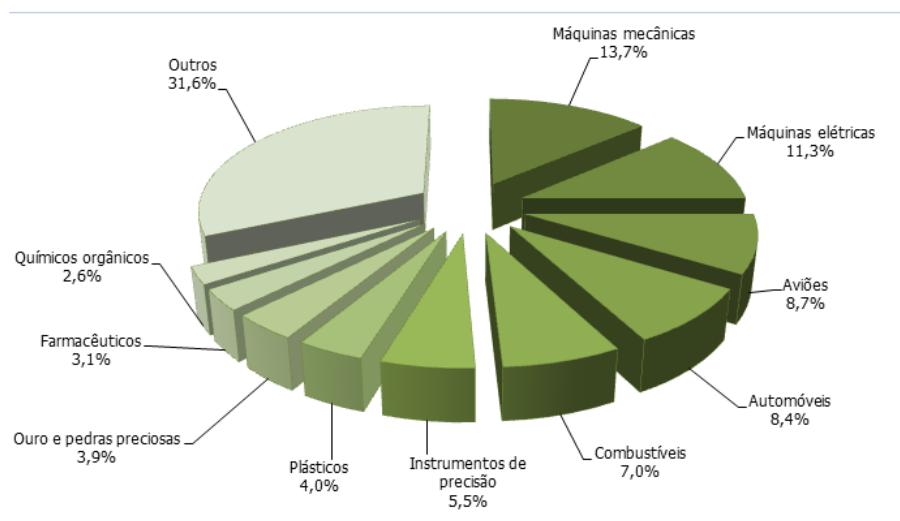


Composição das exportações dos Estados Unidos
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas mecânicas	206	13,7%
Máquinas elétricas	170	11,3%
Aviões	131	8,7%
Automóveis	127	8,4%
Combustíveis	106	7,0%
Instrumentos de precisão	83	5,5%
Plásticos	60	4,0%
Ouro e pedras preciosas	59	3,9%
Farmacêuticos	47	3,1%
Químicos orgânicos	39	2,6%
Subtotal	1.028	68,4%
Outros	476	31,6%
Total	1.504	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

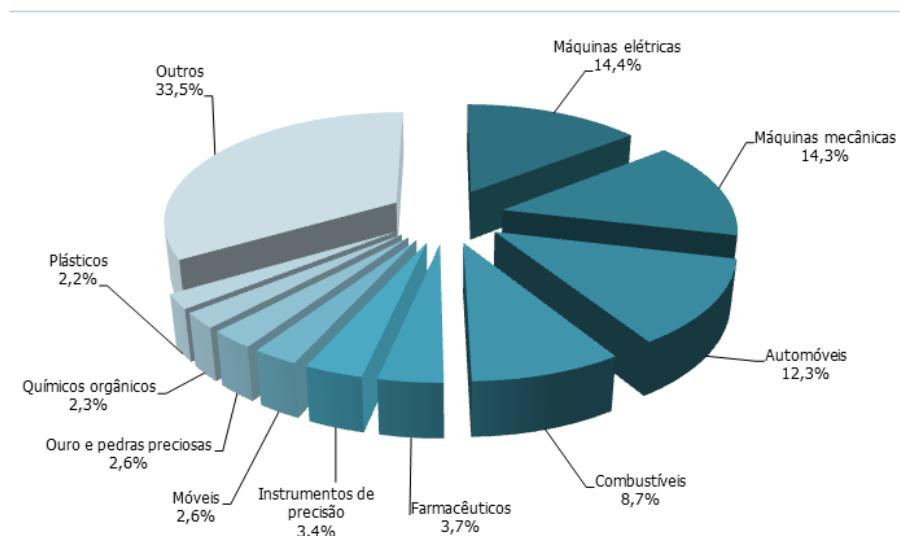


Composição das importações dos Estados Unidos
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2015	Part.% no total
Máquinas elétricas	333	14,4%
Máquinas mecânicas	329	14,3%
Automóveis	284	12,3%
Combustíveis	201	8,7%
Farmacêuticos	86	3,7%
Instrumentos de precisão	78	3,4%
Móveis	61	2,6%
Ouro e pedras preciosas	60	2,6%
Químicos orgânicos	52	2,3%
Plásticos	50	2,2%
Subtotal	1.534	66,5%
Outros	773	33,5%
Total	2.307	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

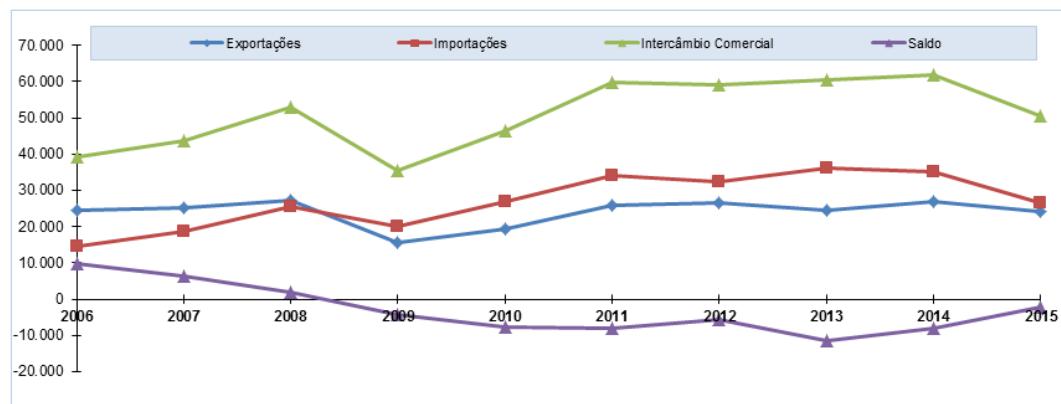
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Estados Unidos
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	24.525	8,8%	17,80%	14.657	15,7%	16,05%	39.182	11,3%	17,10%	9.867
2007	25.065	2,2%	15,60%	18.723	27,7%	15,52%	43.788	11,8%	15,57%	6.342
2008	27.423	9,4%	13,85%	25.628	36,9%	14,82%	53.051	21,2%	15,90%	1.795
2009	15.602	-43,1%	10,20%	20.032	-21,8%	15,68%	35.634	-32,8%	12,69%	-4.431
2010	19.307	23,8%	9,56%	27.044	35,0%	14,88%	46.352	30,1%	12,08%	-7.737
2011	25.805	33,7%	10,08%	33.970	25,6%	15,01%	59.775	29,0%	12,39%	-8.166
2012	26.701	3,5%	11,01%	32.363	-4,7%	14,50%	59.064	-1,2%	12,68%	-5.662
2013	24.653	-7,7%	10,19%	36.019	11,3%	15,02%	60.672	2,7%	12,59%	-11.365
2014	27.028	9,6%	12,01%	35.018	-2,8%	15,28%	62.046	2,3%	13,66%	-7.991
2015	24.080	-10,9%	12,60%	26.471	-24,4%	15,44%	50.551	-18,5%	13,94%	-2.391
2016 (jan-abr)	6.698	-13,9%	11,97%	7.174	-24,8%	16,80%	13.871	-19,9%	3,83%	-476
Var. % 2006-2015	-1,8%	--		80,6%	--		29,0%	--		n.c.

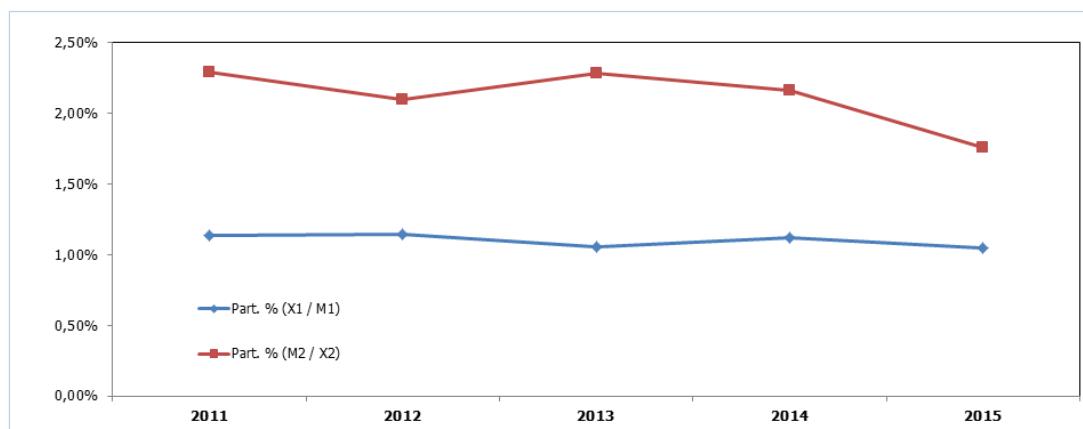
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio dos Estados Unidos
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para os Estados Unidos (X1)	25.805	26.701	24.653	27.028	24.080	-6,7%
Importações totais dos Estados Unidos (M1)	2.263.619	2.334.678	2.326.590	2.410.855	2.306.822	1,9%
Part. % (X1 / M1)	1,14%	1,14%	1,06%	1,12%	1,04%	-8,4%
Importações do Brasil originárias dos Estados Unidos (I)	33.970	32.363	36.019	35.018	26.471	-22,1%
Exportações totais dos Estados Unidos (X2)	1.481.682	1.544.932	1.577.587	1.619.743	1.503.870	1,5%
Part. % (M2 / X2)	2,29%	2,09%	2,28%	2,16%	1,76%	-23,2%

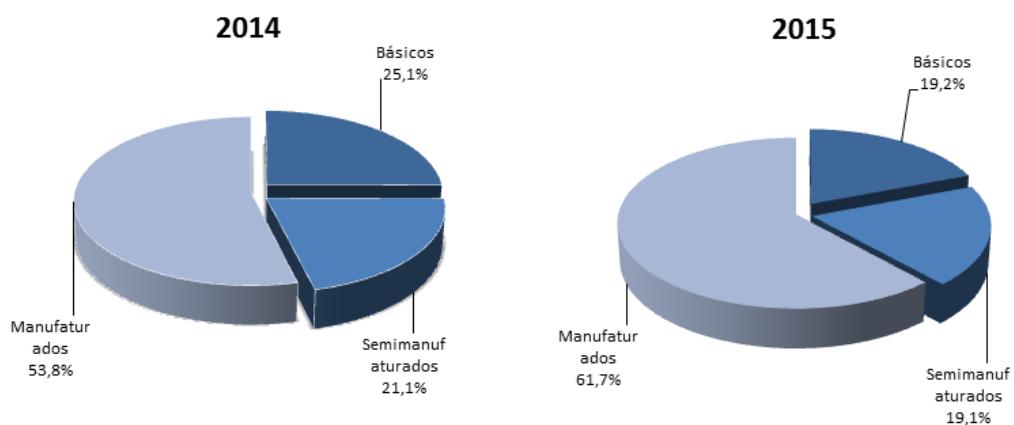
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AlceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
 As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações dos Estados Unidos e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



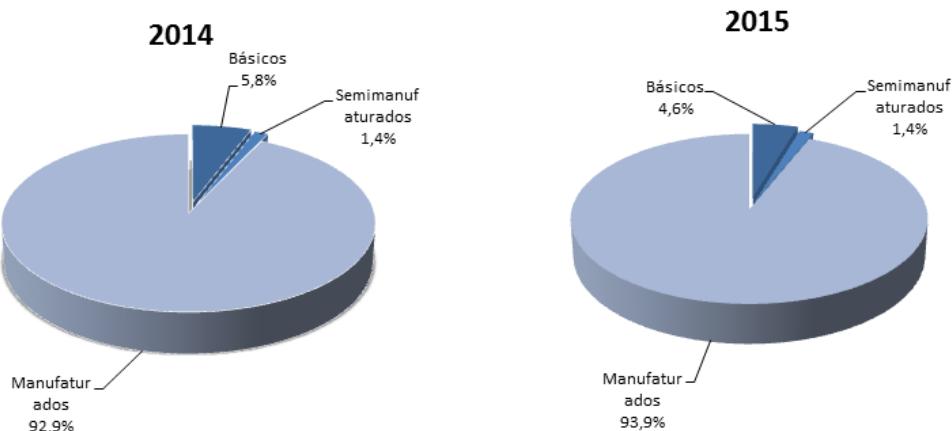
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

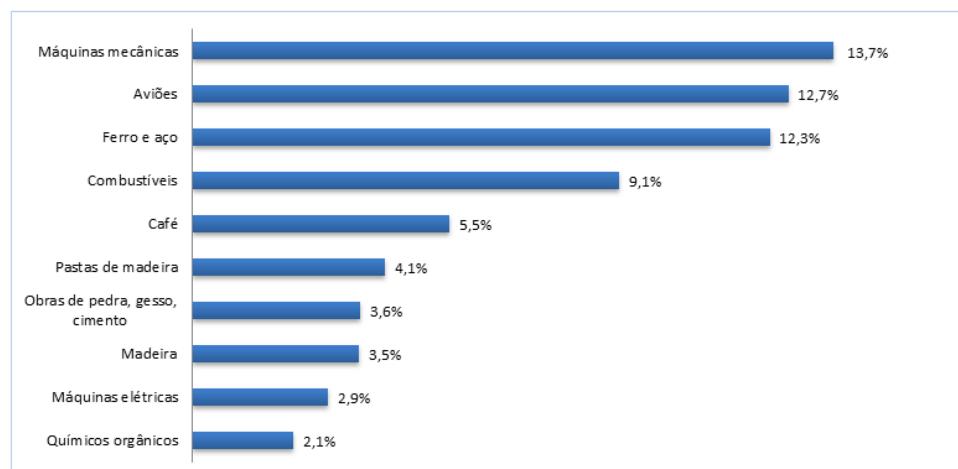
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para os Estados Unidos
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	2.882	11,7%	3.591	13,3%	3.292	13,7%
Aviões	1.381	5,6%	2.243	8,3%	3.060	12,7%
Ferro e aço	3.129	12,7%	3.844	14,2%	2.965	12,3%
Combustíveis	3.622	14,7%	3.588	13,3%	2.187	9,1%
Café	982	4,0%	1.317	4,9%	1.314	5,5%
Pastas de madeira	1.028	4,2%	974	3,6%	984	4,1%
Obras de pedra, gesso, cimento	842	3,4%	864	3,2%	859	3,6%
Madeira	724	2,9%	819	3,0%	852	3,5%
Máquinas elétricas	796	3,2%	777	2,9%	694	2,9%
Químicos orgânicos	936	3,8%	853	3,2%	514	2,1%
Subtotal	16.322	66,2%	18.870	69,8%	16.721	69,4%
Outros produtos	8.331	33,8%	8.158	30,2%	7.359	30,6%
Total	24.653	100,0%	27.028	100,0%	24.080	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

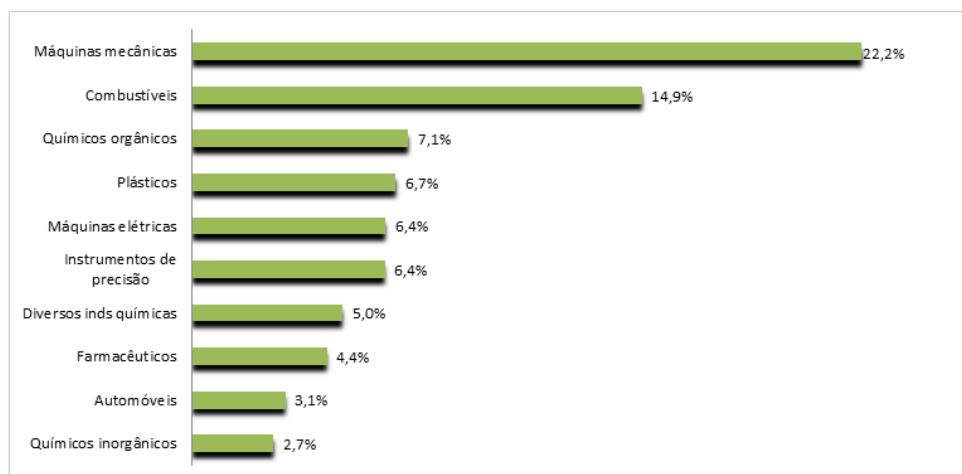


Composição das importações brasileiras originárias dos Estados Unidos
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	7.040	19,5%	6.781	19,4%	5.870	22,2%
Combustíveis	6.772	18,8%	7.429	21,2%	3.943	14,9%
Químicos orgânicos	2.296	6,4%	2.240	6,4%	1.891	7,1%
Plásticos	2.206	6,1%	2.080	5,9%	1.784	6,7%
Máquinas elétricas	2.855	7,9%	2.475	7,1%	1.691	6,4%
Instrumentos de precisão	2.103	5,8%	2.008	5,7%	1.686	6,4%
Diversos inds químicas	1.610	4,5%	1.583	4,5%	1.314	5,0%
Farmacêuticos	1.320	3,7%	1.388	4,0%	1.177	4,4%
Automóveis	1.040	2,9%	967	2,8%	814	3,1%
Químicos inorgânicos	781	2,2%	715	2,0%	711	2,7%
Subtotal	28.023	77,8%	27.666	79,0%	20.881	78,9%
Outros produtos	7.996	22,2%	7.352	21,0%	5.590	21,1%
Total	36.019	100,0%	35.018	100,0%	26.471	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2015 (jan-abr)	Part. % no total	2016 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Máquinas mecânicas	1.091	14,0%	1.155	17,2%	Máquinas mecânicas
Aviões	873	11,2%	789	11,8%	Aviões
Ferro e aço	1.075	13,8%	656	9,8%	Ferro e aço
Café	448	5,8%	312	4,7%	Café
Pastas de madeira	271	3,5%	293	4,4%	Pastas de madeira
Madeira	295	3,8%	284	4,2%	Madeira
Combustíveis	665	8,5%	283	4,2%	Combustíveis
Obras de pedra, gesso, cimento	269	3,5%	256	3,8%	Obras de pedra, gesso, cimento
Máquinas elétricas	235	3,0%	201	3,0%	Máquinas elétricas
Químicos orgânicos	171	2,2%	161	2,4%	Químicos orgânicos
Subtotal	5.393	69,3%	4.390	65,5%	
Outros produtos	2.386	30,7%	2.308	34,5%	
Total	7.779	100,0%	6.698	100,0%	
Importações					
Máquinas mecânicas	2.048	21,5%	1.558	21,7%	Máquinas mecânicas
Combustíveis	1.658	17,4%	1.175	16,4%	Combustíveis
Químicos orgânicos	659	6,9%	501	7,0%	Químicos orgânicos
Instrumentos de precisão	584	6,1%	493	6,9%	Instrumentos de precisão
Plásticos	663	6,9%	490	6,8%	Plásticos
Máquinas elétricas	652	6,8%	453	6,3%	Máquinas elétricas
Farmacêuticos	328	3,4%	324	4,5%	Farmacêuticos
Diversos inds químicas	329	3,4%	264	3,7%	Diversos inds químicas
Químicos inorgânicos	234	2,5%	240	3,3%	Químicos inorgânicos
Adubos	181	1,9%	220	3,1%	Adubos
Subtotal	7.336	76,9%	5.718	79,7%	
Outros produtos	2.205	23,1%	1.456	20,3%	
Total	9.541	100,0%	7.174	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Maio de 2016.

2^a PARTE - SABATINA

1

**SENADO FEDERAL**

Senador Armando Monteiro

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 70, de 2016 (Mensagem nº 393, de 12 de julho de 2016, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

RELATOR: Senador ARMANDO MONTEIRO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52 item IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA é filho de Mauro Vieira e Noêmia Iecker Vieira e nasceu em Niterói/RJ, em 15 de fevereiro de 1951.

É Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense desde 1973, mesmo ano em que concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. No ano seguinte, ingressou na carreira diplomática, como Terceiro-Secretário.

Ascendeu a Conselheiro em 1987; a Ministro de Segunda Classe, em 1993; e a Ministro de Primeira Classe, em 1999. Todas as promoções por merecimento. Desde 2014 passou para o Quadro Especial.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática e na Administração Federal destacam-se as de Secretário de Modernização Administrativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, entre 1985 e 1986; Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia, de 1986 a 1987; Secretário Nacional de Administração do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), de 1987 a 1989; Subchefe do Departamento Cultural, entre 1989 e 1990; Conselheiro na Embaixada no México, de 1990 a 1992; Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral de Política Exterior, entre 1992 e 1993; Introdutor Diplomático do Gabinete do Ministro de Estado, de 1993 a 1995; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paris, de 1995 a 1999; Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral, de 1999 a 2003; Chefe de Gabinete do Ministro de Estado, de 2003 a 2004; Embaixador em Buenos Aires, entre 2004 e 2010; Embaixador em Washington, de 2010 a 2014.

Cabe destacar que o ilustre Embaixador exerceu ainda o cargo de Ministro das Relações Exteriores, entre 2015 e 2016, e representa um de nossos mais preparados e respeitados diplomatas, com amplas experiências administrativa e política exemplarmente demonstradas.

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informe sobre a Organização das Nações Unidas (ONU), do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A criação das Nações Unidas é fruto da devastação da Segunda Guerra Mundial e do sentimento generalizado que era preciso criar um mecanismo de proteção do sistema mundial e de manutenção da paz entre os países.

O nome Nações Unidas foi concebido pelo presidente dos Estados Unidos da América Roosevelt e utilizado pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas, de 12 de janeiro de 1942, quando os representantes de 26 países assumiram o compromisso de que seus governos continuariam a lutar contra as potências do Eixo.

A Carta das Nações Unidas (Carta de São Francisco) foi elaborada pelos representantes dos países presentes à Conferência sobre a Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. A Organização propriamente dita, entretanto, começou a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética, bem como pela maioria dos signatários. Hoje, em 24 de outubro, comemora-se em todo o mundo o “Dia das Nações Unidas”.

Durante a primeira reunião da Assembleia Geral, em Londres, em 1946, ficou decidido que a sede permanente da Organização seria nos Estados Unidos.

De acordo com a Carta, a ONU possui seis órgãos principais: a Assembleia Geral (AGNU), o Conselho de Segurança (CSNU), o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) e o Secretariado. O sistema ONU é formado pelos seis órgãos principais da Organização e seus órgãos subsidiários, os fundos e programas por eles criados, bem como as agências especializadas e outros organismos associados às Nações Unidas.

Chamam-se membros fundadores das Nações Unidas os países que assinaram a Declaração das Nações Unidas de 1º de janeiro de 1942, ou que participaram da Conferência de São Francisco, tendo assinado e ratificado a Carta. O Brasil é um dos 51 membros fundadores da ONU e sempre foi membro atuante, desde a fundação da Organização, tanto em seus órgãos quanto nas agências do sistema ONU.

O papel do Brasil nos primeiros anos da ONU também se refletiu na presidência, exercida por Oswaldo Aranha, da II Sessão Regular da Assembleia Geral das Nações Unidas (1947) e da I Sessão Especial (abril de 1947), que decidiu a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel.

A partir das primeiras sessões regulares da Assembleia Geral, com base em entendimento alcançado à época, firmou-se o costume de conceder ao Brasil o primeiro lugar entre os países no Debate Geral que se realiza a cada abertura de sessão, em setembro. Essa prática passou a simbolizar, para a opinião pública brasileira, o vínculo especial entre o Brasil e a ONU e reflete a imagem positiva de que o país desfruta na Organização.

O Brasil compartilha plenamente os princípios e propósitos das Nações Unidas. A autodeterminação, a não intervenção e a solução pacífica de controvérsias são princípios inscritos na Constituição brasileira, assim como o compromisso com a paz e com a promoção do desenvolvimento, a defesa dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente. O país tem procurado, em sua atuação nas Nações Unidas, contribuir ativamente para o tratamento equilibrado dos pilares que sustentam as atividades da Organização: a manutenção da paz e da segurança internacionais, a promoção dos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.

O Brasil já participou de cerca de 50 operações de manutenção da paz (OMPs) e contribuiu com um total de mais de 55 mil militares e policiais. Hoje, é o 23º maior contribuinte de tropas e participa de nove missões de paz, com 1.279 militares e 24 policiais. O Brasil é o principal contribuinte de tropas da MINUSTAH (Haiti), com 978 militares e 4 policiais (de um total de 4.698, sendo 2.338 militares e 2.360 policiais). O comando militar é atualmente exercido pelo general de divisão Ajax Porto Pinheiro (“Force Commander”). Dos dois batalhões remanescentes, um é brasileiro e o outro multinacional (Uruguai, Chile e Bolívia).

Em 14 de outubro de 2015, a Resolução nº 2.243 do CSNU estendeu o mandato da MINUSTAH por 12 meses e solicitou a realização de Missão de Avaliação Estratégica para revisar as condições de segurança e a capacidade do Governo de garantir a estabilidade, após a realização das

eleições presidenciais e a formação de novo governo, a fim de considerar a retirada da Missão. O Brasil contribui também com a nau-capitânia (atualmente, a Fragata Independência) à Força-Tarefa Marítima da UNIFIL (Líbano)

Contra-almirantes brasileiros exercem, desde fevereiro de 2011, o comando da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interna das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), cuja nau capitânia é embarcação brasileira. Há ainda sete militares do Exército brasileiro desdobrados junto ao Estado-Maior do Contingente Espanhol na UNIFIL. O Brasil hoje contribui com 279 militares para a UNIFIL (DPKO, abril de 2016). O país desenvolve cooperação com o Líbano por meio da oferta de vagas na Escola Naval e na Escola Superior de Guerra.

Na sessão principal da V Comissão da 70^a AGNU, ocorrida em dezembro de 2015, foi aprovado o orçamento regular relativo ao biênio 2016-2017, no valor de USD 5,4 bilhões, bem como as escalas de contribuições aplicáveis ao triênio 2016- 2018.

Em 2016, o Brasil passou a ser o sétimo maior contribuinte ao orçamento regular das Nações Unidas, com cota de 3,823%, 30% maior que a cota que cabia ao país no biênio 2014-2016. O aumento da cota brasileira se deveu ao crescimento econômico experimentado pelo país no período-base (2008-2013) empregado para o cálculo da escala do triênio 2016-2018, que leva em conta o Produto Interno Bruto (PIB) dos estados membros. A cota do Brasil na escala de contribuições relativa ao orçamento das operações de paz, por sua vez, foi estabelecida em 0,7646%.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

RELATÓRIO DE GESTÃO**MISSÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO ÀS NAÇÕES UNIDAS
EM NOVA YORK****EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA****INTRODUÇÃO**

1. O relatório que encaminho, referente ao período em que tive a honra de chefiar a Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York a partir de outubro de 2013, descreve uma etapa em que a diplomacia brasileira demonstrou uma capacidade crescente de contribuir para moldar a agenda multilateral e orientar resultados, em fase de atividade cada vez mais intensa e diversificada do sistema ONU. Nesse esforço, a Delegação contou com o permanente apoio da Secretaria de Estado e dos numerosos órgãos do Executivo responsáveis pelo acompanhamento de assuntos aqui abordados. Multiplicaram-se também, durante esta gestão, os contatos com outras autoridades governamentais, bem como com a sociedade civil. É possível afirmar, sem exagero, que não existe assunto, no vasto temário tratado pelas Nações Unidas em sua sede, em que o Brasil não apresente idéias e manifeste sua singularidade, a partir de um compromisso inabalável com a Carta da ONU e com o multilateralismo. Para tal contribuem nossas raízes democráticas e os progressos dos últimos anos na promoção da inclusividade econômica e social, além do desenvolvimento de uma política externa que alia uma forte âncora regional com uma presença global.

2. A transição para uma ordem multipolar, descrita como irreversível pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon, abre perspectivas promissoras para a cooperação internacional e para o Brasil, com suas relações diplomáticas universais, e sua capacidade de influir sobre virtualmente todos os temas na pauta dos organismos multilaterais. Característica do mundo contemporâneo é a urgência com que se apresenta à comunidade internacional o imperativo da cooperação. Impossível conceber, hoje, soluções puramente nacionais ou regionais para desafios como aqueles associados à mudança do clima, ao combate ao terrorismo, às epidemias, às questões migratórias e ao problema mundial das drogas e dos ilícitos, entre outros. A ONU se posiciona, neste contexto, como plataforma incontornável, produzindo novos consensos que atualizam conceitos e traçam caminhos novos para a consecução de objetivos comuns. O documento "O futuro que queremos", emanado da Conferência Rio +20, sobressai como ponto de

inflexão histórica, que repercute sobre todo o processo de negociação da Agenda 2030 sobre Desenvolvimento Sustentável e situa a ONU no centro do esforço internacional para reconciliar o progresso econômico e social com a variável ambiental. Outros avanços, como o verificado em Paris, no Acordo sobre a Mudança do Clima, levaram vários observadores a descrever o ano de 2015 como um verdadeiro marco no fortalecimento do multilateralismo.

3. Não obstante, persistem desafios sem consensos, ou respostas adequadas, particularmente no plano da promoção da paz. No Oriente Médio, aos antigos diferendos se somam novos e complexos conflitos, agravados pela disseminação territorial do extremismo violento que conduz ao terrorismo. Apesar de alguns cenários subregionais encorajadores, a África continua a enfrentar várias guerras fratricidas. Tampouco devemos subestimar as dificuldades para a promoção de um mundo mais pacífico e seguro oriundas das tensões entre as principais potências militares, que se manifestam, por exemplo, no Leste da Europa e no Mar da China Meridional. Em um ano em que a ONU procura identificar um, ou uma, ocupante para o cargo de Secretaria-Geral, cabe ter em mente que o déficit de credibilidade da Organização se concentra sobretudo no plano da promoção de uma paz internacional duradoura. Até certo ponto, o mapa do caminho para uma cooperação mais efetiva já está traçado, no que se refere ao desenvolvimento sustentável e à promoção dos direitos humanos. O mesmo não pode ser dito em relação à promoção da paz, tanto em termos dos mecanismos de governança (leia-se reforma do Conselho de Segurança) como em relação às estratégias políticas e militares.

4. O relatório a seguir obedece à divisão, que se convencionou fazer, do raio de atividades onusianas em três pilares básicos: desenvolvimento sustentável, paz e segurança internacional, promoção e proteção dos direitos humanos. Inclui também um segmento sobre candidaturas e um breve apanhado estatístico, como indicador quantitativo do perfil de atuação da Representação Permanente. Sem ser exaustivo, o texto abaixo procura não deixar de mencionar qualquer aspecto relevante do multifacetado trabalho da Missão e alinhava algumas sugestões de ação futura.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

5. Minha gestão à frente da Missão coincidiu com intensa atividade nas Nações Unidas, relacionada à área de desenvolvimento sustentável, como desdobramento da Conferência Rio+20, de 2012. O ápice dessas atividades deu-se em setembro de 2015, quando a Assembleia Geral adotou a

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cujos 17 objetivos e 169 metas constituem plano de ação global para a efetiva implementação de um modelo de desenvolvimento equilibrado, em que aspectos ambientais, sociais e econômicos são promovidos em sintonia e com o objetivo central de erradicar a pobreza. A Agenda 2030, juntamente com o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima e a Agenda de Ação de Adis Abeba, sobre financiamento ao desenvolvimento, compõem o arcabouço que deverá nortear as atividades de desenvolvimento sustentável na ONU, nos próximos anos. A Missão foi participante central nesses processos.

6. Como se sabe, à diferença dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Agenda 2030 aplica-se a todos os países, e não apenas às nações em desenvolvimento. Trata-se de uma mudança de paradigma que, embora forme parte de um novo consenso, aporta desafios no plano de implementação dos compromissos assumidos. Persiste na burocracia de alguns países desenvolvidos e do Banco Mundial uma visão segundo a qual caberia aos países em desenvolvimento, sobretudo, adotar medidas no plano doméstico.

7. A aprovação da nova agenda também significa a superação do ponto de vista, associado ao "Consenso de Washington", segundo o qual o crescimento econômico deveria ter prevalência sobre outras questões, como a igualdade social e a proteção ambiental. Exemplo concreto desse avanço conceitual é o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 10, que versa sobre a diminuição da desigualdade tanto dentro de países quanto no âmbito internacional.

8. A atuação do Brasil foi decisiva para moldar a natureza inovadora e abrangente da Agenda 2030. Boa parte dos ODSs e de suas respectivas metas remete diretamente a políticas públicas e prioridades do governo brasileiro. O próprio ODS-10, acima mencionado, sobre desigualdade, derivou em parte de proposta brasileira de refletir na nova agenda a necessidade de promover a igualdade social e de diminuir o fosso entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

9. A importância da atuação brasileira no campo do desenvolvimento sustentável reflete-se no papel que o País foi convidado a desempenhar em diversos processos negociadores nos últimos três anos. Cito, a seguir, alguns exemplos.

10. Juntamente com a França, o Brasil foi determinante para a adoção do Mecanismo de Facilitação de Tecnologia (TFM, na sigla em inglês), que pode ser considerado o primeiro plano de ação concreto sobre transferência de tecnologia adotado no

âmbito da ONU. O mecanismo visa facilitar o acesso de países em desenvolvimento a tecnologias livres de royalties, com potencial de auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável. Depois de décadas de negociações frustradas nessa área, devido à sensibilidade econômico-estratégica do tema e à reticência dos países desenvolvidos em engajar-se em conversações a respeito - fora da Organização Mundial sobre Propriedade Intelectual - a adoção do mecanismo de facilitação de tecnologias é considerada um dos mais importantes resultados da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Adis Abeba, em meados de 2015, da qual o Brasil foi um dos vice-presidentes.

11. O Brasil também foi chamado a ocupar a vice-presidência da mesa diretora da 11ª Sessão do Foro das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF-11), entidade chefiada pelo brasileiro Manoel Sobral Filho. Na ocasião, decidiu-se pelo fortalecimento do Arranjo Internacional sobre Florestas (AIF), com a elaboração de um plano estratégico (2017-2030), maior vinculação do tema florestal à Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas e estabelecimento de Fundo com vistas a apoiar a elaboração de projetos de preservação de áreas florestais. A atuação brasileira salvaguardou os interesses do País e reafirmou o compromisso histórico do Brasil com o tratamento multilateral de temas florestais.

12. Nos últimos anos, o Brasil tem presidido a negociação da resolução anual que acompanha a implementação dos grandes acordos da ONU sobre desenvolvimento sustentável. Essa resolução deverá promover a adaptação da estrutura e dos métodos de trabalho das Nações Unidas à Agenda 2030, os quais ainda refletem o antigo paradigma segundo o qual os desafios de desenvolvimento dizem respeito apenas aos países em desenvolvimento.

13. Desde março de 2016, o Brasil preside, por meio do IBGE, a Comissão de Estatísticas da ONU, cujo Grupo Interagências e de Peritos sobre Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável está encarregado de elaborar proposta de indicadores para medir a implementação dos ODSs. Trata-se de posição de suma relevância, pois coloca o Brasil no centro de debates e negociações que determinarão os meios e métodos de monitoramento e mensuração dos ODSs.

14. A Missão tem buscado, em coordenação com outros países, promover o tratamento de temas da nova agenda que não encontram um "locus" natural de debate dentro das Nações Unidas. O Brasil participa ativamente do grupo que promove o ODS-10 (sobre desigualdade) e tem patrocinado, juntamente com

a Suíça e com a Universidade de Nova York, o debate sobre o ODS-16 (sobre sociedades pacíficas, justas e inclusivas).

15. No âmbito regional, tem sido relevante a contribuição da Comissão Econômica Regional para a América Latina e Caribe (CEPAL), tanto no plano das análises e elaboração de cenários, como na coordenação entre os países da América Latina e Caribe. A recente criação do Foro Regional sobre Desenvolvimento Sustentável, iniciativa que advém da Conferência Rio+20 e que contou com amplo apoio do Brasil, deverá impulsionar os esforços de implementação da Agenda 2030 em nosso entorno.

16. Na área de mudança do clima, os últimos anos foram marcados pela realização de grandes eventos relacionados ao Acordo de Paris. Em setembro de 2014, a ONU sediou, por iniciativa do SGNU, a Cúpula do Clima. O evento reuniu 120 Chefes de Estado e de Governo e teve por principal objetivo alertar para a importância de um acordo ambicioso para combater o aquecimento global. À margem da Cúpula, foi realizada a Marcha para o Clima, que reuniu 100 mil pessoas em Nova York.

17. Em abril de 2016, foi realizada cerimônia de assinatura do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima, com a presença de 175 delegações. O Acordo representa ponto de inflexão na luta global contra a mudança do clima, na medida em que envolve, pela primeira vez, todos os países com vistas ao objetivo de limitar o aquecimento global a até 2 graus centígrados em relação a níveis pré-industriais. O sucesso do Acordo de Paris está intrinsecamente ligado à implementação exitosa da Agenda 2030.

TEMAS ECONÔMICOS

18. A área econômica e financeira da ONU é palco por excelência da disputa de narrativas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre a governança econômico-financeira global. Enquanto países em desenvolvimento têm interesse em que temas dessa natureza sejam discutidos na ONU, onde cada país tem um voto, os países desenvolvidos privilegiam instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, nas quais contam com maior peso relativo.

19. Ao longo de minha gestão, o Brasil engajou-se nessa discussão em diversas frentes, entre as quais vale ressaltar: a) no tópico de dívidas soberanas, exercício da vice-presidência do Comitê Ad Hoc para Elaboração de Marco Jurídico Multilateral para Processos de Reestruturação de

Dívidas Soberanas (CAH), que definiu nove princípios voluntários para reestruturação desse tipo de dívida; b) na área de governança da Internet, a defesa da adoção de resoluções anuais sobre tecnologias da informação e das comunicações para o desenvolvimento ("ICT4D"), assim como a participação na revisão decenal dos resultados da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI+10, em dezembro de 2015, realizada após a organização do Fórum sobre Governança da Internet em João Pessoa, no mês anterior); e c) engajamento no processo negociador do Programa de Ação de Viena para Países em Desenvolvimento Sem Litoral ("landlocked developing countries"), e da Revisão de Meio Período do Programa de Ação de Istanbul para Países de Menor Desenvolvimento Relativo. Em ambos os casos, o Brasil ocupou uma das vice-presidências.

TEMAS DE SAÚDE

20. Nos últimos três anos, aprofundou-se o debate político sobre temas de saúde em Nova York. A participação brasileira nesse debate, assim como em iniciativas específicas na área de saúde, frequentemente subsidiada também por representantes do Ministério da Saúde, tem sido fundamental para o avanço dos pontos de vista nacionais, e de interesse dos países em desenvolvimento como um todo.

21. O histórico do Brasil, país mais populoso com sistema de saúde universal e gratuito, no tratamento de epidemias como o HIV/Aids e a ênfase atribuída pelo governo brasileiro aos determinantes sociais da saúde contribuem para manter atuação de perfil elevado em diversas vertentes, a seguir detalhadas.

22. O Brasil é membro do grupo "Política Externa e Saúde Global" (FPGH, pela sigla em inglês), juntamente com África do Sul, França, Indonésia, Noruega, Tailândia e Senegal. A cada ano, o Grupo apresenta resolução sobre tema de destaque da agenda de saúde, e sua atuação logrou chamar maior atenção para os temas associados à saúde em Nova York. As resoluções propostas pelo grupo foram as primeiras a aportar perspectiva ampla sobre os vínculos entre saúde e política externa. O FPGH completa dez anos de existência em 2016, após o quê o Brasil deverá promover atualização da Declaração de Oslo (2006), que estabeleceu as prioridades do grupo.

23. O surto de Ebola ocorrido em 2014 na África Ocidental teve impacto significativo sobre a forma como temas de saúde são tratados pela ONU. A criação da primeira missão da ONU para combater emergência sanitária contribuiu para reforçar a constatação de que a comunidade internacional não está preparada para lidar com tais situações. No mesmo ano, em

resposta ao surto, o SGNU estabeleceu o Painel de Alto Nível sobre a Resposta Global às Crises de Saúde, chefiado pelo Presidente da Tanzânia e integrado pelo ex-Chanceler Celso Amorim. O Painel apresentou 27 recomendações para implementação nos níveis nacional, regional e internacional destinadas a ampliar a capacidade global de resposta a emergências sanitárias. A fim de monitorar a implementação das recomendações do painel, entre as quais a preparação de Cúpula Global sobre Crises de Saúde em 2018, foi estabelecida pelo SGNU Força-Tarefa a ser coordenada pelo Secretário-Geral Adjunto, pela Diretora Geral da OMS e pelo Presidente do Banco Mundial.

24. No contexto do surto global de Zika, reconhecido pela OMS, em fevereiro de 2016, como Emergência Pública de Interesse Internacional, o Brasil vem acompanhando as ações do Plano de Ação Estratégica de Resposta ao Zika, coordenado pelo Enviado Especial do SGNU para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, David Nabarro. Fundo fiduciário foi criado para financiar as ações globais do Plano.

25. Em novembro de 2015, foi instituído pelo SGNU Painel sobre Acesso a Medicamentos, que também contou com a participação do ex-Chanceler Celso Amorim, além do Vice-Presidente da Fiocruz, Jorge Bermudez. Espera-se que até o mês de agosto seja divulgado o relatório do painel.

26. Na área do HIV/Aids, em 2014, a Missão apoiou a campanha "Proteja o Gol", lançada pela UNAIDS durante a Copa do Mundo. Mais recentemente, em junho último, teve atuação importante na Revisão de Alto Nível sobre o tema, inclusive no que diz respeito à coordenação com representantes da sociedade civil brasileira.

27. No que tange ao tema de segurança do trânsito, o Brasil envolve-seativamente na negociação das resoluções bianuais, as quais co-patrocina, bem como nas campanhas realizadas por entidades como a Fundação FIA, a OMS e o UNICEF. O País figura como um dos "campeões" do tema, tendo defendido sua inclusão entre os ODSs, e é reconhecido pela qualidade de seu arcabouço jurídico destinado a reduzir as mortes no trânsito, em particular a Lei Seca. Em 2014, a adoção da resolução sobre segurança no trânsito contou com a presença do Deputado Federal Hugo Leal (PSB-RJ), Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do trânsito Seguro e autor de lei sobre a matéria.

28. O Brasil vem atuando, ainda, no processo negociador da Reunião de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana (AMR), a ter lugar em Nova York, em setembro próximo, que deverá abordar implicações da questão não apenas sob a perspectiva

da saúde, mas também da agricultura e do comércio exterior. Tendo em conta a gravidade e a urgência da situação da AMR, espera-se que a reunião possa chamar atenção da comunidade internacional para o problema e venha a definir novo modelo de governança para coordenar a resposta global.

TEMAS HUMANITÁRIOS

29. O tema da assistência humanitária na ONU tem adquirido crescente relevância e complexidade, devido à gravidade das atuais crises humanitárias e a tentativas de reforma da arquitetura internacional de resposta a crises.

30. Nesse contexto, o Secretário-Geral da ONU lançou o relatório "Uma Humanidade: Responsabilidades Compartilhadas", no qual propõe uma "Agenda para a Humanidade" com cinco responsabilidades fundamentais a serem levadas adiante pelos Estados membros e demais atores humanitários. Na Cúpula Humanitária Mundial (Istambul, maio de 2016), esses atores assumiram compromissos voluntários para fazer avançar a Agenda para a Humanidade. O Brasil subscreveu os "compromissos fundamentais" propostos pelo Secretariado e apresentou outros compromissos individuais, cuja implementação deve ser objeto de seguimento nacional.

31. A atuação da Missão no tema abarcou duas de suas dimensões: (i) sistêmica, ao engajar-se nos debates normativos e sobre políticas que influenciam o desenho e funcionamento do sistema humanitário; e (ii) operacional, a fim de viabilizar a transferência, para organismos da ONU, de recursos recebidos com vistas a apoiar países que atravessam crises humanitárias.

32. Na dimensão sistêmica, o Brasil participou ativamente dos principais processos da ONU no período, no âmbito da Assembleia Geral, do Conselho Econômico e Social e do Escritório para a Coordenação de Assuntos Humanitários. Ademais, cabe ao Brasil presidir, juntamente com a Suécia, o grupo de trabalho "Diálogo sobre Parcerias Humanitárias" (DHP), composto por países desenvolvidos e em desenvolvimento. O grupo constitui espaço privilegiado e representativo para o debate de questões sistêmicas da arquitetura humanitária internacional, tendo produzido insumos para o relatório do SGNU "Uma Humanidade: Responsabilidade Compartilhada".

33. A atuação brasileira nesses espaços tem ressaltado a importância de prevenir e solucionar conflitos; respeitar o Direito Humanitário Internacional; fortalecer mecanismos de cooperação; e buscar viabilizar o desenvolvimento de longo

prazo dos países e populações atingidos por crises humanitárias.

34. Na dimensão operacional da assistência humanitária, o Brasil realizou importantes contribuições para agências da ONU no período. Transferiu, por meio da Missão, recursos para as seguintes entidades, entre outras: Organização Mundial da Saúde (OMS), Programa Mundial de Alimentos (PMA), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo Central das Nações Unidas para Ação em Casos de Emergência (CEFR), Fundo Fiduciário de Resposta ao Ebola das Nações Unidas, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU) e Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA).

35. No atual cenário de persistência, quando não de recrudescimento, das crises humanitárias, a questão do aprimoramento da resposta humanitária e de seu arcabouço institucional tende a manter-se proeminente nas Nações Unidas.

36. Devem permanecer na pauta temas como a atenção a refugiados e deslocados internos; o empoderamento de mulheres e meninas na ação humanitária; a necessidade de reduzir a fragmentação e imprevisibilidade do financiamento; e a busca de maior coerência e sinergia entre as ações dos diversos atores.

ATIVIDADES OPERACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO

37. Em minha gestão, a Missão manteve-se especialmente engajada nas atividades de fundos, programas e agências especializadas da ONU, por meio da participação ativa nas sessões das Juntas Executivas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Fundo das Nações Unidas para População (FNUAP), do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da ONU-Mulheres.

38. Outra área de atuação foi no âmbito dos Diálogos do Conselho Econômico e Social, sobre o posicionamento de longo prazo do Sistema de Desenvolvimento da ONU (UNDS). Os Diálogos reuniram ideias sobre como aprimorar o UNDS no contexto da Agenda 2030, tornando-o mais universal, transversal e integrado, buscando sinergias entre as agências e reduzindo a fragmentação, a sobreposição e a competição entre elas.

39. Em particular, o Brasil vem defendendo que o UNDS seja capacitado para acompanhar a implementação dos ODSs em todos os países, inclusive nos países desenvolvidos, sem prejuízo do foco nos países mais vulneráveis. Ademais, deve ser preservada a posição dos países ditos "emergentes" como recipiendários de cooperação internacional, bem como ampliada a representação dos países em desenvolvimento nas Juntas Executivas das agências.

40. A Revisão Quadrienal Ampla de Políticas das Atividades Operacionais das Nações Unidas (QCPR 2017-2020), que consiste em um plano plurianual para o UNDS para os próximos quatro anos, será oportunidade para tratar desses temas em profundidade, assim como aperfeiçoar e reorientar o sistema à luz do novo paradigma da Agenda 2030.

41. Cumpre ressaltar, finalmente, que o Brasil foi eleito membro da Junta Executiva da ONU-Mulheres para o período 2017-2019, o que exigirá da Missão envolvimento direto e contínuo em suas atividades.

COOPERAÇÃO SUL-SUL E FUNDO IBAS

42. No campo conceitual, o Brasil tem reiterado a importância de respeitar os princípios e características da cooperação sul-sul, tais como delineados na Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul (Nairóbi, 2009).

43. São especialmente relevantes o caráter complementar, e não substituto, da cooperação sul-sul em relação aos esquemas tradicionais de cooperação norte-sul, bem como a necessidade de assegurar espaço político para os países em desenvolvimento definirem suas estratégias e prioridades nacionais com flexibilidade e autonomia.

44. Os países em desenvolvimento têm-se oposto à imposição, à cooperação sul-sul, de padrões de quantificação e avaliação originários da cooperação tradicional norte-sul, desenvolvidos fora da ONU. Qualquer discussão sobre mensuração da cooperação sul-sul deve ser liderada pelos próprios países em desenvolvimento.

45. O Brasil tem defendido o fortalecimento do apoio prestado pelo sistema ONU à cooperação sul-sul, de duas maneiras: o reforço político e financeiro do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), o ponto focal da coordenação inter-agências da ONU, e a integração do apoio à cooperação sul-sul nas atividades e iniciativas correntes das agências.

46. O tema da cooperação sul-sul foi objeto de negociações periódicas em resolução anual da AGNU; em capítulo próprio dentro da QCPR; e na Reunião de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul (realizada em 2014 e 2016). Além disso, o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento (DCF, realizado em 2014 e 2016) constituiu importante espaço, embora não-vinculante, para difundir as ideias brasileiras sobre cooperação.

47. A realização, em 2018, da próxima edição desses dois foros e da reunião Buenos Aires+40 (sucessora de evento homólogo realizado na Argentina em 1978, quando foi aprovado o "Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento"), serão oportunidades para dar continuidade aos pleitos brasileiros, bem como para trocar experiências com outras delegações em eventos paralelos e reuniões bilaterais.

48. Ainda no campo da cooperação sul-sul, sublinho as atividades do Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza, gerido em Nova York por Junta Diretora composta pelos Representantes Permanentes Alternos de Brasil, Índia e África do Sul e secretariada pelo UNOSSC. Reconhecido como caso de sucesso, o Fundo tem promovido iniciativas concretas de cooperação para o desenvolvimento, sempre priorizando o envolvimento dos atores locais desde a etapa da concepção e da formulação dos projetos, além do elemento da apropriação ("ownership") nacional.

49. O Fundo conta com contribuições anuais de US\$ 1 milhão de cada país. São desafios para o próximo período a quitação do saldo devedor do Brasil desde o ano de 2012, bem como a internalização do Acordo de Formalização do Fundo no ordenamento jurídico brasileiro.

ÁREA CULTURAL

50. Entre outubro de 2013 e julho de 2016, a Missão envolveu-se na realização de oito eventos culturais, com a participação total aproximada de 2500 pessoas, entre membros do corpo diplomático e funcionários das Nações Unidas, representantes de governo, acadêmicos, artistas, e de membros da sociedade civil de diversos países.

51. O evento de maior repercussão no período foi a cerimônia artística de reinauguração dos painéis "Guerra e Paz" de Cândido Portinari, realizada em setembro de 2015, que contou, na abertura, com a participação do Secretário-Geral Ban Ki-moon, e com transmissão de mensagens presidencial e do Papa Francisco.

52. No contexto da realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, a Missão realizou uma série de iniciativas culturais, utilizando-se da oportunidade para promover o Esporte como instrumento para a paz e o desenvolvimento.

53. No âmbito da Década Internacional da ONU para Afrodescendentes (2015-2024), foram organizados dois eventos: o painel "Autorrepresentação como Estratégia de Combate ao Racismo" e o evento paralelo, à margem da 60ª Sessão da Situação sobre a Situação da Mulher (CSW60), intitulado "Mulheres afrodescendentes na diáspora: construindo identidades raciais". O programa cultural do Posto também contemplou o tema da apatridia, objeto do painel "A Importância da Nacionalidade no Mundo de Hoje", realizado em 2015.

54. Anualmente, em maio, a Missão coordena, em parceria com as demais missões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a organização dos eventos comemorativos do "Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP".

TEMAS ADMINISTRATIVOS E ORÇAMENTÁRIOS

55. Ao longo de minha gestão, dediquei especial atenção aos temas orçamentários e administrativos, tratados no âmbito da V Comissão da Assembleia Geral. Os principais interesses a nortear a atuação da Missão têm sido:

(i) manter a capacidade da Organização de cumprir seus mandatos, particularmente na área de desenvolvimento, da erradicação da pobreza e dos direitos humanos, e evitar que decisões tomadas em foros responsáveis por esses e outros temas se vejam prejudicadas por financiamento inadequado ou cortes indevidos de recursos;

(ii) preservar a metodologia para cálculo da contribuição brasileira à ONU;

(iii) fortalecer o pilar de desenvolvimento sustentável mediante financiamento adequado;

(iv) preservar condições regulatórias que viabilizem a participação das Forças Armadas em missões de manutenção da paz;

(v) assegurar o financiamento adequado de missões de paz de especial interesse ao Brasil, como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL);

(vi) ampliar o recrutamento de nacionais brasileiros para o Secretariado;

(vii) ampliar a participação de empresas brasileiras nas compras de bens e serviços da Organização;

(viii) tendo presente o contexto de restrições orçamentárias internas, reduzir e racionalizar os gastos da Organização, sem, no entanto, comprometer o cumprimento de mandatos.

56. Em todas essas frentes, foram alcançados resultados expressivos nos últimos três anos. Nas negociações do orçamento regular da ONU, que financia as atividades da Organização, a participação brasileira esteve orientada, de modo geral, a buscar o custeio adequado e equilibrado de atividades da ONU no desenvolvimento, paz e segurança e direitos humanos. Foram aprovados, por exemplo, cargos adicionais na CEPAL, bem como para a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), e para a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA). Todos os elementos da metodologia de cálculo da contribuição brasileira foram preservados, evitando aumentos arbitrários, com ônus desproporcional para o Brasil e outros países em desenvolvimento. A participação de peritos brasileiros nos órgãos subsidiários da Assembleia Geral responsáveis por temas orçamentários e administrativos fortalece a atuação da Delegação ao garantir que os interesses brasileiros sejam refletidos em suas recomendações. Durante minha gestão, o Brasil logrou a reeleição do Embaixador Henrique Sardinha Pinto para o Comitê de Contribuições (CoC) e a eleição do Conselheiro Fernando Sena para o Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), ambos órgãos nos quais o Brasil tem buscado manter presença constante. Com relação às operações de manutenção da paz, garantiram-se os recursos necessários para a realização dos mandatos outorgados pelo CSNU, em especial para as missões da ONU no Haiti (MINUSTAH) e no Líbano (UNIFIL), operações em que as Forças Armadas lideraram, respectivamente, o componente militar e a Força-Tarefa Marítima.

57. Por outra parte, a Missão continuou a prestar apoio a iniciativas para promover vendas de bens e serviços de empresas brasileiras à Organização, bem como para corrigir a subrepresentação de nacionais brasileiros no Secretariado. Em 2014, por intermédio da Missão e com apoio do Consulado-Geral em Nova York, representantes da Apex Brasil e da CNI participaram de seminário da Divisão de Aquisições da ONU (UNPD) sobre como aceder ao sistema de licitações para

realização de vendas à Organização. Em setembro de 2014, em Brasília, e maio de 2015, em Belo Horizonte e novamente em Brasília, a UNPD ministrou seminários para apresentação do sistema de compras da ONU e prospecção de fornecedores. Novo evento está sendo organizado para setembro próximo. Além disso, a Missão brasileira empenhou-se em ampliar os investimentos do fundo de pensão dos funcionários da ONU no Brasil. O fundo, cujo volume chega a cerca de US\$ 53 bilhões, já mantém investimentos de cerca de US\$ 950 milhões na América Latina. Na área de recursos humanos, a Missão organizou, em novembro de 2014, também em conjunto com o Consulado-Geral em Nova York, palestra a estudantes do programa "Ciência Sem Fronteiras" para apresentação das oportunidades profissionais existentes no Secretariado. Missão ao Brasil, passando por Brasília, Belo Horizonte, Campinas e São Paulo, foi realizada em maio deste ano.

58. Devo registrar, por fim, o desafio representado pela dificuldade de o Brasil manter-se em dia com suas contribuições para a Organização. As dívidas remontam a 2013 e superam hoje US\$ 410 milhões. O País, hoje o 7º maior contribuinte da ONU, figura como segundo maior devedor, atrás apenas dos Estados Unidos, responsáveis pela maior parcela do orçamento e cujo atraso tem, frequentemente, motivações políticas. A situação de inadimplência, caso persista, ameaçará afetar negativamente a imagem e minar a credibilidade do Brasil em todo o sistema das Nações Unidas. O pagamento sistematicamente tardio e limitado ao montante necessário para evitar a perda do voto, como vem ocorrendo nos últimos anos, é prática desaconselhável, tanto do ponto de vista político como financeiro.

PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS

59. O Brasil manteve perfil participativo em todos os processos e debates sobre paz e segurança nas Nações Unidas no decorrer de minha gestão em Nova York. Apesar de não ser membro do Conselho de Segurança (CSNU), o Brasil teve atuação de relevo nas discussões do órgão, em consonância com sua tradição de país em desenvolvimento que mais vezes exerceu mandato no Conselho e com sua aspiração a assento permanente no CSNU, ao lado de Alemanha, Índia e Japão. A Missão participou de todos os debates abertos organizados pelo Conselho e manteve contato frequente com outras delegações para acompanhar e influenciar negociações de importância estratégica, sobressaindo, nesse aspecto, parcerias mantidas com o Chile e o Uruguai por ocasião de seus respectivos mandatos no CSNU.

60. Nos últimos anos, o Brasil continuou a exercer protagonismo em missões de paz da ONU, sobretudo no Haiti e no Líbano. Presidi a Comissão de Consolidação da Paz (CCP) das Nações Unidas e sua Configuração Guiné-Bissau, quando busquei aproximar a CCP das deliberações do CSNU. A Delegação brasileira envolveu-se substantivamente nas dinâmicas de importância estrutural para o aperfeiçoamento sistêmico das Nações Unidas, incluindo as revisões sobre operações de paz, consolidação de paz e mulheres, paz e segurança; as negociações para reformar o Conselho de Segurança; e o processo de sucessão do Secretário-Geral da ONU.

OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

61. Durante minha gestão, o Brasil manteve engajamento em dez Operações de Manutenção da Paz (OMPs) e Missões Políticas Especiais (MPEs) das Nações Unidas, com participação de especial relevo no componente militar da MINUSTAH (Haiti) e marítimo da UNIFIL (Líbano). O desempenho positivo do Brasil, como contribuinte de tropas profissionais e capazes de agregar valor ao trabalho da ONU em situações de instabilidade e conflito, é hoje objeto de consenso na Organização. Na República Democrática do Congo, a atuação do General Santos Cruz à frente do componente militar da MONUSCO, até 2015, refletiu suas qualidades de liderança e reconheceu o papel que o Brasil pode desempenhar em contexto reconhecidamente difícil, no cumprimento de mandato inovador, sob o Capítulo VII da Carta da ONU. A Delegação manteve frutífera cooperação com o Escritório do Conselheiro Militar do Brasil junto à ONU, permitindo atuação conjunta junto a órgãos pertinentes das Nações Unidas. Há atualmente seis oficiais brasileiros cedidos para o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) do Secretariado da ONU, inclusive seu Diretor de Parcerias Estratégicas, General Paul Cruz.

62. Diante da sensação coletiva de que as ferramentas da ONU precisam ser permanentemente aprimoradas para enfrentar os complexos desafios na área de paz e segurança, o Secretário-Geral Ban Ki-moon criou, em 2015, um Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz, sob a chefia do ex-Presidente de Timor-Leste, José Ramos-Horta, para revisar a atuação das Nações Unidas e apresentar recomendações estratégicas para o seu aperfeiçoamento. O Brasil, único país latino-americano representado no Painel, foi ativo no processo e influenciou de forma significativa seu resultado, que reafirmou a primazia da política e a prioridade à prevenção de conflitos. Nesse contexto, o Brasil sediou reunião regional de consultas do Painel para a América Latina e o Caribe, em Salvador, em 2015.

63. A Delegação defendeu os princípios fundamentais das missões de paz; sublinhou que a "militarização" dessas operações não assegura necessariamente a proteção de civis; enfatizou a importância de atentar para a relação entre segurança e desenvolvimento; questionou a admissibilidade da execução de atividades de antiterrorismo por operações de paz; propugnou a cooperação entre o CSNU, o Secretariado da ONU e os países contribuintes de tropas e polícias (TPCCs) para as missões de paz, bem como a colaboração reforçada entre o CSNU e a CCP; e favoreceu maior papel para as mulheres na prevenção, mediação e resolução de conflitos e na construção da paz duradoura.

64. Em 2015, o Brasil acolheu as principais recomendações do Estudo Independente Global sobre a Resolução 1325 (2000), relativa à agenda de mulheres, paz e segurança, e deu início à formulação de Plano de Ação Nacional na temática. O Brasil se posicionou, com firmeza, contra abusos e explorações sexuais em missões de paz, que desgastam a reputação da ONU. Afirmamos a necessidade de investigar todas as alegações e, em caso de comprovação, punir os autores; apoiamos a política de tolerância zero do SGNU na matéria; e defendemos abordagem preventiva para evitar tais crimes, com ênfase no treinamento rigoroso das tropas e policiais que serão desdobrados. O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), que ministra cursos na área a tropas brasileiras, obteve certificados do Secretariado da ONU em reconhecimento de sua qualidade.

CONSOLIDAÇÃO DA PAZ

65. Presidi, entre 2014 e 2015, a Comissão de Consolidação da Paz (CCP) da ONU. À frente da CCP, o Brasil priorizou o apoio aos esforços nacionais de consolidação da paz; a prevenção de conflitos e a consideração de suas causas profundas; uma melhor interação entre a CCP e o Conselho de Segurança; o fortalecimento do papel econômico e político das mulheres na consolidação da paz; e a necessidade de integrar perspectivas regionais e subregionais nos trabalhos da CCP. Como Presidente da CCP, visitei a sede da União Africana em 2014, quando mantive contato com o Conselho de Paz e Segurança da UA, organizei sessão anual sobre a mobilização de recursos para a construção da paz e promovi painel acerca da participação de mulheres na construção da paz. Sob a condução do Brasil, o Comitê Organizacional da CCP finalizou os Termos de Referência para a revisão da arquitetura da consolidação da paz da ONU, processo que ocorreria em 2015, com o apoio de Grupo Consultivo de Peritos. A revisão resultou em ideias inovadoras, como o conceito de "paz sustentável" ("sustaining

peace"), e foi concluída e endossada por resoluções da AGNU e do CSNU, em 2016. Como Presidente da Configuração Guiné-Bissau da CCP, organizei sete reuniões; emiti sete comunicados a respeito da situação bissau-guineense; e viajei três vezes a Bissau para contatos com o Escritório Integrado de Consolidação da Paz em Guiné-Bissau (UNIOGBIS) e com autoridades locais.

PAZ E SEGURANÇA – AMÉRICA LATINA E CARIBE

66. Tendo em conta a liderança, desde 2004, da MINUSTAH no Haiti, a Delegação manteve participação ativa no Grupo de Amigos do Haiti e no Grupo Consultivo Ad Hoc do ECOSOC (AHAG). Nos últimos três anos, embora o mandato da MINUSTAH tenha permanecido inalterado, seus efetivos foram reduzidos em mais de 50%. No que se refere à eventual reconfiguração da MINUSTAH, o Brasil vem apoando decisões do CSNU que refletem as condições no terreno e não coloquem em risco os ganhos de estabilidade alcançados desde 2004. Vale registrar que grande parte dos objetivos militares da Missão já foi alcançada, razão pela qual seria pertinente começar a estudar presença da ONU de outra natureza, mais voltada ao desenvolvimento e ao fortalecimento institucional, inclusive valendo-se das possibilidades oferecidas pela Comissão de Consolidação da Paz (CCP).

67. O Brasil acompanhou as negociações que levaram à aprovação, pelo CSNU, de Missão Política Especial na Colômbia, como componente internacional do mecanismo tripartite de verificação e monitoramento do cessar-fogo entre o Governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo (FARC-EP). O processo configura avanço histórico para encerrar o único conflito armado do continente sul-americano. Após gestões junto ao Secretariado para expressar o interesse brasileiro em contribuir com a Missão na Colômbia, o Brasil foi convidado a participar do componente civil da Missão, inclusive com funções de chefia.

PAZ E SEGURANÇA – ORIENTE MÉDIO

68. O prolongado conflito na Síria ocupou parte expressiva da agenda internacional nos últimos anos. O Brasil continuou a se pronunciar em favor de solução pacífica e inclusiva para as hostilidades, por meio de negociações lideradas pelo povo sírio e apoiadas pelas Nações Unidas. O Brasil votou a favor das resoluções anuais da AGNU sobre as graves violações dos direitos humanos na Síria, que incorporaram propostas sugeridas pela Missão, e organizou reuniões informais na Missão com representantes da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Síria, estabelecida pelo

Conselho de Direitos Humanos e presidida pelo brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro. A Delegação acompanhou as movimentações internacionais para enfrentar grupos terroristas presentes na Síria, como o ISIL e a Frente Al-Nusra; os 'briefings' na ONU sobre o acesso humanitário na Síria; e o processo de desmantelamento do arsenal químico sírio e de investigações sobre o uso de armas químicas no país. Essas atividades subsidiaram o posicionamento brasileiro em eventos políticos e humanitários sobre a Síria, como a Conferência de Genebra II, em 2014, e as reuniões anuais de doadores no Kuwait e em Londres.

69. Tema de especial interesse brasileiro é a questão dos refugiados de origem síria. Minha gestão praticamente coincidiu com a vigência da Resolução Normativa 17 do CONARE, de 2013, que facilitou a emissão de vistos, em caráter humanitário, a indivíduos afetados pelo conflito no país levantino. A Delegação assegurou grande visibilidade internacional a tal medida, que beneficiou cerca de 9 mil pessoas e é considerada referência em matéria de refúgio. A situação política e militar no Golã Sírio, ocupado desde 1967 por Israel, continuou a ser objeto de resoluções da AGNU e do ECOSOC, com apoio brasileiro. Participamos de debates do CSNU sobre a Força de Separação das Nações Unidas (UNDOF), que zela pela trégua no Golã Sírio.

70. No tocante à Questão da Palestina, o último triênio foi marcado pela ausência de progressos tangíveis rumo à solução de dois Estados, em cenário de inação do CSNU, expansão dos assentamentos israelenses ilegais, perda de credibilidade do Quarteto e ondas periódicas de violência. Esse ciclo vicioso culminou, em 2014, com a terceira ofensiva militar de Israel contra Gaza em menos de seis anos, quando o uso desproporcional da força foi condenado pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon e pelo Brasil. Refletindo o histórico posicionamento do Estado brasileiro em prol de Estado livre, independente, soberano e viável para o povo palestino, nas fronteiras de 1967 e com Jerusalém Oriental como capital, vivendo em paz com Israel, a Delegação apoiou ou co-patrocinou resoluções da AGNU e do ECOSOC sobre as repercussões econômicas e sociais da ocupação; o status de Jerusalém; as necessidades dos refugiados palestinos; a aplicabilidade das Convenções de Genebra aos territórios ocupados; as práticas israelenses que violam os direitos humanos das populações sob ocupação; e a soberania do povo palestino sobre seus recursos naturais. Como parte da campanha internacional pelo reconhecimento do Estado da Palestina, a AGNU aprovou, em 2015, com co-patrocínio brasileiro, resolução determinando o hasteamento, nas sedes

da ONU, das bandeiras dos Estados observadores não-membros – Palestina e Santa Sé.

71. Nossas posições sobre a disputa israelo-palestina foram reiteradas nos discursos presidenciais na AGNU e nos debates abertos do CSNU sobre a situação no Oriente Médio. O Brasil participou, ainda, das atividades do Comitê sobre o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino (CEDIPP) e das celebrações do Dia Internacional da Solidariedade com o Povo Palestino. Em 2014, o Brasil foi convidado para integrar o Comitê Consultivo da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA), em reconhecimento a suas contribuições para tal população. Paralelamente, a Delegação participou de eventos de especial relevância para o Estado de Israel e o povo judeu, a exemplo de sessão especial da AGNU sobre o antisemitismo no mundo, em 2015. Na ocasião, condenei todas as formas de discriminação religiosa e lamentei que conflitos internacionais fossem instrumentalizados para promover o antisemitismo, a islamofobia e outras formas de intolerância. Mantive contato com representantes de associações judaicas brasileiras e internacionais, em particular o "World Jewish Congress".

72. A situação libanesa foi examinada de forma prioritária pela Delegação, à luz dos vínculos humanos e culturais entre Brasil e Líbano e do comando brasileiro da Força-Tarefa Marítima da Força Interina da ONU no Líbano (UNIFIL). No CSNU, o Brasil apoiou o Governo libanês em seus esforços rumo à estabilização; salientou a importância de monitorar a fronteira israelo-libanesa; alertou para as consequências negativas do vácuo presidencial instalado em 2014 em Beirute; e enfatizou o imperativo de dissociar a situação libanesa do conflito sírio, além de tratar adequadamente o vasto contingente de refugiados sírios no Líbano. O Brasil se fez presente, com pessoal diplomático e militar, nas reuniões dos contribuintes de tropas para a UNIFIL.

73. A Delegação acompanhou a situação no Iraque, sobretudo no contexto da crise iniciada, em 2014, pela ocupação de parte do território iraquiano pelo ISIL. Reagiu aos relatórios e participou de debates sobre o tema, bem como das negociações em torno da Missão das Nações Unidas de Assistência ao Iraque (UNAMI). Manteve a Secretaria de Estado informada sobre desdobramentos especialmente preocupantes, como o risco de colapso da usina hidrelétrica de Mosul. Em seus discursos no CSNU, o Brasil condenou os atentados terroristas e graves abusos dos direitos humanos cometidos no Iraque, e sublinhou a necessidade de reconciliação nacional. Recordou, ainda, que a contínua instabilidade iraquiana demonstra os riscos de

estratégias calcadas no uso da força e sem autorização do CSNU.

74. O Brasil continuou a seguir de perto o quadro político, humanitário e de segurança no Afeganistão. O último triênio registrou importantes transições no país asiático, como o fim da missão ocidental de combate (Força Internacional de Assistência para a Segurança da OTAN), o início de nova operação militar de apoio e treinamento (Missão Apoio Firme da OTAN) e eleições presidenciais que conduziram a governo de unidade nacional. A Delegação participou das tratativas para a resolução anual da AGNU sobre a situação afegã. Acompanhou, ademais, os debates a respeito da Missão das Nações Unidas de Assistência ao Afeganistão (UNAMA); do processo inacabado de reconciliação entre Cabul e o Talibã; das correntes de refugiados e migrantes estimuladas pelo conflito; dos fluxos internacionais de narcóticos de origem afegã; da necessidade de coordenação internacional para enfrentar o terrorismo no país; e da aplicação do regime de sanções do CSNU contra o Talibã.

75. No tocante à Líbia, cuja crônica instabilidade remete à intervenção militar de 2011, o Brasil seguiu os debates no CSNU sobre os bons ofícios prestados pela Missão Especial das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL); a implementação dos regimes de sanções aplicáveis ao país, sobretudo o embargo de armas; os mandatos do TPI para investigar graves crimes cometidos na Líbia; e os esforços internacionais para contrarrestar o tráfico de pessoas no litoral líbio. Ao discursar no Conselho de Segurança, o Brasil acolheu o Acordo Político Líbio de 2015 e a subsequente formação de Governo de Acordo Nacional para reconsolidar a autoridade estatal no país.

76. Minha gestão coincidiu com a deterioração do panorama político, humanitário e de segurança do Iêmen, após sublevação do movimento houthi e do ex-Presidente Ali Abdullah Saleh contra o governo iemenita, fato que suscitou intervenção militar do Conselho da Cooperação do Golfo em 2015. Dentro os aspectos mais atentamente acompanhados nesse contexto, figuram os relatórios e debates sobre tais eventos, os bons ofícios prestados pelo SNU para o Iêmen e a imposição de sanções militares, financeiras e de viagens aos indivíduos e entidades que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade do Iêmen. Registro a participação do Brasil no Grupo de Amigos do Iêmen e a ênfase atribuída, no CSNU, a necessidade de cessar as hostilidades e assegurar o respeito ao direito humanitário e aos direitos humanos no Iêmen, no marco dos esforços para a solução política da crise.

77. O Brasil também monitorou as discussões acerca da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), e apoiou as resoluções da AGNU sobre a necessidade de solução política que assegure o direito à autodeterminação do povo do Saara Ocidental. Dedicou especial atenção ao tema em 2016, após crise diplomática entre Rabat e o SGNU agravada pela decisão marroquina de expulsar a maioria do contingente civil da MINURSO. Houve esforço para minimizar o impacto de tal gesto sobre a MINURSO, que conta com 10 observadores militares brasileiros.

PAZ E SEGURANÇA – ÁFRICA

78. O Brasil participou, ao longo de minha gestão, de oito debates abertos do CSNU sobre desafios enfrentados pela África, como a epidemia de Ebola; a cooperação entre ONU e União Africana; conflitos e ameaças terroristas no Oriente Médio e no Norte da África; prevenção e resolução de conflitos na Região dos Grandes Lagos; o papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos na África; a pirataria e os roubos armados no Golfo da Guiné; e a consolidação da paz na África. Tais debates permitiram à Delegação expressar posições atualizadas sobre uma região de relevância estratégica para o Brasil.

79. No CSNU, o Brasil defendeu o protagonismo dos países africanos na solução dos problemas do continente; o respeito à soberania e aos processos institucionais dos Estados africanos; a crítica ao uso indiscriminado da força por potências externas; o imperativo de enfrentar o tráfico ilegal de recursos naturais, vinculado ao financiamento de conflitos; o reforço à cooperação da ONU com a União Africana e as organizações sub-regionais africanas; o empoderamento e a liderança de mulheres em processos de paz e segurança; a prevenção da violência contra mulheres em conflitos; o tratamento da epidemia de Ebola como emergência médica e desafio econômico e social; as atividades da CCP em prol da paz sustentável na África; a necessidade de enfatizar a prevenção de conflitos; e, no Golfo da Guiné, a harmonização de atividades de segurança com a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

80. País africano de especial importância para a diplomacia multilateral brasileira é Guiné-Bissau, que restaurou sua ordem constitucional e promoveu eleições democráticas em 2014, embora novas incertezas políticas tenham emergido desde 2015, em função de tensões entre lideranças políticas locais. À frente da Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz, o Brasil mobiliza a comunidade internacional para auxiliar a estabilização do país, por meio

do diálogo político inclusivo. A questão é também acompanhada pela CPLP, cuja Presidência o Brasil deverá assumir em novembro.

PAZ E SEGURANÇA – EUROPA

81. A principal crise europeia nos últimos anos envolveu a Ucrânia, cuja instabilidade doméstica, a partir de 2014, exacerbou tensões entre a Federação da Rússia e os membros permanentes ocidentais do Conselho de Segurança. A Delegação participou de debates sobre o quadro político e humanitário no país, particularmente a mudança de regime em Kiev, o referendo pela autodeterminação da Crimeia e a eclosão de conflito interno nas regiões de Donetsk e Luhansk. Ao manifestar sua preocupação com tais eventos, o Brasil rejeitou a adoção de enfoque militar para o conflito e apoiou os esforços para a reconciliação e o diálogo político inclusivo, sobretudo o Pacote de Medidas para a Implementação dos Acordos de Minsk (ou Minsk II), endossado em 2015 pelo CSNU.

DESARMAMENTO

82. As negociações e os debates multilaterais sobre desarmamento, em Nova York, durante os últimos três anos, foram marcadas por avanços na área de armamentos convencionais, com a entrada em vigor do Tratado sobre o Comércio de Armas (ATT); pela crescente frustração dos Estados não-nuclearmente armados com os limitados avanços efetivos no desarmamento nuclear; e por críticas crescentes à maquinaria do desarmamento da ONU – que levaram a iniciativas independentes para avançar o tema.

83. Entre os principais eventos ligados ao desarmamento, sobressaiu a IX Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 2015. A reunião não adotou Documento Final, diante do bloqueio do consenso necessário por EUA e Canadá, desconfortáveis com referência à importância da realização de Conferência para o Estabelecimento de uma Zona Livre de Armas Nucleares e outras Armas de Destrução em Massa no Oriente Médio. Esse malogro, combinado com a crescente adesão a recentes iniciativas relacionadas ao impacto humanitário das armas nucleares, gerou consequências tangíveis na I Comissão da 70a AGNU, que adotou novas iniciativas sobre desarmamento nuclear.

84. Adotado pela AGNU em 2013, o ATT entrou em vigor em 24 de dezembro de 2014. A Delegação atuou para que Estados signatários que ainda não o ratificaram – caso do Brasil – também tivessem direito a voto nas decisões da Conferência. O

ATT complementa os instrumentos voluntários sobre armas convencionais negociados nas Nações Unidas, que incluem o Registro de Armas Convencionais, o Instrumento Padrão para Reportar Gastos Militares e o Programa de Ação sobre armas pequenas e armamento leve (UNPoA). Durante minha gestão, o UNPoA foi objeto de duas Reuniões Bienais de Estados (2014 e 2016) e uma reunião de peritos governamentais (2015).

85. A Comissão do Desarmamento (UNDC) não logrou aprovar recomendações no ciclo trienal encerrado em 2014. A estagnação das instituições tradicionais de desarmamento e não-proliferação contribuiu para ações originais, como novo Grupo de Trabalho Aberto sobre uma Quarta Sessão Especial da AGNU voltada ao desarmamento (SSOD-IV) – bandeira antiga do Movimento dos Não-Alinhados e do Brasil. O cenário também permitiu iniciativas de desarmamento nuclear em outros foros, como as conferências sobre o impacto humanitário das armas nucleares de Oslo, Nayarit e Viena; e novo Grupo de Trabalho Aberto da AGNU para negociações multilaterais de desarmamento nuclear.

86. Ao longo de minha gestão, o Brasil defendeu o início imediato de negociações, na ONU, de instrumento juridicamente vinculante de proibição das armas nucleares – seja uma convenção abrangente ou um tratado de banimento. Também teve ênfase o tema da informação e das telecomunicações no contexto da segurança internacional, com a convocação do quarto Grupo de Peritos Governamentais (GGE), presidido por perito brasileiro, entre 2014 e 2015. O GGE reafirmou o papel central da ONU no assunto e adotou conclusões de interesse do Brasil sobre aplicação do direito internacional e a proteção do direito à privacidade.

TERRORISMO E EXTREMISMO VIOLENTO

87. O terrorismo alterou significativamente seu 'modus operandi' e se firmou como uma das principais ameaças à paz e à segurança internacionais. O surgimento do "Estado Islâmico do Iraque e Levante" (ISIL, ISIS ou Daesh) ilustra as tendências mais recentes do fenômeno, como o controle de extensos territórios, o recrutamento de combatentes estrangeiros, o aumento das fontes de financiamento, o uso sofisticado das redes sociais e o recurso aos chamados 'lobos solitários'.

88. Durante minha gestão frente à Delegação, o Brasil participou de todos os debates abertos no CSNU sobre terrorismo e acompanhou a adoção de importantes documentos na matéria, como a Resolução 2178 (2014), sobre o enfrentamento aos 'combatentes terroristas estrangeiros'; a Resolução 2249

(2015), facilitando politicamente o recurso à autodefesa; e a Resolução 2253 (2015), que incluiu os indivíduos e entidades associados ao ISIL no regime de sanções antes associado à Al-Qaeda. Não obstante esforços envolvendo o Brasil, sob a coordenação do Sri Lanka, persistiu impasse sobre a necessidade de convocação de conferência para a negociação de Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional que definiria o fenômeno.

89. Na AGNU, o Brasil influiu sobre as recentes revisões bienais da Estratégia Global da ONU de Contraterrorismo (2014 e 2016). A atuação brasileira permitiu a inclusão, na Estratégia, de temas como o direito à privacidade na era digital e a aplicação do direito humanitário no contexto de ataques com veículos aéreos não-tripulados ('drones'), ademais do reforço à consideração das causas subjacentes do terrorismo e do reconhecimento do impacto contraproducente que certas respostas à atual crise de refugiados podem ter em relação ao fenômeno.

90. A Delegação tem contribuído para evitar que o conceito juridicamente indefinido de extremismo violento seja tratado como sinônimo de terrorismo, tendo em vista a existência de manifestações de extremismo violento não associadas a atos terroristas. Graças à atuação do Brasil, relatório do Secretariado sobre o tema apresentou essa definição de forma clara.

91. O Brasil defende abordagem abrangente e inclusiva para a questão do terrorismo, que contribua para superar a marginalização e a exclusão social, econômica, política, religiosa e cultural. A Delegação tem ressaltado que o conflito prolongado entre israelenses e palestinos é um fator que não pode ser ignorado na análise da raiz do sentimento de injustiça que é manipulado por falaciosas narrativas de opressão dos grupos terroristas.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (TPI)

92. A governança política do sistema do Estatuto de Roma do TPI é realizada por meio da Assembleia de Estados-Partes (AEP), que se reúne anualmente na Haia ou em Nova York. O Brasil demonstra seu renovado engajamento em assuntos relacionados ao TPI, do que é exemplo a coordenação brasileira do Grupo de Amigos do TPI em Nova York (desde 2015). Nos últimos anos, consolidou-se a prática de emissão anual de declaração da UNASUL por ocasião do Dia da Justiça Penal Internacional (17/7).

93. No que tange aos debates sobre oceanos e direito do mar, sobressai a apresentação, pelo Brasil, da submissão parcial revista da plataforma continental brasileira à Comissão de Limites da Plataforma Continental. Sob minha gestão, iniciaram-se as atividades do Comitê Preparatório para o futuro instrumento jurídico internacional sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além das jurisdições nacionais (PrepCom BBNJ). Trata-se de processo negociador que almeja preencher lacuna normativa existente na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). O Brasil contribui para tal dinâmica e coordena o Grupo de Trabalho sobre Recursos Marinhos Genéticos da PrepCom BBNJ.

VI COMISSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

94. Na VI Comissão da AGNU, atinente a temas jurídicos, a Delegação incluiu referências à inviolabilidade das comunicações diplomáticas e consulares na resolução bienal da AGNU acerca da proteção de representações diplomáticas e consulares. O Brasil difundiu o conceito de acesso à Justiça, seja na VI Comissão, na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ou em outros foros negociadores e acadêmicos. Foi aprofundada a prática de pronunciamentos coletivos da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) na grande maioria dos temas alocados à VI Comissão.

RESPONSABILIDADE DE PROTEGER E RESPONSABILIDADE AO PROTEGER

95. O início do século XXI evidenciou que o recurso à força pode agravar a vulnerabilidade da população civil em cuja defesa a intervenção militar é supostamente feita. Exemplo gráfico dessa problemática é fornecido pela Líbia, onde o cenário de instabilidade e de violência atual não pode ser dissociado da operação militar alegadamente executada para implementar a Resolução 1973 (2011) do CSNU, em nome da "responsabilidade de proteger" (R2P). A Delegação vem disseminando o conceito de "responsabilidade ao proteger" (RwP), inicialmente formulado pelo Brasil em nota conceitual de 2011, e que ganhou renovado interesse diplomático e acadêmico durante minha gestão em Nova York. Demonstração desse interesse foi o convite para que o Brasil participe do grupo que elabora proposta de resolução da AGNU sobre a "responsabilidade de proteger", ora em negociação. Recebi vários mestrandos e doutorandos em Relações Internacionais interessados no tema ao longo dos três últimos anos. A Universidade de Columbia organizou seminário em 2015 sobre o assunto, em parceria com a Missão do Brasil, sob a orientação do professor Michael Doyle.

REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA

96. A reforma do Conselho de Segurança segue sendo uma das principais pendências na agenda da ONU. O Brasil mantém seu compromisso com o processo, por meio de coordenação com o G-4, também constituído por Alemanha, Índia e Japão, e o Grupo L69 de mais de 40 países em desenvolvimento favoráveis a reforma do CSNU com ênfase na ampliação das duas categorias de membros. Nos últimos anos, o principal avanço foi representado pela Decisão 69/560 do Presidente da 69^a AGNU, em 2015, que incluiu, como anexo, a compilação das posições de 120 países sobre a reforma do CSNU. Trata-se de possível base para o início de negociações concretas. Sobressai, ainda, a realização de Reunião de Cúpula dos países do G-4 – a primeira em uma década – em setembro de 2015, quando os Chefes de Estado e Governo de Brasil, Alemanha, Índia e Japão reafirmaram o objetivo comum de buscar reforma do CSNU que torne o órgão mais legítimo, eficaz, democrático e representativo da nova configuração geopolítica global. A coordenação estratégica do G-4 teve seguimento por meio de reuniões de alto nível nas capitais dos países do agrupamento, das quais participei: Tóquio (2014), Berlim (2015), Brasília (2016) e Nova Delhi (2016). Participei, ainda, de dois seminários sobre o tema, na Turquia (2014) e na Itália (2015).

97. Em 2015, ano que marcou o 70º aniversário da ONU, foram organizados inúmeros eventos com vistas a fazer balanço sobre as atividades das Nações Unidas e a refletir sobre a necessidade de ajustá-la aos desafios do século XXI. Participei, nesse contexto, de dois retiros sobre o tema, a convite da UN Foundation e da Brookings Institution, além de seminário em Liechtenstein organizado pelo grupo "The Elders", formado por ex-Chefes de Governo e Estado e outras lideranças globais.

SUCESSÃO DO SECRETÁRIO-GERAL

98. O processo de seleção do próximo Secretário-Geral da ONU, conduzido ao longo de 2016, tem sido mais aberto e democrático do que experiências anteriores. Pela primeira vez em 70 anos, foram organizados diálogos informais ("sabatinas") envolvendo os candidatos, os Estados membros da ONU e a sociedade civil. Até julho de 2016, 12 candidaturas foram apresentadas, inclusive seis mulheres, destacando-se os nomes de António Guterres (ex-Primeiro Ministro de Portugal e ex-Alto Comissário da ONU para Refugiados) e Susana Malcorra (Chanceler da Argentina e ex-Chefe de Gabinete do SGNU). Guterres foi o pleiteante mais apoiado na primeira votação

informal do CSNU, em 21/7, mas o processo deve prosseguir até setembro ou outubro. A Delegação participou de todos os eventos relativos ao tema e apresentou questões aos candidatos, inclusive em coordenação com o Grupo Latino-Americano e Caribenho, o G-4 e o G-77/China/China. Mantive contato pessoal com todos os postulantes a SGNU e com organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas interessadas no processo.

DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIAIS

99. Durante meu período na chefia desta Missão, o Brasil atribuiu foco diferenciado à agenda de direitos humanos e temas sociais, participando ativamente das principais discussões e propondo iniciativas inovadoras. Vale registrar que os assuntos tratados na III Comissão enfrentam dinâmica frequentemente polarizada, verificando-se, de uma parte, tentativas de politização do debate e singularização seletiva de países, e, de outra parte, o recrudescimento de posições conservadoras em certas regiões do globo.

100. A atuação brasileira nessa área foi marcada pelo comprometimento com os órgãos e com os atores do sistema das Nações Unidas para direitos humanos e sociais. Participamos, de modo engajado, em debates temáticos na AGNU e nas suas Comissões, em diálogos interativos com relatores e enviados especiais. Sempre com vistas à defesa dos direitos humanos e da ampliação do espaço destinado às questões sociais na ONU, o Brasil foi parte de coordenações específicas para busca de soluções construtivas e para a obtenção de consensos, seja em âmbito regional, por meio do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) e da CELAC, seja em outros foros, como no G77, quando possível. Igualmente relevante foi a interlocução produtiva com países europeus, a exemplo de cooperação com a Alemanha quanto ao direito à privacidade.

101. Nessa seara, a atuação brasileira fez-se presente em temas de interesse de grupos sociais específicos, a exemplo das questões de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, do combate ao racismo e da promoção dos direitos dos afrodescendentes, dos povos indígenas, das pessoas com deficiência e dos indivíduos LGBTI. Ademais, o Brasil teve presença de grande visibilidade em temas transversais e de impacto social, como a questão dos refugiados e migrantes, o problema mundial das drogas, a questão da privacidade na era digital e a segurança e proteção dos jornalistas. O País também se fez presente em negociações que ajudam a apontar novos caminhos, como no caso da Trégua Olímpica, fortemente calcada em aspectos de direitos humanos, da promoção do voluntariado em paz e desenvolvimento e do apoio à

participação ativa da sociedade civil nos debates e foros decisórios, seja como parte das delegações, seja como voz independente. Registre-se ainda a participação brasileira nas discussões que envolvem países que enfrentam desafios importantes quanto a direitos humanos, nos casos de resoluções sobre Irã, Myanmar, República Popular Democrática da Coreia e Síria.

PRÊMIO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS 2016

102. Criado em 1981, o prêmio é concedido anualmente pela ONU a indivíduo ou a instituição por destacados serviços à agenda de população e desenvolvimento. Pela primeira vez em 33 anos, nacional brasileira foi agraciada: a professora da USP Carmem Barroso, uma das fundadoras do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero. Barroso foi Diretora de Saúde Sexual e Reprodutiva da fundação MacArthur e é integrante do Grupo Independente de Especialistas da Estratégia Global da ONU de Saúde da Mulher e da Criança, lançado pelo SGNU em fevereiro de 2016. Foi premiada, em cerimônia realizada em Nova York em 23 de junho de 2016, em reconhecimento a seu trabalho de promoção dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil e no mundo.

IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DA MULHER

103. A Missão manteve elevado perfil de engajamento com a promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher na ONU, culminando com a presidência da Comissão da Situação da Mulher (CSW) em sua 60^a sessão (14 a 24/3/2016). Pela primeira vez, a Comissão contou com segmento ministerial, com participação recorde de mais de 80 ministros.

104. A Comissão também atraiu mais de 4 mil representantes de organizações não-governamentais (representando 540 ONGs) e sediou mais de 200 eventos paralelos na Sede da ONU. Ao longo da sessão, o Brasil copatrocinou, entre outros, os seguintes eventos: "Promovendo o empoderamento das mulheres e igualdade de gênero no marco da Agenda 2030: O papel das parcerias inovadoras entre Governos e agências das Nações Unidas", organizado em parceria com o Reino Unido, ONU-Mulheres e UNFPA, "Agenda 2030: contribuição do esporte no alcance da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres", organizado com o Comitê Olímpico Internacional e a ONU-Mulheres.

105. As conclusões adotadas pela 60^a Sessão da CSW foram saudadas por Estados-membros, pela ONU-Mulheres e por representantes da sociedade civil, por confirmar a relação central entre a implementação da Declaração e Plataforma de

Ação de Beijing e a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. O documento inclui chamado para que os Estados-membros fortaleçam e implementem legislações e instituições, melhorem a coleta e análise de dados e aumentem o financiamento para a igualdade de gênero e empoderamento da mulher. Cumpre destacar as referências substantivas ao papel da sociedade civil, inclusive menções a grupos feministas e defensoras de direitos humanos. O texto também inclui menções específicas ao papel das mulheres em processos de paz, inclusive mediação e consolidação da paz, a mulheres indígenas, mulheres rurais, mulheres com deficiência, além de incluir referências ao papel da juventude e ao engajamento de homens e meninos.

106. Nesse contexto, registro a adesão do Brasil à campanha "He for She" (Eles por Elas) e minha participação em eventos paralelos destinados a sublinhar o papel dos homens e meninos na promoção da igualdade de gênero.

107. Particularmente relevante foi o reconhecimento no documento final da 60ª CSW de que a igualdade de direitos econômicos e a independência e empoderamento econômico das mulheres são essenciais para o cumprimento da Agenda 2030. O documento também enfatiza a "persistência da feminização da pobreza" e o papel das políticas de proteção social.

108. A CSW também adotou resolução sobre o programa plurianual, determinando que o tema principal da 61ª sessão (2018) será "O empoderamento econômico das mulheres no mundo em transformação do trabalho". A resolução reconhece a intenção da Comissão de ter o tema "empoderamento das mulheres indígenas" como tema emergente da CSW em 2018.

RACISMO E AFRODESCENDENTES

109. Em dezembro de 2013, foi adotada a resolução da AGNU que proclamou a "Década Internacional das Pessoas Afrodescendentes" - 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2024. O Brasil desempenhou papel de liderança juntamente com os Estados Membros da CARICOM e com a África do Sul na promoção da iniciativa, participando em nível ministerial da cerimônia de lançamento e organizando dois eventos a respeito do assunto. Em setembro de 2015, paralelamente à abertura da 70ª sessão da AGNU, o Brasil promoveu evento sobre a autorrepresentação como estratégia de combate ao racismo. Em março de 2016, o Brasil organizou debate a respeito dos desafios de mulheres negras na busca por igualdade. Os dois eventos tiveram o copatrocínio da Missão dos EUA e a participação do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos. Registro igualmente o apoio brasileiro ao memorial

"Arco do Retorno", que homenageia as Vítimas da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Escravos, inaugurado em 2015 na entrada norte da AGNU. Além dessas iniciativas, o Brasil tem apoiado a resolução anual sobre "Eliminação do Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata", tradicionalmente tabulada pelo G-77/China/China.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

110. Durante minha gestão, a conclusão da Segunda Década das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas (2005-2014) deu ensejo à realização da primeira Conferência Mundial sobre Povos Indígenas (CMPI). O Brasil ingressou no Grupo de Amigos dos Povos Indígenas na ONU (que reúne México, Argentina, Nicarágua, Bolívia, Equador, El Salvador, Peru, Congo, Espanha, Noruega, Finlândia, Dinamarca, Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Estados Unidos). Temos dado apoio à resolução anual a respeito dos "Direitos dos Povos Indígenas", debatida no âmbito da III Comissão.

111. Na 70ª AGNU, foi aprovada resolução que concedeu mandato ao Presidente da Assembleia Geral para aumentar a participação de representantes dos povos indígenas em debates na ONU, mediante consultas aos Estados Membros e aos indígenas. Nas consultas realizadas em 2016, o Brasil defendeu a criação de categoria de credenciamento específica para povos indígenas, de maneira a permitir participação a título próprio e não como representante de ONGs. Insistiu na necessidade de garantir que haja tempo suficiente para que cada Estado Membro realize consultas internas antes que seja estabelecido novo regime de participação.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

112. O Brasil participa ativamente da Conferência das Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD), realizada anualmente em Nova York. No período 2014-2016, o Brasil ocupou a Vice-Presidência do bureau da CRPD em representação do GRULAC. Além de participação destacada nas atividades da COP, envidei esforços para a inclusão do tema dos direitos das pessoas com deficiência de maneira transversal nas diversas negociações nas quais o Brasil esteve envolvido em matérias de temas sociais. Ilustram essa perspectiva o apoio brasileiro à inclusão do tema na Agenda 2030, nos debates da 60ª CSW e no documento final da Conferência Mundial sobre Povos Indígenas.

PESSOAS LGBTI

113. O Brasil manteve seu compromisso com a defesa e promoção dos direitos humanos das pessoas LGBTI na ONU. Em 2014 e 2015 esta Missão organizou, em parceria com Argentina, Colômbia, Chile, El Salvador, Uruguai e o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (EACDH), eventos de alto nível para promover o tema nas Nações Unidas. Em 2015, o evento "Proteção dos Direitos das Pessoas LGBTI na América Latina: uma década de progresso", contou com a participação da cantora Daniela Mercury e de Malu Verçosa Mercury, que contribuiu para a campanha "Free&Equal" do EACDH.

REFUGIADOS E MIGRANTES

114. O tema de refugiados e migrantes tem ocupado espaço crescente na agenda da ONU em 2016, em preparação à Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral sobre Grandes Movimentos de Refugiados e Migrantes, que ocorrerá em 19 de setembro próximo. O processo negociador da declaração política que será adotada na ocasião tem sido marcado pelo engajamento do Brasil, em coordenação com países da América Latina, em prol da defesa e promoção dos direitos de refugiados e migrantes, independente de situação migratória. Entre outras medidas promovidas pelo Brasil estão o fortalecimento da governança internacional na área de migrações e a centralidade do princípio de "non-refoulement" e de medidas para combater a xenofobia, intolerância e discriminação contra refugiadas e migrantes.

115. Tendo em conta as políticas inovadoras do Brasil nessa área, dei visibilidade às ações adotadas no plano doméstico para promover o deslocamento seguro e a integração local dos grandes fluxos de refugiados sírios e de migrantes haitianos recebidos pelo País nos últimos anos.

PROBLEMA MUNDIAL DAS DROGAS – UNGASS

116. Realizou-se em Nova York, no último mês de abril, a terceira sessão especial da Assembleia Geral da ONU sobre o Problema Mundial das Drogas (UNGASS). A tônica dos debates contribuiu para difundir uma visão abrangente sobre o tema, para além da perspectiva repressiva, na adoção de enfoque centrado no dependente do uso de drogas.

117. Apesar de a Delegação haver expressado desapontamento com a não inclusão do tema da pena de morte no documento final da UNGASS, o texto adotou recomendações alinhadas com posições do Brasil, como a implementação de políticas públicas fundamentadas em evidência científica, a partir de abordagem equilibrada, multidisciplinar e integrada, tendo o

respeito aos direitos humanos e a ênfase às questões de saúde pública como ponto de referência.

DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL

118. Iniciativa de especial visibilidade durante os trabalhos da III Comissão da Assembleia Geral foi a adoção, em 2013, de resolução inédita sobre "O direito à privacidade na era digital", apresentada por Brasil e Alemanha. O texto foi aprovado por consenso e com copatrocínio de 55 membros, oriundos de todas as regiões e de diferentes níveis de desenvolvimento. A iniciativa também angariou apoio da sociedade civil, ao tratar de temas como coleta de informações e monitoramento em massa, no contexto da proteção de direitos civis e político.

119. Em 2014, durante a 69a AGNU, aumentou de 55 para 65 o número de copatrocínios da resolução, mais uma vez adotada por consenso. Deu-se continuidade ao debate sobre aspectos específicos, como a extraterritorialidade, em complementação a atividades desenvolvidas no âmbito ou à margem das sessões do Conselho de Direitos Humanos.

120. Desdobramento relevante durante a 70ª AGNU foi a "transversalização" do tema: apesar de não ter sido tabulado projeto de resolução específico, referências ao direito à privacidade foram incluídas em outros projetos de resolução que trataram da proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais no combate ao terrorismo, por exemplo. Para a 71ª AGNU, e na esteira da apresentação do primeiro relatório do Relator Especial sobre Direito à Privacidade Joseph Cannataci, Brasil e Alemanha anunciaram a intenção de apresentar novo projeto de resolução sobre o direito à privacidade na era digital, com elementos recolhidos a partir do relatório e da consideração do tema em Genebra.

SEGURANÇA DE JORNALISTAS

121. A voz do Brasil também se fez presente nas discussões sobre a segurança de jornalistas, especialmente em cenários de conflito. Fazemos parte do "grupo de amigos da proteção aos jornalistas", recentemente criado por iniciativa das Missões da França, Grécia e Lituânia, e copatrocinamos a Resolução "A segurança de jornalistas e a questão da impunidade", aprovada por consenso na 70ª AGNU. A resolução proclama o dia 10. de novembro como "Dia Internacional de Combate à Impunidade de Crimes Cometidos Contra Jornalistas", defende o direito à vida, à integridade pessoal e à liberdade de expressão de jornalistas e encoraja esforços para a prevenção da violência contra esses profissionais e a

investigação de crimes contra eles cometidos, além de reforçar o "Plano de Ação das Nações Unidas sobre Violência contra Jornalistas", endossado em abril de 2012.

TRÉGUA OLÍMPICA

122. O Brasil conduziu as negociações de resolução da AGNU que determinou trégua olímpica durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro. O documento foi adotado em outubro de 2015, com o copatrocínio de 180 países, e teve como principal característica o enfoque na questão dos direitos humanos como fundamento para a trégua. O Brasil participou de diversos eventos paralelos a respeito dos Jogos Olímpicos e das reuniões do Grupo de Amigos sobre o Esporte para a Paz e Desenvolvimento. O SGNU e o Presidente da Assembleia Geral reforçaram o apelo à trégua olímpica, que teve início em 29 de julho de 2016.

VOLUNTARIADO

123. Na 70^a AGNU, a resolução "Integração do voluntariado na paz e no desenvolvimento: o Plano de Ação para a próxima década e além", facilitada por Brasil e Japão, foi adotada por consenso, com o co-patrocínio de 100 países.

SOCIEDADE CIVIL

124. Nos últimos três anos, foi possível observar resistências crescentes à participação da sociedade civil nos debates em diferentes instâncias decisórias da ONU. O Comitê de ONGs do ECOSOC tem adotado postura restritiva, especialmente no tratamento de ONGs dedicadas à saúde sexual e reprodutiva. Nesse período, promovi a inclusividade, mantendo contato informal frequente com representantes da sociedade civil nacional e internacional em Nova York.

RESOLUÇÕES SOBRE PAÍSES

125. Da 68^a à 70^a AGNU, foram aprovadas na III Comissão da AGNU resoluções sobre a situação de direitos humanos nos seguintes países: Síria, Irã, Myanmar e República Popular Democrática da Coreia. Nas ocasiões em que as resoluções foram submetidas a voto, o Brasil se posicionou favoravelmente às propostas, à exceção do caso do Irã, em que nos abstivemos nas três votações realizadas, tendo em vista a postura pouco flexível dos propositores do projeto, em relação a mudanças no texto apresentado. A respeito desse último caso, o Brasil, em suas explicações de voto, ressaltou acreditar que os textos circulados não logravam refletir adequadamente os esforços do governo iraniano em prol da

melhoria da situação de direitos humanos do seu povo, não deixando de registrar, contudo, preocupação com os sérios desafios vivenciados pelo Irã, como nos casos da aplicação da pena de morte, da situação da mulher, da liberdade de expressão e de associação pacífica e da proteção de minorias religiosas, inclusive da comunidade Bahai.

126. Não obstante, o Brasil permaneceu engajado no processo negociador das referidas resoluções, buscando conferir equilíbrio aos projetos apresentados. Ressalto que, ao longo do período, foi possível verificar que as delegações e grupos facilitadores de resoluções sobre países adotaram progressivamente postura mais cooperativa, com a antecipação dos documentos, coleta de impressões sobre os projetos e, em alguns casos, como o da Síria, incorporação de propostas de emendas brasileiras.

CANDIDATURAS BRASILEIRAS NOS ÓRGÃOS DO SISTEMA ONU

127. Nos últimos três anos, o Brasil apresentou candidaturas a diversos órgãos do sistema da ONU, e obteve êxito na maioria delas.

128. No referido período, fomos eleitos para um mandato do Conselho de Econômico e Social (ECOSOC) (2015-2017), em certame realizado no âmbito da 69ª AGNU, em outubro de 2014. Dentre as vagas reservadas ao GRULAC, o Brasil foi eleito com a maior votação, juntamente com Trinidad e Tobago, tendo ambos recebido 183 votos de 187 possíveis.

129. O Brasil também garantiu presença em diversos órgãos subsidiários do ECOSOC: Comitê de Programa e Coordenação (CPC), mandato 2015-2017; Conselho de Coordenação do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), mandato 2015-2017; Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), mandato 2016-2020 (61a. à 64a. sessões); Junta de Coordenação do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), mandato 2016-2019; a Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Penal (CCPCJ), mandato 2016-2018; Junta Executiva da ONU-Mulheres, mandato 2017-2019; Comissão de População e Desenvolvimento (CPD), mandato 2017-2021 (51a. a 54a. Sessões); Comissão de Desenvolvimento Social (CDSoc), mandato 2017-2021 (56a. a 59a. Sessões); Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CSTD), mandato 2017- 2020; e Grupo de Trabalho Intergovernamental de Peritos em Normas Internacionais de Contabilidade e Divulgação da Informação (ISAR), mandato 2016-2018 (neste último, o Brasil é, atualmente, o único país do GRULAC a compor o órgão).

130. Registro também a eleição do Brasil para a Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (UNCITRAL), mandato 2016-2022, bem como a consolidação das atividades do país no Comitê Organizacional da Comissão de Consolidação da Paz (CO-CCP), órgão em que exerceu mandato ininterrupto, tendo divido a vaga com El Salvador no ano de 2009.

131. Nos pleitos envolvendo peritos, os candidatos brasileiros contaram sempre com todo o apoio deste Posto. Em pleitos competitivos e com votação obrigatória, foi possível obter votações expressivas. Nessa área, merecem destaque as eleições do Dr. Renato Zerbini Leão ao Conselho de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC), mandato 2015-2018; da juíza Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt ao cargo de Juíza do Tribunal de Apelações das Nações Unidas (UNAT), mandato 2016-2023; e do professor Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros, eleito em 2015 para completar, até setembro de 2017, o mandato do professor Marota Rangel no Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar (TIDM).

132. Observo que o Brasil manteve importante presença no âmbito da V Comissão, ao eleger representantes para seus principais órgãos subsidiários: o Embaixador Henrique Sardinha Pinto ao Comitê de Contribuições (CoC), mandato 2015-2017, e o Conselheiro Fernando de Oliveira Sena ao Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), mandato 2015-2017.

133. Recordo, igualmente, minhas participações na Presidência da 60^a sessão da CSW e na Presidência da CO-CCP, durante sua sessão anual de 2014, e na Vice-presidência, durante sessão de 2015.

134. O Brasil participou ainda de mesas diretoras de importantes processos de negociação no âmbito das Nações Unidas, dentre as quais destaco a Mesa Diretora da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento ao Desenvolvimento (FfD) (Adis Abeba, 13-16/07/2015). Sete países disputaram as cinco vagas reservadas ao GRULAC. Após reuniões de coordenação, Brasil foi endossado para compor uma das vagas;

135. Igualmente, o Brasil fez-se representar no Conselho do Fundo Verde para o Clima (GCF), mandato 2016-2018. Em 2015, onze países apresentaram-se para a disputa de três vagas reservadas ao GRULAC. Foi estabelecido um acordo de compartilhamento de assentos. Desse modo, o Brasil compartilha o assento com a Costa Rica, Uruguai e Belize.

136. Apesar dos esforços do Posto e das credenciais profissionais e acadêmicas dos candidatos, não obtivemos êxito nas eleições aos seguintes órgãos: Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE), mandato 2017-2022; Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), mandato 2017-2020; Comitê sobre os Direitos da Criança (CRC), mandato 2017-202; e Tribunal Penal Internacional (TPI), mandato 2015-2024.

137. As eleições para a JIFE, CEDAW e CRC foram marcadas por um alto grau de competitividade, com vários candidatos concorrendo entre si, em cenário de ausência de distribuição geográfica para as vagas disponíveis. Essa conjugação de fatores pode ter limitado a capacidade de diversos países de apoiarem as candidaturas brasileiras, em virtude de compromissos já assumidos com outros Estados Membros, especialmente os do GRULAC.

138. Quanto ao pleito brasileiro ao cargo de juiz do Tribunal Penal Internacional (TPI), mandato 2015-2024, nas eleições realizadas durante XIII Assembleia dos Estados Partes do Estatuto de Roma em dezembro de 2014, foi possível perceber que o complexo sistema de alocação de votos, com reservas de vagas por região, categoria de juiz (Direitos Humanos ou Direito Penal) e gênero, bem como as sucessivas rodadas de votação, podem ter levado as delegações a reavaliarem seus votos nas rodadas finais, rompendo com os compromissos assumidos para as primeiras etapas da votação.

PRÓXIMAS ELEIÇÕES COM CANDIDATURAS DO BRASIL

139. Relaciono, a seguir, os órgãos para os quais o Brasil lançou candidaturas com eleições agendadas a partir do segundo semestre de 2016. Até o momento, há quadro de disputa em quatro pleitos (CDH, CDI, ACABQ e ITLOS):

- Candidatura do Embaixador Gilberto Vergne Saboia à reeleição para a Comissão de Direito Internacional (CDI), mandato 2017-2021 (eleições em novembro de 2016). Por ora, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Haiti, México, Nicarágua, Peru e Venezuela disputam as sete vagas reservadas ao GRULAC. O mandato atual do perito brasileiro encerra-se em 2016;
- Comitê Organizacional da Comissão de Consolidação da Paz (CO-CCP), mandato 2017-2018 (eleições em dezembro de 2016). Por ora, Brasil e Colômbia apresentaram candidaturas para as duas vagas reservadas ao GRULAC, na categoria Assembleia Geral;

- Comitê de Programa e Coordenação (CPC), mandato 2018-2020 (eleições em abril/maio de 2017). Por ora, apenas Brasil apresentou candidatura para as quatro vagas reservadas ao GRULAC;
- Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), mandato 2018-2020 (eleições em novembro de 2017). Por ora, Brasil e Paraguai apresentaram candidatos para a única vaga reservada ao GRULAC. O mandato atual do perito brasileiro, Conselheiro Fernando Sena, encerra-se em dezembro de 2017;
- Candidatura do Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto à reeleição no Comitê de Contribuições (CoC), mandato 2018-2020 (eleições em outubro/novembro de 2017). Por ora, apenas Brasil apresentou candidato para a única vaga reservada ao GRULAC. O mandato atual do perito brasileiro encerra-se em dezembro de 2017;
- Candidatura do Professor Antonio Augusto Cançado Trindade à reeleição ao cargo de juiz da Corte Internacional de Justiça (CIJ), mandato 2018-2027 (eleições em novembro de 2017). Para o referido mandato, há cinco vagas sem distribuição regional e, até o momento, apenas Brasil e Líbano apresentaram candidatos;
- Conselho Econômico e Social (ECOSOC), mandato 2019-2021 (eleições em junho de 2018). Para o referido mandato, há três vagas reservadas ao GRULAC e o Brasil apresentou sua candidatura, juntamente com Jamaica e Paraguai. O mandato atual brasileiro no órgão encerra-se em 2017.
- Conselho de Segurança (CSNU), mandato 2033-2034 (eleições em junho de 2032). Como se sabe, o GRULAC dispõe de apenas uma vaga a cada ano. Por ora, não há quadro de disputa.
- Conselho de Direitos Humanos (CDH), mandato 2017-2019 (eleições em outubro de 2016). Brasil, Cuba e Guatemala disputam as duas vagas reservadas ao GRULAC no mandato em tela;
- Junta Executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), mandato 2018-2020 (eleições em abril/maio de 2017): Brasil e Colômbia apresentaram candidaturas para as 2 (duas) vagas reservadas ao GRULAC;
- Comitê sobre Organizações Não-Governamentais (CONG), mandato 2019-2022 (eleições em abril/maio de 2018): Brasil, Cuba, Nicarágua e Venezuela apresentaram candidaturas para as quatro vagas reservadas ao GRULAC.

- Junta Executiva do PNUD/FNUAP/UNOPS, mandato 2018-2020 (eleições em abril/maio de 2017): Brasil e Antígua e Barbuda apresentaram candidaturas para as duas vagas reservadas ao GRULAC;
- Comissão de Entorpecentes (CND), mandato 2018-2021 (eleições em abril/maio 2017): Brasil, Chile, Colômbia e Cuba apresentaram candidaturas para as quatro vagas reservadas ao GRULAC. O mandato atual do Brasil no órgão encerra-se em 2017.
- Candidatura do Professor Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros à reeleição ao cargo de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITLOS), mandato 2017-2026 (eleições em junho de 2017). Até o momento, Brasil e Paraguai apresentaram candidatos que disputam a única vaga reservada ao GRULAC. O atual mandato do juiz brasileiro encerra-se em setembro de 2017;
- Candidatura do Almirante Jair Alberto Ribas Marques à reeleição na Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), mandato 2017-2022 (eleições em junho de 2017). O Brasil realizou o lançamento informal da candidatura à reeleição do Almirante Ribas Marques em abril de 2015. A candidatura será formalmente comunicada à DOALOS assim que o período de inscrições for aberto, o que deverá ocorrer apenas no segundo semestre de 2016. No âmbito do GRULAC, por ora, apenas o Brasil formalizou candidatura para uma das quatro vagas reservadas ao grupo regional;
- Comissão de Estatística, mandato 2020-2023 (eleições em abril/maio de 2019). O atual mandato brasileiro encerra-se em 2017. Para o mandato 2020-2023, apenas o Brasil apresentou candidatura para a única vaga reservada ao GRULAC.

ELEIÇÕES PARA ASSENTOS NÃO PERMANENTES NO CONSELHO DE SEGURANÇA

140. Nas eleições para assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), biênio 2007-2008, realizadas em 2006, a única vaga reservada ao GRULAC foi objeto de forte disputa entre a Guatemala e a Venezuela, que se estendeu por mais de 40 rodadas de votação, culminando com a escolha do Panamá como candidato de consenso. Desde então, e de modo a evitar a repetição daquelas circunstâncias, consolidou-se tendência, no âmbito do GRULAC, de apresentar candidaturas com grande antecedência para minimizar a possibilidade de disputa. Desde 2008, foram realizadas várias

eleições competitivas no CSNU em vários grupos regionais, à exceção do GRULAC.

141. Observa-se, assim, aumento significativo no número de candidaturas do GRULAC apresentadas com grande antecedência em relação aos mandatos almejados. Até o presente momento, 16 países apresentaram postulações ao Conselho. O último País a apresentar sua candidatura ao CSNU foi o Brasil, que pleiteia vaga para o mandato 2033-2034 (eleições em junho de 2032).

142. Como consequência do acirramento das disputas ao CSNU nos últimos anos, as campanhas dos países que pleiteiam vagas no órgão têm sido cada vez mais intensas e extensas. A disputa entre Espanha, Nova Zelândia e Turquia para duas vagas no biênio 2015-2016, por exemplo, contou com campanha neo-zelandesa iniciada em 2013 e marcada pela presença e visibilidade do país em diversos eventos culturais e paralelos realizados em Nova York. Considerada de grande êxito, a campanha resultou na eleição da Nova Zelândia ao CSNU na primeira rodada de votações. Igualmente, Cazaquistão e Tailândia, em suas recentes campanhas para mandato 207-2018 do CSNU, promoveram inúmeros eventos paralelos e recepções em Nova York, contando, inclusive, com a presença de autoridades Governamentais e de membros da Família Real tailandesa.

ELEIÇÕES PARA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

143. No que diz respeito aos pleitos para a Presidência da Assembleia Geral (PGA), parece consolidar-se tendência de antecipação da apresentação de candidaturas ao cargo no âmbito do GRULAC, de modo semelhante ao que ocorre com a disputa para o CSNU. O Peru, por exemplo, apresentou sua candidatura ao cargo para a 88^a sessão, cujas eleições estão previstas para junho de 2032. Para as próximas quatro sessões da AGNU em que o cargo caberá a nacional da região (73^a, 78^a, 83^a e 88^a), apenas Honduras que concorre ao cargo em 2018, nomeou candidata específica (Embaixadora Mary Flores Flake, Representante Permanente junto à ONU), tamanha a distância no tempo entre o momento da apresentação das candidaturas e a ocasião das eleições propriamente ditas.

144. Recordo, ademais, que, nos últimos anos, a construção de consenso para a escolha do PGA tem sido objeto de progressiva dificuldade. Em 2012, em função da disputa entre dois candidatos do leste europeu (Lituânia e Sérvia), recorreu-se à votação efetiva pela Assembleia Geral para a eleição do candidato do sérvio, Vuk Jeremic, à Presidência da 67^a AGNU, o que não ocorria desde 1991, quando, por ausência de consenso no Grupo da Ásia-Pacífico, o Embaixador Samir S.

Shihabi (Arábia Saudita) superou os candidatos de Papua Nova Guiné e do Iêmen. De maneira semelhante, para a 71ª AGNU, candidatos de Chipre (Embaixador Andreas D. Mavroyiannis) e Fiji (Embaixador Peter Thomson) disputaram o cargo, tendo o candidato fijiano sido eleito por diferença de apenas 4 votos.

DADOS ESTATÍSTICOS

145. Durante minha gestão, o Brasil proferiu mais de 70 discursos no Conselho de Segurança (CSNU). As alocuções abrangeram temas variados da agenda de paz e segurança, entre as quais as atividades da MINUSTAH no Haiti; as situações no Oriente Médio, na África Ocidental, nos Grandes Lagos Africanos e no Golfo da Guiné; e tópicos transversais, como as revisões de operações de paz, consolidação da paz e mulheres, paz e segurança. No mesmo período, o Brasil copatrocinou 376 resoluções da Assembleia Geral e de suas Comissões, seja em capacidade nacional ou por meio do G-77/China. A Delegação liderou a negociação de 17 documentos, incluindo seis apresentados ou facilitados pelo Brasil e 11 co-facilitados em parceria com outras missões e grupos regionais. Sobressaem, nesse espectro, resoluções sobre desenvolvimento sustentável, o direito à privacidade na era digital, direitos da criança, desarmamento nuclear e a trégua olímpica anunciada pela AGNU para os Jogos do Rio de Janeiro.

146. Presidi a Comissão da Consolidação da Paz (CCP) e sua Configuração Guiné-Bissau, e fui eleito para presidir a Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) no biênio 2016-2017. Diplomatas brasileiros presidiram ou co-presidiram 15 processos e grupos no âmbito das Nações Unidas, entre os quais a V e a VI Comissões da Assembleia Geral; o Grupo de Peritos Governamentais (GGE) de Informação e Telecomunicações no Contexto da Segurança Internacional; o Diálogo sobre Parcerias Humanitárias; e o Grupo de Amigos do Tribunal Penal Internacional (TPI), entre outros.

147. Desde outubro de 2013, a Delegação recebeu e apoiou 131 visitas de parlamentares brasileiros que vieram a Nova York para eventos multilaterais, como o Debate Geral da AGNU, a Comissão sobre População e Desenvolvimento (CPD), a Reunião de Alto Nível sobre HIV/AIDS, a Conferência Mundial de Presidentes de Parlamento e diversas reuniões da União Interparlamentar (UIP).

148. Minha gestão buscou valorizar, ademais, o diálogo com academia, imprensa e sociedade civil, de modo a informar a opinião pública nacional e internacional sobre as prioridades da política externa brasileira e favorecer ação diplomática

inclusiva a partir da colaboração com esses atores. Desde outubro de 2013, o Brasil fez-se representar em 35 atividades dessa natureza, por meio de palestras em universidades locais e brasileiras; encontros com a sociedade civil nas 18 viagens oficiais que realizei no período - três das quais a Guiné-Bissau, no contexto da Configuração da CCP; e退iros e seminários com lideranças políticas internacionais. Integrei a Junta de Embaixadores da Comissão Independente sobre o Multilateralismo do "International Peace Institute" (IPI). Observa-se crescente interesse da academia na política externa brasileira, de que são exemplos os frequentes convites das universidades e "think-tanks" locais para palestras. Sobressaem os seminários de que participei nas universidades de Columbia, Harvard e Princeton, na United Nations University e no Hunter College, bem como na Brookings Institution e no Aspen Institute.

DIFICULDADES ENCONTRADAS:

- Persistência da ênfase do sistema ONU em manter dinâmica assistencialista, Norte-Sul, nos moldes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de caráter universal;
- Inadequação das estruturas do sistema ONU à natureza inter-setorial da Agenda 2030 e ao tratamento dos Objetivos que não possuem "foro" específico;
- Insistência de alguns Estados-membros em tentar importar, para a ONU em Nova York, discussões sobre mudança do clima cujo âmbito adequado é a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC);
- Relutância de alguns países desenvolvidos em reconhecer as Nações Unidas como foro de debates multilaterais sobre governança econômica e financeira global;
- Necessidade de reafirmar as flexibilidades concedidas pela OMC aos países em desenvolvimento sobre patentes e proteção da saúde pública;
- Ênfase indevida dos países desenvolvidos na "securitização" da agenda da saúde;
- Insistência de alguns países em aplicar à cooperação sul-sul, que tem sua própria dinâmica, os princípios e condicionalidades utilizados pelos países desenvolvidos em sua cooperação prestada a países pobres;

- Divergências entre os Estados-membros sobre a priorização de reformas administrativas em detrimento de atividades substantivas, particularmente no pilar de desenvolvimento;
- Inadimplência do Brasil em relação aos orçamentos regular, de operações de paz da Organização e dos tribunais penais;
- A persistência de interpretação favorável ao recurso a intervenções militares no ideário de alguns países, malgrado os resultados problemáticos de intervenções no Afeganistão, no Iraque e na Líbia;
- No caso do Haiti, resistências de alguns países à renovação do mandato da MINUSTAH, no contexto de atrasos no calendário eleitoral haitiano;
- Resistências à participação de observadores militares de países fronteiriços - entre os quais o Brasil - na Missão Política Especial da ONU na Colômbia;
- O desafio de garantir recursos previsíveis do orçamento da ONU para a consolidação da paz e de contribuições ao Fundo de Consolidação da Paz (PBF);
- A continuada inação do CSNU em relação ao conflito Israel-Palestina e a inoperância do Quarteto para o Oriente Médio;
- No caso de Guiné-Bissau, o desafio da estabilidade política, capaz de permitir o pleno funcionamento do governo e a recuperação econômica;
- Em matéria de desarmamento, a resistência dos países nuclearmente armados em cumprir seus compromissos sob o TNP e participar de novos processos multilaterais para avançar rumo à eliminação das armas nucleares em escala global;
- A paralisação dos esforços para a convocação de conferência para o estabelecimento de Zona Livre de Armas Nucleares e outras Armas de Destrução em Massa no Oriente Médio;
- A estagnação das negociações multilaterais para lograr a desnuclearização da península coreana;
- A dificuldade de implementar a Estratégia Global da ONU de Contraterrorismo e a ausência de avanços rumo a Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional que contemple a definição universal do fenômeno do terrorismo; e

- A indevida instrumentalização, por parte das grandes potências, do conceito de responsabilidade de proteger como justificativa para o uso da força.

SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO CHEFE DO POSTO

- Aprofundar coalizões com delegações de países desenvolvidos e em desenvolvimento, a fim de transcender aspectos problemáticos da dinâmica Norte-Sul na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Intensificar ações que promovam abordagem construtiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de caráter transversal, como o ODS-10 (desigualdade), o ODS-12 (consumo e produção responsáveis) e o ODS-16 (sociedades pacíficas, justas e inclusivas);
- Preservar, nas atividades ligadas à mudança do clima, a noção de que países desenvolvidos têm responsabilidades históricas diferenciadas, cabendo-lhes obrigações mais abrangentes.
- Preservar e ampliar o papel da ONU no debate multilateral sobre temas ligados à governança econômica e financeira global;
- Promover atualização da Declaração de Oslo do agrupamento "Política Externa e Saúde Global";
- Considerar apoiar a realização de conferência global sobre saúde e desenvolvimento sustentável;
- Fortalecer o apoio substantivo do sistema ONU a atividades de cooperação sul-sul, inclusive o Fundo IBAS;
- Dar continuidade ao programa de promoção e difusão cultural do Brasil;
- Dar continuidade à participação do Brasil e de peritos brasileiros nos principais órgãos da ONU responsáveis por temas administrativos e orçamentários;
- Ampliar esforços para participação de empresas brasileiras no sistema de compras da ONU;
- Intensificar a política brasileira de inserção de nacionais no Secretariado da ONU;

- Subsidiar os esforços da SERE junto às autoridades financeiras nacionais com vistas ao pagamento tempestivo das contribuições brasileiras às Nações Unidas;
- Manter o perfil participativo do Brasil em todos os debates sobre paz e segurança na ONU, inclusive no CSNU;
- Manter presença significativa de militares brasileiros no Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) com a finalidade de facilitar o diálogo e a coordenação da participação brasileira em missões de paz;
- Dar continuidade às gestões e planejamento para a participação brasileira em missões de paz em novos cenários, de forma a manter ou ampliar a contribuição do Brasil à manutenção da paz no mundo;
- Favorecer acordo entre os Estados membros que garanta a destinação de recursos previsíveis para as atividades de consolidação da paz;
- Advogar pela melhor coordenação entre o Conselho de Segurança e a CCP;
- Apoiar ativamente iniciativas multilaterais, no CSNU ou em outros órgãos, para reavivar o processo de paz israelo-palestino e avançar rumo à solução de dois Estados;
- Em Guiné-Bissau, promover o diálogo entre os principais atores políticos bissau-guineenses, mobilizar a atenção da comunidade internacional para os desafios de ordem econômica do país, e estimular a atuação construtiva dos atores regionais e sub-regionais com Guiné-Bissau, utilizando plenamente a presidência brasileira da CPLP e da Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz;
- Na agenda de desarmamento, convocar a Quarta Sessão Especial da AGNU voltada ao desarmamento e continuar as negociações para lograr um instrumento juridicamente vinculante de proibição das armas nucleares;
- Disseminar e continuar a atualizar, na ONU e em meios acadêmicos e da sociedade civil, os princípios relacionados ao conceito de responsabilidade ao proteger;
- Reunir vontade política de alto nível para fazer avançar a agenda da reforma do Conselho de Segurança, promovendo negociações concretas com vistas a encontrar acordo no mais breve prazo possível, em linha com a Declaração de Chefes de Estado e Governo de 2005;

- Favorecer a crescente transparência do processo de sucessão do Secretário-Geral, buscando assegurar o êxito de candidatura apta a conduzir a ONU na superação dos desafios inerentes a uma ordem mundial inclusiva, a partir de uma multipolaridade cooperativa;
- Garantir a manutenção da liderança do Brasil em temas sociais e de direitos humanos, especialmente quanto à capacidade de construção de consensos com países de variadas matizes culturais e ao reconhecimento do País como interlocutor comprometido com o sistema multilateral;
- Apoiar os debates e a implementação de políticas multilaterais que promovam a equidade de oportunidades de trabalho e de remuneração entre homens e mulheres;
- Manter o compromisso de promover a Década Internacional das pessoas afrodescendentes, por meio da realização de eventos e de discussões no âmbito da ONU;
- Garantir a plena implementação dos compromissos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência;
- Dar continuidade às discussões sobre o direito à privacidade na era digital, contribuindo para resguardar a segurança de informações estratégicas e de dados de caráter pessoal;
- Garantir que a participação brasileira nas discussões da Reunião de Alto Nível da AGNU sobre Grandes Movimentos de Refugiados e Migrantes, a ser realizada em setembro próximo, reflita as políticas exitosas implementadas pelo País e reconhecidas em diversas instâncias e foros internacionais;
- Quanto à temática das candidaturas, seria importante uma reflexão sobre formas de se aprimorar a coordenação entre diversos órgãos de governo. O processo de apresentação e promoção de candidaturas poderia ser aperfeiçoado, por exemplo, com a criação de instância que centralize o fluxo de informações e o planejamento da participação brasileira em pleitos específicos. Tais providências contribuiriam para tornar mais célere e eficiente o processo decisório sobre lançamento de candidaturas e sobre propostas de troca de votos.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 70, DE 2016

(nº 393/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 393

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Os méritos do Senhor Mauro Luiz Lecker Vieira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de julho de 2016.

EM nº 00186/2016 MRE

Brasília, 27 de Junho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MAURO LUIZ IECKER VIEIRA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **MAURO LUIZ IECKER VIEIRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 449 - C. Civil.

Em 12 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MAURO LUIZ IECKER VIEIRA

CPF: 366.501.297-04

ID: 5334 MRE

1951 Filho de Mauro Vieira e Noêmia lecker Vieira, nasce em 15 de fevereiro, em Niterói-RJ

Dados Acadêmicos:

1973 Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense
 1973 CPCD - IRBr

Cargos:

1974 Terceiro-Secretário
 1978 Segundo-Secretário
 1980 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1987 Conselheiro, por merecimento
 1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 1999 Ministro de Primeira Classe, por merecimento
 2014 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1974-75 Departamento Econômico, Assistente
 1975-78 Divisão de Política Financeira e de Desenvolvimento, Assistente
 1978-82 Embaixada em Washington, Terceiro-Secretário, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
 1982-85 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Primeiro-Secretário
 1985 Secretaria-Geral, Assessor
 1985-86 Ministério da Ciência e Tecnologia, Secretário de Modernização Administrativa
 1986-87 Ministério da Ciência e Tecnologia, Secretário-Geral Adjunto
 1987-89 Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretário Nacional de Administração do INPS
 1989-90 Departamento Cultural, Subchefe
 1990-92 Embaixada no México, Conselheiro
 1992-93 Secretaria-Geral de Política Exterior, Chefe de Gabinete
 1993-95 Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático
 1995-99 Embaixada em Paris, Ministro-Conselheiro
 1999-2003 Secretaria-Geral, Chefe de Gabinete
 2003-04 Gabinete do Ministro de Estado, Chefe de Gabinete

2004-10 Embaixada em Buenos Aires, Embaixador
2010-14 Embaixada em Washington, Embaixador
2015-16 Ministro de Estado das Relações Exteriores

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral Política I

Departamento de Organismos Internacionais

Divisão das Nações Unidas

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS



**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2016**

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	Organização das Nações Unidas (ONU)
Estados membros	193
Ano de fundação	1945
Sede central	Nova York
Línguas oficiais	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Ano de adesão do Brasil	1945 (membro fundador)
Órgãos principais	Assembleia Geral (AGNU), Conselho de Segurança (CSNU), Conselho Econômico e Social (ECOSOC), Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça (CIJ), Secretariado
Principais chefias da organização	Ban Ki-Moon (secretário-geral das Nações Unidas, ocupa o cargo desde 2007); Mogens Lykketoft (Dinamarca), presidente da 70 ^a sessão da AGNU, ocupa o cargo até o final da presente sessão, 12/09/16; será substituído por Peter Thomson (Fiji), presidente da 71 ^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a partir de 13/09/16.
Representante da ONU no Brasil	Sr. Niky Fabiancic (Coordenador Residente da ONU no Brasil)

Informação elaborada em 21 de junho de 2016, por Eugênio Vargas Garcia, Maitê de Souza Schmitz, Juliana Cardoso Benedetti, Maria Clara de Paula Tusco e Wagner da Silva Koscheck, com subsídios de outras áreas da Secretaria de Estado.
Revisada por Maria Luisa Escorel de Moraes.

PERFIS BIOGRÁFICOS

BAN KI-MOON

Secretário-Geral das Nações Unidas
(mandatos 2007-2011 e 2012-2016)



Nasceu em Eumseong, Coreia do Sul, em 13 de junho de 1944. Graduado em Relações Internacionais e, posteriormente, graduado e mestre em Administração Pública na Universidade de Harvard.

Quando de sua eleição como secretário-geral das Nações Unidas (SGNU), em 2007, Ban Ki-moon era o ministro de Relações Exteriores e do Comércio da República da Coreia. Em sua carreira como diplomata, serviu em Nova Delhi, Nova York, Washington e foi embaixador em Viena. Exerceu os cargos de assessor internacional do presidente da República, consultor chefe de segurança nacional para o presidente da República, vice-ministro para política de planejamento e diretor-geral para assuntos americanos. Em 2002, o governo do Brasil agraciou-o com a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco.

Em seu primeiro mandato (2007-2011), logrou promover reformas relevantes na estrutura do Secretariado, como a criação da ONU-Mulheres e do Departamento de Apoio no Terreno ("Department of Field Support", DFS na sigla em inglês), para sustentar número crescente de operações de manutenção da paz.

Foi reeleito por aclamação, com apoio do Brasil, em 21 de junho de 2011, para servir um segundo mandato consecutivo como secretário-geral da Organização, no período 2012-2016. Ban Ki-moon salientou, em seu discurso na ocasião, que daria renovada prioridade ao fortalecimento das Nações Unidas na prevenção de conflitos, nas operações de manutenção e construção da paz, na proteção de civis, no fortalecimento das capacidades de prevenção e reação a megadesastres, na área dos direitos humanos e justiça, além da continuidade em esforços de não-proliferação e desarmamento.

MOGENS LYKKETOFT

Presidente da 70^a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas
(setembro de 2015 a setembro de 2016)



Nascido em 9 de janeiro de 1946, em Copenhague, Mogens Lykketoft é economista de formação e possui mestrado em economia pela Universidade de Copenhague. Iniciou sua carreira política como ministro da Tributação, cargo que ocupou entre 1980 e 1981. Teve atuação destacada no Partido Social Democrata (PSD), de que foi líder entre 2002 e 2005. Entre 1993 e 2000, foi ministro de Finanças e, entre 2000 e 2001, foi ministro de Relações Exteriores. Foi presidente do Parlamento da Dinamarca, entre 2011 e 2015. Em 15 de junho de 2015, foi eleito por aclamação presidente da 70^a sessão da Assembleia Geral da ONU.

PETER THOMSON

Presidente eleito para a 71^a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas
(setembro de 2016 a setembro de 2017)



Nasceu em Suva, Fiji, em 1948, e graduou-se pela Universidade de Auckland (*Bachelor of Arts Political Studies*), na Nova Zelândia, e pela Universidade de Cambridge (Pós-Graduação em Estudos de Desenvolvimento), no Reino Unido.

Representante permanente de Fiji junto às Nações Unidas desde 2010, cargo que acumula com a função de embaixador junto a Cuba. Ocupou o cargo de vice-presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas na sessão 2011-2012 e de presidente da Assembleia da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos na sessão 2011-2012. Ocupou a presidência do Grupo dos 77 e China, em 2013, da Junta Executiva do UNDP/UNFPA/UNOPS, em 2014. Atualmente, exerce a função de presidente do Conselho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

Tem algumas obras publicadas, entre elas o livro “Kava in the Blood”, sendo o vencedor do "Montana Book Award for non-fiction".

Em 2014, o presidente da República do Fiji concedeu o título de Oficial da Ordem do Fiji ao embaixador Thomson.

Sua candidatura à presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas foi endossada pelos doze estados membros do grupo dos pequenos estados insulares em desenvolvimento do Pacífico (PSIDS), agrupamento que nunca antes havia ocupado esse cargo.

INFORMAÇÕES GERAIS

Processo de criação

Após a Segunda Guerra Mundial, que devastou dezenas de países e tomou a vida de milhões de seres humanos, prevalecia na comunidade internacional sentimento generalizado de que era necessário encontrar uma forma de manter a paz entre os países.

O nome Nações Unidas foi concebido pelo presidente dos EUA Roosevelt e utilizado pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas, de 12 de janeiro de 1942, quando os representantes de 26 países assumiram o compromisso de que seus governos continuariam a lutar contra as potências do Eixo.

Em agosto de 1944, na Conferência de Dumbarton Oaks entre os chamados "quatro policiais" (EUA, União Soviética, Reino Unido e China), foi preparado o primeiro projeto do documento constitutivo da Organização. Ali se encontravam definidos os princípios da organização, a estrutura e o funcionamento de seus órgãos principais, incluindo um Secretariado para cuidar dos assuntos administrativos, além de disposições específicas sobre a manutenção da paz e da segurança internacionais, como forma de prevenir e suprimir atos de agressão.

Mais tarde, na Conferência de Yalta, definiu-se a fórmula para a votação no Conselho de Segurança: a) cada membro do Conselho teria um voto; b) as decisões em questões processuais seriam tomadas pelo voto afirmativo de sete membros (após a expansão do Conselho de Segurança de onze para quinze membros, em 1963, o número de mínimo de votos passou de sete para nove); e c) as decisões em todos os outros assuntos seriam tomadas pelo voto afirmativo de sete membros (também alterado para nove em 1963), inclusive os votos afirmativos de todos os membros permanentes (aí embutido, portanto, o poder de voto).

A Carta das Nações Unidas (Carta de São Francisco) foi elaborada pelos representantes dos países presentes à Conferência sobre a Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. A Organização propriamente dita, entretanto, começou a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética, bem como pela maioria dos signatários. Hoje, em 24 de outubro, comemora-se em todo o mundo o "Dia das Nações Unidas".

Durante a primeira reunião da Assembleia Geral, em Londres, em 1946, ficou decidido que a sede permanente da Organização seria nos Estados Unidos. Em dezembro de 1946, John D. Rockefeller Jr. ofereceu cerca de oito milhões de dólares para a compra de parte dos terrenos na margem do East River, na ilha de Manhattan, em Nova York. A cidade de Nova York ofereceu o resto dos terrenos para possibilitar a construção da sede da Organização.

Atualmente, a ONU tem, além da sede central em Nova York, sedes em Genebra (Suíça), Viena (Áustria), Nairobi (Quênia) e escritórios espalhados em grande parte dos países do planeta.

Organizações internacionais que precederam a ONU

A organização predecessora da ONU é a Liga das Nações, criada após a Primeira Guerra Mundial pelo Tratado de Versalhes, em 1919. Tratou-se de tentativa ambiciosa de se criar uma associação permanente de estados, de escopo universal, destinada a preservar a paz e assegurar o cumprimento das normas de direito internacional. Representou, assim, inovadora proposta de estruturar o funcionamento do sistema internacional.

Um dos principais idealizadores da Liga foi o então presidente dos EUA Woodrow Wilson, que, já em 1918, havia apresentado a proposta de um acordo de paz de 14 Pontos, cujos termos incluíam a transparência nas relações internacionais, a abolição das barreiras econômicas entre os países e a redução dos armamentos nacionais.

O projeto wilsoniano foi sendo reformulado e expandido, transformando-se no Tratado de Versalhes, que exigia dos países derrotados na Primeira Guerra pesadas indenizações financeiras e lhes impunha outras restrições. O Tratado levou em conta interesses econômicos, estratégicos e territoriais dos vencedores, e acabou gerando tensões nas relações internacionais no período entreguerras.

A Liga das Nações, desde suas origens, apresentava deficiências que acabaram por conduzi-la ao fracasso. Entre outros fatores, pode-se citar a ausência dos Estados Unidos entre seus membros. Embora a ideia da organização tivesse partido do presidente Wilson, o Congresso dos EUA considerou que convinha aos Estados Unidos regressarem a seu isolacionismo e não aprovou o ingresso do país na Liga, por temer que os Estados Unidos, então uma potência emergente, se transformassem numa espécie de polícia internacional.

Da mesma maneira, a União Soviética não entrou na organização, uma vez que, no início da década de 1920, logo após a implantação do comunismo, a nação tinha entre seus objetivos a exportação da revolução e a luta para levar o socialismo ao mundo todo. Só anos mais tarde, com as mudanças na política internacional da União Soviética, o país entrou na Liga das Nações, assim como a própria Alemanha – que, como outros países derrotados na Primeira Guerra, teve sua participação na Liga inicialmente vetada.

A corrida armamentista que teve início na Alemanha e no Japão na década de 1930 era evidência de que as nações não se submetiam aos ideais da organização e, ao mesmo tempo, um prenúncio da Segunda Guerra Mundial, que eclodiu em setembro de 1939. Com a declaração de guerra, a Liga decidiu interromper suas sessões até a paz. Depois de 1939, esvaziou-se e restringiu-se a atividades como a proteção de refugiados e os estudos sobre a futura reconstrução. O ano de 1946

marcou o fim formal da Liga das Nações, pois o organismo na prática já não funcionava.

Escopo da Organização

O preâmbulo da Carta das Nações Unidas expressa os ideais e os propósitos dos povos cujos governos se uniram para constituir as Nações Unidas:

"Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade; a reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas; a estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional; a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade.

E para tais fins, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos; unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais; garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada, a não ser no interesse comum; e empregar mecanismos internacionais para promover o progresso económico e social de todos os povos.

Resolvemos conjugar os nossos esforços para a consecução desses objetivos."

O Artigo 1º da Carta define os propósitos da Organização:

- Manter a paz e a segurança internacionais;
- Desenvolver relações amistosas entre as nações;
- Realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;
- Ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns.

Devido ao seu caráter internacional único e aos poderes previstos em sua Carta, a Organização pode agir numa ampla gama de questões. Embora mais conhecida pelo seu trabalho no âmbito da manutenção da paz, prevenção de conflitos e assistência humanitária, os domínios de atuação Nações Unidas, que incluem as agências, fundos e programas do Sistema ONU, abrangem temas como desenvolvimento sustentável, proteção aos refugiados, combate ao terrorismo, desarmamento e não proliferação, promoção da democracia, direitos humanos, igualdade de gênero, governança global, saúde, alimentação, entre outros.

Estados membros

A admissão de novos membros na organização é regulada pelo art. 4º da Carta de São Francisco, que estabelece que a ONU está aberta a todos os "estados amantes da paz" que aceitarem as obrigações contidas na Carta e que, a juízo da Organização, estiverem aptos e dispostos a cumprir tais obrigações. A admissão de qualquer Estado será efetuada por decisão da Assembleia Geral (AGNU), mediante recomendação do Conselho de Segurança (CSNU).

Chamam-se membros fundadores das Nações Unidas os países que assinaram a Declaração das Nações Unidas de 1º de janeiro de 1942, ou que participaram da Conferência de São Francisco, tendo assinado e ratificado a Carta. O Brasil é um dos 51 membros fundadores da ONU. Houve dois períodos marcados pela grande elevação do número de membros: a década de 1960, em razão da descolonização (43 novos membros), e a década de 1990, em função do desmembramento da União Soviética, entre outros fatores (33 membros). Os últimos países a tornarem-se membros da Organização foram: Tuvalu e Sérvia em 2000, Suíça e Timor-Leste em 2002, Montenegro em 2006 e Sudão do Sul em 2011, que se tornou o 193º membro da Organização.

Órgãos Principais

De acordo com a Carta, a ONU possui seis órgãos principais: a Assembleia Geral (AGNU), o Conselho de Segurança (CSNU), o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) e o Secretariado.

O sistema ONU é formado pelos seis órgãos principais da Organização e seus órgãos subsidiários, os fundos e programas por eles criados, bem como as agências especializadas e outros organismos associados às Nações Unidas.

1. Assembleia Geral (AGNU)

A Assembleia Geral das Nações Unidas é o principal órgão deliberativo das Nações Unidas, que reúne todos os estados membros da Organização. Na Assembleia Geral, cada estado, independentemente de seu tamanho, poder militar ou econômico, tem direito a um voto ("one country, one vote").

Embora as resoluções da Assembleia Geral não tenham caráter vinculante e funcionem apenas como recomendações, têm significativo impacto político ao refletir o grau de acordo intergovernamental, a evolução das ideias políticas e o estado da cooperação global a respeito de determinado tema. As resoluções são adotadas por maioria simples dos presentes e votantes (97 votos, se presentes os 193 membros) ou por 2/3 (129 votos) nos casos de "assuntos importantes", entre os quais aqueles afetos à manutenção da paz e segurança internacionais, admissão, suspensão e expulsão de membros e todos os assuntos orçamentários (Artigo 18 da Carta e Regras de Procedimento 83-86).

As questões organizacionais e procedimentais da Assembleia Geral são tratadas pelo Comitê Geral ou pelo Comitê de Credenciais. As questões substantivas, por sua vez, são tratadas no Plenário ou por uma de seis Comissões Principais, nas quais todos os membros têm direito a representação. A Assembleia Geral, normalmente, atribui todas as questões de sua ordem do dia a uma das Comissões, ou Comitês Especiais estabelecidos para estudar uma questão específica. As Comissões ou Comitês Especiais, por sua vez, submetem propostas à aprovação do Plenário da Assembleia. São as seguintes as Comissões da AGNU:

1. Primeira Comissão (**Desarmamento e Segurança Internacional**): armas nucleares, outras armas de destruição em massa, espaço sideral (aspectos relativos a desarmamento), armas convencionais, segurança e desarmamento regional, outras medidas de desarmamento e segurança internacional e maquinário de desarmamento.
2. Segunda Comissão (**Econômica e Financeira**): política macroeconômica, atividades operacionais para desenvolvimento, financiamento para desenvolvimento, grupos de países em situações especiais, globalização e interdependência, erradicação de pobreza, tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento, agricultura e segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e soberania do povo palestino sobre seus recursos naturais.
3. Terceira Comissão (**Social, Humanitária e Cultural**): promoção e proteção dos direitos humanos.
4. Quarta Comissão (**Políticas Especiais e Descolonização**): descolonização e Oriente Médio.
5. Quinta Comissão (**Administrativa e Orçamentária**): orçamento regular das Nações Unidas (bianual), orçamento das operações de manutenção da paz (anual), escalas de contribuições dos estados membros (metodologia revisada a cada 3 anos) e questões administrativas diversas, inclusive política de pessoal.
6. Sexta Comissão (**Jurídica**): direito internacional e outras questões jurídicas relativas às Nações Unidas.

2. *Conselho de Segurança (CSNU)*

O Conselho de Segurança tem competência de zelar pela manutenção da paz e segurança internacionais. É formado por quinze membros: cinco permanentes, que possuem o direito a voto (China, Estados Unidos, Federação da Rússia, França e Reino Unido) e dez membros não permanentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de dois anos.

De acordo com a Carta, todos os membros das Nações Unidas concordam em aceitar e cumprir as decisões do Conselho (Artigo 25). As decisões do Conselho de Segurança são mandatórias.

Cada membro do Conselho tem direito a um voto. As decisões sobre procedimentos necessitam dos votos de 9 dos 15 membros. As decisões relativas a questões substantivas também necessitam de nove votos, inclusive os dos cinco membros permanentes. Esta é a regra da “unanimidade das grandes potências”, também chamada de “veto”. Se um membro permanente não apoia uma decisão, mas não deseja bloqueá-la através do voto, pode abster-se de votar ou declarar que não participa da votação. A abstenção e a não participação não são consideradas vetos.

O Conselho de Segurança funciona continuamente e um representante de cada um de seus membros deve estar sempre presente nas deliberações na sede das Nações Unidas. O Conselho pode reunir-se fora da Sede, se assim julgar conveniente. Qualquer estado membro da ONU, mesmo que não integre o Conselho de Segurança, pode tomar parte nos debates, sem direito a voto, se o Conselho considerar que os interesses desse estado estão sendo especialmente afetados. Tanto os membros como os não membros são convidados a participar dos debates, sem direito a voto, quando são partes envolvidas na controvérsia em exame no Conselho, que especificará as condições para participação dos não membros.

A presidência do Conselho de Segurança é exercida pelos membros (inclusive os não permanentes) segundo esquema de rodízio alfabético, por períodos de um mês.

3. Conselho Econômico e Social (ECOSOC)

O ECOSOC é a instância de debates substantivos e de coordenação nas áreas econômica, social e humanitária do Sistema ONU. O Conselho tem relevante papel na integração dos três pilares do desenvolvimento sustentável (social, ambiental e econômico) e na implementação da agenda de desenvolvimento, inclusive das Metas de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, a partir de 2015, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. De natureza global e voluntária e de aplicação universal, porém levando em conta as particularidades nacionais, os ODS buscam refletir, de maneira equilibrada, a integração entre os três pilares do desenvolvimento sustentável, com base nas áreas temáticas identificadas no documento da Conferência Rio+20.

O Conselho tem mantido regularmente importante diálogo com instituições financeiras e comerciais internacionais, inclusive o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional.

No documento aprovado na Rio+20 ("O Futuro que Queremos"), foi ressaltada a importância de fortalecer as instituições internacionais existentes, notadamente a AGNU, o ECOSOC e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e torná-las mais coerentes e eficientes. Reafirmou-se, no documento, que o ECOSOC é o principal órgão para assuntos de desenvolvimento econômico e social e de coordenação do Sistema das Nações Unidas.

4. Conselho de Tutela

A Carta de São Francisco também estabeleceu um Conselho de Tutela, encarregado da supervisão da administração dos territórios sob regime de tutela internacional. As principais metas desse regime de tutela consistiam em promover o progresso dos habitantes dos territórios e desenvolver condições para a progressiva independência e estabelecimento de um governo próprio.

Os objetivos do Conselho de Tutela foram amplamente atingidos e os territórios inicialmente sob esse regime – em sua maioria países da África – alcançaram, ao longo dos anos, sua independência. Tanto assim que, em 19 de novembro de 1994, o Conselho de Tutela suspendeu suas atividades. A decisão foi tomada após o encerramento do acordo de tutela sobre Palau, no Pacífico.

5. Corte Internacional de Justiça (CIJ)

Principal órgão judiciário das Nações Unidas, a Corte Internacional de Justiça (CIJ), tem como função resolver controvérsias de caráter jurídico surgidas entre estados. Sediada no Palácio da Paz, na Haia, a CIJ foi criada em substituição à Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI), que desde 1922 havia funcionado no mesmo local. A CIJ deu início a suas atividades em 1946, com a dupla função de solucionar controvérsias legais submetidas por estados e de emitir pareceres consultivos sobre questões legais do interesse de organizações internacionais devidamente autorizadas. A nova Corte teve seu estatuto (muito semelhante ao da CPJI) anexado à Carta da ONU, tornando-se um dos órgãos principais da Organização. A base da jurisdição da CIJ em casos contenciosos é o consentimento dos estados que são parte da disputa – consentimento esse que pode ser expresso de diversos modos.

A CIJ é composta por quinze juízes, de diferentes nacionalidades, eleitos, trienalmente, por nove anos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança da ONU. O art. 2º. do Estatuto estabelece que a Corte deverá ser composta por juízes independentes, eleitos sem atenção à sua nacionalidade, dentre pessoas que gozem de alta consideração moral e possuam as qualificações exigidas em seus respectivos países para o desempenho das mais altas funções judiciárias, ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência em direito internacional.

Desde a sua criação, a CIJ sempre teve membros nacionais de pelo menos quatro dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU: Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia/União Soviética. Além disso, em apenas uma ocasião (de 1968 a 1984) a Corte não teve membro de nacionalidade chinesa. Nas informações oficiais da CIJ, fala-se da existência de uma prática na distribuição das vagas que equivale à do CSNU: 3 para a África, 2 para América Latina e Caribe, 3 para a Ásia, 5 para Europa Ocidental e outros Estados e 2 para a Europa Oriental.

Quatro brasileiros já serviram como Juízes da CIJ no passado: José Philadelpho de Barros e Azevedo, Levi Fernandes Carneiro, José Sette-Camara e Francisco Rezek. Em 2008, Antonio Augusto Cançado Trindade foi eleito Juiz da Corte por um mandato de 9 anos.

6. Secretariado

O Secretariado administra e executa os programas e políticas elaboradas pelos demais órgãos das Nações Unidas. O secretário-geral (SGNU), principal funcionário administrativo da Organização, é indicado pela Assembleia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança. Além de Ban Ki-moon (República da Coréia, 2007/atual), desempenharam o cargo de secretário-geral da Organização: Kofi Annan (Gana, 1997/2006); Boutros Boutros-Ghali (Egito, 1992/1996); Javier Pérez de Cuéllar (Peru, 1982/1991); Kurt Waldheim (Áustria, 1972/1981); U Thant (Mianmar, 1961/1971); Dag Hammarskjöld (Suécia, 1953/1961); e Trygve Halvdan Lie (Noruega, 1946/1952).

Cerca de 40 mil pessoas trabalham para o Secretariado de diversas nacionalidades, inclusive brasileira. Contudo, observa-se considerável concentração de funcionários oriundos da América do Norte e da Europa Ocidental, sobretudo nos escalões mais elevados, o que constitui desafio à diversificação geográfica do quadro de funcionários, conforme estipulado pelo parágrafo 101 da Carta.

Sistema ONU: Organismos e Programas Vinculados à Organização

As agências especializadas são organizações separadas, ligadas à ONU através de acordos internacionais e dotadas de estruturas intergovernamentais autônomas e de orçamentos e funcionários internacionais próprios. Algumas delas são anteriores à criação da ONU, como, por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que existe desde 1919, ou a União Postal Internacional (UPU), criada em 1875. Trabalham com a ONU e entre si, em geral, por meio do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), que desempenha a função de coordenador. Seus secretariados, integrados por funcionários internacionais, trabalham sob a direção dos chefes executivos desses organismos, que não respondem diretamente ao secretário-geral da ONU.

Alguns exemplos, além das já mencionadas, são: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Organização Mundial da Saúde (OMS); Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO); União Internacional de Telecomunicações (ITU); Organização Marítima Internacional (IMO), entre outras.

Além dos organismos intergovernamentais especializados, que integram o Sistema das Nações Unidas, existe uma série de outros Programas e Fundos, financiados por contribuições voluntárias dos Estados membros e criados pela ONU com propósitos específicos, de caráter econômico, social, humanitário, etc. Respondem à Assembleia Geral de forma direta ou por meio do ECOSOC. Em questões administrativas, os chefes executivos dos Programas e Fundos respondem ao SGNU.

São exemplos de Programas e Fundos da ONU: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT); o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), entre outros.

RELAÇÕES BRASIL-ONU

O Brasil sempre foi membro atuante das Nações Unidas, desde a fundação da Organização, tanto em seus órgãos quanto nas agências do sistema ONU.

Em agosto de 1944, durante a Conferência de Dumbarton Oaks nos Estados Unidos, a delegação estadunidense, por instrução do presidente Roosevelt, propôs o acréscimo de um sexto assento permanente no Conselho de Segurança para o Brasil, devido a seu “tamanho, recursos e participação ativa na Guerra”. A proposta não seguiu adiante, mas a diplomacia brasileira acompanhou as discussões e, na Conferência de São Francisco, defendeu o fortalecimento das cláusulas de revisão e emenda da Carta.

O Brasil esteve entre os países que pugnaram por modificar as propostas de Dumbarton Oaks para obter aperfeiçoamentos na Carta ao final adotada. Foram incluídos na Carta princípios de justiça e direito internacional, matéria que havia sido negligenciada em Dumbarton Oaks. Estava em causa a noção de que a manutenção da ordem não poderia ser o objetivo único da organização e que só a força militar não seria capaz de sustentar a paz, especialmente se desvinculada de preocupações éticas ou valores inerentes a uma sociedade mais justa e menos desigual. No que concerne à Assembleia Geral, suas atribuições foram ampliadas, reconhecendo seu direito de discutir quaisquer questões que se enquadrem nos objetivos da Carta, assim como o direito de fazer recomendações aos estados membros e ao Conselho de Segurança. Diversas outras faculdades entraram na competência da Assembleia, como recomendar medidas para a solução pacífica de qualquer situação internacional, supervisionar a ação do Conselho de Tutela e aprovar o orçamento da ONU.

A participação do Brasil na fundação da ONU também se fez sentir em outros momentos: a articulação diplomática latino-americana, na Conferência de Chapultepec (“Conferência Interamericana sobre Problemas de Paz e Guerra”, preparatória da participação da região em São Francisco), a qual firmou posição em favor da aceitação da Argentina como um dos membros fundadores da ONU, com apoio brasileiro.

O Brasil veio a ocupar um assento não permanente no Conselho de Segurança logo em 1946-47. No exercício do mandato, a delegação brasileira pôde participar ativamente das discussões no momento em que a ONU, contrariando suas aspirações iniciais, começava a ser moldada pela realidade da nascente Guerra Fria.

O papel do Brasil nos primeiros anos da ONU também se refletiu na presidência, exercida por Oswaldo Aranha, da II Sessão Regular da Assembleia Geral das Nações Unidas (1947) e da I Sessão Especial (abril de 1947), que decidiu a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel.

A partir das primeiras sessões regulares da Assembleia Geral, com base em entendimento alcançado à época, firmou-se o costume de conceder ao Brasil o primeiro lugar entre os países no Debate Geral que se realiza a cada abertura de sessão, em setembro. Essa prática passou a simbolizar, para a opinião pública brasileira, o vínculo especial entre o Brasil e a ONU e reflete a imagem positiva de que o país desfruta na Organização.

O Brasil compartilha plenamente os princípios e propósitos das Nações Unidas. A autodeterminação, a não intervenção e a solução pacífica de controvérsias são princípios inscritos na Constituição brasileira, assim como o compromisso com a paz e com a promoção do desenvolvimento, a defesa dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente. O país tem procurado, em sua atuação nas Nações Unidas, contribuirativamente para o tratamento equilibrado dos pilares que sustentam as atividades da Organização: a manutenção da paz e da segurança internacionais, a promoção dos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.

Paz e Segurança Internacional

Conselho de Segurança das Nações Unidas

Na arquitetura institucional da ONU, atribuiu-se ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) a primazia sobre a condução dos assuntos relacionados à paz e à segurança internacionais. Com base nos Capítulos VI ou VII da Carta da ONU, o Conselho de Segurança pode decidir sobre medidas a serem adotadas em relação aos estados cujas ações ameacem a paz internacional. Dentre as decisões que podem ser tomadas ao amparo do Capítulo VII estão o embargo de armas, sanções abrangentes e mesmo a autorização de intervenção armada. Essas medidas são manifestações impositivas da autoridade do CSNU, pois dispensam o consentimento das partes em conflito.

O Conselho de Segurança é composto por cinco membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido – os "P5") e por dez membros não permanentes, eleitos para mandatos de dois anos. Os atuais membros não permanentes são: Angola (2015-16), Egito (2016-17), Espanha (2016-17), Japão (2016-17), Malásia (2015-16), Nova Zelândia (2015-16), Senegal (2016-17), Ucrânia (2016-17), Uruguai (2016-17) e Venezuela (2015-16).

Depois do Japão (11 vezes), o Brasil é o país que por mais vezes (10) integrou o Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro não permanente. Esteve nele presente por dez vezes, nos biênios 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94, 1998-99, 2004-05 e 2010-11. Para o último, foi eleito com 182 votos (dentre 183 países votantes), o que demonstra o amplo reconhecimento das contribuições do Brasil à atuação do órgão.

O Brasil sustenta que o CSNU deve atuar de forma transparente, responsável e sempre orientada pelos princípios basilares da Carta das Nações

Unidas. O país defende as vias diplomática e política para a solução dos conflitos e consideramos que as medidas coercitivas são opções de última instância.

Operações de Manutenção da Paz

O Brasil já participou de cerca de 50 operações de manutenção da paz (OMPs) e contribuiu com um total de mais de 55 mil militares e policiais. Hoje, é o 23º maior contribuinte de tropas e participa de nove missões de paz, com 1.279 militares e 24 policiais. O Brasil é o principal contribuinte de tropas da MINUSTAH (Haiti) e General brasileiro exerce seu comando militar desde 2004. Atualmente, a missão é liderada pelo General Ajax Porto Pinheiro. O Brasil contribui também com a nau-capitânia (atualmente, a Fragata Independência) à Força-Tarefa Marítima da UNIFIL (Líbano), comandada pelo Contra-Almirante Claudio Henrique Mello de Almeida.

Haiti - MINUSTAH

O Brasil é o maior contribuinte de tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), com 978 militares e 4 policiais (de um total de 4.698, sendo 2.338 militares e 2.360 policiais). O comando militar é atualmente exercido pelo general de divisão Ajax Porto Pinheiro (“Force Commander”). Dos dois batalhões remanescentes, um é brasileiro e o outro multinacional (Uruguai, Chile e Bolívia).

Em 14/10/2015, a Resolução 2243 do CSNU estendeu o mandato da MINUSTAH por 12 meses e solicitou a realização de Missão de Avaliação Estratégica para revisar as condições de segurança e a capacidade do Governo de garantir a estabilidade, após a realização das eleições presidenciais e a formação de novo governo, a fim de considerar a retirada da Missão.

Líbano-UNIFIL

Contra-almirantes brasileiros exercem, desde fevereiro de 2011, o comando da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interna das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), cuja nau capitânia é embarcação brasileira. Há ainda sete militares do Exército brasileiro desdobrados junto ao Estado-Maior do Contingente Espanhol na UNIFIL. O Brasil hoje contribui com 279 militares para a UNIFIL (DPKO, abril de 2016). O país desenvolve cooperação com o Líbano por meio da oferta de vagas na Escola Naval e na Escola Superior de Guerra.

Consolidação da Paz

A arquitetura de consolidação da paz das Nações Unidas é composta pela Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas (“Peacebuilding Commission” - CCP), pelo Escritório de Apoio à Consolidação da Paz (“Peacebuilding Support Office” - PBSO) e pelo Fundo de Consolidação da Paz (“Peacebuilding Fund” - PBF). As três entidades foram estabelecidas em 2005, com

vistas a fortalecer a atuação das Nações Unidas no apoio a países recém-egressos de conflitos armados. Sua criação atendeu a necessidade de se estabelecer mecanismo capaz de coordenar os esforços internacionais para enfrentar os desafios interdependentes nos campos da segurança e do desenvolvimento no contexto de pós-conflito. Por meio de ações de consolidação da paz, busca-se oferecer resposta adequada às causas subjacentes aos conflitos (debilidade institucional; pobreza; insegurança jurídica; disputa por terras e recursos naturais; estagnação econômica) e, desse modo, consolidar as bases para a promoção da paz sustentável.

A pedido de países interessados, a CCP estabeleceu “configurações específicas” para acompanhar e angariar apoio internacional à consolidação da paz. Hoje, constam na agenda da CCP Burundi, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, República Centro-Africana e Serra Leoa.

Desde 2007, o Brasil exerce a presidência da Configuração Guiné-Bissau da CCP, tendo sido o primeiro país em desenvolvimento a exercer semelhante função (atualmente, o Marrocos exerce a presidência da Configuração da República Centro-Africana). O Brasil já contribuiu com três representantes para o Grupo Consultivo Independente do Fundo de Consolidação da Paz. Em 2007 e 2008, aportou cerca de US\$ 600 mil ao PBF.

Entre janeiro de 2014 e março de 2015, o Brasil exerceu a presidência da CCP. Entre outros, organizou, em 23/6/2014, a primeira sessão anual da CCP, dedicada à discussão de meios para a mobilização de recursos domésticos e geração de receitas, e às lições dos processos de transição e saída de missões das Nações Unidas. Além disso, organizou, em 8/9/2014, reunião do Comitê Organizacional da CCP acerca da epidemia de ebola na África Ocidental – uma das primeiras manifestações da comunidade internacional sobre a gravidade da doença.

Mulheres, Paz e Segurança

O tema “Mulheres, Paz e Segurança” vem recebendo atenção crescente por parte das Nações Unidas. Em 2000, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1325, primeira decisão específica sobre o tema, a qual permanece como referência para o tratamento de questões de gênero no contexto de conflitos armados. A resolução aponta maneiras concretas de incorporar a perspectiva de gênero no tratamento de conflitos, entre as quais: a) participação de mulheres em processos de paz e em operações de manutenção da paz; b) proteção de mulheres contra a violência sexual em situação de conflito; c) prevenção de violência baseada em gênero em situação de conflito por meio do fortalecimento do Estado de Direito. Desde então, o tema consolidou-se na agenda internacional e foi objeto de diversas resoluções e declarações do CSNU.

Ao longo dos últimos 15 anos, outras sete resoluções foram adotadas com o objetivo de fortalecer a estratégia da ONU para promover a paz sustentável por

intermédio de estratégias que incluam a perspectiva de gênero. Entre outras medidas, o Conselho de Segurança recomendou que os estados membros elaborassem Planos Nacionais de Ação (PNAs), ou outras estratégias no âmbito doméstico, com vistas a promover a implementação da Resolução 1325. Até março corrente, cerca de 60 países já aprovaram planos na matéria.

Em outubro último, o Brasil anunciou o início do processo de elaboração de seu PNA, com vistas a promover a implementação da Resolução 1325 no âmbito doméstico. O anúncio brasileiro vai ao encontro de uma série de ações voltadas para a promoção da participação de mulheres em iniciativas relacionadas à paz e à segurança internacional, sobretudo nos setores de defesa e relações exteriores.

O Grupo de Trabalho (GT) responsável pela elaboração do PNA brasileiro é coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e composto por membros do Ministério da Defesa e do Ministério da Justiça e Cidadania. O GT conta ainda com o apoio de membros da sociedade civil e da ONU-Mulheres.

Reforma do Conselho de Segurança

A estrutura do Conselho de Segurança mantém-se inalterada na categoria de membros permanentes, desde a criação das Nações Unidas. A única reforma do órgão ocorreu em 1965 com o aumento no número de vagas para membros não permanentes, de 6 para 10.

As discussões sobre reforma do Conselho de Segurança ganharam intensidade a partir dos anos 1990, com o fim da Guerra Fria. A expansão considerável do número de estados membros da Organização, que passou de 51 (1945) para 193 (atual) resultou em crescente demanda por maior representação no órgão.

O Brasil juntou-se a Alemanha, Índia e Japão para formar o denominado G4 em 2004. O grupo defende a expansão do CSNU nas categorias de membros permanentes e não permanentes, com maior participação dos países em desenvolvimento em ambas. Com base no reconhecimento mútuo de que são candidatos legítimos a membros permanentes em um Conselho de Segurança reformado, os quatro países apoiam reciprocamente seus respectivos pleitos.

O G4 entende que a expansão do CSNU, com o ingresso de novos membros permanentes e não permanentes, contribuirá para que as decisões do órgão, que afetam toda a comunidade internacional, sejam tomadas com mais equilíbrio e de forma mais inclusiva, legítima e eficaz. Embora haja diferenças de posições sobre a questão, há uma maioria consistente e significativa de estados membros da ONU que apoia uma reforma nos moldes defendidos pelo G4.

Em 2008, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, por consenso, a Decisão 62/557, que determinou o início de negociações intergovernamentais sobre a reforma do CSNU (IGN), com base nas posições e propostas dos estados

membros, e estabeleceu o plenário informal da Assembleia Geral como foro negociador.

Desde então, o G4 e demais países apoiadores do processo de reforma têm participado ativamente do processo e atuado para estimular que os facilitadores das tratativas apresentem texto conciso que sirva de base para negociações efetivas, passo que representaria ponto de inflexão para o processo de reforma.

Brasileiros no Secretariado

O Brasil permanece em situação de sub-representação no secretariado das Nações Unidas, que conta, em universo de cerca de 10 mil cargos, com apenas 168 funcionários de nacionalidade brasileira. Destes, sendo oito em nível de direção (nível D1 ou D2) e apenas um (o brasileiro Bráulio Ferreira de Souza Dias, secretário executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica) em nível de secretário-geral adjunto (ASG). Nos cargos em que deve ser observado o critério de equilíbrio regional, o Brasil tem apenas 41 funcionários, 32 abaixo do número mínimo considerado ideal pela Organização.

Para corrigir essa situação, o Brasil tem participado, anualmente, do Programa de Jovens Profissionais (YPP, na sigla em inglês) das Nações Unidas, que seleciona profissionais de até 32 anos, oriundos de países subrepresentados, para ocupar cargos de nível inicial no Secretariado. Desde 2012, foram aprovados no YPP 14 candidatos brasileiros. O Brasil também já recebeu duas missões de "outreach" do Secretariado, com o objetivo de disseminar informações sobre as formas de ingresso em carreiras das Nações Unidas. As missões, ocorridas em 2013 e 2016, promoveram palestras para acadêmicos, funcionários públicos e entidades profissionais de distintas áreas em diversas capitais brasileiras.

Orçamento das Nações Unidas e contribuições brasileiras

O orçamento das Nações Unidas é separado em três categorias distintas: o orçamento regular; os orçamentos das operações de manutenção da paz; e os orçamentos dos tribunais penais internacionais para a ex-Iugoslávia e para Ruanda e de seu mecanismo residual. Para cada uma das categorias, aplica-se escala de quotas distinta para cálculo das contribuições devidas pelos estados membros. Nos orçamentos de operações de manutenção da paz, os membros permanentes do Conselho de Segurança têm responsabilidades financeiras adicionais, que implicam acréscimo às suas cotas, com correspondente desconto oferecido aos países em desenvolvimento. Os tribunais internacionais utilizam uma mescla da escala aplicável ao orçamento regular e aquela referente às missões de paz.

O orçamento regular abrange período de dois anos, assim como os orçamentos dos tribunais penais. Ambos são aprovados na sessão principal da V Comissão da Assembleia Geral, que se encerra em dezembro, e sua execução tem início no mês de janeiro seguinte. Ao cabo de um ano, a V Comissão revisa esses orçamentos, para efetuar os ajustes que forem necessários para o ano seguinte. Os

orçamentos das operações de manutenção da paz, por sua vez, são geralmente aprovados em sessão reconvocada da V Comissão, realizada no mês de maio, e têm vigência de apenas um ano, com execução que vai do início de julho até o fim de junho do ano seguinte. As escalas de contribuição para os três orçamentos, que definem as cotas que caberão cada estado membro, têm validade, de três anos, e também costumam ser aprovadas na sessão principal da V Comissão.

Na sessão principal da V Comissão da 70ª AGNU, ocorrida em dezembro de 2015, foi aprovado o orçamento regular relativo ao biênio 2016-2017, no valor de USD 5,4 bilhões, bem como as escalas de contribuições aplicáveis ao triênio 2016-2018.

Em 2016, o Brasil passou a ser o sétimo maior contribuinte ao orçamento regular das Nações Unidas, com cota de 3,823%, 30% maior que o cota que cabia ao país no biênio 2014-2016. O aumento da cota brasileira se deveu ao crescimento econômico experimentado pelo país no período-base (2008-2013) empregado para o cálculo da escala do triênio 2016-2018, que leva em conta o PIB dos estados membros. A cota do Brasil na escala de contribuições relativa ao orçamento das operações de paz, por sua vez, foi estabelecida em 0,7646%.

ANEXOS

Estados membros

A ONU possui hoje 193 estados membros. Segue lista de todos os países que fazem parte das Nações Unidas, assim como a data de sua admissão na Organização. Todos aqueles países marcados com asteriscos são membros fundadores da ONU (51, no total, entre eles o Brasil).

1. Afeganistão (19 de novembro de 1946)
2. África do Sul (7 de novembro de 1945)*
3. Albânia (14 de dezembro de 1955)
4. Alemanha (18 de setembro de 1973) (4)
5. Andorra (28 de julho de 1993)
6. Angola (1º de dezembro de 1976)
7. Antígua e Barbuda (11 de novembro de 1981)
8. Arábia Saudita (24 de outubro de 1945)*
9. Argélia (8 de outubro de 1962)
10. Argentina (24 de outubro de 1945)*
11. Armênia (2 de março de 1992)
12. Austrália (1º de novembro de 1945)*
13. Áustria (14 de dezembro de 1955)
14. Azerbaijão (2 de março de 1992)
15. Bahamas (18 de setembro de 1973)
16. Bangladesh (17 de setembro de 1974)
17. Barbados (9 de dezembro de 1966)
18. Bahrein (21 de setembro de 1971)
19. Belarus (24 de outubro de 1945)*
20. Bélgica (27 de dezembro de 1945)*
21. Belize (25 de setembro de 1981)
22. Benin (20 de setembro de 1960)
23. Bolívia (14 de novembro de 1945)*
24. Bósnia e Herzegovina (22 de maio de 1992) (1)
25. Botsuana (17 de outubro de 1966)
26. Brasil (24 de outubro de 1945)*
27. Brunei (21 de setembro de 1984)
28. Bulgária (14 de dezembro de 1955)
29. Burkina Faso (20 de setembro de 1960)
30. Burundi (18 de setembro de 1962)
31. Butão (21 de setembro de 1971)
32. Cabo Verde (16 de setembro de 1975)

- 33.Camboja (14 de dezembro de 1955)
34.Cameroun (20 de setembro de 1960)
35.Canadá (9 de novembro de 1945)*
36.Cazaquistão (2 de março de 1992)
37.Chade (20 de setembro de 1960)
38.Chile (24 de outubro de 1945)*
39.China (24 de outubro de 1945)*
40.Cipre (20 de setembro de 1960)
41.Colômbia (5 de novembro de 1945)*
42.Comores (12 de novembro de 1975)
43.Congo (20 de setembro de 1960) (3)
44.Coreia do Norte (17 de setembro de 1991)
45.Coreia do Sul (17 de setembro de 1991)
46.Costa do Marfim (20 de setembro de 1960)
47.Costa Rica (2 de novembro de 1945)*
48.Croácia (22 de maio de 1992) (1)
49.Cuba (24 de outubro de 1945)*
50.Dinamarca (24 de outubro de 1945)*
51.Djibouti (20 de setembro de 1977)
52.Dominica (18 de dezembro de 1978)
53.Egito (24 de outubro de 1945)*
54.El Salvador (24 de outubro de 1945)*
55.Emirados Árabes Unidos (9 de dezembro de 1971)
56.Equador (21 de dezembro de 1945)*
57.Eritréia (28 de maio de 1993)
58.Eslováquia (19 de janeiro de 1993) (2)
59.Eslovênia (22 de maio de 1992) (1)
60.Espanha (14 de dezembro de 1955)
61.Estados Unidos (24 de outubro de 1945)*
62.Estônia (17 de setembro de 1991)
63.Etiópia (13 de novembro de 1945)*
64.Federação da Rússia (24 de outubro de 1945)* (5)
65.Fiji (13 de outubro de 1970)
66.Filipinas (24 de outubro de 1945)*
67.Finlândia (14 de dezembro de 1955)
68.França (24 de outubro de 1945)*
69.Gabão (20 de setembro de 1960)
70.Gâmbia (21 de setembro de 1965)
71.Gana (8 de março de 1957)
72.Geórgia (31 de julho de 1992)

- 73.Granada (17 de setembro de 1974)
74.Grécia (25 de outubro de 1945)*
75.Guatemala (21 de novembro de 1945)*
76.Guyana (20 de setembro de 1966)
77.Guiné (12 de dezembro de 1958)
78.Guiné-Bissau (17 de setembro de 1974)
79.Guiné Equatorial (12 de novembro de 1968)
80.Haiti (24 de outubro de 1945)*
81.Holanda – Países Baixos (10 de dezembro de 1945)*
82.Honduras (17 de dezembro de 1945)*
83.Hungria (14 de dezembro de 1955)
84.Iêmen (30 de setembro de 1947)
85.Ilhas Marshall (17 de setembro de 1991)
86.Ilhas Salomão (19 de setembro de 1978)
87.Índia (30 de outubro de 1945)*
88.Indonésia (28 de setembro de 1950)
89.Irã (24 de outubro de 1945)*
90.Iraque (21 de dezembro de 1945)*
91.Irlanda (14 de dezembro de 1955)
92.Islândia (19 de novembro de 1946)
93.Israel (11 de maio de 1949)
94.Itália (14 de dezembro de 1955)
95.Jamaica (18 de setembro de 1962)
96.Japão (18 de dezembro de 1956)
97.Jordânia (14 de dezembro de 1955)
98.Kiribati (14 de setembro de 1999)
99.Kuwait (14 de maio de 1963)
100. Laos (14 de dezembro de 1955)
101. Lesoto (17 de outubro de 1966)
102. Letônia (17 de setembro de 1991)
103. Líbano (24 de outubro de 1945)*
104. Libéria (2 de novembro de 1945)*
105. Líbia (14 de dezembro de 1955)
106. Liechtenstein (18 de setembro de 1990)
107. Lituânia (17 de setembro de 1991)
108. Luxemburgo (24 de outubro de 1945)*
109. Macedônia (8 de abril de 1993) (1)
110. Madagascar (20 de setembro de 1960)
111. Malásia (17 de setembro de 1957)
112. Malawi (1º de dezembro de 1964)

113. Maldivas (21 de setembro de 1965)
114. Mali (28 de setembro de 1960)
115. Malta (1º de dezembro de 1964)
116. Marrocos (12 de novembro de 1956)
117. Maurício (24 de abril de 1968)
118. Mauritânia (27 de outubro de 1961)
119. México (7 de novembro de 1945)*
120. Micronésia (17 de setembro de 1991)
121. Moçambique (16 de setembro de 1975)
122. Moldova (2 de março de 1992)
123. Mônaco (28 de maio de 1993)
124. Mongólia (27 de outubro de 1961)
125. Montenegro (28 de junho de 2006) (1) (6)
126. Myanmar (19 de abril de 1948)
127. Namíbia (23 de abril de 1990)
128. Nauru (14 de setembro de 1999)
129. Nepal (14 de dezembro de 1955)
130. Nicarágua (24 de outubro de 1945)*
131. Níger (20 de setembro de 1960)
132. Nigéria (7 de outubro de 1960)
133. Noruega (27 de novembro de 1945)*
134. Nova Zelândia (24 de outubro de 1945)*
135. Omã (7 de outubro de 1971)
136. Palau (15 de dezembro de 1994)
137. Panamá (13 de novembro de 1945)*
138. Papua Nova Guiné (10 de outubro de 1975)
139. Paquistão (30 de setembro de 1947)
140. Paraguai (24 de outubro de 1945)*
141. Peru (31 de outubro de 1945)*
142. Polônia (24 de outubro de 1945)*
143. Portugal (14 de dezembro de 1955)
144. Qatar (21 de setembro de 1971)
145. Quênia (16 de dezembro de 1963)
146. Quirguistão (2 de março de 1992)
147. Reino Unido (24 de outubro de 1945)*
148. República Centro-Africana (20 de setembro de 1960)
149. República Democrática do Congo (20 de setembro de 1960)
150. República Dominicana (24 de outubro de 1945)*
151. República Tcheca (19 de janeiro de 1993) (2)
152. Romênia (14 de dezembro de 1955)

153. Ruanda (18 de setembro de 1962)
154. Samoa (15 de dezembro de 1976)
155. San Marino (2 de março de 1992)
156. Santa Lúcia (18 de setembro de 1979)
157. São Cristóvão e Névis (23 de setembro de 1983)
158. São Tomé e Príncipe (16 de setembro de 1975)
159. São Vicente e Granadinas (16 de setembro de 1980)
160. Senegal (28 de setembro de 1960)
161. Serra Leoa (27 de setembro de 1961)
162. Sérvia (1º de novembro de 2000) (1) (6)
163. Seychelles (21 de setembro de 1976)
164. Singapura (21 de setembro de 1965)
165. Síria (24 de outubro de 1945)*
166. Somália (20 de setembro de 1960)
167. Sri Lanka (14 de dezembro de 1955)
168. Suazilândia (24 de setembro de 1968)
169. Sudão (12 de novembro de 1956)
170. Sudão do Sul (14 de julho de 2011)
171. Suécia (19 de novembro de 1946)
172. Suíça (10 de setembro de 2002)
173. Suriname (4 de dezembro de 1975)
174. Tajiquistão (2 de março de 1992)
175. Tailândia (16 de dezembro de 1946)
176. Tanzânia (14 de dezembro de 1961)
177. Timor-Leste (27 de setembro de 2002)
178. Togo (20 de setembro de 1960)
179. Tonga (14 de setembro de 1999)
180. Trinidad e Tobago (18 de setembro de 1962)
181. Tunísia (12 de novembro de 1956)
182. Turquia (24 de outubro de 1945)*
183. Turcomenistão (2 de março de 1992)
184. Tuvalu (5 de setembro de 2000)
185. Ucrânia (24 de outubro de 1945)*
186. Uganda (25 de outubro de 1962)
187. Uruguai (18 de dezembro de 1945)*
188. Uzbequistão (2 de março de 1992)
189. Vanuatu (15 de setembro de 1981)
190. Venezuela (15 de novembro de 1945)*
191. Vietnam (20 de setembro de 1977)
192. Zâmbia (1º de dezembro de 1964)

193. Zimbábue (25 de agosto de 1980)

(1) A República Federal Socialista da Iugoslávia foi membro fundador das Nações Unidas até sua dissolução e subsequente admissão de novos membros: Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e Sérvia.

(2) A Tchecoslováquia foi membro fundador da ONU até a divisão do país em República Tcheca e Eslováquia. Ambas fazem parte hoje da Organização.

(3) O Zaire foi membro da ONU até a mudança de seu nome para República Democrática do Congo, em 1997.

(4) A República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã foram membros da ONU de 1973 a 1990 quando os dois países decidiram se unificar.

(5) A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi membro fundador da ONU e, em 1991, foi sucedida pela Federação da Rússia, após seu desmembramento em vários países.

(6) Em 2003, a República Federativa da Iugoslávia mudou seu nome para Sérvia e Montenegro. Após a independência de Montenegro, em 2006, Sérvia e Montenegro tornaram-se, cada um, membros da Organização.

Evolução do Número de Países Membros

Ano	Total de países membros da ONU	Novos integrantes
1945	51	África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bélgica, Belarus, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, República Dominicana, Equador, Egito, El Salvador, Estados Unidos, Etiópia, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Holanda, Honduras, Índia, Iugoslávia, Irã, Iraque, Líbano, Libéria, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Reino Unido, Filipinas, Síria, Tchecoslováquia, Turquia, Ucrânia, União Soviética, Uruguai, Venezuela
1946	55	Afeganistão, Islândia, Tailândia, Suécia
1947	57	Paquistão, Iêmen
1948	58	Myanmar
1949	59	Israel
1950	60	Indonésia
1955	76	Albânia, Áustria, Bulgária, Camboja, Sri Lanka, Finlândia, Hungria, Irlanda, Itália, Jordânia, Laos, Líbia, Nepal, Portugal, Romênia, Espanha
1956	80	Japão, Marrocos, Sudão, Tunísia
1957	82	Gana, Malásia
1958	82	Guiné
1960	99	Congo Brazzaville, Cameroun, Chade, Chipre, Côte d'Ivoire (Costa do Marfim), Daomé (Benin), Gabão, República Democrática do Congo, Mali, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, Madagascar, Senegal, Somália, Togo, Burkina Faso
1961	104	Mauritânia, Mongólia, Serra Leoa, Tanzânia.
1962	110	Argélia, Burundi, Jamaica, Ruanda, Trinidad e Tobago, Uganda
1963	113	Kuwait, Quênia, Zanzibar (Tanzânia)
1964	115	Malawi, Malta, Zâmbia
1965	117	Gâmbia, Ilhas Maldivas, Singapura
1966	122	Barbados, Botsuana, Guyana, Lesoto

1967	123	Iêmen
1968	126	Guiné Equatorial, Maurício, Suazilândia
1970	127	Ilhas Fiji
1971	132	Bahrein, Butão, Emirados Árabes Unidos, Omã, Qatar
1973	135	Bahamas, República Democrática da Alemanha, República Federativa da Alemanha
1974	138	Bangladesh, Granada, Guiné-Bissau
1975	144	Cabo Verde, Comores, Moçambique, Papua Nova Guiné, São Tomé e Príncipe, Suriname
1976	147	Angola, Samoa, Seychelles
1977	149	Djibouti, Vietnam
1978	151	Dominica, Ilhas Salomão
1979	152	Santa Lúcia
1980	154	São Vicente e Granadinas, Zimbábue
1981	157	Antígua e Barbuda, Belize, Vanuatu
1983	158	São Cristóvão e Nevis
1984	159	Brunei Darussalam
1990	159	Liechtenstein, Namíbia
1991	166	Estônia, Letônia, Lituânia, Ilhas Marshall, Micronésia, República da Coreia, República Democrática da Coreia
1992	179	Armênia, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Cazaquistão, Croácia, Eslovênia, Geórgia, Moldova, Quirguistão, San Marino, Tajiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão
1993	184	Andorra, Eritreia, Eslováquia, Macedônia, Mônaco, República Tcheca
1994	185	Palau
1999	188	Kiribati, Nauru, Tonga
2000	189	República Federativa da Iugoslávia, Tuvalu
2002	191	Suíça, Timor-Leste
2006	192	Montenegro
2011	193	Sudão do Sul

Cronologia da Relação Brasil-ONU

1945	Brasil assina a Carta da Organização das Nações Unidas (São Francisco, EUA).
1946-1947	Primeiro mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
1947	Presidência, exercida por Oswaldo Aranha, da II Sessão Regular da AGNU.
1947	Presidência, exercida por Oswaldo Aranha, da I Sessão Especial, que decidiu a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel.
1951-1952	Segundo mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
1954-1955	Terceiro mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
1963-1964	Quarto mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
1967-1968	Quinto mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
1986	AGNU adota Resolução 41/11, de iniciativa brasileira, criando a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).
1988-1989	Sexto mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento é realizada no Rio de Janeiro.
1994-1995	Sétimo mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
1998-1999	Oitavo mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
2004	O Brasil sedia a XI Conferência Geral das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento.
2004-2005	Nono mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
2007	O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, visita o Brasil
2010-2011	Décimo mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
Jul/2012	A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) é realizada no Rio de Janeiro.

Atos Brasil-ONU

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Publicação (D.O.U)
Acordo Básico de Assistência Técnica	11/09/1952	03/12/1956	06/06/1957
Acordo Concernente à Assistência a ser Prestada pelo Fundo Especial das Nações Unidas (e Ajuste Interpretativo)	16/09/1960	16/09/1960	10/10/1960
Acordo Básico de Assistência Técnica Brasil/ONU, suas Agências Especializadas e Agência Internacional de Energia Atômica. Adesão da IMCO e da UNIDO.	29/12/1964	02/05/1966	30/09/1966
Ajuste Relativo a Reinstalação do Centro de Informação das Nações Unidas no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro	03/04/1987	03/04/1987	14/08/1987
Acordo, por Troca de Cartas, visando a Regulamentar a Cessão de uma Companhia de Infantaria do Exército à Operação de Paz da ONU em Moçambique (ONUMOZ)	28/11/1994	Em ratificação	08/05/1997
Acordo Relativo à Terceira Reunião da Conferência das Partes do Protocolo de Cartagena e à Oitava Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade Biológica	28/09/2005		07/10/2005
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e as Nações Unidas relativo aos Arranjos para a Quinta Sessão do Fórum Urbano Mundial	21/10/2009	21/10/2009	19/11/2009
Programa Executivo do Acordo Básico de Assistência Técnica	17/11/2009	17/11/2009	04/12/2009

entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para Implementar Ações de Cooperação na Área de Gestão de Políticas Públicas			
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica sobre a Realização do Trigésimo Terceiro Período de Sessões da CEPAL	24/03/2010	24/03/2010	30/03/2010
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa de Voluntários das Nações Unidas	12/08/2010	12/08/2010	
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012	05/04/2012		29/05/2012
Emenda ao Acordo Marco para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional entre Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura	04/09/2013		27/01/2014
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a	06/06/2015		06/08/2015

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura			
Acordo entre a República Federativa do Brasil e as Nações Unidas sobre Providências para a Reunião do Fórum de Governança da Internet em 2015	28/10/2015		09/11/2015
Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e as Nações Unidas para Sediar a Reunião do Grupo Ad Hoc de Especialistas Técnicos para a Avaliação e Manejo de Riscos	13/11/2015		16/11/2015
Acordo, Por Troca de Notas, Relativo à Conferência Regional da América Latina e do Caribe da Década Internacional dos Afrodescendentes	27/11/2015		03/12/2015

Atos Multilaterais

Nome	Data de Celebração	Data de Promulgação	Data de Publicação (D.O.U)
Carta das Nações Unidas (da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça)	26/06/1945	22/10/1945	05/11/1945
Constituição da Organização Internacional do Trabalho	09/10/1946	20/10/1948	24/11/1948
Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio	09/12/1948	06/05/1952	09/05/1952
Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados	28/07/1951	28/01/1961	30/01/1961
Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher	31/03/1953	12/09/1963	17/09/1963
Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica	26/10/1956	27/08/1957	03/09/1957
Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras	10/06/1958	23/07/2002	24/07/2002
Tratado da Antártida	01/12/1959	11/07/1975	14/07/1975
Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas	18/04/1961	08/06/1965	11/06/1965
Convenção de Viena sobre Relações Consulares	24/04/1963	26/07/1967	28/07/1967
Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares	21/05/1963	03/09/1993	06/09/1993
Tratado de Proscrição das Experiências com Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e sob a Água	05/08/1963	26/04/1966	29/04/1966
Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial	21/12/1965	08/12/1969	10/12/1969
Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	16/12/1966	06/07/1992	07/07/1992
Pacto Internacional sobre Direitos	19/12/1966	06/07/1992	07/07/1992

Econômicos, Sociais e Culturais			
Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, Inclusive a Lua e Demais Corpos Celestes	27/01/1967	17/04/1969	22/04/1969
Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares	01/07/1968	07/12/1998	08/12/1998
Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados	23/05/1969	14/12/2009	15/12/2009
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	18/12/1979	13/09/2002	16/09/2002
Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar	10/12/1982	12/03/1990	14/03/1990
Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradeantes	10/12/1984	15/02/1991	18/02/1991
Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	20/12/1988	26/06/1991	27/06/1991
Convenção sobre os Direitos da Criança	20/11/1989	21/11/1990	22/11/1990
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	09/05/1992	01/07/1998	02/07/1998
Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e uso de Armas Químicas e sobre a Destrução das Armas Químicas existentes no Mundo (CPAQ)	13/01/1993	01/03/1999	02/03/1999
Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	14/12/1997	12/05/2005	13/05/2005
Estatuto do Tribunal Penal Internacional	17/07/1998	25/09/2002	26/09/2002
Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas	12/08/1998	25/09/2002	27/09/2002

Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional	15/11/2000	12/03/2004	15/03/2004
---	------------	------------	------------

Lista de maiores contribuintes das Nações Unidas

Orçamento regular (2016-2018)		Orçamento das operações de paz (2016)	
País	Cota	País	Cota
Estados Unidos	22%	Estados Unidos	28.5738%
Japão	9.68%	China	10.2879%
China	7.921%	França	6.3109%
Alemanha	6.389%	Reino Unido	5.7966%
França	4.859%	Rússia	4.0107%
Reino Unido	4.463%	Japão	9.68%
Brasil	3.823%	Alemanha	6.389%
Itália	3.748%	Itália	3.748%
Rússia	3.088%	Canadá	2.921%
Canadá	2.921%	Espanha	2.443%

2^a PARTE - SABATINA

2

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 73, de 2016 (nº 396, de 12 de julho de 2016, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.*

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

Trata-se da indicação, pelo Presidente da República, do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

O Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO nasceu a 17 de julho de 1955, no Rio de Janeiro. É bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) desde 1977. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) em 1979; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1986; e o Curso de Altos

Estudos (CAE) em 2000, defendendo a tese “A Plataforma Continental Brasileira e o Direito do Mar: Considerações para uma Ação Política”.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1980 e Segundo-Secretário em 1982. Por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 1989, a Conselheiro em 1995 e a Ministro de Segunda Classe em 2003. Foi promovido a Ministro de Primeira Classe em 2009.

No Itamaraty, foi Chefe da Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço de 1995 a 1996; Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável de 2002 a 2004; Diretor do Departamento do Meio Ambiente e Temas Especiais de 2005 a 2011; e Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia de 2011 a 2013.

Desde 1981, integrou e chefiou delegações brasileiras em diversas reuniões multilaterais sobre temas como meio ambiente, desenvolvimento sustentável, desarmamento e segurança internacional, direito do mar, Antártica, espaço exterior, saúde e trabalho.

Atuou, por muitos anos, como Negociador-Chefe brasileiro em conferências internacionais sobre temas ambientais, especialmente naquelas dedicadas à mudança do clima e à biodiversidade.

Foi peça-chave para o bom resultado alcançado na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2011 (COP-17), em Durban, na África do Sul.

Também foi o responsável pelas negociações da Rio + 20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012, no Rio de Janeiro, e que produziu um documento assinado pelos 188 países que participaram do evento.

Foi Ministro de Estado das Relações Exteriores de 2013 a 2014.

No Exterior, serviu na Missão junto às Nações Unidas, em Nova Iorque, de 1986 a 1989 e em 2013; na Embaixada em Santiago (Chile) de 1989 a 1992; na Embaixada em Washington de 1996 a 1999; na Embaixada em Ottawa

(Canadá) de 1999 a 2002; e na Delegação Permanente junto à UNESCO, em Paris, de 2004 a 2005. É o Embaixador do Brasil em Washington desde 2014.

Também em atendimento ao art. 383 do RISF, o MRE elaborou relatório sobre Portugal, do qual destacamos as informações seguintes.

A relação entre Portugal e Brasil começou em 1500, quando o navegador Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, que se tornou a principal colônia portuguesa.

Em 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, nosso país foi elevado à condição de Reino Unido e recebeu um grande impulso socioeconômico.

Em 1822, o Brasil tornou-se independente, e nosso primeiro imperador, Dom Pedro I, também foi rei em Portugal, com o nome de Dom Pedro IV, em 1826.

Desde 1825, quando foi assinado o Tratado de Paz e Aliança, em que Portugal reconheceu a independência do Brasil, os dois países celebraram dezenas de acordos bilaterais, entre os quais se destaca a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, de 1971, que mostra o grau de proximidade entre essas nações.

Em 1996, foi criada a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, integrada por Portugal, Brasil e vários países lusófonos.

O relacionamento entre Brasil e Portugal passa por momento de fluidez, decorrente do equacionamento de problemas migratórios, do elevado fluxo de visitas bilaterais, bem como da ausência de contenciosos comerciais. O bom momento do relacionamento é marcado também pela crescente cooperação em ciência, tecnologia e inovação, bem como pelo incremento, nos últimos anos, dos investimentos mútuos.

Com relação ao comércio, em 2015, o intercâmbio de Portugal com o Brasil foi de US\$ 1,6 bilhão, com saldo ligeiramente a nosso favor. O Brasil exporta, principalmente, petróleo, soja e laminados de ferro e aço, e importa, sobretudo, azeite de oliva, peças de veículos, frutas e vinhos.

Além disso, cerca de 116 mil brasileiros vivem em Portugal.

É o relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Relatório de gestão

Embaixada do Brasil em Lisboa, Portugal

Embaixador Mario Vilalva

1. Os três primeiros capítulos serão dedicados a um rápido exame, respectivamente, da política interna de Portugal, de sua economia e de sua política externa. Em seguida, serão apresentados os principais componentes da relação bilateral.

POLÍTICA INTERNA

2. Desde novembro de 2010, a Embaixada vem acompanhando de perto os principais desdobramentos da política interna portuguesa, marcados pelos efeitos adversos da crise econômica e das políticas de rigor fiscal dela decorrente.

3. O início da crise econômica e financeira ocorreu durante o governo do Primeiro-Ministro socialista José Sócrates, eleito pela primeira vez em 2005 e reconduzido ao cargo (com maioria relativa no Parlamento) no pleito de setembro de 2009. Os efeitos da crise levaram à queda de Sócrates, em março de 2011, e à posterior derrota eleitoral dos socialistas nas eleições gerais de junho de 2011. Na ocasião, saiu-se vitorioso o Partido Social Democrático (PSD), liderado por Pedro Passos Coelho, com o apoio do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP), liderado por Paulo Portas.

4. O governo do Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, vinculado ao memorando de entendimento, firmado com a troika pelo seu antecessor, foi marcado pela adoção de rigorosas medidas de ajuste fiscal, tais como redução de prestações sociais e de salários, aumento de carga tributária, entre outros. Como esperado, os efeitos sociais negativos da crise e das políticas de austeridade - diminuição da renda, aumento do desemprego, da emigração etc. - geraram grande descontentamento na população, sobretudo nos setores mais carentes. Passos Coelho, contudo, conseguiu terminar seu mandato com alguma melhoria nos indicadores econômicos e de desemprego.

5. Nas eleições gerais de outubro de 2015, a coligação PSD/CDS-PP saiu-se vitoriosa, não alcançando, porém, maioria absoluta. Passos Coelho foi reconduzido à chefia do governo, mas seu segundo mandato durou poucas semanas. A Assembleia da República, integrada majoritariamente pelos partidos de centro-esquerda e esquerda, aprovou moção de rejeição ao programa de governo, acarretando sua queda.

6. Formou-se, então, o atual governo do Partido Socialista (PS), viabilizado no Parlamento pelo apoio dos partidos de esquerda radical: Bloco de Esquerda (BE), Partido Comunista Português (PCP) e Partido Ecologista "Os Verdes" (PV). Trata-se de composição inédita no sistema político português vigente desde 1976. Até então, as funções executivas haviam sido exercidas unicamente pelos partidos do chamado "arco da governação", que incluía as forças de centro-esquerda (PS), centro (PSD) e centro-direita (CDS-PP).

7. Entre 2010 e 2011, a Embaixada também acompanhou e reportou sobre as eleições presidenciais ocorridas no período. Primeiramente a de Aníbal Cavaco Silva, reconduzido à chefia do Estado em 2011, e a de Marcelo Rebelo de Sousa, eleito em 2016. A eleição de Marcelo Rebelo de Sousa tem sido vista como fator que poderá contribuir para a estabilidade da atual solução de governo (PS apoiado pela esquerda radical). Desde o início de seu mandato, o novo Presidente vem adotando discurso de independência, conciliação e equidistância em relação às disputas partidárias. Ademais, tem (ou demonstra ter) bom relacionamento pessoal com o Primeiro-Ministro António Costa.

8. Tenho com o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa e seus familiares relação pessoal, construída desde o período em que servi, como Conselheiro, na Embaixada do Brasil em Lisboa (1991-1993). Seu irmão, Pedro Rebelo de Sousa, hoje eminente advogado no país, foi, na segunda metade dos anos 1980, membro da equipe de William (Bill) Rhodes, Vice-Presidente do City Group, e, nessa condição, colaborou na reestruturação da dívida externa brasileira.

ECONOMIA

9. Ao assumir minhas funções na Embaixada, em novembro de 2010, a economia local atravessava período de forte turbulência, com desconfianças em relação à capacidade de pagamento do país, em contexto de crise financeira global. Ao

final de 2010, Portugal apresentava endividamento público de 96% do PIB, déficit fiscal da ordem de 11,2% do PIB e taxa de desemprego de 10,8% da população economicamente ativa. A constante elevação dos juros dos títulos da dívida soberana portuguesa e as consequentes dificuldades de liquidez do sistema financeiro local desencadearam o pedido de resgate internacional em abril de 2011, ainda no governo do socialista José Sócrates.

10. Em maio de 2011, Portugal assinou Memorando de Entendimento com o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o FMI (troika), que lhe garantiu empréstimo de EUR 78 bilhões, sob a condição de implementação de rigoroso ajuste macroeconômico. O ajuste baseava-se em três pilares: equilíbrio das contas públicas, solvência do setor financeiro e reformas econômicas destinadas a incentivar a produtividade. O programa também previa a privatização de empresas públicas, com o qual se estimava arrecadar cerca de EUR 5,5 bilhões.

11. O governo do social-democrata Pedro Passos Coelho, que sucedeu o de José Sócrates, em meados de 2011, passou à implementação do ajuste fiscal determinado pela troika, com base na elevação de impostos, redução de despesas públicas e corte das remunerações dos servidores públicos e pensionistas. O programa teve forte impacto recessivo e, com o aumento do desemprego (chegou a 17,5% em 2013), provocou a emigração de milhares de jovens portugueses. O PIB recuou 1,8%, em 2011, 4%, em 2012, e 1,1%, em 2013.

12. Em 2013, entretanto, Portugal logrou obter o primeiro superávit das contas externas em décadas, graças ao aumento das exportações e à queda das importações. Ademais, reduziu o déficit público para 4,8% do PIB, abaixo inclusive da meta estipulada (5,5% do PIB) para aquele ano.

13. Já ao final de 2014, o déficit público subiu para 7,2% do PIB, o endividamento saltou para 130% do PIB (em razão dos empréstimos liberados pela troika) e a taxa de desemprego ficou em torno de 14%, mas a economia voltou a crescer (+0,9%), sustentada pela recuperação do consumo interno. Vale registrar que o PIB em 2014 era cerca de 85% daquele registrado em 2008.

14. As privatizações renderam cerca de EUR 8 bilhões aos cofres públicos, contribuindo para a elevação do investimento

estrangeiro direto líquido. Empresas chinesas foram responsáveis por mais da metade dos recursos obtidos. Espanhóis e franceses também tiveram participação relevante. Dentre as principais empresas privatizadas, coube destaque às seguintes: Energias de Portugal (EDP); Redes Energéticas Nacionais (REN); Aeroportos de Portugal (ANA); Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC); Hospitais Privados de Portugal (HPPs), concorrência vencida pela então brasileira AMIL; e TAP, com participação da brasileira Azul Linhas Aéreas.

15. O programa de resgate da troika encerrou-se em maio de 2014, com críticas à austeridade e aos resultados alcançados. Portugal prescindiu da última parcela do empréstimo, de EUR 3 bilhões, e de qualquer programa cautelar, pois, segundo o então Primeiro-Ministro Passos Coelho, a estratégia para o "regresso aos mercados e a consolidação orçamental foram bem-sucedidas e o país recuperou a sua credibilidade externa". Empresários portugueses, todavia, questionaram a fragilidade das reformas macroeconômicas e fiscais. Consideram-nas insuficientes para equilibrar as contas públicas e elevar a competitividade das empresas locais. Especialistas, por sua vez, atribuem a estagnação econômica dos últimos anos ao crescimento negativo da população, que mantém os salários em níveis elevados, prejudicando a competitividade do país. Com efeito, nos últimos anos, o número de mortes tem superado o de nascimentos (desde 2009) e o número de imigrantes tem decaído (desde 2010).

16. De todo modo, o ajuste fiscal do período sob intervenção externa proporcionou alguma melhoria nos fundamentos macroeconômicos do país. Além disso, as políticas monetárias expansionistas do Banco Central Europeu trouxeram alívio à situação financeira, principalmente no que se refere à rolagem da dívida soberana e à captação de recursos financeiros nos mercados internacionais. Ressalte-se que o programa de "quantitative easing" do Banco Central Europeu diminuiu o custo de financiamento de Portugal e estimulou a migração de capitais das economias emergentes para títulos soberanos da periferia da zona euro, garantidos que estão pelas autoridades comunitárias.

17. Atualmente, os problemas econômicos enfrentados por Portugal continuam concentrados na necessidade de consolidação fiscal, na baixa competitividade da economia e

nas desconfianças em relação à liquidez do sistema financeiro. Em 2015, a dívida pública diminuiu ligeiramente para 128% do PIB; o déficit fiscal reduziu-se para 4,4% do PIB; e o desemprego decresceu, situando-se em 12,4% da população economicamente ativa. A atividade econômica, por sua vez, expandiu-se em 1,5%.

18. O FMI tem preconizado publicamente a consolidação fiscal, nas sucessivas missões de supervisão a Portugal. De acordo com representantes do Fundo, seriam necessárias medidas adicionais de austeridade para atingir a meta de déficit público de 2,2% do PIB em 2016. O FMI sublinha a importância de racionalizar a despesa pública, de forma a compensar as pressões exercidas pelo aumento dos salários e das pensões, que teriam subido acima das capacidades da economia portuguesa.

19. Importa também mencionar que a baixa produtividade persiste como fonte de preocupação, em especial para a Comissão Europeia. Esta tem manifestado descontentamento com o recente aumento do salário mínimo e com o fraco ritmo de implementação das reformas estruturais. Em paralelo, estudo do "International Institute for Managing Development", divulgado em junho corrente, mostrou que o país perdeu competitividade no ano passado, caindo da 36^a para a 39^a posição, em um total de 61 países avaliados.

20. Com relação ao setor financeiro português, há aproximadamente EUR 26 bilhões de créditos insolventes, com média de 12% da carteira de crédito dos bancos em risco de inadimplência. Ademais, as instituições financeiras não têm logrado canalizar recursos para investimentos produtivos, sobretudo nos setores mais dinâmicos da economia portuguesa, como o setor exportador e o de turismo, com crescimento a ritmo acelerado (acima de dois dígitos).

21. A Embaixada acompanhou atentamente o desenvolvimento de todos esses temas durante os últimos seis anos, reportando periodicamente à Secretaria de Estado análises e fatos relevantes da vida econômica portuguesa. Nesse sentido, prestou apoio e trabalhou em conjunto com órgãos públicos e entidades empresariais, de modo a estimular e aperfeiçoar as relações econômicas entre Brasil e Portugal. Por fim, cabe destacar o importante trabalho feito ao longo do processo de privatizações em Portugal, com vistas a apresentar as

oportunidades surgidas ao empresariado brasileiro e apoiar as empresas brasileiras nos processos licitatórios.

22. Tópico específico acompanhado pela Embaixada foi a questão do interesse português na exclusão da ilha da Madeira da lista de jurisdições de tributação favorecida da Receita Federal do Brasil, objeto de diversas solicitações do governo português. A Receita Federal até o momento não considerou satisfatórias as reformas feitas no regime fiscal da Madeira, razão pela qual não autorizou a exclusão do arquipélago da chamada "lista negra".

POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

23. Para dar conta do seguimento e análise da política exterior portuguesa e, nesse contexto, defender os interesses brasileiros na relação bilateral e multilateral, a Embaixada buscou estabelecer, ao longo dos últimos seis anos, ampla rede de contatos junto a líderes políticos, autoridades, empresários, acadêmicos, representantes de organizações da sociedade civil, corpo diplomático estrangeiro, jornalistas e formadores de opinião. Nesse processo, tive a felicidade de me tornar amigo pessoal dos Primeiros-Ministros Pedro Passos Coelho (2011-2015) e António Costa (2015- .), além dos Ministros dos Negócios Estrangeiros Paulo Portas (2011-2013) e Rui Machete (2013-2015).

24. A política externa portuguesa tem-se estruturado, em diferentes governos, em torno de três vias principais: a europeia, a atlântica e a lusófona. A estas tem-se somado, ultimamente, o entorno meridional do país (Mediterrâneo e norte da África). A vocação histórica de fazer pontes entre a Europa e os outros continentes, ainda muito viva na identidade nacional, adquire especial apelo à medida que a apreensão com o futuro se torna mais aguda em tempos de crise política e econômica. Assim, Portugal parece se dar conta de que precisa crescentemente cultivar a dimensão ecumênica de sua identidade, buscando credenciar-se como interlocutor dos parceiros comunitários junto aos países lusófonos e, ao mesmo tempo, aprofundar os contatos bilaterais extra-regionais.

25. A participação na União Europeia continua sendo a dimensão essencial da estratégia de desenvolvimento do país. É para lá que vai o principal das exportações portuguesas e é de lá que são recebidos os maiores recursos financeiros, na forma dos programas de convergência econômica (cerca de EUR

100 bilhões desde 1986). Nos últimos anos, por conta do pedido de resgate financeiro à troika, em 2011, a Europa tem estado, crescentemente, no centro das atenções da opinião pública. Por conseguinte, a diplomacia portuguesa vem dedicando boa parte de seus esforços à Europa: na implementação das contrapartidas ao programa de resgate, entre 2011 e 2014; na negociação dos termos e do formato da saída do referido programa, em 2014; e na formulação de propostas de política regional, especialmente no campo da estabilização financeira e orçamentária da zona euro. Nesse contexto, o atual governo socialista de António Costa tem proposto a adoção, em nível europeu, de programa de convergência econômica dos Estados-membros, bem como o reforço do papel executivo da Comissão Europeia, além de maior participação dos parlamentos nacionais no processo decisório das instâncias políticas da União Europeia.

26. A vertente atlântica aparece, no discurso, ao mesmo tempo como vocação histórica e como oportunidade para o futuro. Dela emana a ideia de que Portugal estará no centro geográfico de qualquer parceria transatlântica bem-sucedida e, em consequência, terá sua importância acrescida em todos os quadrantes. Nesse sentido, Portugal concede grande importância a sua participação na Conferência Ibero-Americana e na OTAN (nesse último caso, enfatizando as responsabilidades de Portugal no quadro do terrorismo e dos fenômenos de extremismo religioso), bem como às relações com tradicionais e novos parceiros nas Américas: na primeira categoria, Brasil e Venezuela; na segunda, Colômbia, Peru, Panamá e México. O interesse por novas parcerias na região levou Portugal a ser admitido como observador da Aliança do Pacífico, em 25 de maio de 2013. O Primeiro-Ministro António Costa (PS) tem manifestado apoio às negociações do TTIP (Tratado de Comércio e Investimento UE/EUA), embora de maneira menos enfática que seu antecessor.

27. O eixo lusófono, no qual se inclui a participação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), é considerado prioritário por Portugal à medida que o credencia, dentro e fora da Europa, como interlocutor privilegiado dos demais países de língua portuguesa, em especial Angola, Moçambique e Brasil. É nesse eixo que Portugal concentra o maior volume de iniciativas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, por meio de programas estratégicos de cooperação com Angola, Cabo Verde,

Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe, implementados pelo Instituto Camões. E é desse eixo que Portugal espera receber a musculatura necessária para contornar a sua dimensão periférica no contexto europeu. Verificaram-se, ao longo dos últimos anos, resultados concretos do esforço (promovido por sucessivos governos) de promoção das exportações e dos investimentos junto aos países africanos de língua oficial portuguesa, em especial Angola e Moçambique.

28. Na CPLP, o Governo do socialista António Costa tem arrolado como prioridades a afirmação da língua portuguesa, a implantação de uma "cidadania lusófona" e o estreitamento da ligação às diásporas de língua portuguesa, estimadas em cerca de 5 milhões de pessoas e qualificadas como poderosa força econômica, cultural e política. Recentemente, à luz de polêmica envolvendo a assunção do próximo Secretário-Executivo da CPLP (pelo critério de rotatividade, caberia a Portugal), resolveu-se que São Tomé e Príncipe e Portugal terão, nessa ordem, a Secretaria-Executivo da Comunidade, pelo período de dois anos cada um.

29. Com relação ao Mediterrâneo, além de reforçar os laços bilaterais, Portugal busca engajar-se com a região no quadro da ONU, da UE e dos grupamentos que ligam o Sul da Europa ao Magrebe, tais como o Diálogo 5+5, o "Med Group" e a União para o Mediterrâneo (UpM), sendo esta última o único foro internacional no qual dialogam Israel e Palestina.

30. Sob o governo de António Costa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros foi fortalecido com a incorporação de toda a política europeia, a promoção das exportações e a internacionalização da economia (foi criado, para este fim, o cargo de Secretário de Estado da Internacionalização, no âmbito do MNE). Para isso terá contribuído a experiência executiva de Augusto Santos Silva, ministro em governos dos ex-PMs António Guterres e José Sócrates, e a quem foi atribuída a precedência mais elevada no gabinete ministerial, após o Primeiro-Ministro António Costa.

31. Cabe destacar que a atual prioridade da política externa portuguesa é a candidatura de António Guterres a Secretário-Geral das Nações Unidas. Guterres, além de ex-Primeiro-Ministro de Portugal (1995-2002), ocupou o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (2005-2015).

Em seu governo, Guterres fez da relação com o Brasil política de Estado: resolveu os antigos conflitos envolvendo o reconhecimento de diplomas de brasileiros vivendo e trabalhando em Portugal; decidiu apoiar de forma determinada e consistente o investimento português no Brasil, cujo estoque alcança hoje mais de EUR 3 bilhões; e passou a apoiar, ostensiva e declaradamente, as pretensões brasileiras nos organismos internacionais, entre as quais o pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

RELAÇÕES BILATERAIS

32. Ao longo dos últimos anos, o relacionamento entre Brasil e Portugal tem-se manifestado de forma muito positiva, caracterizado que está pelo interesse português de aprofundar parcerias com todos os países de língua portuguesa e, nesse contexto, pela busca de novos temas de cooperação, entre os quais se destacaram as iniciativas nas áreas da ciência, tecnologia e inovação, bem como o constante esforço pelo incremento do comércio e dos investimentos mútuos. Como se recorda, esse novo patamar das relações bilaterais muito se beneficiou do equacionamento dos antigos problemas migratórios e dos freqüentes contenciosos comerciais. O bom momento é também evidenciado pelo fluxo de visitas bilaterais de alto nível, de parte a parte.

33. A fluidez do relacionamento permite maior receptividade das autoridades locais à atuação da Embaixada do Brasil. Assim, o diálogo com as autoridades portuguesas tem sido freqüente, desimpedido e de alto nível, tanto no Executivo, quanto no Legislativo e no Judiciário. Nesse contexto, os pleitos brasileiros são sempre examinados com muita atenção e consideração.

34. Aproveitando-se desse ambiente, a Embaixada tem promovido e acompanhado várias iniciativas de cooperação entre os dois países, dentre as quais se destacaram, nos últimos anos, as que tiveram como objeto os setores da inovação, energia, biotecnologia, nanotecnologia, educação e promoção da língua portuguesa, bem como outros temas constantes da agenda de trabalho da Comissão Permanente Bilateral (CPB), importante instância de diálogo político e de cooperação entre os dois países.

35. Portugal tem feito do aprofundamento de laços com os países de língua portuguesa, em especial com o Brasil, verdadeira política de Estado. Isto se deve, em grande medida, ao fato de que o país reconhece a sua dimensão limitada no âmbito europeu e, desse modo, procura, na CPLP, novas formas de poder, riqueza e atuação internacional. Assim, seguidos governos portugueses, independentemente das suas tendências ideológicas, têm atribuído elevada importância às cúpulas bilaterais Brasil-Portugal e a toda iniciativa nos diversos campos da cooperação.

36. No plano multilateral, Portugal tem trabalhado estreitamente com o Brasil. Empenha-se constantemente no apoio às nossas pretensões internacionais, entre as quais a candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Recorde-se, a propósito, a excelente cooperação mantida entre os dois países quando coincidiram, em 2011, na condição de membros não-permanentes do referido órgão. Importante também destacar, nesse contexto, o apoio prestado por Portugal, de forma ostensiva e determinada, aos pleitos, demandas e candidaturas brasileiras em organismos internacionais, muitas vezes em dissonância com a orientação de seus sócios na União Europeia.

37. Cabe mencionar aqui a viabilização da candidatura do Professor José Graziano, na disputa pelo cargo de Diretor-Geral da FAO, em 2011. Sua eleição, obtida por apenas quatro votos sobre o candidato espanhol, Miguel Ángel Moratinos (fortemente apoiado pelos países europeus), só foi possível graças ao esforço conjunto da CPLP, com atuação expressiva de Portugal. Na mesma linha, em 2013, por ocasião das eleições para o cargo de Diretor-Geral da OMC, Portugal apoiou e promoveuativamente a candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo, tanto na União Europeia quanto na OMC, novamente opondo-se à maioria dos países europeus, orientados a votar no candidato concorrente (mexicano). Ao longo de ambos os processos eleitorais, a Embaixada manteve contatos frequentes com os responsáveis pelo assunto no Executivo português. Em reconhecimento ao trabalho desempenhado pela chancelaria portuguesa, três diplomatas portugueses foram condecorados com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Pela mesma razão e por todo o apoio que o governo português tem dado aos pleitos brasileiros, foi recentemente concedida a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul ao ex-Vice-Primeiro-Ministro e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas.

38. Portugal também tem envidado esforços em favor do Acordo de Associação Mercosul-UE. Além de apoiar e reconhecer ostensivamente os méritos do Acordo, Lisboa orientou muitas de suas Embaixadas na Europa, especialmente aquelas junto aos governos mais renitentes, a gestionar pela retomada das negociações, demonstrando as vantagens do processo para os dois lados do Atlântico. Graças às conversas mantidas no mais alto nível, pôde a diplomacia portuguesa compreender melhor os avanços e recuos no processo decisório tanto do lado europeu quanto do lado do Mercosul. Com o mesmo propósito, a Embaixada tem procurado aproximar-se de vários eurodeputados portugueses, a fim de estender o apoio para as negociações do Acordo também ao Parlamento Europeu.

39. No plano das visitas bilaterais de alto nível, cabe recordar ter o Senhor Vice-Presidente da República (atualmente no exercício da Presidência da República), Michel Temer, visitado Portugal em dezembro de 2012; em outubro de 2013; e em abril de 2015, quando manteve reunião de trabalho com o então Vice-Primeiro-Ministro Paulo Portas, além de ter sido recebido pelo Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho e pelo Presidente Aníbal Cavaco Silva. A Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, realizou visitas a Portugal em março de 2011 e em junho de 2013, esta última por ocasião da XI Cimeira Brasil-Portugal.

40. O ex-Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira visitou Lisboa em março de 2016, quando manteve reunião bilateral com o MNE Augusto Santos Silva e participou da XIV Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Por sua vez, o ex-Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado visitou Lisboa em março de 2014, e o ex-Ministro Antonio Patriota, em abril de 2013.

41. Do lado português, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa confirmou que visitará o Brasil para a abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, e o Primeiro-Ministro António Costa, para a abertura dos Jogos Paralímpicos. O Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho visitou o Brasil em outubro de 2011 e Paulo Portas, sucessivamente Ministro dos Negócios Estrangeiros e Vice-Premiê-Ministro, visitou o Brasil em sete oportunidades, entre julho de 2011 e janeiro de 2015. Por sua vez, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Rui Machete visitou o Brasil em maio de 2015. Ministros de outras pastas

dos dois países também realizaram diversas visitas oficiais, nos últimos anos.

42. Como ocorre a cada Legislatura, a Assembleia da República Portuguesa comunicou à Embaixada a instalação, na corrente Legislatura (13^a), do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Portugal. Integram o grupo parlamentares de todas as tendências representadas na Assembleia. Sua presidência cabe ao deputado Carlos Páscoa (PSD). Do lado brasileiro, não foi ainda instalado no Congresso Nacional o respectivo Grupo para a 55^a Legislatura (2015-2018).

43. Nos últimos seis anos, a Embaixada manteve interlocução muito próxima com o Grupo Parlamentar Portugal-Brasil e com outros parlamentares portugueses, de modo a informar e demandar apoio para os grandes temas da agenda bilateral. Desses contatos, verificou-se claramente o forte interesse dos deputados portugueses de aprofundar relações com o Congresso Nacional e de estimular ações nas áreas das relações culturais, humanas e acadêmicas. Seria, portanto, conveniente que se estude a possibilidade de reinstalação do Grupo Parlamentar de Amizade do lado brasileiro, o qual muito tem contribuído para o atendimento dos interesses bilaterais.

PROMOÇÃO COMERCIAL

44. O fluxo de comércio bilateral evoluiu de forma anômala entre 2010 e 2015. O endurecimento da crise econômica em Portugal e na União Europeia, associado ao clima amplamente desfavorável da economia mundial em anos recente e, ainda, a retração da economia brasileira, contribuíram para a redução generalizada dos indicadores (Instituto Nacional de Estatística de Portugal, em EUR milhões)

2010	2015	Importação portuguesa	1.046,6	860,0	Exportação portuguesa	439,5	569,3	Saldo (déficit português)	607,1	290,7
		Corrente de comércio	1.486,1	1.429,3						

45. Na pauta do comércio bilateral, as principais exportações portuguesas para o Brasil foram: produtos agrícolas (em 2010, representaram 43,3% do fluxo e, em 2015, 44,2%); máquinas e aparelhos (17,5% e 12,7%); veículos e outro material de transporte (2,6% e 15,9%); produtos alimentares (6,9% e 6,9%); metais comuns e seus produtos (4,6% e 5,6%); minérios e minerais (incluindo petróleo) (8,1% e 5,8%); produtos de plástico e borracha (3,2% e 2,0%); matérias primas e

intermédias têxteis (1,9% e 1,7%); papel e pasta de papel (1,4% e 0,9%); produtos químicos (orgânicos e inorgânicos) (2,2% e 1,1%); e madeira e seus produtos (1,1% e 0,8%).

46. Por outro lado, as principais importações do Brasil foram: petróleo (em 2010, representaram 42,4% do fluxo e, em 2015, 24,4%); produtos agrícolas (29,0% e 33,3%); veículos e outro material de transporte (0,4% e 6,4%); máquinas e aparelhos (4,4% e 4,6%); metais comuns e suas obras (3,1% e 11,3%); produtos alimentares (5,7% e 1,5%); peles e couros (1,2% e 1,8%); produtos plásticos e de borracha (4,1% e 4,3%); madeira e suas obras (2,5% e 3,4%); produtos químicos (orgânicos e inorgânicos) (2,5% e 1,3%); matérias primas e intermédias têxteis (0,5% e 1,7%); pasta de papel e celulose (1,1% e 0,9%); instrumentos de ótica e de precisão (0,5% e 0,5%); e calçados (1,1% e 0,8%).

47. Quanto aos investimentos bilaterais, verificavam-se os seguintes valores em estoque de investimento nos respectivos finais de período, em milhões de euros:

2010	2015	De Portugal no Brasil	6.251,1	3.000,2	Do Brasil em Portugal	4.440,9	2.475,7
------	------	-----------------------	---------	---------	-----------------------	---------	---------

48. No período em questão, o Setor de Promoção Comercial da Embaixada (SECOM) organizou ou apoiou a participação de empresas brasileiras em variadas feiras em território português, em setores tais como alimentação, artesanato, turismo e agronegócio. Igualmente divulgou amplamente em Portugal as feiras realizadas no Brasil.

49. O SECOM apoiou também a realização de inúmeras missões empresariais brasileiras a Portugal, sejam as que acompanharam autoridades governamentais de nível federal, estadual ou municipal em visitas oficiais, sejam aquelas organizadas por entidades patronais ou de classe nacionais, ou por órgãos de fomento, tais como APEX e SEBRAE.

50. O SECOM prestou anualmente apoio à Embratur na organização da participação brasileira na Bolsa de Turismo de Lisboa. Além disso, divulgou o Brasil como destino de turismo em incontáveis eventos e feiras realizados anualmente no território português.

51. Todos os diplomatas da Embaixada, inclusive eu próprio, participaram, no período, de grande número de seminários,

"workshops" e rodadas de negócios com vistas a promover o comércio, os investimentos, a inovação e a tecnologia entre os dois países, tanto como palestrantes quanto como debatedores. O auditório da Embaixada foi cedido, para realização de seminários, a diversas entidades.

52. A Embaixada buscou sempre manter contato estreito com os dirigentes das principais entidades portuguesas na área de comércio exterior, indústria, tecnologia e investimentos, tais como AICEP, Associação Industrial Portuguesa, Confederação Empresarial de Portugal, Associação Empresarial de Portugal, Invest Lisboa, Câmaras de Comércio etc. Cabe registro especial à parceria que mantém com a Câmara de Comércio Luso-Brasileira, que inclui a organização conjunta e periódica de eventos, realizados, na grande maioria, nas cidades de Lisboa e do Porto.

53. Entre janeiro de 2011 e março de 2016, foram as seguintes as principais atividades do SECOM, em termos numéricos: 2.967 atendimentos a consultas empresariais; 508 atendimentos sobre investimentos bilaterais; 649 atos de divulgação de feiras no Brasil; 121 participações e apoio a participantes em feiras locais; 422 atos de organização e apoio a missões empresariais, seminários, eventos, rodadas de negócios e similares; 238 participações efetivas em seminários, eventos, rodadas de negócios, "workshops", mostras e semelhantes; 231 visitas, entrevistas, encontros com autoridades locais e agentes empresariais; 273 inserções no cadastro de empresas importadoras portuguesas na BrazilGlobalNet (BGN); 1.046 validações de registro no cadastro de empresas portuguesas importadoras na BGN.

DEFESA E SEGURANÇA

54. A Embaixada conta com três adidâncias: de Defesa e Naval; do Exército e Aeronáutica; e da Polícia Federal. Todas contribuem de forma muito positiva para as atividades do posto e para o elevado perfil do Brasil em Portugal. A Adidância da Polícia Federal, ademais, presta importante colaboração aos Consulados-Gerais do Brasil em Lisboa, Faro e Porto.

55. As adidâncias militares têm apoiado, sobretudo, as iniciativas de cooperação entre Forças Armadas e a participação de militares brasileiros em cursos em universidades e academias militares portuguesas, bem como têm

participado de operações e exercícios coordenados pelas FFAA de Portugal. Em 2016, foram oferecidas 31 vagas em instituições portuguesas a militares da Força Aérea e do Exército brasileiros de diversas patentes, em áreas como Defesa Química, Biológica e Nuclear, Engenharia, Paraquedismo, Curso contra Terrorismo, Estudos Africanos, Administração Pública, Construção e Instalação, entre outros. Oficiais da Marinha brasileira também encontram-se matriculados em cursos em Portugal. A cooperação militar tem o benefício, para o lado brasileiro, de tomar conhecimento de métodos e práticas adotadas por Portugal em decorrência de sua participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Por outro lado, o envio de militares portugueses para cursos no Brasil tem aumentado no último ano, em razão de priorização da parceria com o Brasil, apesar das restrições orçamentárias vigentes em Portugal.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, ENERGIA E MEIO AMBIENTE

56. Desde 2011, tem sido notável a aproximação entre Brasil e Portugal nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, energia e meio ambiente. A cooperação nesses temas foi responsável por importante adensamento das relações bilaterais.

57. Na área aeronáutica, a cooperação trouxe alguns dos mais valiosos resultados, com a consolidação de cadeia estruturante de criação de conhecimento e tecnologia, em estreita coordenação entre os dois governos. O desenvolvimento da aeronave Embraer KC-390, iniciado em 2009, ganhou consistência nos anos seguintes. O projeto representou avanço significativo na indústria aeronáutica dos países envolvidos, sobretudo Brasil e Portugal. A aeronave é a maior já fabricada com tecnologia brasileira e o mais importante projeto da história da indústria aeronáutica portuguesa. Mais de 16 empresas locais participam na cadeia de fornecedores do KC-390, a exemplo da OGMA, do Centro de Inovação e Engenharia para as Indústrias da Mobilidade (CEIIA) e das fábricas da Embraer em Évora. Aguarda-se, no momento, anúncio da decisão do governo português de adquirir, para sua Força Aérea, 6 unidades do KC-390.

58. A cooperação na área de mobilidade inteligente também assistiu grande progresso nos últimos cinco anos. O Centro de Inovação e Engenharia para as Indústrias da Mobilidade (CEIIA), a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI) e a

Itaipu Binacional cooperam, desde 2013, no programa Mob-I, que pretende desenvolver cadeia de valor para a mobilidade elétrica nas cidades de Brasília, Campinas, Curitiba, Foz do Iguaçu e Rio de Janeiro. As atividades serão apoiadas pela plataforma "mobi.me", tecnologia portuguesa responsável pela administração de redes de mobilidade elétrica na Europa.

59. Há também, desde fevereiro de 2016, cooperação em curso entre o Governo de Minas Gerais, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior português e o CEIIA para o desenvolvimento de veículo elétrico, que servirá de suporte industrial para fomentar a mobilidade inteligente e a cooperação em temas energéticos ligados ao conceito de "smartcities" (o protótipo do veículo elétrico pode ser visitado nas instalações do CEIIA, na cidade do Porto).

60. No campo da tecnologia aplicada às comunicações, a construção do cabo submarino "BuildingEuropeLink to LatinAmerica" (BELLA) é demonstração de como o relacionamento entre Brasil e Portugal em C,T&I pode ter benefícios que se estendam para seus respectivos continentes. O cabo, a interligar Fortaleza a Lisboa, será alternativa viável à estrutura existente de fibra ótica ligando a Europa à América Latina. Atualmente, todos os cabos provenientes da América do Sul destinam-se aos EUA, à exceção de um, de baixa capacidade. O projeto é privado e vem sendo conduzido pela Telebrás e pela companhia espanhola IslaLink, cabendo aos governos envolvidos apoio financeiro e político. O acordo de acionistas foi firmado em 2015.

61. A principal pendência da iniciativa é, atualmente, a integralização do apoio financeiro de EUR 25 milhões esperado do lado comunitário. Em resposta a gestões que a Embaixada vem realizando, o governo português e os eurodeputados portugueses têm-se empenhado em levar adiante o projeto em âmbito europeu.

62. Na área de nanotecnologia, a Embaixada vem promovendo nos últimos anos a interlocução entre o Ministério da Educação do Brasil (MEC), o Ministério da Educação e Ciência de Portugal e a Secretaria de Estado da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Espanha, a qual resultou na assinatura, em 2013, de Memorando de Entendimento para cooperação no âmbito do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL), situado na cidade de Braga. Por meio do instrumento, a

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) financiou, desde 2014, cerca de 25 bolsistas brasileiros para o desenvolvimento de projetos de pesquisa em nanotecnologia nas instalações do laboratório. Novas bolsas poderão ser oferecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com base em Carta de Intenções firmada, em 2015, entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Ministério da Educação e Ciência de Portugal e a Secretaria de Estado da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Espanha. Dentre os países estrangeiros, o Brasil tem hoje o terceiro maior contingente de pesquisadores no INL. A cooperação é vantajosa para ambas as partes, uma vez que oferece a pesquisadores brasileiros acesso a instalações de excelência internacional em área sensível e possibilita a Portugal dar melhor aproveitamento às estruturas existentes no laboratório da cidade de Braga.

63. Em biotecnologia, a Embaixada deu início a diálogo profícuo entre o MCTI e a Associação Beira Atlântico Parque (BiocantPark), situado na cidade de Cantanhede. O diálogo resultou em Memorando de Entendimento para Cooperação em Biotecnologia, firmado em 2013. O instrumento prevê possibilidade de instalação de empresas de capital e tecnologia brasileiros no BiocantPark, bem como a criação conjunta de programas de formação avançada em biotecnologia, a partir das universidades do Norte e Centro de Portugal, especialmente de Coimbra, localizada a 25km de Cantanhede. Está prevista a instalação de uma primeira empresa brasileira no terceiro edifício do Parque, em fase final de construção.

64. A cidade portuguesa do Fundão e o município de Campinas (SP) também iniciaram cooperação nessa área. Foram inaugurados, em 2015, o Centro de Biotecnologia da Beira Interior (CBTPBI) e seu campo experimental, dotado de estufas para o desenvolvimento de plantas produzidas ou modificadas em laboratório na cidade portuguesa. A Universidade Estadual de Campinas, o Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas e o Polo de Alta Tecnologia de Campinas deram apoio técnico à montagem dos laboratórios e à seleção de equipamentos para o centro de pesquisa. Empresas brasileiras manifestaram interesse em instalar-se no novo parque.

65. No campo da pesquisa científica, a Embaixada tem-se empenhado no sentido da construção de redes de conhecimento densas envolvendo as comunidades acadêmicas brasileira e portuguesa. Como resultado, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, e a CAPES firmaram, em 2010, Convênio de Cooperação para fortalecer os laços entre os sistemas de pós-graduação e pesquisa brasileiro e português, bem como para desenvolver a cooperação acadêmica e fomentar o desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa. O instrumento prevê o lançamento anual de edital de concurso para projetos de pesquisa desenvolvidos por instituições dos dois países, com duração de dois anos. No último edital, foram aprovados 30 projetos, a serem executados no biênio 2015-2016.

66. Iniciativa transversal aos temas de C&T e energia, a cooperação em engenharia do petróleo é exemplo de geração de conhecimento e tecnologia que resultou do estreitamento do relacionamento econômico e empresarial entre Brasil e Portugal. A petrolífera portuguesa Galp e sete universidades portuguesas criaram no Brasil, em 2013, o Instituto do Petróleo e do Gás (ISPG). A iniciativa visa a facilitar o investimento pela Galp de 1% das receitas obtidas com a exploração de petróleo no Brasil (onde atua em 27 projetos "onshore" e "offshore" em sete bacias) em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, exigência legal imposta pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Por meio do ISPG, 19 bolsistas brasileiros já concluíram ou cursam atualmente mestrado em engenharia do petróleo oferecido, em Portugal, pela universidade escocesa Heriot-Watt.

67. Em paralelo, o ISPG já submeteu à ANP 14 projetos a serem desenvolvidos conjuntamente por cientistas brasileiros e portugueses para criação de conhecimento em temas ligados ao petróleo. Os projetos de pesquisa foram iniciativa de universidades e "thinktanks" brasileiros. Quando aprovados pela ANP, serão desenvolvidos conjuntamente com acadêmicos de universidades portuguesas.

68. A Petrobras também teve atuação em Portugal, ao longo dos últimos anos. Entre 2007 e 2013, a empresa realizou prospecção de petróleo em águas profundas nas bacias de Peniche e do Alentejo, em parceria com a Galp. Após revisão

do plano estratégico de atuação internacional da empresa, o escritório em Portugal encerrou suas atividades em 2014 e as participações nos projetos de exploração foram vendidas. Da presença da petrolífera brasileira em Portugal, resultaram o "Programa de Formação Avançada e Investigação Conjunta em Geoengenharia de Reservatórios Carbonatados", iniciativa conjunta Petrobras-Galp, e projeto de produção de biodiesel, que prevê o refino do combustível em Portugal a partir de óleo de palma produzido no estado do Pará.

69. Há, por fim, frentes de cooperação em etapa inicial com perspectivas de êxito animadoras. Em junho de 2016, a Agência Espacial Brasileira e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais responderam a gestões realizadas pela Embaixada e iniciaram diálogos com a Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal (FCT), com vistas a promover cooperação em ciência e tecnologia para o espaço e a observação do Atlântico. Nesse último tema, também a Secretaria da Comissão Interministerial para Recursos do Mar (SECIRM) manifestou interesse em cooperar, tendo como pano de fundo o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA).

70. O valioso desenvolvimento da cooperação entre Brasil e Portugal nas áreas de C,T&I, energia e meio ambiente teve papel central na elevação do relacionamento bilateral a nova fase, dotada de caráter estratégico e de alto valor agregado. Os dois países mostraram, nos últimos cinco anos, serem capazes de trabalhar juntos com vistas a oferecer à comunidade internacional soluções inteligentes para demandas de numerosos setores.

71. A ampliação dos esforços na troca de missões técnicas entre os dois países e a agilização e ampliação, no Brasil, da liberação de recursos para realização de pesquisas científicas serão importantes para assegurar que a cooperação nesses temas alcance todo seu potencial.

EDUCAÇÃO

72. O relacionamento entre Brasil e Portugal na área educacional é caracterizado pelo dinamismo e pela fluidez. O intercâmbio nessa área é desenvolvido ao abrigo: a) de programas oficiais; b) de convênios entre universidades dos dois países; e c) da iniciativa individual de alunos e pesquisadores, atraídos por instituições de ensino superior

portuguesas, progressivamente interessados na captação de estudantes brasileiros. O apelo das universidades portuguesas, sobretudo as públicas, está associado a sua qualidade e à língua comum.

73. Ao longo dos últimos seis anos, a Embaixada buscou fortalecer e ampliar, quando possível, as iniciativas oficiais; estimular universidades portuguesas a estabelecer parcerias com congêneres brasileiras; e disponibilizar informações aos estudantes brasileiros interessados em estudar em Portugal.

74. A cooperação educacional desenvolvida ao abrigo de programas oficiais ganhou forte ímpeto em 2012 com a criação do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Desde o ano anterior, a Embaixada procurou fomentar contatos com autoridades e universidades portuguesas, com o objetivo de implementar o CsF em Portugal (divulgação do programa, seleção de cursos e de instituições e agilização da concessão de vistos de estudante). Em 2012, com o início do programa, a Embaixada se fez representar em diversas palestras e eventos, em diferentes universidades, com a presença de bolsistas e pesquisadores brasileiros. A Embaixada também se fez presente em eventos de recepção dos bolsistas do CsF.

75. No primeiro ano do programa, Portugal foi o segundo principal destino dos bolsistas brasileiros. Entretanto, no primeiro semestre de 2013, o governo brasileiro anunciou a suspensão de Portugal das bolsas de graduação sanduíche do CsF, em razão da prioridade conferida no programa à proficiência em um segundo idioma. Foram mantidas apenas as bolsas de pós-graduação. Em consequência, declinou significativamente o ingresso de estudantes brasileiros no país por meio de programas oficiais.

76. Até o momento, foram implementadas em Portugal 3.843 bolsas no âmbito do CsF. A grande maioria delas correspondeu a bolsas de graduação concedidas no primeiro ano do programa. Atualmente, estão em vigor cerca de 486 bolsas de pós-graduação, em benefício de alunos de doutorado pleno, doutorado sanduíche e pós-doutorado em universidades portuguesas.

77. No ano letivo 2012-2013, auge da cooperação educacional, via programas oficiais, entre os dois países havia cerca de 5 mil bolsistas (do CsF e de outros programas da CAPES e do

CNPq) em Portugal, num total de 7 mil estudantes brasileiros no país.

78. O governo de Portugal ressentente-se da suspensão das bolsas de graduação-sanduíche, tendo solicitado, em diversas ocasiões, a sua reativação. Para as universidades portuguesas, a vinda de número expressivo de estudantes brasileiros representou fonte não desprezível de financiamento, em contexto de acentuada redução do repasse de verbas públicas para o ensino superior (queda de 50% do financiamento público no ensino superior, desde 2010).

79. A Embaixada se empenhou em esclarecer às autoridades portuguesas que a exclusão de Portugal do CsF para bolsas de graduação havia-se devido unicamente à prioridade conferida ao aprendizado de língua estrangeira, não estando relacionada, como aventureado pela imprensa local, à qualidade das universidades portuguesas, nem a qualquer tipo de constrangimento em relação ao país.

80. O Programa Licenciaturas Internacionais (PLI) constitui o segundo mais importante programa oficial de mobilidade internacional de estudantes brasileiros, após o CsF. Seu objetivo é a diversificação curricular dos cursos de licenciatura brasileiros, por meio de parcerias com universidades estrangeiras. A primeira edição (2010-2012) do PLI para Portugal contemplou 28 projetos; a segunda (2011-2013), 38 projetos; a terceira (2012-2014), 64 projetos; a quarta (2013-2015), 40 projetos; e a quinta (2016-2017), 17 projetos. Portanto, também o PLI registra número decrescente de bolsas concedidas.

81. Outros projetos oficiais na área de cooperação educacional e acadêmica incluem: Programa Capes-FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia); Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores (PDPP); Programa Capes-IGC (Instituto Gulbenkian de Ciências; desativado em 2015); Programa Capes-Ministério do Turismo (desativado em 2015); e Cátedra Capes-Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Cátedra Milton Santos).

82. O decréscimo do número de bolsas concedidas por programas oficiais de cooperação educacional não resultou em diminuição do interesse de alunos brasileiros pelo estudo em universidades portuguesas. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), há cerca de 9 mil estudantes

brasileiros em universidades portuguesas, constituindo a maior comunidade estudantil estrangeira no país. A maioria deles vem ao país por conta própria, respondendo a crescente internacionalização das instituições de ensino superior de Portugal.

83. O Setor Educacional da Embaixada, além de prestar apoio na implementação de programas oficiais de cooperação educacional, como o CsF e o PLI, assiste a estudantes brasileiros matriculados em universidades portuguesas. Atende assim estudantes brasileiros residentes em Portugal interessados em obter declarações - escalas de notas, idoneidade de instituições brasileiras de ensino superior e autorização para exercício profissional, entre outras - exigidas por autoridades portuguesas para diversos fins, tais como prosseguimento dos estudos, processos de reconhecimento de escolaridade ou grau, processos de aquisição de nacionalidade etc.

84. Nos últimos seis anos, o reconhecimento de títulos e graus universitários foi tema importante na agenda bilateral, com desdobramentos positivos. A agilização dos procedimentos para reconhecimento de títulos e acesso às profissões é tema de interesse comum aos dois países. Do ponto de vista de Portugal, a medida facilitaria o exercício profissional de seus cidadãos emigrados, cujo fluxo aumentou desde 2010, em consequência da crise econômica vivida no país. Do ponto de vista do Brasil, a medida ajudaria a suprir a carência de mão-de-obra especializada existente em alguns setores, como o de engenharia, cuja demanda aumentou no mesmo período, em consonância com os investimentos na modernização das infraestruturas do país.

85. Como se recorda, na década de 1990, as universidades portuguesas estabeleceram procedimento comum e célere de reconhecimento de títulos obtidos em universidades brasileiras (em especial, nas instituições públicas federais) e implementaram o reconhecimento automático de títulos de mestrado e doutorado obtidos em programas de pós-graduação de excelência. Segundo o lado português, haveria agora um desequilíbrio entre os dois países na matéria, uma vez que, no Brasil, não se teriam verificado avanços semelhantes.

86. Com o intuito de harmonizar procedimentos, a Embaixada promoveu, em junho de 2013, encontro entre a Associação

Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), durante o qual foi firmado Memorando de Entendimento para agilizar os processos de reconhecimento e equivalência de graus e títulos acadêmicos. O documento estabelece que as universidades integrantes dessa iniciativa terão prazo de até 90 dias para concluir os processos de revalidação ou equivalência de títulos. Numa primeira etapa, seriam contemplados apenas os títulos (licenciatura e mestrado) nas áreas de Arquitetura e Engenharia.

87. Esse importante instrumento, no entanto, ainda não está em vigor. Para que o novo procedimento seja aplicado é necessário que as 15 universidades brasileiras e 14 portuguesas integrantes da iniciativa assinem convênios específicos para esse fim. Segundo fonte do CRUP, resistências internas na maioria das universidades brasileiras dificultariam a assinatura dos acordos específicos entre as instituições de ensino dos dois países.

88. Para agilizar o reconhecimento de títulos, algumas instituições de ensino portuguesas têm firmado convênios com universidades brasileiras, prevendo o reconhecimento mútuo de diplomas em determinadas áreas ou criando cursos de pós-graduação com dupla titulação (atribuição de títulos brasileiro e português, prescindindo assim de reconhecimento).

89. No tocante às questões relativas ao acesso a profissões e seu exercício, observaram-se progressos desde 2010. Novos convênios foram firmados ou entraram em vigor, somando-se aos acordos já existentes entre as ordens de advogados e médicos dos dois países. Em dezembro de 2013, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do Brasil e a Ordem dos Arquitetos (AO) de Portugal firmaram acordo de reciprocidade para a harmonização de condições de inscrição de arquitetos e urbanistas brasileiros e portugueses nos órgãos de classe dos dois países. Em setembro de 2015, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e a Ordem dos Engenheiros (OE) de Portugal assinaram Termo de Reciprocidade, prevendo o reconhecimento automático, para efeito de inscrição nos respectivos órgãos profissionais, das competências de engenheiros brasileiros e portugueses, sem necessidade de realização de exames específicos.

LÍNGUA PORTUGUESA

90. Brasil e Portugal têm reiterado compromisso mútuo com a promoção e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e produção científica. Essa circunstância torna importante a plena aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP) nos países-membros da CPLP.

91. Durante os últimos seis anos, a Embaixada acompanhou a progressiva implementação do AOLP até sua plena vigência, tanto em Portugal (maio de 2015) quanto no Brasil (janeiro de 2016). Apesar de definitivamente implantado em Portugal, ainda há resistência ao Acordo em meios intelectuais e jornalísticos do país.

92. A fim de contra-arrestar a resistência ao AOLP, a Embaixada tem procurado participar do debate, sem, entretanto, interferir nas decisões internas do país. Procura, outrossim, desfazer entendimentos equivocados em relação à aplicação do Acordo no Brasil, bem como sobre os seus benefícios para toda a comunidade de língua portuguesa. Nesse sentido, a Embaixada tem conversado com os meios intelectuais portugueses, com os deputados na Assembleia da República e feito constar, em artigos publicados na imprensa local, os devidos esclarecimentos sobre a matéria.

CULTURA

93. A difusão da cultura brasileira em Portugal é uma das principais atribuições da Embaixada do Brasil em Lisboa. Com programação cultural própria ou forjando parcerias com outras instituições, a Embaixada promoveu nos últimos seis anos um número considerável de eventos em Portugal em diversas áreas da cultura. Vale lembrar que diversos artistas brasileiros têm público cativo no país, que consome a cultura de massa brasileira como nenhum outro, graças, entre outros, à partilha da mesma língua.

94. Durante o período de 2010 a 2016, confiante no interesse demonstrado localmente pelas diversas manifestações culturais brasileiras, a Embaixada procurou implementar iniciativas de qualidade, sempre tendo como foco artistas e setores que poderiam encontrar dificuldades para viabilizar-se comercialmente. Promoveu a dança, a pintura, a capoeira, a poesia, a escultura, o "design" e, naturalmente, a música. O

Brasil está presente no calendário cultural português e a Embaixada, principalmente até 2013, pôde contribuir para a viabilização de eventos que contemplaram todas as áreas.

95. A iniciativa mais expressiva no período em questão foi a realização do Ano do Brasil em Portugal (ABP), cuja concepção inicial decorreu de decisão tomada na X Cimeira Brasil-Portugal, celebrada em 2010, quando os dois chefes de governo comprometeram-se a realizar, em conjunto e em simultâneo, eventos para atualizar as relações bilaterais nos setores de cultura, comércio, educação, tecnologia e inovação. No mesmo período (entre 7 de setembro de 2012 e 10 de junho de 2013) foi realizado o Ano de Portugal no Brasil.

96. Os números do ABP foram expressivos. Foram realizados 294 eventos, distribuídos por todo o país e com grande audiência. Manifestações artísticas diversas - teatro, cinema, música, artes visuais e literatura - obtiveram grande repercussão, destacando-se exposições com obras de Hélio Oiticica, desenhos de Millôr Fernandes e mobiliário de Sergio Rodrigues; shows de Alceu Valença, Ana Cañas, Chico César, Cidade Negra, Criolo, Ed Motta, João Donato, Lenine, Milton Nascimento, Miúcha, Ney Matogrosso, Quinteto Villa-Lobos, Roberta Sá e Tulipa Ruiz; montagens teatrais com Bibi Ferreira e Marília Pêra; apresentações de dança com o Balé da Cidade de S. Paulo e Deborah Colker; e colóquios literários que reuniram Eduardo Bueno, Ferreira Gullar, João Paulo Cuenca, Luis Fernando Veríssimo, Paulo Lins e Zuenir Ventura. Assinala-se ainda a importância, em 2013, da realização do "Premiere Brasil Lisboa", com a presença da então Ministra da Cultura Marta Suplicy, e que teve como destaque o filme "Flores Raras", de Bruno Barreto.

97. Evento de destaque também no ABP foi a inauguração, em Belmonte, cidade natalícia de Pedro Álvares Cabral, da Biblioteca de História do Brasil, em anexo ao Museu dos Descobrimentos daquela cidade, por ocasião dos festejos anuais alusivos ao 26 de abril de 1500, data da primeira missa celebrada no Brasil. Trata-se da única biblioteca do gênero em Portugal.

98. Para além do Ano do Brasil em Portugal, evento único das histórias das relações bilaterais, a Embaixada pôde apoiar a presença brasileira em diversos festivais de cinema, realizados anualmente no país. Destaca-se, nesse contexto, a

Monstra (Festival de Animação de Lisboa); o IndieLisboa (Festival de Cinema Independente); o Festin (Festival de Cinema Itinerante de Língua Portuguesa); o Doclisboa (Festival Internacional de Documentários); o QueerLisboa (Festival Internacional de temática LGBT); e o Lisbon & Estoril Film Festival.

99. Na área de artes visuais, foram concedidos apoios para a viabilização da presença de galerias e artistas brasileiros na ArcoLisboa (feira de arte contemporânea) e na "Vera World Fine Art Festival", além de diversas mostras individuais em espaços de Lisboa.

100. Portugal abriga anualmente expressivo número de festivais literários, nos quais autores brasileiros ocupam lugar de destaque. Habitualmente, a Embaixada procura apoiar a presença dos convidados, viabilizando, quando possível, passagens aéreas e diárias. O Correntes d`Escritas (Póvoa do Varzim, onde nasceu Eça de Queiroz) e o Folio (realizado em Óbidos) destacam-se num contexto que inclui também a Feira do Livro de Lisboa. Este último evento recebeu em 2016, depois de cinco anos de ausência, estande do Brasil organizado pela Embaixada, com coleções cedidas pela FUNAG e pelo Senado Federal. O retorno do Brasil à Feira do Livro de Lisboa teve grande repercussão na mídia e entre os visitantes do certame. O estande do Brasil foi visitado pelo Presidente da República Portuguesa e pelo Presidente da Câmara Municipal (Prefeito) de Lisboa.

101. À luz do intenso intercâmbio intelectual entre Brasil e Portugal, há frequentes convites para que acadêmicos brasileiros participem de eventos em várias cidades portuguesas. Em alguns casos, foi possível à Embaixada desenvolver parcerias com os organizadores dos eventos para assegurar a presença dos convidados. Dentre estes, mereceu especial destaque a Festa da Literatura e do Pensamento, organizada pela prestigiosa Fundação Calouste Gulbenkian, em 2014, que contou com a participação de Luiz Camillo Osório, Professor de Estética da PUC-RJ e curador do Museu de Arte do Rio de Janeiro, entre outros.

102. Graças à existência de pequeno auditório na Embaixada do Brasil, foi possível conceder espaço, por diversas ocasiões, para lançamento de livros e palestras de autores portugueses (com obras sobre o Brasil) e brasileiros, inclusive aqueles

que vivem em Portugal. Entre os contemplados destacaram-se, em 2015, o romance biográfico de Pedro Álvares Cabral "Vera Cruz", do autor português João Morgado, e, em 2016, a palestra da escritora brasileira Betty Milan, que versou sobre o envelhecimento, tema de sua obra "A mãe eterna".

103. Registre-se, com satisfação, a atribuição do Prêmio Camões aos escritores brasileiros Raduan Nassar (2016), Alberto da Costa e Silva (2014), Dalton Trevisan (2012) e Ferreira Gullar (2010), ocasiões em que a literatura brasileira obteve grande repercussão nos meios de comunicação.

104. Dignas de nota, por fim, são as iniciativas dos municípios espalhados pelo país, que promovem apresentações musicais, festivais e eventos culturais, muitas vezes com apoio da Embaixada, possível graças à contratação de artistas brasileiros residentes em Portugal, às parcerias envolvendo a divulgação dos eventos ou à intermediação de contatos com instituições brasileiras, como ocorreu, por exemplo, em junho de 2016, em festa da Câmara Municipal (Prefeitura) de Sintra, que comemorou a geminação da cidade portuguesa com Petrópolis, organizando exposição trazida pelo Museu Imperial daquela cidade serrana.

ADMINISTRAÇÃO DA EMBAIXADA

105. A Chancelaria da Embaixada encontra-se instalada em edifício datado do século XVII, que, em razão de seu valor arquitetônico e artístico, foi objeto de estudos acadêmicos. Trata-se de prédio razoavelmente espaçoso, capaz de atender às necessidades cotidianas de trabalho, bem como possibilitar a realização de atividades como cerimônias protocolares e eventos culturais. Em razão da antiguidade do prédio, cuidados especiais fazem-se necessários com frequência, entre os quais obras de manutenção, restauração ou mesmo de reforma das edificações da Chancelaria.

106. Desde 2011, realizaram-se obras de reforço estrutural do muro, da fachada principal e da capela; obras de reabilitação dos telhados do edifício principal; e obras de reforma do sistema de climatização. Permanece, contudo, a necessidade de várias outras obras de estrutura e recuperação de patrimônio que, em decorrência das reconhecidas dificuldades orçamentárias, não foi possível contemplar.

107. Por último, a Residência da Embaixada, instalada em magnífico imóvel adquirido pelo governo brasileiro em 1974, tem sido amplamente utilizada para atividades sociais e protocolares. Além do recebimento de autoridades, empresários, intelectuais e personalidades da sociedade portuguesa, comemora-se tradicionalmente na Residência o dia 7 de setembro, na forma de recepção com cerca de 1.500 convidados (possivelmente a maior manifestação oficial da data nacional realizada no exterior).

MARIO VILALVA, Embaixador



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 73, DE 2016

(nº 396/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 396

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Os méritos do Senhor Luiz Alberto Figueiredo Machado que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de julho de 2016.

EM nº 00205/2016 MRE

Brasília, 8 de Julho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 452 - C. Civil.

Em 12 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO

CPF.: 599.872.197-72

ID.: 7754 MRE

1955 Filho de Renato Machado e Zilda Machado, nasce em 17 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- 1977 Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 1979 CPCD - IRBr
 1982 Direito do Mar e Direito Econômico Internacional, Academia de Direito Internacional da Haia
 1986 CAD - IRBr
 2000 CAE - IRBR, A Plataforma Continental Brasileira e o Direito do Mar: Considerações para uma Ação Política

Cargos:

- 1980 Terceiro-Secretário
 1982 Segundo-Secretário
 1989 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1995 Conselheiro, por merecimento
 2003 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2009 Ministro de Primeira Classe

Funções:

- 1980-81 Divisão das Nações Unidas, assistente
 1981-85 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
 1983 Instituto Rio Branco, Professor assistente de Direito Constitucional
 1985-86 Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, assistente
 1986-89 Missão junto à ONU, Nova York, Segundo-Secretário
 1989-92 Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro-Secretário
 1992-94 Departamento do Meio Ambiente, assessor
 1995-96 Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, Chefe
 1996-99 Embaixada em Washington, Conselheiro
 1999-2002 Embaixada em Ottawa, Conselheiro
 2002-04 Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Chefe
 2004-05 Delegação Permanente junto à UNESCO, Paris, Ministro-Conselheiro
 2005-11 Departamento do Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor
 2011-13 Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia
 2013 Missão do Brasil junto às Nações Unidas, Representante Permanente
 2013-14 Ministro de Estado das Relações Exteriores
 2014- Embaixada do Brasil em Washington, Embaixador

Condecorações:

- | | |
|------|--|
| 1995 | Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial |
| 1995 | Medalha Mérito Tamandaré, Brasil |
| 1996 | Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro |
| 1998 | Medalha do Pacificador, Brasil |
| 2011 | Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz |

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTUGAL



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Junho de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE PORTUGAL	
NOME OFICIAL:	República Portuguesa
GENTÍLICO:	português / portuguesa
CAPITAL:	Lisboa
ÁREA:	92 mil km ²

POPULAÇÃO:	10,41 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Português
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo (84,5%); nenhuma (13%); outras religiões cristãs (2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Republicano Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral (Assembleia da República)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Marcelo Rebelo de Sousa
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro António Costa
CHANCELER:	Augusto Santos Silva
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 199,08 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 289,79 bilhões
PIB PER CAPITA (2015)	US\$ 19.122
PIB PPP PER CAPITA (2015)	US\$ 27.835
VARIAÇÃO DO PIB	-1,13% (2013), 0,91% (2014), 1,47 (est. 2015), 1,40 (est. 2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,83 – muito elevado (43º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2014)	80,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	95,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (est. 2016)	11,56%
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Francisco Ribeiro Telles
BRASILEIROS NO PAÍS	116.271

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (em US\$ milhões). Fonte: MDIC

Brasil → Portugal	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	482,6	705,8	774,7	1.253,6	2.146,0	1.711,5	2.891,2	1.948,2	1.632,1
Exportações	331,5	507,7	631,3	1.021,4	1.804,9	1.276,9	2.055,1	854,4	822,1
Importações	151,1	198,1	143,4	232,2	341,1	434,6	836,1	1.087,8	809,9
Saldo	180,4	309,6	487,9	789,1	1.463,8	842,3	1.219,0	-233,4	12,2

Informação elaborada em 27/06/2015 pelo TS Carlos Augusto de Carvalho Dias. Revisada pelo PS Daniel Afonso da Silva, em 28/06/2016.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República Portuguesa

O Presidente eleito no último dia 25 de janeiro nasceu em Lisboa, em 12 de dezembro de 1948, filho de um médico e de uma assistente social. O pai, Baltazar Rebelo de Sousa, foi, entre 1970 e 1974, ministro de Saúde e Assistência, das Corporações e da Previdência Social e do Ultramar.

Bacharel e doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, da qual é professor catedrático, desenvolveu também carreira no jornalismo, tendo sido diretor do jornal "Expresso" (1980-1983) e comentarista político em canais de televisão (2000-2015). Casado, tem dois filhos e cinco netos.

Milita no Partido Social-Democrata (centro-direita) desde 1974, ano da Revolução dos Cravos. Presidiu o partido entre 1996 e 1999. Exerceu as funções de: Deputado Constituinte (1975); Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (1981); Ministro dos Assuntos Parlamentares (1982); Deputado Europeu (1997-1999); Conselheiro de Estado (2000-2001 e 2006-2016).



António Luís Santos da Costa

Primeiro-Ministro

Nasceu em 17 de julho de 1961, em Lisboa. Pelo lado paterno, descende de família brâmane goesa convertida ao catolicismo no século XVI. Graduou-se em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e fez pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa.

Filiou-se à Juventude Socialista em 1975, aos 14 anos. Em novembro de 2014, tornou-se Secretário-Geral do Partido Socialista (PS). Exerceu as funções de Deputado (1991-2009), Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (1995-1997), Ministro dos Assuntos Parlamentares (novembro de 1997), Ministro da Justiça (1999-2002), líder da bancada do PS na Assembleia da República (2002-2004), Deputado e Vice-Presidente do Parlamento Europeu (2004-2005), Ministro de Estado e da Administração Interna (2005-2007) e Prefeito de Lisboa, por três mandatos (2007-2015).

Em 1989, foi um dos responsáveis pela negociação da aliança entre o PS e o Partido Comunista Português (PCP), que conduziu Jorge Sampaio à Prefeitura de Lisboa (1989-2001). Para construir a maioria que viabilizou sua indicação à Chefia de Governo, obteve o apoio do Bloco de Esquerda (BE), do Partido Comunista Português (PCP) e do Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), além de lograr mobilizar seu partido em torno dessa aliança à esquerda.

Esteve no Brasil em várias ocasiões, a última em abril de 2014, quando visitou obras de infraestrutura para a Copa do Mundo e empresas, além de encontrar-se com membros da comunidade portuguesa em São Paulo. Entre seus projetos para os países de língua portuguesa, destaca-se a proposta de criação de espaço lusófono de livre circulação de cidadãos.

RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento entre Brasil e Portugal passa por momento de fluidez, decorrente do equacionamento de problemas migratórios, do elevado fluxo de visitas bilaterais, bem como da ausência de contenciosos comerciais. O bom momento do relacionamento é marcado também pela crescente cooperação em ciência, tecnologia e inovação, bem como pelo incremento, nos últimos anos, dos investimentos mútuos.

A Presidente Dilma Rousseff realizou visita a Lisboa em junho de 2013, ocasião na qual foi realizada a XI Cimeira bilateral, encontro entre os Chefes de Governo dos dois países. Dentre os resultados concretos da visita presidencial, registre-se a assinatura de acordo entre universidades brasileiras e portuguesas, com vistas à facilitação do reconhecimento de títulos e diplomas nas áreas de arquitetura e engenharia.

O Presidente da República, em exercício, Michel Temer, visitou Portugal, na função de Vice-Presidente, em abril de 2015. Na ocasião, reuniu-se com o então Presidente Aníbal Cavaco Silva, com o então Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho e com o então Vice-Primeiro-Ministro Paulo Portas. Participou, ainda, de seminário empresarial.

O comércio bilateral tem mantido, em geral, dinamismo, a despeito do quadro de crise econômico-financeira internacional. O volume do comércio bilateral alcançou, em 2015, EUR 1,4 bilhão (-4,94% em relação a 2014). As importações foram de EUR 860 milhões (-0,56%) e as exportações EUR 569,3 milhões (-10,9%). O déficit português atingiu EUR 291 milhões.

O Brasil é o 11º parceiro de Portugal, como vendedor e como comprador. Para o Brasil, Portugal está em 40º lugar entre os parceiros. Os principais produtos exportados para o Brasil são azeite de oliveira (26,2% do total), partes e peças de veículos (14,3%), maçãs, peras e marmelos frescos (6,6%), vinhos (5,1%), peixe congelado (4,1%), peixes secos e salgados (3%) e minério de cobre (2,4%). Os principais produtos importados do Brasil são petróleo (24,4% do total), soja (19,7%), laminados planos de ferro ou aço (8,9%), milho (4,8%), aviões (3,6%), polímeros em formas primárias (2,9%) e tabaco não manipulado (2,8%).

Os investimentos brasileiros em Portugal atingiram o valor recorde de US\$ 4,3 bilhões em 2014 e as inversões portuguesas somaram US\$ 3,1 bilhões naquele ano. Estima-se haver, atualmente, cerca de 600 empresas de capital português atuando no Brasil.

No plano externo, há convergência de posições nos foros multilaterais, sobretudo com respeito à necessidade de reforma das instituições políticas e financeiras internacionais. Portugal já reiterou, em diversas ocasiões, a necessidade de reforma do Conselho de Segurança que inclua o Brasil como membro permanente.

O Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Portugal ainda não foi constituído no Congresso brasileiro para a 55ª Legislatura (2015-2018).

ASSUNTOS CONSULARES

Estima-se em 116.271 o número de brasileiros em Portugal. Cerca de 16.000 seriam imigrantes indocumentados. Há 308 brasileiros presos, cumprindo pena ou aguardando julgamento.

As demandas são diversas, mas concentram-se em serviços consulares (melhoria do atendimento, diminuição dos emolumentos consulares e mudanças nos meios de pagamento disponíveis), em questões trabalhistas e previdenciárias, especialmente na execução do Acordo Previdenciário Brasil-Portugal (fim da cobrança

de 25% de Imposto de Renda sobre aposentadorias pagas pelo INSS) e no enfrentamento do tráfico de pessoas e da violência doméstica.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessão de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano beneficiando Portugal.

POLÍTICA INTERNA

O atual governo do Partido Socialista (PS), apoiado no Parlamento pelos partidos de esquerda (Bloco de Esquerda – BE –, Partido Comunista Português – PCP – e Partido Ecologista "Os Verdes") e empossado em 26 de novembro de 2015, constitui composição inédita no sistema político português. Desde a redemocratização, as funções executivas haviam sido exercidas unicamente pelos partidos do chamado "arco da governabilidade", que incluía as forças de centro-esquerda (Partido Socialista), centro (Partido Social-Democrata – PSD) e centro-direita (Centro Democrático Social-Partido Popular – CDS-PP).

Nas eleições legislativas de 4 de outubro de 2015, nenhum dos partidos obteve maioria absoluta. O Presidente Cavaco Silva reconduziu Pedro Passos Coelho, líder do partido com maior votação (PSD, em coligação com o CDS, com 38,5% dos votos), à Chefia do Governo. A Assembleia da República, no entanto, integrada majoritariamente pelos partidos de centro-esquerda e esquerda (122 dos 230 deputados), aprovou moção de rejeição ao programa de governo apresentado pelo PSD, acarretando a demissão do XX Governo Constitucional, que durou menos de um mês.

O Presidente Cavaco Silva, impossibilitado de convocar novas eleições, viu-se obrigado a dar posse a António Costa, após o PS firmar "acordos de incidência parlamentar" com os partidos de esquerda.

A aliança entre o PS e os partidos de esquerda tem demonstrado sua força em diferentes ocasiões: a eleição do Presidente da Assembleia (Ferro Rodrigues, do PS, embora a maior bancada individual seja a do PSD); a aprovação do programa do governo; e a aprovação do orçamento de 2016, o primeiro orçamento do Estado português aprovado com votos favoráveis do PCP e do Bloco de Esquerda.

POLÍTICA EXTERNA

O novo Chanceler, Augusto Santos Silva, tem propugnado voz mais ativa da diplomacia portuguesa nos foros de que participa e a valorização institucional do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O alcance desse segundo objetivo tem sido

facilitado por sua precedência entre os Ministros – sendo considerado a segunda figura do Governo, após o Primeiro-Ministro António Costa.

O Chanceler Santos Silva tem reiterado a vocação histórica de Portugal, ainda muito viva na identidade nacional, de estabelecer pontes entre a Europa e os outros continentes, manifestando a intenção de trabalhar pelo aprofundamento das relações com o Mediterrâneo e o Norte da África e com o Atlântico Sul – tanto América Latina como África Ocidental.

Em consonância com as supracitadas diretrizes gerais, apresentou nove objetivos específicos de sua gestão à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros: (i) participação mais ativa na construção europeia; (ii) reforço dos vínculos norte-atlânticos; (iii) fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); (iv) internacionalização da economia portuguesa; (v) promoção da língua portuguesa; (vi) modernização da relação com as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro; (vii) aprofundamento da cooperação internacional; (viii) relançamento da ação externa em contexto multilateral; (ix) valorização e consolidação da rede diplomática, consular e comercial.

A participação na União Europeia continua sendo a dimensão essencial da estratégia de desenvolvimento do país. Superada a fase mais aguda da crise financeira (o programa de resgate foi concluído em maio de 2014, sem que tenha sido necessário solicitar recursos adicionais), Portugal tenciona adotar atitude mais assertiva nas discussões comunitárias. Nesse sentido, tem sido encarecida a necessidade de respostas articuladas a desafios enfrentados pela União Europeia em três planos distintos: institucional (déficit democrático e de participação popular); econômico-financeiro (retomada do crescimento e do emprego); de cidadania, justiça, segurança e direitos (terrorismo e refugiados).

Quanto ao terceiro aspecto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem defendido o resgate da Europa como “espaço de liberdade e direitos, pluralismo e diversidade”, cobrando empenho de todos os países na busca de soluções que facultem conciliar a agenda social e humanitária da integração – livre circulação, políticas de vizinhança, cooperação e apoio ao desenvolvimento e políticas de asilo e acolhimento de refugiados – com a agenda de segurança – controle das fronteiras externas da União e luta contra o terrorismo.

A vertente atlântica da política externa portuguesa mantém-se importante, e aparece no discurso ao mesmo tempo como vocação histórica e como oportunidade para o futuro. Sobre esse eixo da política externa assenta a ideia de que Portugal estaria no centro geográfico de qualquer parceria transatlântica bem-sucedida e, em consequência, teria sua importância geopolítica incrementada. Portugal mantém firme interesse nas negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimentos (TTIP), bem como

participação engajada nas cúpulas ibero-americanas. No plano das relações bilaterais com os EUA, Portugal busca solução para a questão relativa à decisão norte-americana de reduzir a presença militar na Base das Lajes, nos Açores. Atualmente, os norte-americanos arcam com a totalidade dos custos de manutenção da base (cerca de EUR 9 milhões por ano).

O eixo lusófono é considerado prioritário por Portugal, à medida que o credencia, dentro e fora da Europa, como interlocutor privilegiado dos demais países de língua portuguesa. Trata-se do espaço em que Portugal concentra o maior volume de iniciativas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, por meio de Programas Estratégicos de Cooperação com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe, implementados pelo Instituto Camões.

A atenção dispensada à CPLP é enfatizada, em 2016, por meio de propostas para a dinamização da Comunidade, no marco de seus 20 anos de criação. Portugal tem demonstrado interesse em promover o aprofundamento do diálogo político-diplomático na Comunidade, o "enriquecimento" do estado de Observador Associado e iniciativas para as comunidades da diáspora que têm como língua de herança ou materna o português. O país esforça-se para promover a língua portuguesa como "língua global", caracterizando-a como "porta de entrada" para a comunicação, cooperação e negócios.

Além das vertentes já referidas, Portugal dedica especial atenção ao desenvolvimento das relações com o Mediterrâneo e com o norte da África, seu entorno geográfico. Os países do Magrebe são considerados prioritários, tanto do ponto de vista do relacionamento econômico-comercial, quanto pelas considerações de segurança do continente europeu. Portugal mantém encontros de cúpula regulares com Marrocos (segundo maior parceiro comercial de Portugal na África), Argélia e Tunísia. Portugal ocupou a copresidência do "Diálogo 5+5" entre maio de 2013 e maio de 2015. O mecanismo, informal, reúne Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Tunísia, Espanha, França, Itália, Malta e Portugal. Ao longo dos dois últimos anos, realizou debates sobre migrações, terrorismo e interconexão energética.

As fortes relações políticas e econômicas de Portugal com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) têm contribuído, em parte, para a recuperação da economia portuguesa, inclusive no que respeita à acolhida, por esses países, de fluxos emigratórios de Portugal. Em gesto tido em Lisboa como simbólico, o Primeiro-Ministro António Costa realizou sua primeira visita internacional a Cabo Verde, em janeiro passado. A par da tradicional prioridade conferida aos PALOP, Lisboa tem dado mostras de interesse em aprofundar as relações bilaterais com outros países africanos, tais como Nigéria, Gana, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo e Zimbábue, com vistas a reforçar seu papel como um dos principais atores na elaboração das políticas da União

Europeia para aquele continente. Em janeiro passado, o Chanceler Santos Silva participou da XXVI Cúpula da União Africana, em Adis Abeba.

O interesse de Portugal em intensificar suas relações econômicas e políticas com a América Latina foi demonstrado com a admissão do país, em maio de 2013, como observador da Aliança do Pacífico, bem como por intensa troca de visitas bilaterais nos dois últimos anos. Os Presidentes da Colômbia, do Peru e do México visitaram Lisboa. O então Presidente Cavaco Silva esteve em Bogotá, Lima e Cidade do México (onde participou da XXIV Cúpula Ibero-americana). A Venezuela é caso especial, por contar com a segunda maior comunidade de origem portuguesa na América do Sul, depois do Brasil. São cerca de 700 mil luso-descendentes, o que faz da Venezuela parceiro importante na região.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia portuguesa tende a seguir em lenta recuperação. O Fundo Monetário Internacional, o Banco de Portugal e a Comissão Europeia prevêem crescimento do PIB entre 1 e 2% em 2016. O Conselho de Finanças Públicas, por sua vez, prevê crescimento de 2,1%. O desemprego deve manter-se em dois dígitos. A inflação baixa e a queda do preço do petróleo dificultam a retomada econômica. Mantendo ação anticíclica, o Banco Central Europeu (BCE) prolongou até março de 2017 a compra de títulos, a despeito de movimento mais restritivo do Banco Central dos Estados Unidos (FED). A tendência é que os juros permaneçam baixos em Portugal e na Europa como um todo, ao longo do ano corrente.

Portugal não conseguiu, em 2015, reduzir seu déficit nominal abaixo de 3% do PIB, principalmente em função da liquidação e venda do banco Banif. A Comissão Europeia terá de estipular novas metas para diminuição do desequilíbrio orçamentário, de modo a cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). De acordo com as regras vigentes, o descumprimento dos objetivos do déficit fiscal pode provocar sanções de até 0,2% do PIB.

RELACIONAMENTO ECONÔMICO-COMERCIAL BILATERAL

A corrente de comércio bilateral no primeiro trimestre do ano atingiu EUR 388 milhões, mais 13% do que no trimestre anterior. Houve forte incremento de vendas de aeronaves, EUR 98,2 milhões, que correspondem a 38% do total exportado para Portugal.

Com relação aos fluxos de investimento, verificou-se aumento em ambas as direções: o investimento português no Brasil foi de EUR 153,6 milhões, quase dez vezes

mais o valor verificado no período análogo de 2015, de EUR 17,3 milhões. De igual modo, o investimento brasileiro em Portugal atingiu EUR 239,1 milhões, contra os EUR 15,1 milhões investidos no primeiro trimestre de 2015. Dessa forma, o estoque de investimentos brasileiros em Portugal no final do primeiro trimestre deste ano era de EUR 2.702,5 milhões, valor que representa 2,1% do total naquele país, enquanto o de investimentos portugueses no Brasil era de EUR 3.200,6 milhões, 3,9% do estoque de investimentos portugueses no exterior no final do período considerado.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

29 a.C	Lusitânia é integrada ao Império Romano
411	Invasões bárbaras na Península Ibérica
711	Invasões muçulmanas na Península Ibérica
1093	Afonso VI de Leão e Castela entrega a D. Henrique de Borgonha o Condado Portucalense
1128	D. Afonso Henriques, filho de D. Henrique, ganha a Batalha de São Mamede contra as tropas de D. Teresa, sua mãe. Declara o Condado Portucalense principado independente
1139	Batalha de Ourique - D. Afonso Henriques vence tropas Mouras e proclama o Reino Independente de Portugal, reconhecida por Castela em 1143
1279-1325	Reinado de D. Dinis, o “Pai da Pátria”
1415	Conquista de Ceuta; inicia-se a Era dos Descobrimentos
1498	Chegada de Vasco da Gama às Índias
1500	Chegada de Pedro Álvares Cabral ao nordeste do atual território brasileiro.
1511-1542	Chegada dos portugueses à Indochina, à Indonésia, à China e ao Japão
1580-1640	Com a morte de D. Sebastião, trono português passa à Coroa Espanhola
1750-1777	Marquês de Pombal promove o “despotismo esclarecido” em Portugal
1807	Invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte
1808	Família Real se estabelece no Brasil
1820	Revolução liberal do Porto
1822	Independência do Brasil
1828-1834	Guerra Civil Portuguesa – D. Pedro IV vence seu irmão, D. Miguel, e entra sua filha, D. Maria II, Rainha de Portugal
1910	Deposição de Manuel II e criação da República Portuguesa
1926-1933	Ditadura militar
1928	António de Oliveira Salazar é nomeado Ministro de Finanças
1932	Salazar passa a acumular a Pasta de Finanças com a Chefia do Governo
1933	Promulgação da Constituição Estado-Novista
1949	Portugal, neutro na II Guerra Mundial, ingressa na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

1961	Eclode a Guerra de Independência de Angola; tropas indianas invadem Goa, Damão e Diu; início da “Guerra Colonial Portuguesa”
1974	Revolução dos Cravos
1975	Independência de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique.
1976	Nova Constituição, que instaura oficialmente a III República.
1986	Portugal adere à União Europeia
1999	Portugal adere ao Euro; cede Macau à China
2006	Cavaco Silva elege-se Presidente da República Portuguesa.
2009	Portugal mergulha em grave crise financeira
2011	Reeleição do Presidente Cavaco Silva. Início do XIX Governo Constitucional de Portugal, chefiado pelo Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho. Portugal pede ajuda ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional.
2012	Agências de classificação de risco de crédito rebaixam Portugal ao nível BBB- (<i>junk status</i>); servidores públicos realizam greve-geral de 24 horas em protesto contra medidas de austeridade do Governo Passos Coelho.
2015	António Costa (Partido Socialista) torna-se Primeiro-Ministro, com o apoio de partidos de esquerda.
2016	Marcelo Rebelo de Sousa é eleito presidente, sucedendo Cavaco Silva.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1500	Chegada ao atual território brasileiro do navegador Pedro Álvares Cabral.
1530	Início da colonização do Brasil por Martim Afonso de Souza.
1549	Tomé de Souza é nomeado Governador-Geral do Brasil.
1560-1615	Luso-brasileiros repelem invasões francesas no Brasil.
1647	Luso-brasileiros repelem invasões holandesas no Brasil.
1808	Vinda da Corte Portuguesa para o Brasil; abertura dos Portos às nações amigas marca fim do monopólio econômico colonial português.
1815	Brasil elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e a Algarves.
1822	Independência do Brasil.
1825	Brasil e Portugal assinam Tratado de Paz e Aliança; reconhecimento da independência do Brasil.
1953	Celebração do Tratado de Amizade e Consulta.
1991	I Cimeira Luso-Brasileira.
1995	II Cimeira Luso-Brasileira.
1997	III Cimeira Luso-Brasileira.
1999	IV Cimeira Luso-Brasileira.
2000	Celebração do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, em 22 de abril, no contexto das comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses à costa brasileira.

2001	V Cimeira Luso-Brasileira.
2002	VI Cimeira Luso-Brasileira.
2004	VII Cimeira Luso-Brasileira.
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e realização da VIII Cimeira Brasil-Portugal.
2008	Visita ao Brasil do Presidente Cavaco Silva, na comemoração do Bicentenário da Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro; IX Cimeira Brasil-Portugal.
2009	Visita do Ministro Celso Amorim a Lisboa.
2010	Visita do Presidente Lula a Portugal e realização da X Cimeira Brasil-Portugal.
2011	Visita da Presidente Dilma Rousseff a Coimbra e Lisboa (março). Visita do Primeiro-Ministro Passos Coelho e do Presidente Cavaco Silva ao Brasil (outubro).
2012	Visita do Chanceler Paulo Portas ao Brasil (maio). Visita do Primeiro-Ministro Passos Coelho para a Conferência Rio+20 (junho). Visita do Vice-Presidente Michel Temer a Portugal (dezembro).
2013	Visita da Presidente Dilma Rousseff a Portugal (junho), ocasião em que é realizada a XI Cimeira Luso-brasileira.
2015	Visita do Vice-Presidente Michel Temer a Portugal.
2016	Visita do Ministro Mauro Vieira a Lisboa, em março, por ocasião de Reunião do Conselho de Ministros da CPLP.

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de Celebração	Entrada em Vigor Internaciona l	Publicação
Ajuste Administrativo para a Aplicação do Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	28/12/2015	28/12/2015	24/02/2016
Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	09/08/2006	01/05/2013	09/05/2013

Programa de Cooperação no Âmbito da Subcomissão para as Áreas da Educação, Cultura, Comunicação Social, Ciência e Tecnologia, Juventude e Desporto para 2006-2009	23/11/2005	01/01/2006	20/12/2005
Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	29/10/2005	01/11/2008	18/12/2008
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	13/10/2005	24/12/2009	06/10/2010
Protocolo de Colaboração Cinematográfica entre o Ministério da Cultura de Portugal através do Instituto do Cinema Audiovisual e Multimédia e Ministério da Cultura do Brasil através da Agência Nacional do Cinema do Brasil nos Domínios da Promoção e Distribuição de Obras Cinematográficas	13/10/2005	13/10/2005	26/10/2005
Acordo para a Proteção de Informação Classificada entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	13/10/2005	31/10/2008	Situação especial
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas	11/07/2003	05/12/2007	08/04/2008
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Contratação Recíproca de Nacionais	11/07/2003	19/10/2003	24/07/2003
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes	11/07/2003	03/10/2004	24/07/2003
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Serviços Aéreos	11/11/2002	03/01/2007	09/03/2007
Protocolo de Operacionalização da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	05/09/2001	05/09/2001	18/02/2002

Convênio entre o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Instituto Camões do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal	05/09/2001	05/10/2001	18/02/2002
Protocolo de Colaboração na Área de Arquivos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	05/09/2001	05/09/2001	12/03/2002
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Técnico e de Apoio ou Serviço	05/09/2001	28/11/2004	04/02/2005
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	05/09/2001	23/03/2006	03/05/2006
Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	16/05/2000	05/10/2001	14/11/2001
Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	22/04/2000	05/09/2001	20/09/2001
Protocolo Modificativo do Protocolo que Institui o Prêmio Camões.	17/04/1999		Em Ratificação
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países	17/04/1999		Tramitação Congresso Nacional
Acordo Relativo à Isenção de Vistos.	15/04/1996	25/01/1997	06/02/1997
Acordo de Cooperação Consular para Proteção e Assistência Consular, aos seus Nacionais em Terceiros Países.	03/07/1995	20/07/1997	25/07/1997
Acordo para a Constituição de um Grupo de Cooperação Consular Luso-Brasileiro.	07/05/1991	23/08/1993	14/11/1994
Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal.	07/05/1991	01/12/1994	01/12/1994

Tratado de Extradição	07/05/1991	01/12/1994	05/12/1994
Ajuste Administrativo ao Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social	07/05/1991	25/03/1995	28/04/1995
Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social	07/05/1991	25/03/1995	18/04/1995
Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.	07/05/1991	25/04/1994	05/04/1994
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.	07/05/1991	20/04/1994	05/07/1994
Acordo de Cooperação para a Redução da Procura Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas.	07/05/1991	18/06/1995	11/09/1995
Acordo Quadro de Cooperação.	07/05/1991	07/07/1995	19/07/1995
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	05/05/1986	06/03/1990	13/03/1990
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil Portugal de 07 de setembro de 1966, que põe em Vigor o Convênio entre CNPq do Brasil e o Instituto de Investimento Tropical (IICT) de Portugal.	07/04/1983	07/04/1983	29/04/1983
Acordo de Co-Produção Cinematográfica.	03/02/1981	04/06/1985	17/06/1985
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.	03/02/1981	17/06/1982	12/06/1982
Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo.	03/02/1981	04/05/1982	20/05/1982
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima.	23/05/1978	23/09/1980	22/10/1980
Convênio sobre Radioamadorismo.	17/03/1972	17/03/1972	11/01/1973
Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses.	07/09/1971	22/04/1972	14/04/1972
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento.	22/04/1971	10/10/1971	26/10/1971
Protocolo Adicional ao Acordo Cultural de 07 de setembro de 1966.	22/04/1971	10/09/1971	24/09/1971
Acordo de Previdência Social	17/10/1969	01/12/1970	07/12/1970
Acordo para a Concessão de Isenções Aduaneiras aos Consulados e Cônsules de Carreira de ambos os Estados	29/05/1969	29/05/1969	26/12/1969

Acordo Básico de Cooperação Técnica	07/09/1966	16/12/1967	18/01/1968
Acordo para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos	18/06/1965	21/03/1968	16/04/1968
Tratado de Amizade e Consulta	16/11/1953	04/01/1955	19/01/1955
Acordo de Cooperação Intelectual	06/12/1948	25/01/1951	01/03/1951
Acordo para Aplicação da Tarifa Postal Interna aos Objetos de Correspondência a Permutar entre os Dois Países	30/04/1942	03/05/1942	28/07/1942
Convenção Especial sobre Propriedade Literária e Artística	26/09/1922	09/04/1924	12/04/1924
Convenção de Arbitramento	25/03/1909	29/05/1911	07/03/1912

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior de Portugal US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial			Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	44,78	15,8%	70,71	10,6%	115,48	12,6%	-25,93	
2007	52,48	17,2%	82,27	16,3%	134,75	16,7%	-29,78	
2008	57,25	9,1%	94,55	14,9%	151,80	12,7%	-37,31	
2009	44,25	-22,7%	71,81	-24,1%	116,06	-23,5%	-27,56	
2010	49,41	11,7%	77,68	8,2%	127,10	9,5%	-28,27	
2011	59,59	20,6%	82,92	6,7%	142,51	12,1%	-23,34	
2012	58,14	-2,4%	72,51	-12,6%	130,65	-8,3%	-14,37	
2013	62,79	8,0%	75,71	4,4%	138,51	6,0%	-12,92	
2014	63,89	1,7%	78,29	3,4%	142,18	2,7%	-14,41	
2015	55,27	-13,5%	66,66	-14,9%	121,93	-14,2%	-11,39	
2016(jan-mar)	13,16	-3,9%	15,84	-1,0%	28,96	-2,4%	-2,68	
Var. % 2006-2015	23,4%	--	-5,7%	--	5,6%	--	n.c.	

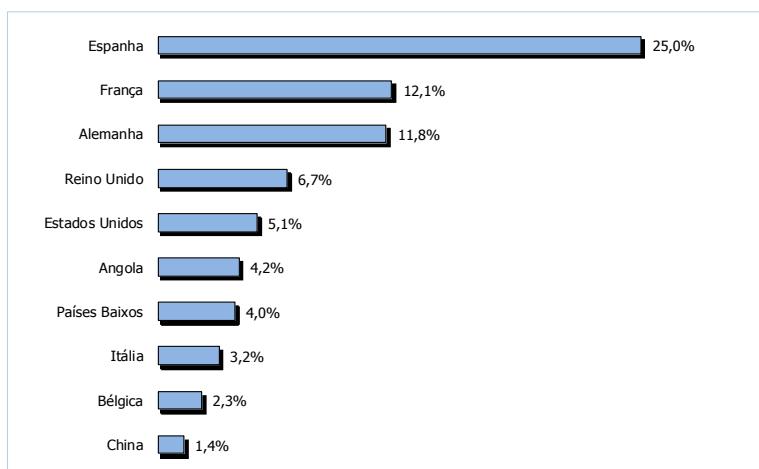
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

Direção das exportações de Portugal
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Espanha	13,83	25,0%
França	6,70	12,1%
Alemanha	6,55	11,8%
Reino Unido	3,70	6,7%
Estados Unidos	2,85	5,1%
Angola	2,33	4,2%
Países Baixos	2,21	4,0%
Itália	1,76	3,2%
Bélgica	1,26	2,3%
China	0,76	1,4%
...		
Brasil (12^a posição)	0,63	1,1%
Subtotal	42,59	77,1%
Outros países	12,68	22,9%
Total	55,27	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais destinos das exportações

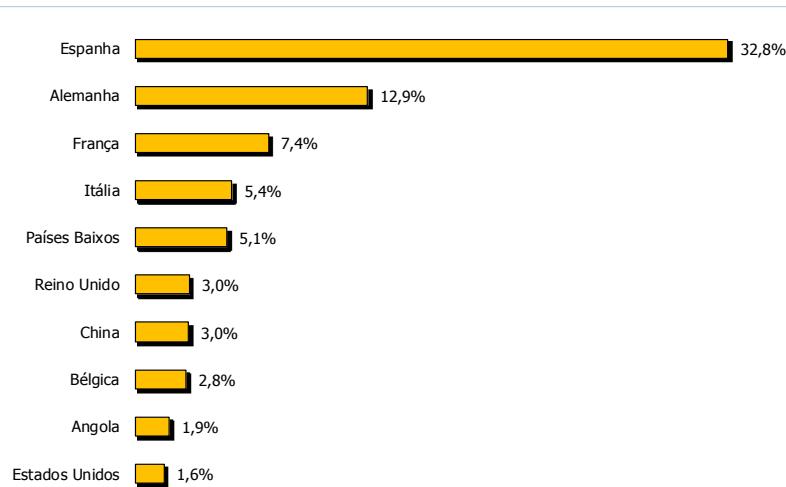


Origem das importações de Portugal
US\$ bilhões

Países	2015	Part.% no total
Espanha	21,88	32,8%
Alemanha	8,60	12,9%
França	4,92	7,4%
Itália	3,58	5,4%
Países Baixos	3,39	5,1%
Reino Unido	2,01	3,0%
China	1,98	3,0%
Bélgica	1,88	2,8%
Angola	1,26	1,9%
Estados Unidos	1,07	1,6%
Brasil (11ª posição)	0,95	1,4%
Subtotal	51,52	77,3%
Outros países	15,14	22,7%
Total	66,66	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais origens das importações

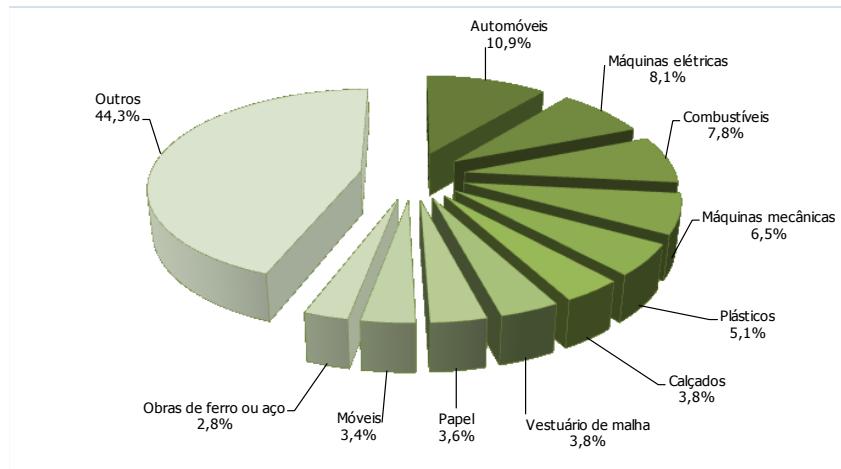


Composição das exportações de Portugal
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Automóveis	6,00	10,9%
Máquinas elétricas	4,45	8,1%
Combustíveis	4,30	7,8%
Máquinas mecânicas	3,60	6,5%
Plásticos	2,83	5,1%
Calçados	2,12	3,8%
Vestuário de malha	2,10	3,8%
Papel	1,97	3,6%
Móveis	1,88	3,4%
Obras de ferro ou aço	1,55	2,8%
Subtotal	30,80	55,7%
Outros	24,47	44,3%
Total	55,27	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

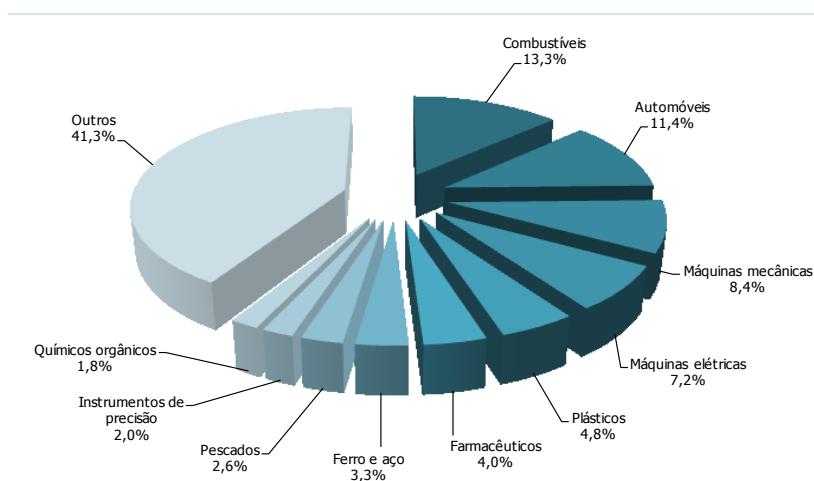


Composição das importações de Portugal
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2015	Part.% no total
Combustíveis	8,84	13,3%
Automóveis	7,60	11,4%
Máquinas mecânicas	5,58	8,4%
Máquinas elétricas	4,82	7,2%
Plásticos	3,22	4,8%
Farmacêuticos	2,63	4,0%
Ferro e aço	2,18	3,3%
Pescados	1,77	2,6%
Instrumentos de precisão	1,32	2,0%
Químicos orgânicos	1,18	1,8%
Subtotal	39,14	58,7%
Outros	27,52	41,3%
Total	66,66	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

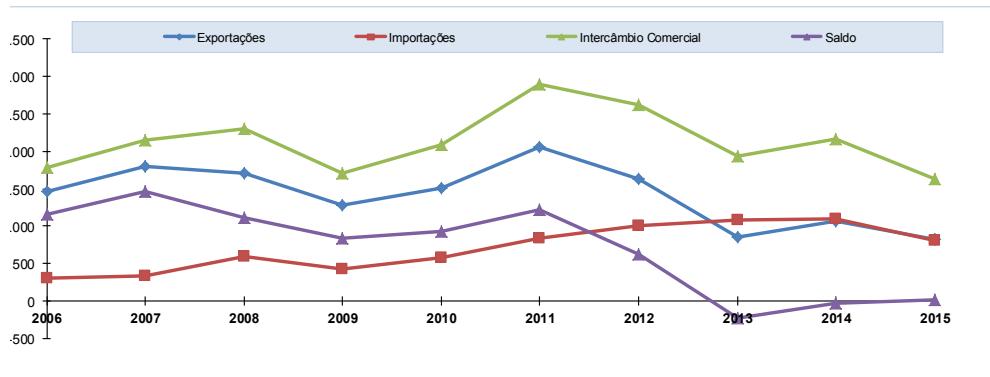
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Portugal
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	1.468	43,8%	1,07%	313	34,6%	0,34%	1.781	42,1%	0,78%	1.156
2007	1.805	22,9%	1,12%	341	9,1%	0,28%	2.146	20,5%	0,76%	1.464
2008	1.707	-5,4%	0,86%	599	75,5%	0,35%	2.305	7,4%	0,69%	1.108
2009	1.277	-25,2%	0,83%	435	-27,4%	0,34%	1.711	-25,8%	0,61%	842
2010	1.508	18,1%	0,75%	581	33,6%	0,32%	2.089	22,0%	0,54%	928
2011	2.055	36,3%	0,80%	836	43,9%	0,37%	2.891	38,4%	0,60%	1.219
2012	1.625	-20,9%	0,67%	999	19,5%	0,45%	2.624	-9,2%	0,56%	626
2013	854	-47,4%	0,35%	1.088	8,9%	0,45%	1.942	-26,0%	0,40%	-233
2014	1.060	24,1%	0,47%	1.096	0,8%	0,48%	2.157	11,0%	0,47%	-36
2015	822	-22,5%	0,43%	810	-26,1%	0,47%	1.632	-24,3%	0,45%	12
2016 (jan-mai)	282	-5,2%	0,15%	241	-32,6%	1,23%	523	-20,2%	0,41%	40
Var. % 2006-2015	-44,0%	--		159,1%	--		-8,4%	--		n.c.

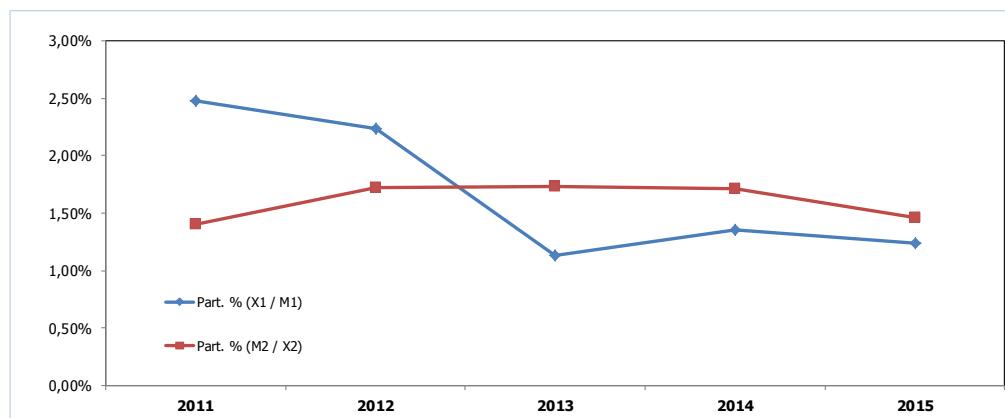
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



Part. % do Brasil no comércio de Portugal
US\$ milhões

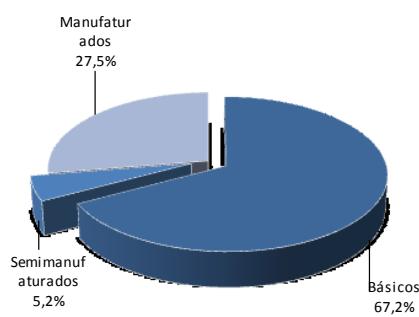
Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011-2015
Exportações do Brasil para Portugal (X1)	2.055	1.625	854	1.060	822	-60,0%
Importações totais de Portugal (M1)	82.924	72.506	75.714	78.295	66.658	-19,6%
Part. % (X1 / M1)	2,48%	2,24%	1,13%	1,35%	1,23%	-50,2%
Importações do Brasil originárias de Portugal (M2)	836	999	1.088	1.096	810	-3,1%
Exportações totais de Portugal (X2)	59.588	58.141	62.794	63.886	55.271	-7,2%
Part. % (M2 / X2)	1,40%	1,72%	1,73%	1,72%	1,47%	4,5%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações de Portugal e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

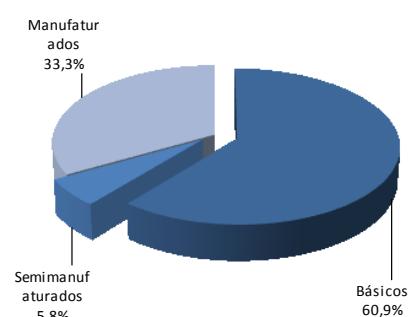


Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

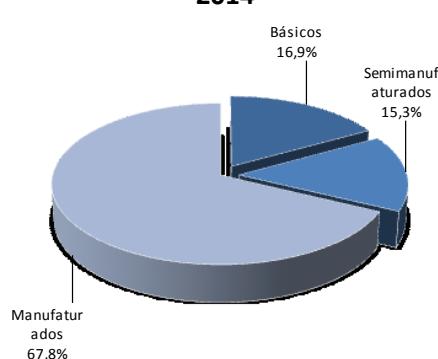


2015

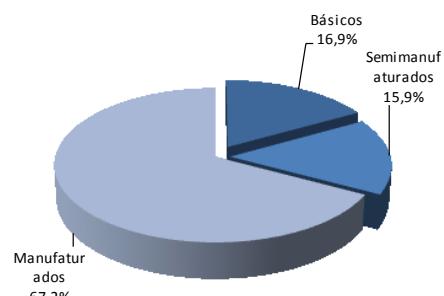


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

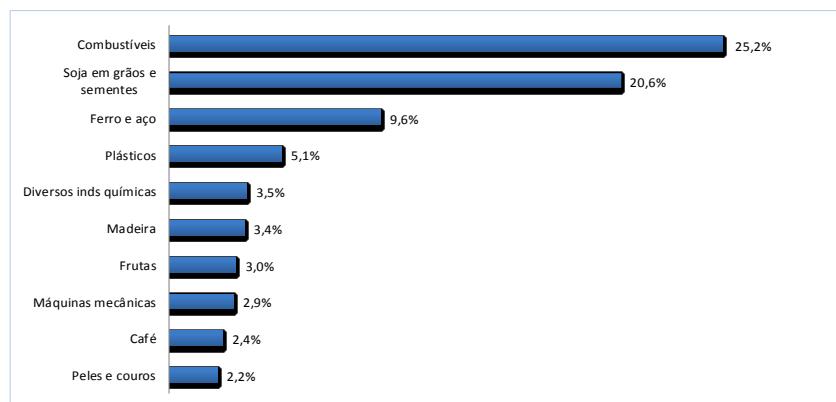
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para Portugal
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	180	21,1%	425	40,1%	207	25,2%
Soja em grãos e sementes	106	12,4%	164	15,5%	169	20,6%
Ferro e aço	10	1,2%	78	7,4%	79	9,6%
Plásticos	34	4,0%	27	2,5%	42	5,1%
Diversos inds químicas	24	2,8%	30	2,8%	29	3,5%
Madeira	12	1,4%	21	2,0%	28	3,4%
Frutas	22	2,6%	25	2,4%	25	3,0%
Máquinas mecânicas	27	3,2%	31	2,9%	24	2,9%
Café	18	2,1%	23	2,2%	20	2,4%
Peles e couros	28	3,3%	25	2,4%	18	2,2%
Subtotal	461	54,0%	849	80,1%	641	78,0%
Outros produtos	393	46,0%	211	19,9%	181	22,0%
Total	854	100,0%	1.060	100,0%	822	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

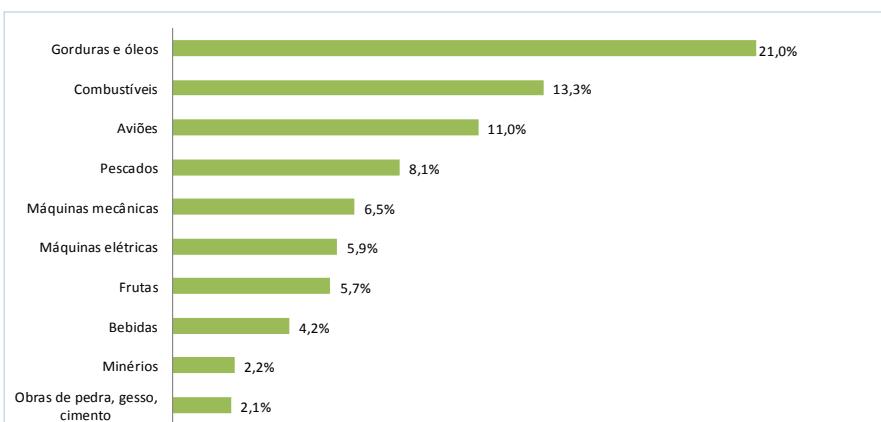


Composição das importações brasileiras originárias de Portugal
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Gorduras e óleos	231	21,2%	221	20,2%	170	21,0%
Combustíveis	80	7,4%	140	12,8%	108	13,3%
Aviões	22	2,0%	77	7,0%	89	11,0%
Pescados	97	8,9%	98	8,9%	66	8,1%
Máquinas mecânicas	111	10,2%	129	11,8%	53	6,5%
Máquinas elétricas	99	9,1%	72	6,6%	48	5,9%
Frutas	38	3,5%	58	5,3%	46	5,7%
Bebidas	37	3,4%	39	3,6%	34	4,2%
Minérios	25	2,3%	20	1,8%	18	2,2%
Obras de pedra, gesso, cimento	21	1,9%	25	2,3%	17	2,1%
Subtotal	761	70,0%	879	80,2%	649	80,1%
Outros produtos	327	30,0%	217	19,8%	161	19,9%
Total	1.088	100,0%	1.096	100,0%	810	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2015 (jan-mai)	Part. % no total	2016 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Soja em grãos e sementes	98	32,9%	47	16,7%	Soja em grãos e sementes 16,7%
Combustíveis	47	15,8%	43	15,3%	Combustíveis 15,3%
Ferro fundido	12	4,0%	33	11,7%	Ferro fundido 11,7%
Plásticos	14	4,7%	16	5,7%	Plásticos 5,7%
Madeira	12	4,0%	15	5,3%	Madeira 5,3%
Frutas	10	3,4%	14	5,0%	Frutas 5,0%
Café	10	3,4%	10	3,5%	Café 3,5%
Cereais	0	0,0%	9	3,2%	Cereais 3,2%
Açúcar	0	0,0%	8	2,8%	Açúcar 2,8%
Diversos inds químicas	8	2,7%	8	2,8%	Diversos inds químicas 2,8%
Subtotal	211	71,0%	203	72,0%	
Outros produtos	86	29,0%	79	28,0%	
Total	297	100,0%	282	100,0%	
Grupos de Produtos	2015 (jan-mai)	Part. % no total	2016 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Gorduras e óleos	70	19,5%	52	21,5%	Gorduras e óleos 21,5%
Aviões	32	8,9%	47	19,5%	Aviões 19,5%
Pescados	36	10,0%	31	12,8%	Pescados 12,8%
Frutas	20	5,6%	19	7,9%	Frutas 7,9%
Máquinas elétricas	24	6,7%	16	6,6%	Máquinas elétricas 6,6%
Máquinas mecânicas	22	6,1%	14	5,8%	Máquinas mecânicas 5,8%
Bebidas	12	3,3%	9	3,7%	Bebidas 3,7%
Obras de pedra, cimento	7	2,0%	6	2,5%	Obras de pedra, cimento 2,5%
Plásticos	4	1,1%	4	1,7%	Plásticos 1,7%
Vestuário de malha	3	0,8%	4	1,7%	Vestuário de malha 1,7%
Subtotal	230	64,2%	202	83,7%	
Outros produtos	128	35,8%	39	16,3%	
Total	358	100,0%	241	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Junho de 2016.